

LPH

Revista de História

LPH/DEPATAMENTO DE HISTÓRIA/UFOP



Número 15
2005

O objeto histórico como totalidade relativa: Reflexões sobre a teoria da história de Johann Gustav Droysen.

Pedro Spinola Pereira Caldas¹

Resumo

Partindo da teoria da história de Johann Gustav Droysen, este artigo procura compreender a natureza do objeto histórico como sendo a de uma “totalidade relativa”. Para tanto, o argumento do trabalho divide-se em três passos: primeiramente o fundamento do objeto histórico baseia-se na filosofia hegeliana do espírito; em um segundo momento, o objeto histórico se constrói a partir da narrativa; por fim, tentando superar a antinomia entre idealismo e narrativismo, o objeto histórico se revela como totalidade relativa a partir da idéia de forças éticas.

Abstract

Through Johann Gustav Droysen's theory of history, this paper aims to understand the very nature of the historical object as being a “relative totality”. In order to reach this goal, the paper's is divided into three steps: firstly, the historical object's foundation relies on the hegelian philosophy of the mind; secondly, the historical object is constructed only through the narrative; and at last, in order to overcome the antinomy between idealism and narrativism, the historical object shows itself as a relative totality only when is understood as part of a set of ethical forces.

Utilizando como ponto de partida as reflexões teóricas de Johann Gustav Droysen, este trabalho pretende discutir a caracterização do objeto histórico através do conceito de *totalidade relativa*. Mesmo lidando com um autor do século XIX, há razões de sobra para crer que o problema é atual e ainda longe de ser resolvido. De um lado, a defesa da fragmentação e a construção de uma historiografia cada vez mais voltada para os micro-temas. De outro, a crítica a tais tendências e a constante busca por novas sínteses que sejam mais do que reflexos de projetos políticos utópicos, ainda que não abandone a possibilidade de transformação social e política. Todavia, apesar do calor atual dos debates, o problema é tão antigo quanto o problema do uno e do múltiplo no pensamento ocidental. Propomos o conceito de totalidade relativa para que seja possível pensar, no âmbito da ciência histórica, uma dimensão abstrata que não somente permita o trabalho empírico, mas que desperte ela mesma a sensibilidade para as particularidades, tornando estas necessários sucedâneos da própria atividade teórica.

Para além de traduzir a questão do uno e do múltiplo, problema filosófico ancestral que, por razões de espaço e de limite de formação profissional, não temos condições de tratar neste momento, o conceito de totalidade relativa nos permitirá pensar uma angústia inerente à própria prática historiográfica. A seguinte passagem de Carl Schorske é representativa:

*"Sem estar confinado a algum domínio da experiência humana, o historiador entra em qualquer território em busca dos materiais que organizará em um padrão temporal com a ajuda dos conhecimentos tomados emprestados daqueles campos do conhecimento que os geraram. Ele reconstitui o passado relacionando os particulares aos conceitos e os conceitos aos particulares, não fazendo justiça a nenhum deles, mas ligando-os e vinculando-os a uma vida integrada na forma de um relato segundo a ordenação do tempo"*².

Evidentemente, o problema não se restringe à história da cultura, área de estudos de Schorske. Koselleck³ notou que este é um problema essencial de qualquer escrita da história. Estamos convencidos, porém, de que Droysen encaminhou muito bem o problema ao perceber que esta angústia não é somente inevitável, mas produtiva, uma vez que irá delimitar a natureza do próprio objeto histórico. Partindo da premissa, muito clara desde Giambattista Vico, de que a história é o conhecimento humano sobre ações humanas, ao se deparar com a seguinte passagem, o leitor poderá perceber o sentido atribuído por Droysen para o conceito de "totalidade relativa".

*"(...) de acordo com sua essência mais íntima, o Homem é totalidade – mas também um todo ainda não acabado, cercado pela finitude e parte desta mesma finitude; situado nos limites de tempo e espaço, ele é a constante superação destes limites; ele não se torna total e infinito (...) na calma de ter conquistado algo, mas sim no trabalho constante de conquistar"*⁴.

Esta passagem contém a suma de nossas preocupações. Como é possível, para Droysen, o Homem ser totalidade e parcialidade? E, mais ainda, como poderemos entender esta definição como o pilar do pensamento histórico? Esta passagem faz parte da *Historik*, curso oferecido inicialmente por Droysen no ano de 1857. O curso denominava-se precisamente "Enciclopédia e Metodologia da História", cujas lições depois reunidas em livro por Rudolf Hübner e Peter Leyh receberiam o nome definitivo de *Historik*. A partir de seu conteúdo, tentaremos encaminhar o problema da seguinte maneira: em um primeiro passo, veremos como a teoria da história se diferencia, para Droysen, da filosofia da história hegeliana, um discurso sobre o absoluto por excelência. Portanto, ainda que guarde semelhanças, a teoria da história, entendida sistema que legitima a singularidade do objeto histórico, haverá de se diferenciar minimamente da tarefa filosófica, ao menos da tarefa filosófica hegeliana. O problema é afinal, bastante difícil de ser tratado: uma vez caracterizada

pela abstração, a teoria da história não deixaria de lado a relatividade e parcialidade do discurso histórico e abraçaria a totalidade e a idéia de absoluto da filosofia? Depois de expor como uma teoria abstrata legítima o concreto, veremos qual o lugar nela reservado para a contingência. O conceito de narrativa, desenvolvido ao longo da *Historik*, receberá nossa atenção para que se trate do problema. Por fim, a nossa tentativa de pensar uma alternativa entre o lastro especulativo e idealista da teoria de Droysen e sua ênfase narrativista dar-se-á através de um exame do conceito de tragédia na teoria da história elaborada por Droysen, pressuposto no sistema, por ele elaborado, de identificação do objeto histórico como o conjunto de “forças éticas”.

Historik: uma ciência filosófica do espírito

Droysen foi um professor e pesquisador sagaz o suficiente para perceber a relação entre a caudalosa produção historiográfica da primeira metade do século XIX europeu e a confusão teórica, uma estranha fórmula em que a miséria da teoria convivia não somente com o fato de a História ser considerada, pelo menos no seio da burguesia culta alemã, um elemento indispensável na formação individual, mas também com o refinamento sistemático do idealismo alemão.

Tanta vagueza justificaria, segundo Droysen, a legitimidade da *Historik*.

"Cada um tem uma idéia vaga do que seja história, escrita da história ou estudo da história. Nossa própria ciência porém não vai além desta idéia vaga. (...) Quando perguntada sobre sua legitimidade, sobre seu conhecimento e sobre o fundamento de seu procedimento e essência de sua tarefa, a nossa ciência não tem condições de dar informações suficientes.

Parece ter chegado a hora em que nossos estudos busquem por si mesmos determinar sua essência, sua tarefa e sua competência.

Eu tentarei lhes apresentar uma disciplina que ainda não existe, que ainda não possui nome nem lugar no círculo das ciências. Primeiramente precisa ser provado que ela é possível e que tem legitimidade científica".⁵

Droysen exige do historiador uma consciência de seu próprio ofício, procurando estabelecer a diferença entre a história e os dois grandes modelos de conhecimento em sua época, a saber: aqueles formados pelos métodos físico-matemáticos das ciências naturais e pelo método especulativo da filosofia e da teologia. Optar entre um método ou outro seria, para Droysen, obrigar o homem a escolher a partir de uma falsa

alternativa, pois ambos os métodos cristalizam uma parte da natureza do homem, que, por ser, segundo ele, simultaneamente espiritual e sensorial, não poderia fixar-se definitivamente em um dos dois aspectos, sob o risco de se tomar a parte pelo todo; e, nesta tendência de se fixar um dos extremos, fica nebuloso o significado do pensamento histórico.

A ciência tem para Droysen uma base antropológica: o método físico se debruça sobre o movimento, sobre o jogo de causas e efeitos, e, assim, subsume a variedade dos fenômenos a leis que procuram compreender esta dinâmica. Já o método especulativo, diz Droysen, procura dar à idéia de origem uma importância decisiva, e o tempo subsequente seria apenas o desdobramento desta própria idéia. Assim, “a tarefa dos estudos históricos consiste em que se aprenda a pensar historicamente”,⁶ de modo a despertar o sentido para a realidade. E pensar historicamente, para ele, não é exatamente pensar matematicamente ou filosoficamente. O que seria esta realidade, para cujo sentimento a história educa?

"Quem aprendeu a pensar historicamente desconhece a aversão filosófica perante o único e o específico e a aversão ainda maior que é enxergar em tudo somente número e matéria, enxergar em tudo forças físicas; quem aprende a pensar historicamente se lança aos fenômenos cambiantes convicto de que encontrará, por detrás deles, a verdade das potências éticas".⁷

Droysen se dirige contra duas concepções de totalidade distintas entre si. E claramente afirma que nenhuma das duas capta a essência do pensamento histórico. É necessário perceber este movimento pendular entre a afirmação da variedade dos fenômenos e a existência de potências éticas como um viés condutor da elaboração da *Historik*. Não somente os fenômenos são cambiantes, mas sobretudo o próprio jogo entre a variedade e o substrato ético é o que importa ressaltar. Se lamenta por um lado a pobreza de consciência irmanada à riqueza de experiência, Droysen em momento imediatamente posterior dirá que a acusação feita ao conhecimento excessivo dos fatos não deve adormecer a sensibilidade para as particularidades. Assim, o método histórico procurará, segundo ele, estabelecer a identidade entre os dois métodos, cujo maior problema consiste não exatamente em sua parcialidade, mas na ilusão de, em sua parcialidade, acreditarem estar dando conta da totalidade. Para Droysen, a identidade possível entre os dois métodos se encontra na esfera do mundo das potências éticas, no qual a cada momento dá-se a reconciliação (*Versöhnung*) nesta oposição entre movimento e unidade, sem que em algum momento esta reconciliação se cristalice e adquira contorno definido. Sobre as potências éticas falaremos mais adiante, na conclusão deste estudo.

Se há a necessidade de um método histórico, Droysen admite que há lacunas ainda não preenchidas, ou ao menos questões cujo encaminhamento poderia ser diverso. Sua observação de que não se deve resumir a ciência a uma coleção de fatos adaptáveis a leis, de um lado, ou a uma pura especulação, de outro lado, não é exatamente inédita no contexto alemão: a bipolaridade das ciências, da qual Droysen parte para tentar justificar a existência da *Historik*, também foi identificada por Hegel cinquenta anos antes, no prefácio da *Fenomenologia do Espírito*, e é uma das alavancas de seu imenso projeto filosófico.

*"Essa oposição parece ser o nó górdio que a cultura científica de nosso tempo se esforça por desatar, sem ter ainda chegado a um consenso nesse ponto. Uma corrente insiste na riqueza dos materiais e na inteligibilidade; a outra despreza (...) essa inteligibilidade e se arroga a racionalidade imediata e a divindade."*⁸

Realçar a importância das contingências e despertar a sensibilidade para o particular, exigirá todavia de Droysen um combate em duas frentes, isto caso seja possível ver, a partir da fundamentação teórica da história, uma concepção de ciência que seja mais do que mera derivação da filosofia idealista de Hegel. Fazer o elogio da particularidade perante a lei geral não lhe custa tanto esforço quanto pensar a diferença entre o pensamento histórico e o pensamento filosófico, a começar pela sua forte inclinação conceitual, que não resistia a começar suas preleções sem deixar de fazer comentários e introduções conceituais e teóricas, antes mesmo de entrar em seu tema específico. Droysen segue uma abordagem hegeliana na problematização do conhecimento e na forma didática de oferecer preleções, ou seja, estabelecendo a diferença entre as ciências do espírito e as ciências naturais a partir do fato de que estas já têm previamente dado o seu objeto, cuja definição seria mais do que ociosa. Quanto às ciências do espírito, estas precisam mostrar a dignidade de seu objeto e afirmar-lhes a existência e o método, não sem antes tentar investigar sua própria essência. Um belo exemplo é a introdução ao seu curso sobre história moderna, no semestre de 1842/43, em que Johann Gustav Droysen parece mostrar ter aprendido muito bem as lições de Hegel:

"Usualmente debruça-se sobre a história com uma idéia geral e obscura daquilo que se quer e como se quer. Relega-se ao instinto natural da busca e da descoberta; não se presta antes atenção aos limites da ciência (...) É necessário estar claramente consciente como a história trabalha, e por quais caminhos ela procura atingir tais e tais objetivos. Ela procura no passado dogmas para o presente? (...) Ela quer esgotar o infinito material empírico,

pesquisar e justificar com igual agudeza cada particularidade? (...) Ao contrário das ciências naturais, a história não tem seus objetos previamente dados. Seus primeiros materiais já são abstrações, e não a própria realidade, mas uma aceção subjetiva.”⁹

De acordo com esta passagem, vê-se que a tentativa de esgotar o material empírico e esquadrinhar cada canto da realidade histórica é uma tarefa essencialmente equivocada, pois, segundo Droysen, o objeto histórico, mesmo quando aparentemente é uma evidência empírica e absolutamente particular, é na verdade uma apreensão subjetiva. Assim, **é forçoso concluirmos que a defesa da contingência e da particularidade feita em passagem anterior de modo algum pode ser identificada como o elogio da erudição acumulativa.** Como entender a particularidade que não se confunde com erudição? Já encaminhamos pois a questão que torna relevante o conceito de **totalidade relativa** – neste conceito, a parcialidade necessariamente deverá estar imbuída de um sentido que não se obtém nem pela evidência imediata da materialidade do objeto, por um lado, nem pela simples afirmação de uma lei ou de uma origem fundadora: “pois o olho [...] não suporta a visão da luz pura; que, vista sob o sol, o cegará e o fará apenas ver seus próprios fantasmas”.¹⁰

Todavia, há mais semelhanças com a filosofia de Hegel do que o próprio Droysen possivelmente gostaria de admitir – ou ao menos não menciona explicitamente. Hegel diz que não somente qualquer ciência deve afirmar a existência de seu objeto e saber aquilo que ele é, bem como há uma grande diferença entre o que ele chama ciências ordinárias e ciência filosófica do espírito; naquelas, os objetos existem no mundo sensível, nesta o objeto existe justamente no espírito, ou seja, sua natureza é subjetiva, e, assim, o conhecimento é para si, e deve ao final, como espírito, ser objeto de si mesmo. Todavia, é bom lembrar que tal natureza subjetiva não significa uma existência anterior e independente da experiência, ou seja, algo que exista em estado puro antes do conhecimento daquilo que se pretende conhecer. Lembrando também que o objeto da história precisa ser construído pelo espírito, uma vez que ele não é dado ou natural (com boa vontade, dele temos resquícios), Droysen certamente parte da diferença estabelecida por Hegel entre pensar representativo e pensar especulativo ou conceitual, ou seja: a primeira forma de pensar pressupõe um sujeito que conhece acidentes e se crê inalterado por este conhecimento e, como diz Hegel, ou bem se vê perdido em uma multidão de determinações carentes de pensamento ou bem se crê superior a todo conteúdo, achando em cada um apenas o próprio vazio. Na segunda, o que ocorre é a experiência que a consciência faz de si mesma.

*"A consciência sabe algo: esse objeto é a essência ou o Em-si. Mas é também o Em-si para a consciência; com isso entra em cena a ambigüidade desse verdadeiro. Vemos que a consciência tem agora dois objetos: um, o primeiro Em-si; o segundo, o ser-para-ela desse em si. Esse último parece, de início, apenas a reflexão da consciência sobre si mesma: uma representação não de um objeto, mas apenas de seu saber do primeiro objeto. Só que o primeiro objeto se altera ali para a consciência."*¹¹

Pode-se dizer que a própria forma do espírito como objeto de si mesmo jamais é imediata. Logo no prefácio da *Fenomenologia do Espírito*, pode-se ler que a substância é sujeito, ou melhor, que a verdade é sujeito, e não substância, justamente porque todo o seu conteúdo é uma reflexão sobre si mesmo. É neste movimento de pensar a si mesmo em cada determinação de seu conteúdo que a filosofia dispensa o raciocínio vulgar e as definições habituais, que normalmente cumpre uma identidade imediata entre saber (representação de algo como alguma outra coisa) e verdade.

É praticamente inevitável perguntar se Droysen realiza o mesmo com a história. Há nela este jogo no qual, ao refletir sobre si mesma, a consciência vê modificar-se o objeto que se lhe foi apresentado?

Este movimento já se inicia com a própria palavra: ele condena o uso habitual da palavra história, partindo para tentar demonstrar seus pressupostos, ou seja, mostrá-los em sua necessidade, e, assim, mostrar que o entendimento do significado deste objeto não é imediato, e, mais ainda, o que determina o pensamento histórico não é a existência exterior de algum objeto. Ele deve ser fundado em si mesmo. Ao condenar a voracidade empírica dos historiadores eruditos, Droysen parece lhes aplicar uma penalidade orientada por Hegel; afinal, podemos concluir que, para Droysen, saber por exemplo como eram as instituições e a cultura de uma determinada sociedade em todos os seus detalhes não implica saber o que é história, justamente porque em Droysen, como em Hegel, não há tal imediatividade entre o saber representacional e a verdade, e, assim, a verdade da história não estaria na miríade dos detalhes. O objeto da história também não seria o que se altera para a consciência que se reflete sobre si mesma? E isto não poderia ocorrer na própria pesquisa? Para Droysen, o objeto da história se caracteriza por ser morfológico. E dirá:

"A nossa ciência tem a ver com materiais de tipo morfológico. Pois é na atribuição de formas que o espírito encontra sua essência própria; poder-se-ia dizer que, aquilo do mesmo modo que a corporeidade material vale para a vida orgânica, para o espírito

vale a esfera de suas formas; Estas são as configurações de seu conteúdo autêntico, nelas ele se torna consciente, e na medida que ele se põe para fora de si, na medida que ele se objetiva."¹²

Droysen entende morfologia como atribuição de forma, e não sua simples imitação. E a morfologia de Droysen não se relaciona com o que Herder e Goethe pensavam sobre morfologia, ou seja, a forma adquirida em uma estrutura orgânica, e muito menos serve de lastro para o que futuramente irá pensar Oswald Spengler. Pode-se na verdade entender a partir de tal trecho ainda melhor a afinidade (nem sempre) eletiva entre Droysen e Hegel, ou seja, verifica-se por vezes o débito do historiador em relação ao filósofo, quando se percebe que, para Hegel, a legitimidade de uma ciência filosófica do espírito reside justamente na existência de seu objeto para além do mundo sensível, logo, sua legitimidade se dá na medida que tal ciência produz o próprio alimento que a sustenta, o que, claro está, não difere muito da ambição de Droysen em estruturar a autonomia do pensamento histórico. Seu percurso também é de uma certa experiência da consciência. Por outro lado, ela é feita nos trilhos da historiografia, e não da filosofia.

O problema aparece timidamente, mas de maneira tal que já não podemos desconsiderar sua existência: como considerar autônoma uma ciência – no sentido hegeliano de autonomia científica – se esta ciência não é a filosofia? Como pode ser possível para Droysen fazer da *Historik* uma ciência filosófica do espírito se ele quer dispensar a filosofia como base de seu edifício teórico? A própria evidência histórica de que a filosofia teria sido incapaz de fundar positivamente a historiografia, deixando-a por um lado livre para se autodeterminar mas por outro em igual medida livre para exibir sua inconsistência e negligência teórica, nos faz remeter à urgência da *Historik* droysiana. E é por este motivo que nos dirigimos ao conceito de **totalidade relativa** como o cerne do pensamento histórico em Johann Gustav Droysen, e, por extensão, em boa parte do historismo alemão oitocentista. Nas palavras de Irene Kohlstrunk encontramos uma formulação precisa de nossas preocupações:

*"A questão da relação entre filosofia idealista e historiografia profissional deve ser novamente tratada, desta vez sob um outro aspecto. Primeiramente salta aos olhos que a ciência histórica, caso esteja seriamente interessada na formação de sua própria consciência, terá que encontrar novamente na filosofia critérios de diferenciação (com fins emancipatórios) que possam distingui-la da filosofia. A história, assim que se faz reflexiva, se confronta com o dilema, de que ela se expanda obrigatoriamente para a filosofia da história"*¹³.

A consequência é inevitável: sendo a autonomia da ciência histórica formulada no idioma da ciência filosófica do espírito, o objeto histórico não se dissolve, perdendo a sua singularidade, tornando a pesquisa ociosa? Todavia, se o objeto da história é de natureza morfológica, sugerimos que esta morfologia seja a própria senha que legitime a narrativa como função indispensável do pensamento histórico; ou seja, mais do que ornamento ou linguagem seca que pouco haverá de interferir nos resultados da pesquisa, a narração, para Droysen, ainda que não esgote todo o sentido do pensamento histórico, é uma etapa fundamental do mesmo.

Ainda que o conceito de totalidade relativa se insinue quando percebemos que toda e qualquer “particularidade” não pode ser confundida com um fragmento cuja ausência de sentido só seria suprida se fosse parcela de uma soma de fragmentos semelhantes, é importante admitir que a história, como ciência, parte de pressupostos filosóficos para fundamentar sua própria legitimidade. Como evitar as consequências destes pressupostos? A mais grave delas seria recair na idéia de que o evento é ilustração do já-sabido, servindo de exemplo a uma lei ou a uma teoria sistemática – isto quando não é descartado como objeto regional de conhecimento. O conceito de objeto morfológico nos ajuda: é um objeto construído a partir de si mesmo, sendo mais do que rasteira descrição do que se apresenta externa e materialmente. E este “si mesmo” não é sinônimo de evidência material, perante a qual nenhuma dúvida restaria, mas este “si mesmo” quer dizer o próprio processo de pesquisa em que um objeto se transforma em uma consciência determinada, e vice-versa.

Lembrando as palavras de Ernst Cassirer, podemos perceber como esta tarefa especulativa a qual Droysen submete o conceito de história abre uma possibilidade de diferenciar a *Historik* da filosofia hegeliana: “O espírito só chega à verdadeira compreensão quando se *explicita* para si mesmo, quando *explicita* sua própria essência, e não quando meramente reproduz uma existência exterior”.¹⁴ Admitindo como premissa que este caráter de explicitação, portanto, de exteriorização produtiva, necessariamente comporta uma dimensão estética, poderemos então passar à discussão da narratividade em Droysen.

Narrativa: dimensão estética da totalidade relativa.

Um critério que diferenciaria Droysen da filosofia da história hegeliana, e que portanto nos ajudaria a entender o conceito de totalidade relativa, seria o critério estético, que, no caso, podemos ver no conceito de narrativa. É sempre espantoso ver como a linguagem é central para o pensamento histórico, sem que tenha sido necessário qualquer *linguistic turn* para trazer tal tema para o âmbito das discussões teóricas. Johann Gustav Droysen dava à linguagem uma importância nas ciências do espírito, e, mais especificamente, na ciência histórica. Mesmo que o tema não fosse

exatamente original, posto que Johann Gottfried Herder, Wilhelm Von Humboldt e Gottfried Gervinus já haviam lidado com o tema, Droysen ao menos apresentava uma nova forma de tratamento do problema. A criatividade do historiador era entendida por Droysen como uma necessidade, não um capricho diletante; a verdadeira obra historiográfica deveria ser necessariamente criativa, pois a passividade absoluta exigida pelo objetivismo era impossível em seu cerne. Todavia, Droysen não se deixava encantar facilmente pela idéia de criatividade nas ciências históricas:

*"Longe de nós afirmar que por isso [pela dimensão criativa da história.-P.S.P.C.] que a história pertença à área da grande literatura; seria somente uma confusão conceitual dizer que necessariamente deveriam entrar aqui formas artísticas e estéticas só porque está a se tratar de formas de exposição e de idéias."*¹⁵

É bem verdade que Droysen pressupõe uma idéia de arte ainda bastante impregnada pelo romantismo – mesmo que se saiba que ele já se distancia do entusiasmo romântico e sua busca de reconciliação do homem com a natureza – pois, para marcar a dimensão criativa do historiador ele precisa desenhar uma imagem do artista como um ser fechado em si mesmo e puramente determinado pela sua imaginação. Todavia, o que ele dirá do historiador será suficiente para que se evite dizer que a subjetividade a ser vista em sua atividade não é plena e somente dependente de si mesma. Para que possa ser mais do que um caso que pode ser subsumido a uma lei, o objeto a ser estudado pelo historiador oferecerá resistências, e, assim, a determinação dos meios do conhecimento em momento algum escapa da tentativa de conhecer o objeto deste mesmo conhecimento.

Droysen irá elaborar uma tipologia do discurso histórico, deixando claro que a narrativa é seu momento mais elevado e complexo. O primeiro movimento da tipologia de Droysen consiste na *exposição investigativa* (*Untersuchende Darstellung*). Esta, diz Droysen, se faz necessária sobretudo quando não é possível a mais comum das formas de exposição, a saber, a narrativa. A função da exposição investigativa é ser uma *mimesis* da própria investigação, em que os passos da pesquisa são mostrados em cada um de seus momentos, e deve ser sobretudo aplicada em casos de estudo em que escasseiam as fontes: para exemplificar, diz Droysen, é completamente impossível fazer uma história honesta da constituição ateniense até Sólon de modo narrativo e genético, ou seja, por faltar material que permita que se estabeleça a continuidade da narrativa, o historiador deve não somente apresentar os resultados da pesquisa, mas sobretudo o caminho que o levou até seus resultados. A exposição

investigativa pode, neste sentido, partir tanto da questão que motivou o historiador a investigar, e, assim, apresentar os dados recolhidos a partir desta questão formulada previamente, ou mostrar como a própria pesquisa, ao encontrar materiais que deixavam muitas lacunas, levanta novas questões cujos resultados só podem ser acolhidos se sua provisoriedade for aceita. Lembrando seus anos de helenista, Droysen afirma que a presença constante da figura do camponês nas comédias de Aristófanes pode ser pesquisada e apresentada tanto na constatação desta mesma presença, bem como através da pergunta pelo motivo que teria levado Aristófanes, dadas as condições da agricultura grega em sua época, a representar o agricultor desta ou daquela maneira nesta ou naquela peça. Todavia, o que importa ressaltar é a idéia de *mimesis* aí explicitada por Droysen, ou seja, uma *mimesis* da próprio caminho de pesquisa.

Esta mesma idéia de *mimesis* irá receber uma outra face na dimensão seguinte da apresentação do conhecimento histórico, a saber, a *exposição narrativa* (*Erzählende Darstellung*). Aqui o ponto central é levantar a questão da relação entre o narrador e o assunto da narrativa, por assim dizer. Consciente desde o início de suas preleções que havia a necessidade de que os mais sólidos preconceitos fossem abalados, Droysen não teme o risco de dizer trivialidades ao afirmar que qualquer pretensão de objetividade já traz consigo, traíndo esta pretensão, uma série de elementos culturais, nacionais, religiosos e lingüísticos na mera percepção do fato que se pretende conhecer em sua pureza. É justamente a consciência desta parcialidade que dará à narrativa como forma de representação seu principal traço: ser *mimesis* do devir, que, para Droysen, é um ato subjetivo cumprido pelo historiador, um ato abstrato que se diferencia de um simples registro do transcurso aparente das coisas.

A forma a ser realizada nesta *mimesis* do devir, porém, não está, segundo Droysen, previamente dada. O elemento subjetivo que, segundo Droysen, é fundamental, na verdade, não se mantém sem a contrapartida objetiva – esta, segundo ele, será a diferença entre a escrita da história e a filosofia especulativa da história:

*"O historiador não encobre ou mascara pensamento especulativos com fatos, mas os fatos, por ele narrados, são os próprios momentos de sua cadeia de pensamento. Por isso mesmo Hegel, com sua filosofia da história, acabou não prestando um grande serviço. Ele [o historiador] pensa, por assim dizer, nas formas dos fatos, da mesma maneira que o pintor não ordena suas figuras a partir de uma abstração qualquer e, a partir daí, distribui suas cores."*¹⁶

O mais importante, como foi dito, é que se mantenha a tensão entre o narrador e o material narrado. A narrativa, segundo Droysen, é genética, ou

seja, sempre precisa se construir *ex post*; segundo ele, somente a reconstrução de um determinado caminho pode conciliar a possibilidade de que cada momento, em sua particularidade relativa, seja articulado em cada momento.

Primeiramente, esta contingência se revela não exatamente no fato que só faz sentido no todo, mas justamente neste todo, que é tecido pelo historiador. O todo tem natureza parcial, e por isso é expressão de uma totalidade relativa: sem a menor pretensão de que a narrativa seja uma pesquisa obsessiva por detalhes e por adornos históricos, ou seja, uma pesquisa pelas aparências, Droysen sabe que reconstrução não é cópia, e, por isso, a escolha dos fatos que darão formas à narrativa é sempre determinada de acordo com um critério. Aí chega Droysen a um ponto decisivo: a narrativa sempre parte de uma perspectiva, precisando ter um ponto de observação sólido. Este ponto é o elemento produtivo, jamais aquele que simplesmente se deve superar e esquecer para que os fatos apareçam. A nação poderá dar-lhe esta consistência e servir de ponto de partida, jamais como um resíduo do qual o historiador tem de se livrar.

"Outras nações, menos dominadas pela disposição alemã de fazer história mundial e mais dominadas pela visão parcial do nacionalismo, conseguem se sair melhor com a representação narrativa, pois elas firmaram de uma vez por todas este ponto de vista nacional. (...) A nós nos falta esta parcialidade e força nacionais, a nós nos falta esta autoconfiança; Entre nós a parcialidade é motivo de acusação quando alguém escreve sobre coisas alemãs pensando de maneira alemã, austríaca ou prussiana; e assim chegamos à condição mais infeliz de considerar primoroso o fato de não se ter qualquer perspectiva, mas sim de se ver as coisas através da perspectiva panorâmica. (...)

Eu considero este modo de uma objetividade eunuca, e se a imparcialidade e a verdade históricas consiste neste modo de observar as coisas, então os melhores historiadores são os piores, e os piores, os melhores. Eu não quero mais do que deixar à mostra a verdade relativa de meu ponto de vista; mas também que não deseje menos do que isso. Quero mostrar como minha pátria, minhas convicções religiosas e políticas e meu tempo me permitiram tê-lo. O historiador precisa ter a coragem de admitir tais limitações, pois o limitado e o específico valem mais e são mais ricos do que o geral. A imparcialidade objetiva, como Wachsmuth recomenda em sua teoria da história, é desumana. Humano é, na verdade, ser parcial."¹⁷

Vale perguntar pelo sentido desta parcialidade que, ao invés de cons-tranger, é fundamental para que a narrativa história seja consistente.

Droysen sabe perfeitamente que ela não se confunde com uma idéia de parcialidade arbitrária, e, assim, deve-se saber como poderá ser desenvolvida tal idéia de correlação entre parcialidade e humanidade. É preciso admitir que este é um dos cerne do historicismo, e possivelmente aquele que dá tanto seu brilho quanto sua miséria. De acordo com Walter Schulz, “o reconhecimento desta condição [histórica-P.S.P.C.] é a pré-condição para que nós não paremos em generalidades, mas para que possamos conhecer e realizar possibilidades que nos são abertas, ou seja, para que se pense e aja de acordo com o tempo.”¹⁸ Se por um lado, porém, reconhecemos que a parcialidade é a marca do homem, justamente porque se reconhece historicamente situado e não “generalizado” por sobre as épocas, por outro lado, será possível entender esta parcialidade como nacionalidade, ou seja, através de uma forma de compreensão de mundo (o nacionalismo), um tanto quanto dependente de pressupostos orgânicos que o próprio Droysen rejeitava?

Como estamos lidando com o problema da atribuição de sentido, há questões que precisam ser formuladas: quem é o narrador? Que resistência é capaz de oferecer o material histórico na composição narrativa? Se já sabemos que não podemos descartar a dimensão especulativa do pensamento de Droysen, como entendermos sua dimensão representativa? O problema não é de modo algum acadêmico: a relação instável com o mundo presente, com o mundo circundante, que em Droysen não é de modo algum natural e é sempre mediada, de alguma maneira não exclui uma representação deste mesmo mundo, uma atribuição de significado. Por mais que os sinais e símbolos externos tenham perdido o sentido, a conclusão não poderá ser uma melancólica impossibilidade de expressão.

Para esclarecer por ora este problema da parcialidade, tentaremos entender o que ela significa no caso específico da Alemanha; ou mais ainda, mostraremos que esta parcialidade em momento algum, ao menos na obra de Droysen, se confunde com a apologia do Estado nacional. Dois exemplos serão ilustrativos.

(a) nas notáveis lições sobre as guerras de libertação, Droysen, a pretexto de escrever sobre a formação da Alemanha no século XIX, elabora um quadro da história européia pintado de modo tal que diferentes esferas da vida em diferentes nações formavam um conjunto de tendências convergentes e divergentes. Neste jogo formou-se a especificidade alemã. Droysen enfatizava que existiam diferenças entre as tradições intelectuais da Alemanha, França e Inglaterra mas todas se marcaram por uma libertação de princípios hierárquicos e teológicos do conhecimento. Na Inglaterra, o empirismo científico de Bacon e o empirismo dramático de Shakespeare eram a experiência de um homem abandonado e entregue à natureza, objetiva e subjetiva, sem nada que o sustentasse. O que poderia

parecer desesperador, na verdade, era para Droysen o que se mostraria na pintura holandesa do século XVII: “a alegria do aparecer” (*Erfreulichkeit des Scheinens*)¹⁹, possível em um mundo que, se está abandonado, pelo mesmo motivo também não se encobre com biombos. Vejamos o que ele diz sobre o impacto de Descartes e Lutero, representantes de culturas diferentes, mas que sinalizam ambos, de modo diverso, para a relação entre subjetividade e modernidade: “Esta certeza de si mesmo – ‘é necessário decidir por si’, como diz Lutero, como decididamente se direcionou contra o sistema hierárquico dominante”²⁰. O mais interessante, todavia, reserva Droysen para a sua análise da própria cultura alemã, através da qual Droysen fazia já a crítica do ideal fáustico. Ele jamais negará a diferença da formação alemã em relação à francesa ou inglesa, ou seja, para ele os alemães jamais serão empíricos como os britânicos e tampouco tão positivos na ambição legisladora dos franceses; os alemães ocupariam o “meio”, ou, se preferirem, seriam o símbolo da contingência e a figura da própria cisão: se o protestantismo, principalmente o luterano, será uma das principais marcas da subjetividade alemã, por outro lado o luterano Droysen não deixa passar em branco o fato dos três “líderes” da cultura alemã do século XVIII estarem longe dos púlpitos: Goethe, Kant e Wolff, “aqueles três guias da nossa cultura, e com eles uma grande parte de nosso nobre percurso, eram absolutamente estranhos ao cristianismo positivo; nós nos posicionamos, de modo muito peculiar, muito proximamente à antiguidade pagã”²¹. E como entender, dentro de uma cultura fortemente luterana, a adoração pelo paganismo helênico? Falar de uma “cultura alemã”, organicamente derivada de Lutero, petrificada e unívoca, era para Droysen uma impossibilidade. Era uma cultura cindida, e mesmo sua maior alegoria, o mito de Fausto, não poderia representar a plena consciência de que esta cultura poderia ter de si mesma. Pelo contrário: o ideal de plenitude de Fausto não era endossado por Droysen. A passagem não é curta, mas merece ser citada.

"Sua dignidade ética é que ele não se esgotou de trabalhar e deixar agir em si tal força vital; saudável, forte, uno de corpo e alma, um homem pleno, poder-se-ia dizer, a imagem do homem natural em sua realização mais perfeita e nobre; ele é o fundamento de toda cultura humana pura e autêntica que fundou nosso desenvolvimento nacional; no meio da barbarização e deformação do mundo moderno, ele nos serviu de modelo. (...) Ele é o ápice deste direcionamento subjetivo, mas na medida que atinge o máximo de sua energia, ele acaba por sair dela. O novo Fausto é o que nos segreda tudo isso. Mas este Fausto é uma alegoria da reconciliação. Através de todas os círculos da vida se passa esta peça de tanto significado;

mas o Eu monádico, se ele espelha o mundo em si, não se livra de si mesmo; em sua paralisia ele não deixa de ser uma gota na torrente da humanidade."²²

Droysen então já será um crítico da autonomia do sujeito fáustico, por assim dizer, em sua pretensão de reconciliação – não há mais reconciliação possível. Podemos a partir daí ensaiar um encaminhamento do problema, deslocando o problema para a questão da responsabilidade. Naturalmente, não podemos entender a parcialidade do narrador como mera tradução de egocentrismo; mas sim como ambiente privilegiado de reflexão e questionamento de si mesmo.

(b) voltando à discussão sobre a narrativa, veremos que ela exhibe esta mesma preocupação. Será muito mais do que uma técnica de exposição; em seu conceito de narrativa, Droysen percebe um feixe composto por três tipos: a narrativa que se estrutura a partir da *confirmação* constante de uma idéia, uma outra forma de narrativa que apresenta a *configuração* desta outra idéia e uma terceira que precisa demonstrar a *metamorfose* do objeto a que se dedica. De acordo com Droysen, os objetos da primeira seriam *biográficos*, da segunda *monográficos* e da terceira, *catastróficos*. No objeto biográfico, que não necessariamente se confunde com uma vida biológica e individual, “nele permanece um fundamento substancial, que irrompe repetidamente nas mais profundas configurações da vida de um povo”²³. Já a apresentação feita monograficamente, ou seja, a que persegue a configuração de um determinado objeto histórico, não procura um mesmo pensamento em todas as suas variações, mas procura ver como ele se desenvolve e se complexifica. Sua premissa é a continuidade. Todavia, para Droysen, a forma mais elevada de narrativa é a catastrófica, na qual, assim como o drama, o historiador precisa dar conta da

*"luta entre existências relativamente justas, pensamentos relativamente verdadeiros, uma luta, sobre cujo percurso paira um pensamento superior (...) trata-se aqui de mostrar, exatamente como se dá na tragédia, de como a partir de luta de Titãs aparece um mundo e deuses novos. É assim que Êsquilo tece sua Oréstia, e Shakespeare seu MacBeth e seu Hamlet."*²⁴

Fundamental em uma narrativa é a percepção desta estrutura trágica, em que cada agente possui, como diz Droysen, uma verdade parcial – donde se explica o limite da explicação psicológica e da reconstrução das intenções dos agentes, ou seja, a ambição de ver em uma parte uma coerência que não se encontra mesmo no conflito a partir do qual se gerou o

próprio presente em que se encontra o historiador. A resposta encontrada em Droysen satisfaz apenas parcialmente: sim, não podemos mesmo pensar em uma idéia orgânica e natural de nacionalidade, em uma idéia sem fraturas. O que importa ressaltar é o seguinte: se a narrativa catastrófica é sobretudo a apresentação de forças que colidem entre si, podemos entender que, para Droysen, o Estado jamais será a instância capaz de resolver conflitos e, assim, ser o objeto de estudo da história, como queria Hegel.

*"Quando se vê o Estado somente como a idéia organizada do Direito, então ele se torna impenetrável, pois a essência do Estado é ser poder, abranger o poder público em sua totalidade. Mas, digam-me, o que lhe diz respeito quando falamos da igreja e escola, da economia e do comércio? Todos esses momentos podem alimentar ou diminuir o poder público, garanti-lo ou ameaçá-lo; e poder não é somente dinheiro e exército, o poder público não é somente força bruta."*²⁵

O Estado não seria capaz então de concentrar em si todas as demais esferas e instâncias, anulando-as. Se em Hegel o Estado era a dimensão no qual o homem participava, e não simplesmente obedecia de maneira distanciada, em Droysen será justamente por pensar que o homem participa da vida do Estado que necessariamente um relação mas fluida deverá ser pensada: se o homem participa do Estado reduzindo todas as suas atividade a ele, simplesmente ele passaria a ser, na visão de Droysen, um súdito. A participação não poderá, segundo Droysen, excluir a possibilidade de cada esfera (igreja, universidade, economia) poder se determinar, ou, ao menos, se reconhecer sobretudo como aquilo que é. Na verdade, o Estado se dissolve por meio delas, em um jogo de fluxo e contrafluxo. A dimensão representativa da história haverá necessariamente de levar tal aspecto em consideração.

*"Eu espero ter provado que é insuficiente limitar a exposição da área da história ao Estado, como se dissesse que só haveria uma forma de apresentação, a saber, a narrativa. E eu acredito, que a perspectiva na variedade das formas de exposição é de muitos modos rica e apropriada para eliminar um preconceito sob o qual a nossa ciência verdadeiramente padece."*²⁶

Poderíamos portanto pensar que a narrativa, entre Hegel e Droysen, muda pelo peso diverso atribuído ao pressuposto que a sustenta, a saber, o Estado. E que a parcialidade do narrador droyseano em momento algum será aquela sustentada pela ideologia do Estado nacional.

Enfim: se na primeira parte do estudo o objeto corria o risco de se dissolver em um amplo sistema filosófico que o sustenta, agora o risco trafega pela

mão oposta: ainda que se compreenda que a parcialidade do sujeito narrador não seja a do ideólogo do Estado nacional, não seria esta parcialidade justamente a do indivíduo liberal, e, assim, a narrativa não corre o risco de ser transposição de uma individualidade encapsulada e pré-existente?

A quem serve a história, então? Quando Droysen pensa em autonomia da história, ou seja, quando pensa como a história pode contribuir para um cenário que não explica ou compreende tudo que desafia, permanecendo sem encaminhamento consequente, ele está sobretudo levantando a questão da necessidade da história, e não de sua possibilidade de se configurar desta ou daquela maneira, como se de antemão ela já fosse possível. Assim, estamos tentando captar em Droysen a angústia de um pensamento que pretende mostrar que a história é necessária. Sua teoria ultrapassa a radiografia que pretende perceber o *como* da história, mas sim como algo que busca sua motivação central, sua instância última de decisão. A passagem abaixo, retirada de *Die Einleitung der Vorlesungen über Alte Geschichte* (1846/47), é decisiva para o prosseguimento da discussão:

"(...) entre a natureza e a história há um intervalo obscuro, em que a lei da autonomia espiritual ainda não se iniciou, e sobre o qual já cessou de vigorar a rigidez da lei natural. Aqui se localiza aquela esfera de contingências, aquela esfera de fatos incompreensíveis (como quer que nosso conhecimento possa denominá-la), que sempre e sempre permanecem determinantes, direcionadores em seus efeitos, permanecendo velado para o mais profundo 'Por quê?'"²⁷

Em um momento, Droysen fala da parcialidade inerente ao ser humano; admitindo que a relação entre sujeito e objeto não é dicotômica, e que se processa em uma mútua-determinação, a passagem acima citada nos fornece uma pista valiosa: a contingência é um evento que não se identifica com a vontade da imaginação, tampouco com uma ordem superior, que, mesmo não tendo sido criada pelo Homem, pode ser por este reconhecida e decodificada. Escapa pois à imaginação e à cognição. Voltamos pois ao momento inicial da discussão, em que tentávamos mostrar que a contingência é mais do que uma pura materialidade. O que significa e a que aponta esta contingência que não sinônimo de livre-arbítrio, tampouco resultante de uma lei necessária? Temos em mãos um problema, cuja solução pode ser pensada a partir da idéia de tragédia.

Isto aponta para um aspecto decisivo: a idéia de história como "totalidade relativa" não pode ser pois reduzida a uma tarefa epistemológica: é necessário dar-lhe uma face ética, sem a qual nos quedamos na aporia entre o sujeito narrador e parcial e a totalidade que ele procura englobar.

O problema mostra, pois, suas reais dimensões quando percebemos que o princípio construtivo do objeto histórico, se por um lado se viabiliza pela

narrativa, por outro não o será através de uma pura expressividade subjetiva da mesma. Ao falar da dimensão catastrófica da “narrativa”, ele indica que o elemento trágico poderá ser decisivo no processo de construção de sentido na historiografia. Será este elemento que tornará mais universal a narrativa, sem que a mesma, porém, desapareça em uma ampla arquitetura filosófica.

A marca trágica: a totalidade relativa das forças éticas

Nas duas etapas argumentativas que desenvolvemos até o momento, percebemos que, para Droysen, a parcialidade não adquire significado como fragmento, mas sim como objeto construído a partir do sujeito que sempre se altera em sua relação com o próprio objeto. Como seria possível compreender esta particularidade como um sinal de totalidade que, por sua vez, ainda não deve revelar-se completamente, esgotando-se nesta particularidade?

Lembrando o que nos diz Raymond Williams, na época liberal

"(...) todo o sentido de “acidente” modificou-se. Destino ou Providência antes estavam além do entendimento humano, de modo que aquilo que o homem via como acidente era de fato desígnio, ou um tipo de evento especialmente limitado fora desse desígnio. O desígnio de qualquer modo estava incorporado em instituições, por meio das quais o homem podia esperar chegar a um acordo com ele. Mas quando há a idéia de um desígnio, sem instituições específicas ao mesmo tempo metafísicas e sociais, a alienação é tal que se enfatiza e amplia a categoria de acidente até que essa venha a incluir quase todo o sofrimento real, especialmente o que é efeito da ordem social não-metafísica existente.”²⁸

A crítica de Droysen ao Estado como objeto privilegiado da História indiscutivelmente ecoa as palavras de Williams. O Estado não é mais o símbolo através do qual o desígnio se expressa. Todavia, ao examinar a idéia droyseana de forças éticas podemos perceber que a dissolução específica do Estado não implica a alienação completa e solitária, na qual a desagregação objetiva das condições sociais impede radicalmente a compreensão do próprio sofrimento. O que um historiador marxista como Williams entende como acidente aparece em Droysen, um liberal luterano e nacionalista, como o significado radical da experiência da particularidade. O seguinte trecho de Droysen será capaz de demonstrar o caminho que pretendemos seguir:

"A imagem semelhante da eternidade para o homem é o instante, o presente, e quando a observação histórica compreende o passado a partir da plenitude viva do presente, então ele não tem de fato o ponto de vista absoluto, mas um ponto de vista relativo e elevado”²⁹.

Nesta passagem Droysen se esmera na arte de construir oxímoros. Como é possível um ponto de vista que seja relativo e elevado? Reformulando: não é porque ele reconhece que é situado historicamente que ele deixa de ser capaz de abstrações. Em questão está algo mais do que simplesmente um problema epistemológico; está na verdade a desconfiança de Droysen que o Estado seja capaz de ser uma instância neutra. Ou seja, quando Droysen fala que não há uma instância histórica que seja privilegiada em si para o estudo da história, ele está dizendo que nenhuma instância histórica é moralmente justa o suficiente para que nela sejam resolvidos os conflitos que existem no corpo do objeto que se estuda. Mesmo sem esta possibilidade de justiça, Droysen falará em uma dimensão ética. Como será possível tratar dela sabendo desde o início que uma justiça neutralizadora não é possível?

O encaminhamento da questão encontraremos na parte sistemática da *Historik*. Nela, acreditamos que Droysen esquadrinha tipologicamente as regiões da vida humana, convocando-as para participar do mundo histórico, como quem deseja construir um sistema para que não possibilite uma atitude presunçosa de que tal ou tal manifestação do espírito humano seja, no final, o melhor meio para conhecer o homem. Este é um ponto decisivo, pois é nele que veremos que a ampliação do campo de objetos da investigação histórica não significa exatamente uma ampliação objetiva, **mas sim a abertura de possibilidades de identificação da marca trágica de cada época.**

Ao conjunto de formas de vida humana que podemos ver em conjunto Droysen denomina de forças éticas (*sittliche Mächte*): estas se dividiram em três grandes grupos, a saber; as forças naturais, ideais e as forças práticas. A estrutura dialética, por mais que Droysen tente afirmar seu caráter puramente didático (ainda que este seja valioso), é inegável. A forma de seu próprio argumento, neste sentido, nos parece indicar algo mais do que simples didatismo. Para Droysen, as generalidades naturais são as que determinam o homem de maneira mais substancial e inalterável, como, por exemplo, o seu próprio corpo. Estas generalidades também são expostas por Droysen através de uma subdivisão em quatro camadas, que seriam família, ancestralidade³⁰, povo e etnia. O exemplo da família é claro: sim, ela pode ser objeto de estudo da história, para espanto de muitos em sua época, mas não exatamente como curiosidade particular. Trata-se de ver como histórico o que julga-se natural e dado. Afinal, conforme exemplifica Droysen³¹, como deixar de entender a monogamia separada da civilização cristã, ou a poligamia dos princípios do islamismo? Como não ver formas primitivas de divisão do trabalho na própria família? Da mesma maneira, veremos que a idéia de povo, a princípio “natural” e dada, na verdade se explica historicamente. O que Droysen pretende dizer é: não se tome por simples o que é complexo, natural o que desde sempre é histórico.

O exercício será aplicado nas forças ideais, a saber: a linguagem, a arte, a verdade e o sagrado. Droysen fará questão de mostrar como a linguagem depende dos sentidos, ainda que não seja mera reação aos estímulos provocados no exterior. A linguagem encontrará na arte uma forma de concreção que será por sua vez uma “materialização” do que seria de outra maneira impossível de ser articulado. Importa menos aqui tratar do significado de arte em Droysen, mas sobretudo ressaltar que a esfera “ideal” da linguagem necessita da obra de arte concretizada para que seja historicamente presente; e, vale dizer, a obra de arte é mais do que um pensamento embelezado; é, segundo Droysen, uma obra de imaginação e fantasia sem a qual a linguagem não teria outra maneira de se fazer presente. Todavia, nem a arte, como meio concreto de expressão, nem a linguagem idealizada como uma pura gramática purificada de sentimentos, serão a forma acabada do objeto histórico. É necessária mais uma esfera ideal: a verdade. Neste momento, Droysen novamente tenta escapar da dualidade subjetividade-objetividade, demonstrando que

*"não está nas coisas exteriores a verdade; tampouco está a verdade na nossa percepção sensível (...) Somente quando o Eu se liberta desta mudança e destas peripécias secundárias e reflexivamente se põe, reconhecendo-se como tal e se pensando como tal, como um novo começo, inicia-se o devir da verdade"*³².

De alguma maneira, podemos notar uma tríade formada a partir da linguagem, que se completaria com a arte e a verdade, suas duas configurações possíveis. A linguagem de alguma maneira é análoga, ou mesmo idêntica, ao movimento da própria estrutura do pensamento histórico, a saber, aquele que oscila entre subjetividade e objetividade, sem que definitivamente se deixe reduzir a qualquer um dos dois pólos. Na verdade, é necessário superar esta polaridade: “Na linguagem, pode-se dizer, o espírito subjetiva o mundo; ele também precisa de uma forma, para que possa simultaneamente se objetivar no mundo”³³, diz Droysen. Ou seja, compreender o mundo já é também atribuir ao mesmo mundo um sentido que ele, objetivamente, não dava imediatamente. Entra neste momento a esfera do sagrado – é ela que, segundo Droysen, é capaz de sustentar este câmbio instável com o mundo: “A convicção, de que não se é uma particularidade acidental, mas sim que se é algo que se mantém no todo e que nele se está seguro; logo, essa convicção mais elevada de si mesmo e as condições da mesma – isto é a fé”³⁴.

O elemento decisivo não é conceptualizar, mas, sobretudo, mostrar como tais regiões ideais da história se concretizam; assim, a linguagem era concretizada na arte (mais do que no pensamento), mas a possibilidade de

sustentar os dois pólos se dava nas religiões. Tal definição de fé deverá ser percorrida, diz Droysen, ao longo das religiões e nas comunidades que lhes servem de corpo. É imprescindível a consideração das “expressões da fé”. Isto feito, Droysen terá se satisfeito com o obtido, conquanto que se perceba o movimento fundamental: tanto na dimensão das esferas naturais como na dimensão das esferas ideais, é função do modo de pensar histórico que se perceba que nem tanto as primeiras deixam de ser históricas mesmo quando parecem ser estáveis e imutáveis, assim como as segundas, abstratas, necessitam necessariamente de um corpo, de um símbolo, de uma expressão visível e tangível. Daí Droysen ver, na exposição das forças éticas da vida, de um terceiro nível: as generalidades práticas. São elas que serão capazes de, como deseja Droysen, unir o natural e o ideal.

As generalidades práticas dividem-se em três: o Bem-Estar, o Direito e o Estado. Somente a alocação do Estado como mais uma dentre as generalidades indicaria que, em Droysen, ele não é o motor decisivo da história. Aqui consideraremos sobretudo a primeira e a última – Droysen se mostra bastante satisfeito com o que se encontra em Montesquieu, cujo *Espírito das Leis*³⁵ seria suficiente para mostrar as raízes complexas das leis, que seriam compreendidas historicamente para além da vontade de legisladores e vigilância do Estado.

O Bem-Estar, segundo Droysen, encontraria sua máxima expressão na sociedade civil (*bürgerliche Gesellschaft*). Dentro da sistematização da sociedade civil, Droysen destaca dois aspectos: trabalho e equilíbrio (*Ausgleichung*). Já sobre o trabalho, diz ele que será a sua forma de organização e estratificação que determinará uma determinada ordem política em sua cristalização e forma.

*"Na história do trabalho encontra-se a essência da estratificação; pois ele surge da oposição de trabalho e não-trabalho, segundo as diferenças dadas entre trabalho físico e intelectual, trabalho público e privado. A essência estratificada é muito pouco determinada pelo Estado, antes mesmo a sociedade tem uma determinada participação na formação e reformulação do Estado."*³⁶

Mais ainda: Droysen critica ferozmente a tendência nacionalista de estudar historicamente a economia, e já nos finais da década de 50 do século XIX, observa que limitar-se ao estudo da *Volkswirtschaft*, da economia popular e nacional, por assim dizer, seria deixar de perceber que não é o Estado nacional o elemento determinante no equilíbrio econômico; dele só dá conta uma perspectiva cosmopolita.

*"Para a produção de bens e sua circulação, valem todas as fronteiras, menos as nacionais e políticas; é uma das tarefas mais interessantes, certamente ainda não completada, demarcar as regiões da terra e do mar de acordo com suas regiões econômicas."*³⁷

Ao tratar propriamente do Estado, Droysen evita descrever um governo ideal, contentando-se em sugerir que o Estado seja visto historicamente em suas funções específicas de cada época, e que sobretudo seja observado que o principal motivo de estudar o Estado seja o de ver as formas que o poder assume e como funciona – e isto, bem observa Droysen, não é exclusividade do Estado: “Aqui temos a violência eclesiástica, que toma para si parte da violência pública, que pretende dominar completamente as almas; acolá estão as artes e as ciências, que têm o poder das idéias, a iniciativa da vida espiritual; mais adiante a vida material produz as grandes desigualdades sociais.”³⁸

Chegamos ao momento decisivo: na impossibilidade de ser o Estado o objeto privilegiado da História, entram em cena as forças éticas, que, segundo Droysen, se organizam em uma determinação mútua. O vigor de uma determina o jogo de forças, assim como a sua decadência terá conseqüências. Cabe à história demonstrar justamente a dimensão trágica de cada instante da existência humana. Em um belíssimo texto, Raymond Williams demonstra a experiência trágica em *Anna Karênina*, de Tolstói, como uma experiência que une o instante e o universal: “Desenvolver-se em qualquer âmbito é começar a desenvolver-se em todos os âmbitos; mas toda rejeição, toda fraqueza, igualmente, acha um caminho que deságua na corrente da vida”.³⁹ E pensar o oposto significa marcar uma divisão intransponível entre o social e o individual, entre o todo e as partes. E este jogo de mútua determinação das forças éticas só ganha sentido se levarmos em conta a sua dimensão trágica. O instante se revela como culpa, ou seja, como consciência que está indissociavelmente ligada a atos que ela mesma, empiricamente, não cometeu. Mas nem por isso deixa de ser responsável por eles. A noção de presente, em Droysen, não significa um isolamento orgulhoso, mas antes o momento em que o peso do passado se revela e se organiza. É a contingência, o acaso cuja imprevisibilidade empresta sentido ao que lhe antecedeu. Entender o que é a contingência é tarefa difícil, tanto mais quando enraizada em uma experiência comum a todos os homens, não sendo de posse exclusiva dos profissionais de história:

"O homem ilumina o seu presente com um mundo de lembranças, lembranças jamais arbitrárias, caprichosas, mas lembranças tais que sejam um desdobramento e significação daquilo que ele possui em si e em torno de si como resultado dos tempos passados; ele tem esse momento primeiramente de modo imediato, sem reflexão; ele os tem, como se não os tivesse, e somente quando os observa e os traz à consciência, reconhece o que dele neles existe, a saber, a compreensão de si mesmo e seu condicionamento e determinação imediatos.

*Ele nada seria sem eles, (...) e somente com este reconhecimento adquire conteúdo e profundidade. (...) com esta percepção profunda, Êsquilo faz Prometeu dizer que fez os homens enxergarem, quando somente viam, e escutarem, quando somente ouviam."*⁴⁰

A idéia de presente nesta passagem está impregnada pela sensação de fugacidade e ausência de sentido, mas afirma desde o início a sua superação e assimilação: se assim não fosse, a contingência limitar-se-ia a ser de fato pouco mais do que o absurdo. Todavia, o presente já não está inteiramente destacado do passado que o forma e soçobra se largado a si mesmo. Em sua fugacidade e vanidade, o presente somente adquire sentido somente se “reviver os passados ideais”, e, assim, o presente não pode servir como fonte de si mesmo, precisando necessariamente da *mediação* através do passado para que possa adquirir consistência, e, assim, “tornar presente aquilo que foi”. De alguma maneira, podemos falar neste caso em uma perda de inocência: não queremos soar dramáticos, mas sobretudo trata-se aqui, neste trecho de Droysen, de uma consciência do lugar do homem, ainda que por vezes seja de um (primeiro) estranhamento da terra que o envolve e circunda, um distanciamento decisivo daquilo que era próximo, dado e seguro. E a caracterização da culpa dependerá ainda de Hegel: em um momento da *Fenomenologia do Espírito*, em que Hegel trata da culpa e sua relação com a eticidade (*Sittlichkeit*), o filósofo chega brilhantemente à definição da ação como culpa – mas não já da ação como um deslocamento físico propriamente dito, mas sobretudo como aquilo que é, em si mesmo, modificação, tal como o ato prometício descrito por Droysen mais acima.

*"(...) está à espreita da consciência-de-si ética uma potência avessa-à-luz que, quando o fato ocorreu, irrompe, e a colhe em flagrante. (...) O ato é isto: mover o imóvel, e produzir o que antes só estava encerrado na possibilidade; e com isso unir o inconsciente ao consciente, o não-essente ao ser. Nessa verdade, o ato surge assim à luz do dia – como algo que está unido um elemento consciente a um inconsciente, o próprio a um estranho"*⁴¹.

O ato será sempre ato culpado, segundo Hegel, que terá antes da passagem acima escrito que “o agir mesmo é (...) cisão, [que consiste em] pôr-se para si mesmo (...) Inocente, portanto, é só o não-agir – como o ser de uma pedra; nem mesmo o ser de uma criança é inocente”⁴². Podemos então dizer que a consciência histórica, para Droysen uma consciência prometícia, equivale à definição de ato que encontramos acima em Hegel. O que mais

salta aos olhos na passagem de Droysen lida à luz de Hegel é a ênfase na responsabilidade que a própria lembrança desperta. Ter se utilizado de Êsquilo ilustra o surgimento desta consciência histórica que busca escapar da fugacidade. Seu acerto resulta da obra do trágico sempre haver sido vista como uma formidável representação da consciência histórica culpada. Ainda na década de 30, Droysen dirá sobre Êsquilo:

*Suas tragédias não começam, como noutros poetas, com uma bela paz que é depois desestabilizada por um infortúnio. O que precede suas tragédias é um constrangimento obscuro, latente, que se agarra nas raízes da vida (...) O conteúdo de suas tragédias não é um fato puro, mas sim o desvelamento do mistério de que o homem nasce culpado e vive com a culpa. Esta culpa é a existência que se quer pertença de si mesma, é a liberdade e a ação.*⁴³

A passagem sobre Êsquilo é uma antecipação do que Droysen diria mais de vinte anos depois na *Historik*: o desvelamento do mistério é a revelação da culpa que sabe que nada seria sem o passado que a determina, ainda que a culpa seja fruto somente da reflexão. A culpa é algo que se elabora no próprio processo de pesquisa dado na descoberta da estrutura heterogênea das forças éticas: há uma mútua determinação entre tais forças, um processo de reconhecimento de uma a partir da outra, jamais uma mera conexão que se estabelece a partir de unidades pré-estabelecidas, como se fosse simples soma de fatores. Fundamental, portanto, é ressaltar o que há de **positivo** na culpa em Droysen: existência que se quer pertença de si mesma, e que, por esta razão, torna-se eterna em seu instante. Instante, em Droysen, não é sinônimo de imediatividade, mas algo diverso: é o momento em que uma estrutura maior se revela, sendo que tal revelação jamais seria possível sem o surgimento imprevisível, e portanto, irracional, deste momento. E, neste sentido, há a busca da liberdade, da autodeterminação, e, portanto, da totalidade; mas esta substancialidade de cada época não está previamente dada. Deve ser dada através de uma necessária mediação com outras épocas. Adquire-se assim o sentido de uma totalidade relativa.

Conclusão

Como compreender, então, o sentido da totalidade relativa? À História não cabe a imersão de um determinado objeto em um estranho líquido chamado “historicidade”, como se se tratasse de uma simples fusão de substâncias. A rigor, o problema é mais profundo e mesmo Droysen é parte dele, ainda que tenha também pensado a respeito ao buscar um método que procurasse contemplar a singularidade e a totalidade. Sobre tudo na cultura alemã, este duelo é travado com mais virulência. Se, por um lado, Droysen é herdeiro da tradição “fáustica” do idealismo alemão, a saber, a dos grandes

sistemas de Hegel, Fichte e Schelling, por outro lado, já está inserido em um ambiente científico de especialização, razão pela qual percebia o movimento que desaguarda, setenta anos depois, em um texto da qualidade de “Ciência como vocação”, no qual Max Weber⁴⁴ vincula conhecimento científico à especialização, sem todavia dar à especialização a possibilidade de se atingir sabedoria política ou conhecimento absoluto. Neste caminho, o asseguramento da autonomia científica não é acompanhado pela onisciência.

É imperioso, todavia, escaparmos da fácil dicotomia em que ambos os lados se acusam: de um lado, ainda que exista na filosofia o risco do dogmatismo pretensioso de representar arrogantemente a superioridade de seus axiomas, o filósofo se torna indispensável quando deixa em um canto a máscara do “sabichão”, imortalizado por Eça de Queiroz no patético Conselheiro Acácio, e exerce a obsessão hegeliana de questionar permanentemente sua própria essência. De outro lado, o especialista descrito e defendido por Weber não se identifica com aquilo que José Ortega y Gasset entendia como “barbárie da especialização”⁴⁵, ou seja, o simples fato de ser um cientista conhecedor de uma parcela da realidade não lhe outorga o estatuto de sábio. Na crítica penetrante de Ortega, o especialista, por conhecer muito bem sua porciúncula do universo, torna-se um “sábio-ignorante”, pois não reconhecerá sua deficiência de conhecimento em áreas que não domina; pior, não somente deixa de experimentar seu limite a partir da prática especializada, bem como, nos lembra o filósofo espanhol, não admitirá especialistas em outras áreas. Para o historiador, a sua especialidade haverá necessariamente de mostrar sua marca trágica; do contrário, tornar-se-á um representante máximo da “barbárie especializada”. O embate haverá de ser rico caso seja travado entre Fausto e o cientista weberiano; por outro lado, perderemos seu potencial se ele ocorrer entre o “sábio-ignorante” e o Conselheiro Acácio.

Façamos pois a nossa parte: Droysen torna-se um objeto fascinante, justamente porque sua compreensão da particularidade, desde que entendida sob o signo do trágico nos permite ver que a experiência específica pode não ser o microcosmo de Fausto, mas também não é um rabisco sem sentido. Da mesma maneira que, para se ter noção de desordem e acidente, é fundamental que compreendamos previamente o que sejam ordem e lei, a idéia de particularidade em Droysen é a senha da possibilidade de que possamos marcar a nossa diferença entre estas duas esferas, e, muitas vezes, a própria possibilidade de chegarmos ao sentido da experiência da particularidade.

Notas

¹ Professor Adjunto do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia.

² SCHORSKE (2000:243)

³ “Na prática, o objeto da história é tudo ou nada, pois a história pode imprecisamente declarar tudo ou nada como seu objeto. Nada vai contra a perspectiva histórica. Já é em si significativo que a história “como tal” não tenha objeto (...)” KOSELLECK (2000:301)

⁴ DROYSEN (1977:23)

⁵ DROYSEN (1977:3-4)

⁶ DROYSEN (1977:5)

⁷ Ibidem.

⁸ HEGEL (2002:35)

⁹ DROYSEN (no prelo: 93) Pela generosa concessão dos originais do segundo volume da *Historik*, inédito mesmo na Alemanha, faço questão de expressar minha gratidão ao professor Jörn Rüsen.

¹⁰ DROYSEN, J.G. (1977:35)

¹¹ HEGEL (2002:80)

¹² DROYSEN (1977:20)

¹³ KOHLSTRUNK (1980:20)

¹⁴ CASSIRER (2001:69) Ainda que Ernst Cassirer trate especificamente de Nicolau de Cusa, não hesitamos em transpor a frase para o contexto do século XIX, dada a agudeza da formulação.

¹⁵ DROYSEN (1977:217)

¹⁶ DROYSEN (1977:233)

¹⁷ DROYSEN (1977:235-236)

¹⁸ SCHULZ (2001:570)

¹⁹ Cf. DROYSEN (1917:94)

²⁰ DROYSEN (1917:103)

²¹ DROYSEN (1917:127)

²² DROYSEN (1917:123)

²³ DROYSEN (1917:243)

²⁴ DROYSEN (1917:246)

²⁵ DROYSEN (1917:276)

²⁶ DROYSEN (1917:280)

²⁷ DROYSEN (no prelo: 71)

²⁸ WILLIAMS (2002:75-76)

²⁹ DROYSEN (1977:254)

³⁰ Devemos salientar que a tradução por ancestralidade é controversa. Droysen utiliza termos em alemão (*Geschlecht e Stammung*) que não encontramos em português. Gênero é termo perigoso, pois tomado pelos estudos culturais e pós-modernos especializados em estudos sobre as mulheres e minorias sexuais. *Stammung* refere-se a uma ancestralidade de cunho quase sangüíneo; todavia, a tradução por cosangüineidade daria ao termo uma conotação biológica indesejável e incoerente com o pensamento do próprio Droysen.

³¹ DROYSEN (1977:295-297)

³² DROYSEN (1977:325-326)

³³ DROYSEN (1977:329)

³⁴ DROYSEN (1977:330)

³⁵ DROYSEN (1977:353-355)

³⁶ DROYSEN (1977:345)

³⁷ DROYSEN (1977:351)

³⁸ DROYSEN (1977:357)

³⁹ WILLIAMS (2002:173)

⁴⁰ DROYSEN (1977:10)

⁴¹ HEGEL (2002:325)

⁴² HEGEL (2002:323).

⁴³ DROYSEN (1894:280-281)

⁴⁴ Em todo o seu texto “Ciência como vocação”, Weber desvincula o conhecimento científico de uma série de atribuições que lhe foram historicamente impostas: verdade (Grécia antiga), sagrado (Idade Média), beleza (renascimento) e emancipação (Ilustração). Na época da técnica, o conhecimento almeja apenas a superar a si mesmo, e, assim, exibe seu movimento autotático.

⁴⁵ Cf. ORTEGA Y GASSET (1987:121-126)

Referências bibliográficas

CASSIRER, Ernst. **Indivíduo e cosmos na filosofia do Renascimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DROYSEN, Johann Gustav. **Historik**. Editado por Peter Leyh. Stuttgart; Bad Canstatt: Fromann-Holzboog, 1977.

DROYSEN, Johann Gustav. **Historik**: Historische-kritische Ausgabe. Band 2. Editado por Peter Leyh. No prelo.

DROYSEN, Johann Gustav. **Kleine Schriften zur Alten Geschichte**. Leipzig, 1894.

DROYSEN, Johann Gustav. **Das Zeitalter der Freiheitskriege**. Editado por E.E. Lehmann. Berlin: Deutsche Bibliothek, 1917.

HEGEL, Georg W.F. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Vozes, 2002.

KOHLSTRUNK, Irene. **Logik und Historie in Droysens Geschichtstheorie: Eine Analyse von Genese und Konstituitionsprinzip seiner ‘Historik’**. Wiesbaden: Franz Steiner, 1980.

KOSELLECK, Reinhart. Über die Theoriebedürftigkeit der Geschichtswissenschaft. In: _____. **Zeitschichten: Studien zur Historik**. Mit einem Beitrag von Hans-Georg Gadamer. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2000.

ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

SCHORSKE, Carl. A História e o estudo da cultura. In: _____. **Pensando com a história: Indagações na passagem para o modernismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHULZ, Walter. **Philosophie in der veränderten Welt**. Stuttgart: Klett-Cotta, 2001.

WEBER, Max. Ciência como vocação. In: _____. **Metodologia das ciências sociais**. Parte 2. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

WILLIAMS, Raymond. **Tragédia moderna**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

Para Uma Nova Ciência da Política: Jean Bodin e a Idéia do Estado Régio

Marcos Antônio Lopes¹

Sylvia Ewel Lenz²

Resumo

Demonstramos como o historiador e jurista francês Jean Bodin aplicou a sua experiência política na concepção do Estado absolutista partindo de quatro premissas. Primeiro, ele definiu a estrutura social e política para culminar na formação estatal; a seguir, elencou os atributos do monarca tratando, então, de economia e de finanças públicas para, finalmente, apresentar as formas de governo, com preferência pela monarquia.

Palavras-chaves

Renascença tardia; Estado Régio; Soberania; Absolutismo

Abstract

Herewith we demonstrate how the historian and jurist Jean Bodin applied his political practice on his conception of the absolute State, founded on four principles. Firstly he defined the social and political structure to culminate in state formation; secondly he described a sovereign's attributes; then he considered economy and public finances in order to finally present the different governmental forms with a clear preference for the monarchy.

Keywords

Later Renaissance; Royal State; Sovereignty; Absolutism.

Bodin refaz o caminho de Aristóteles a Maquiavel, ao tratar das diversas formas de governo, e de como se desenvolveram e decaíram (...) Também apresenta uma relação criteriosa das hierarquias do poder em um Estado Soberano. Esta ordem coercitiva se daria a partir de uma relação vertical: Deus no topo, o soberano na terra com autoridade de legislar, os magistrados agindo em seu nome para exercer o poder coercitivo sobre súditos.

K.M. Baker

Sem dúvida, este método não deixa de ser defeituoso, quando se trata de dados científicos; mas, quando se refere ao Estado e às instituições, se revela excelente. Vivifica o conhecimento alcançado por meio dos textos fortalecendo, com uma consciência crítica e uma experiência prática, a psicologia da vida social que esclarece e retifica a História.

Pierre Mesnard

Em seu livro sobre as origens do pensamento histórico moderno, o historiador norte-americano George Huppert analisou o processo intelectual que levou à elaboração de uma nova maneira de se conceber a história como um campo de pesquisa. Na França, durante a segunda metade do século XVI, alguns homens de letras conseguiram elaborar e propor, de maneira formal e erudita, um novo programa para a história. Para George Huppert, os eruditos da Renascença francesa, influenciados pelas novas orientações surgidas na Itália no campo da pesquisa histórica, acabaram por fundar um novo paradigma historiográfico, fazendo emergir a idéia da história perfeita.³ No círculo de juristas e humanistas franceses da segunda metade do século XVI, à época das Guerras de Religião, foram propostas questões inovadoras nos domínios do conhecimento histórico. Conforme afirma Huppert, “é impossível dizer que a historiografia nasceu da descoberta da crítica histórica no século XIX, pois esta era coisa antiga”.⁴ No mesmo sentido, Georges Lefebvre afirmou que “nesse terreno, a França foi a iniciadora. A erudição francesa do século XVI foi, com efeito, um bosquejo da erudição do século XIX”.⁵ Pode até ser que Huppert e Lefebvre tenham acentuado em demasia esse conteúdo modernizante, ou melhor, inovador, da história dos eruditos franceses do século XVI. E isto porque, entre outros fatores, a cultura intelectual da Renascença francesa também sofreu o impacto de ressurgências do lendário e do maravilhoso proporcionadas pela expansão européia. Na França da segunda metade do século XVI produziram-se inúmeras narrativas de episódios extraordinários. Foi um autêntico desfile de “enciclopédias do fantástico”, segundo uma metáfora utilizada por Voltaire para retratar a literatura francesa pré-iluminista, acentuadamente marcada pela superstição e pelo obscurantismo de tempos bárbaros. Assim é que Charles-Olivier Carbonell parece ter mais razão do que Huppert e Lefebvre, ao afirmar que “seria uma ingenuidade perigosa considerar a historiografia dos humanistas, ainda que bastante diversificada, sob o ângulo exclusivo do progresso. Arcaísmo e conformismo caracterizam muitas vezes uma produção, cuja modernidade não se deve exagerar”.⁶

Mas um dado importante é que, com Jean Bodin (1530-1596) e os humanistas franceses da segunda metade do século XVI, a distinção entre documentação primária e fontes de segunda mão tornou-se, pela primeira vez, uma coordenada inequívoca entre os eruditos franceses no difícil ofício de recuperação do passado:

*“Em seu Méthode pour une connaissance aisée de l’histoire (1566), Jean Bodin, advogado no Parlamento de Paris, e depois procurador do rei, mostra o interesse de ‘unificar racionalmente a diversidade do real’, pois ‘cada dia, escreve ele com a finalidade de provar a instabilidade, a relatividade de todas as coisas, leis novas, costumes novos, instituições novas, ritos novos nascem’. Estendendo a análise até integrar observações sobre a incidência do clima na história e no temperamento dos povos, faz inicialmente da história uma ciência humana”.*⁷

A nova crítica histórica surgida deste esforço intelectual inovador levou a novas formas de se conceber a história. Comparando a história pensada por Maquiavel e aquela proposta por Bodin, Pierre Mesnard considerou:

“A comparação do grande modelo romano com os ridículos epifenômenos da política local levou [Maquiavel] a uma lamentável perda de escala dos fenômenos. Deste modo, César Bórgia é considerado como um dos maiores homens de todos os tempos, por ter se mantido um ano na Romangna. Pelo contrário, Jean Bodin, ampliando indefinidamente sua investigação, multiplicará os elementos passíveis de comparação e disporá, finalmente, em todos os temas, da multiplicidade de categorias necessárias para articular validamente um acontecimento”.⁸

O rótulo *histoire nouvelle*, que passou a ser empregada pelos historiadores da Renascença francesa para distinguir um modo diferente de conceber a história, demonstrava uma atitude de emancipação do esquema cristão medieval de se escrever sobre a política, tema predominante dos historiadores. A nova concepção da história, concebida em termos temáticos e metodológicos inovadores e radicalmente originais, levou Bodin e os eruditos franceses a pensar no advento de uma “história perfeita”, de uma *histoire accomplie*. Nesse ambiente intelectual, a história deixou de ser, durante mais ou menos meio século, simples literatura encomiástica ou “romance dos reis”,⁹ elevando-se à condição de disciplina rigorosa, fundamentada na crítica acurada das fontes. Na avaliação de Carbonell, “forjam-se então na época os utensílios da erudição e organizam-se os laboratórios da História”.¹⁰ Essa *histoire nouvelle* do século XVI pretendeu inovar pela ampliação de vistas temáticas, mas também, e principalmente, pelos pressupostos utilizados no trabalho da interpretação de documentos. Ao lado do projeto de uma história “total”, no sentido de abarcar uma história universal, muito além das *Grandes Crônicas de França*, estes eruditos da Renascença francesa pretenderam se orientar por uma rigorosa crítica documental. A história perfeita do século XVI representou um ponto de mutação no gênero ao desconsiderar esquemas historiográficos muito celebrados, como a crônica patriótica fundada em mitos políticos antigos, e a história dos reis cristianíssimos e suas virtudes heróicas, à moda das grandes crônicas medievais.

Tomando as fontes escritas como sua base documental, e negando a tutela teológica que acompanhou a escrita da história desde Gregório de Tours (História dos Francos) no século VI, a história perfeita dos eruditos franceses do século XVI acreditou que a razão humana empregada na pesquisa do passado poderia alcançar a verdade. Etienne Pasquier, autor de uma obra intitulada *Recherches de l'Histoire de la France*, de 1560, talvez tenha sido o modelo mais acabado das novas tendências nos estudos históricos. Jurista e deputado dos Estados Gerais de Blois, Pasquier escreve suas

Pesquisas sob a turbulência das Guerras de Religião. A primeira edição fora retomada e aumentada por várias vezes. Para Pierre Chaunu, as contribuições que fizeram dele o príncipe dos historiadores eruditos da Renascença francesa se relacionam à nova luz que lança sobre o método de pesquisa: a valorização do francês como idioma erudito auxiliar, da mesma importância que o latim para desvendar outras dimensões da história da França que não a das elites cultas. Além do novo apoio lingüístico, outra originalidade de Pasquier é o emprego de fontes literárias da Antigüidade clássica. Dessa forma, mitos antigos e já sedimentados pelas velhas crônicas, como a origem troiana dos franceses, foram destroçados por ele. Na leitura do *Das guerras nas Gálias* de César, Pasquier descobre o passado da França não nos filhos de Enéas ou no lendário Pharamond, mas em Vercingetorix e as tribos gaulesas da Auvérnia antiga, antes da própria era cristã.¹¹ Apesar de suas contribuições inovadoras no domínio do trabalho intelectual, nem mesmo Pasquier conseguiu escapar à condição de súdito fiel dos últimos Valois e não demorou muito a se converter num valoroso partidário de Henrique IV, o que coloca sua obra numa relação de estreita proximidade com o poder real. Outro desses grandes personagens que, ao lado de Bodin e Pasquier, revela o novo conteúdo da história renascentista francesa foi o professor e jurista François Hotman, autor do livro intitulado *Franco-Gália*, de 1574. Obra *engagée* de recém-convertido ao protestantismo, o livro de Hotman se empenhou em demonstrar os equívocos históricos sobre os quais a monarquia católica na França havia usurpado os direitos populares, tornando-se uma tirania. Como acentua Philippe Tétart,

*“a seus olhos, a história é o instrumento ideal para determinar a verdadeira natureza do poder. Dedicar-se ‘a deduzir qual foi o estado da Gália antes da conquista romana’, a ridicularizar o mito das origens troianas, a insistir nas origens da língua francesa e seu valor unificador. (...) seu método histórico consiste antes de tudo em considerar o passado como uma problemática suscetível de trazer respostas às questões do presente”.*¹²

Apesar de seu conteúdo inovador, esta nova concepção da história também foi conservadora e ajudou a reforçar as bases do Estado soberano. Com Jean Bodin e os eruditos da Renascença francesa a história também esteve ligada à construção do Estado.¹³ O círculo dos historiadores togados também se ocupou em levar a sua pedra ao edifício do Estado monárquico, cuja principal ferramenta teórica era a sólida formação jurídica, aliás, utilizada conscientemente pelos reis desde os séculos XII e XIII, para reforçar suas prerrogativas de comando diante da Igreja e do Império. Mas é preciso considerar que, apesar de suas estritas relações com o centro do poder político, a história perfeita dos juristas franceses do século XVI não mais se confundiu pura e simplesmente

com a monarquia. É nesse sentido que ela representou um elo rompido na cadeia da ficção épica dos historiadores-mitógrafos da Idade Média e do Antigo Regime. No século XVII ocorreu aquilo que Philippe Tétart descreveu como “o século de sonolência de Clío”. Na era do absolutismo, nos tempos da *raison du prince* que se abrem com o advento dos Bourbons, a história se calará diante dos novos imperativos do Estado monárquico, um novo regime político que passou a não mais admitir formas de discursos políticos e históricos que fossem constituídos de louvores a si próprio: “a história é enquadrada, vigiada, pela monarquia. A glorificação dos soberanos, o academicismo, a ortodoxia limitam a liberdade de agir e de escrever. Muitos historiadores louvam a monarquia”.¹⁴ Com a sua teoria da soberania sem partilha, Bodin havia sedimentado esse caminho. Para Richard Bonney, “de uma maneira quase weberiana, Bodin atribuía ao chefe de Estado o monopólio do uso da força legítima”.¹⁵

Com todas as suas inovações, é necessário apreender a *histoire nouvelle* do século XVI como um movimento de superfície, como um pequeno foco de fissura na complicada tapeçaria literária do Antigo Regime, cultura conservadora por excelência de inúmeros temas e estilos muito antigos datando de vários séculos. O projeto de uma história perfeita, fundada principalmente na pesquisa empírica, e numa relação reflexiva com sua documentação, não conseguiu abrir caminho por muito tempo, para conquistar sua hegemonia sobre outros estilos de se escrever história. Empenhada na consolidação do poder real, por meio da sólida formação jurídica de seus representantes, o original e ambicioso projeto de uma história nova acabou por se revelar estéril, não produzindo repercussão importante no século XVII. Para Pierre Chaunu,

*“a História na França alcançou, no fim do século XVI, na grande paixão das Guerras Religiosas, um ponto de perfeição que não poderia manter por muito tempo. (...) O século XVII, apesar de alguns empenhos individuais, apesar do trabalho obscuro de elaboração dos estudos de base da erudição eclesiástica, assinala uma parada na escalada historicista”.*¹⁶

Nesse capítulo da história do pensamento histórico, Jean Bodin ocupa um papel de destaque. Muitíssimo mais conhecido como pensador político, Bodin foi também um historiador de elevada expressão em seu tempo. Segundo Mesnard, sua vocação de historiador corresponde ao período que viveu em Tolouse, entre 1547 e 1559, quando foi professor na Faculdade de Direito:

“Seria este o espaço para sustentar um divertido paradoxo, a saber, que foi provavelmente em Tolouse que Jean Bodin estabeleceu um contato próximo com os países do Norte e com sua produção cultu-

*ral. Existia na Universidade de Tolouse uma nação alemã e, por outro lado, a corte protestante de Navarra estava aberta aos aristocratas do outro lado do Reno. Bodin nos descreve alguns deles e acrescenta, não sem malícia, que eles apreciavam um pouco em demasia, talvez, o bom vinho do Languedoc; mas não é impossível que, em contrapartida, eles lhe ofereceram a melhor garrafa, sob a forma do novo saber histórico que se iniciava na Alemanha”.*¹⁷

Vejamos neste artigo alguns aspectos de sua concepção histórica sobre uma problemática política central no século XVI, o que fez dele o homem de letras responsável pela mais ampla e complexa ruptura com a até então sólida unidade do pensamento político ocidental. Como Maquiavel, Bodin foi o proponente de uma nova visão do Estado régio. Mas não apenas uma forma política autônoma e soberana, representada por uma individualidade virtuosa: “... a soberania (a palavra e a coisa) muda de significado. Não mais indicando um atributo de um poderoso, ela é transmitida ao Estado”.¹⁸ Não se tratava mais de refletir acerca dos atributos do governante na escala bastante limitada do Estado senhorial — a monarquia feudal — dos finais da Idade Média. Não se tratava mais de refletir acerca das ações do soberano, na fase de definição dos Estados principescos, da forma como se desenvolveram essas numerosas e bastante limitadas formas políticas, mormente em regiões da Itália e nas fronteiras geográficas do Sacro Império. Tratava-se de conceituar a complexa estrutura jurídica, burocrática e administrativa emergente nos finais do século XVI, o que Phillip Bobbitt caracteriza como a fase superior do Estado régio.¹⁹ Segundo Pierre Mesnard, a importância histórica de Jean Bodin é a de ter obrigado o legislador a levar em consideração uma ciência jurídico-política universal, baseada no direito comparado.²⁰ Ao propor uma estrutura política complexa e inteiramente livre da personalização que reduzia o alcance do exercício do poder soberano, Bodin fez de sua maior obra o principal tratado de teoria política do século XVI.

Jean Bodin iniciou a sua formação na Teologia, passando, em seguida, ao estudo do Direito, concluído em Paris. Ambos estudos, junto com o exercício da profissão de advogado no Parlamento francês, levaram-no a aplicar a teoria escolástica à experiência política. Assim, formação jurídica e atividade política permeiam as suas obras, desde as teóricas às de cunho histórico.²¹ Como Maquiavel, ele não refletia sobre questões de sua época — desavenças políticas e dissidências religiosas —, como também apresentava propostas práticas para consolidar e manter a ordem política.²² O historiador de Florença, de formação humanística, pretendia, a partir de leituras dos escritos dos antigos mescladas à sua experiência nas atividades políticas e diplomáticas, escrever uma orientação para os dirigentes políticos. Segundo Mesnard, ele lia Políbio, “seu velho conhecido”.²³ Como recorda Skinner,

*“Séculos antes, já era esse o objetivo da tradição de livros de aconselhamento apresentados aos podestà e aos magistrados urbanos, e essa tradição, por sua vez, se enraizava na idéia ainda mais antiga de se estender um “espelho” aos príncipes, oferecendo-lhes dessa forma uma imagem ideal e pedindo-lhes que nela procurassem divisar o seu reflexo”.*²⁴

Humanista, Bodin também buscou soluções para as querelas religiosas entre católicos e huguenotes, cujos eventos testemunhara e dos quais quase se tornara vítima. Os estudos jurídicos — seus empreendimentos metodológicos acerca do Direito e da História —, levaram-no a defender a ordem jurídica como baluarte do Estado soberano, centrado na supremacia real, para além dos poderes imperial e papal.²⁵ Bodin parte do princípio racional implícito em *O Príncipe* de Maquiavel, ou seja, de um Estado ordenado e ordenador, laico, acima das questões religiosas. Não obstante, temia tanto pelos exageros que um tirano poderia cometer, como pelo poder que Maquiavel delegava ao povo.²⁶ Neste sentido, desconfiava de suas propostas, reflexo de uma nação caótica, como dos calvinistas, adeptos da tese de que o dirigente tem limites e deve satisfação aos seus súditos e cidadãos. Bodin se sobressai em construções racionais, apresentando um caminho metodológico para a elaboração de um saber político em *Método para a fácil compreensão da história*, acima citado, ganhando reconhecimento notório. Segundo a afirmação de Skinner, “...Bodin alinhou desde reflexões gerais acerca das relações entre costumes e clima, o ritmo de ascensão e queda dos estados e a disposição das estrelas, e a correspondência entre diferentes cronologias e a exegese bíblica, até simples regras empíricas que permitiam a um estudioso descobrir preconceitos num autor”.²⁷

Esta obra foi resultado das reflexões teóricas acerca do Estado a partir da herança do humanismo e do direito romano concomitante à sua atuação profissional como advogado e servidor do Estado. Neste sentido, ele apresenta as suas reflexões metodológicas acerca da História para, a partir desta obra, elaborar uma jurisprudência universal que servisse de modelo para homens pragmáticos. Bodin formulou um conhecimento jurídico-político no qual interligava questões teóricas, práticas políticas, administrativas e constitucionais devidamente relacionadas à economia política.²⁸ O acadêmico em Direito, para fundamentar a história humana, deveria: “... captar a natureza da justiça, não sujeita à mudança conforme os desejos dos homens, mas estabelecida pela lei eterna (...) aproximar e comparar a estrutura legal de todos os Estados, ou dos mais famosos Estados, e daí compilar o melhor tipo”.²⁹ Segundo Mesnard, do método comparativo — que alguns autores estimavam ao que parece por si mesmo — Bodin extrairá conclusões verdadeiramente científicas: “Sua finalidade é deduzir por esse

procedimento o direito universal, ou seja, o direito natural tal como a evolução humana permite concebê-lo na unidade de sua complexidade”.³⁰

Bodin empregou o método comparativo das leis e regras entre os povos, para chegar a um suposto direito universal, baseado no direito romano, em contraposição ao direito consuetudinário dos calvinistas. Ele já pressupunha que a história política da formação estatal só era viável se o direito estivesse relacionado à regulamentação deste Estado.³¹ Bodin fundamentou o saber em duas vertentes: a universalidade dos princípios gerais, sistematizada no Direito Romano; a realidade dos eventos, da razão e da experiência histórica. Bodin dividiu a história em humana, natural e divina. Mas, como esta última não seria perceptível ao ser humano, enfatizou o saber do passado baseado no direito e na experiência histórica. Ao analisar a obra histórica de Bodin o historiador inglês B.A. Haddock observa que,

“na história, a melhor parte do direito universal acha-se escondida, enterrada em obscuros estatutos e ponderados comentários, e é apenas quando o direito é visto em relação a uma teoria geral de ‘o costume dos povos e os começos, crescimento, condições, mudanças, e decadência de todos os estados’ que diferentes sistemas de direito podem ser convenientemente avaliados”.³²

Bodin se distancia da tradição escatológica ao conceber a história universal pelo ângulo da ascensão e queda das culturas. Desta feita, os povos das três zonas climáticas contribuíram, cada qual, para o desenvolvimento da humanidade: os povos do Oriente promoveram a cosmologia, a religião e a filosofia; os gregos e os romanos desenvolveram o Estado e a ordem jurídica e os povos do Norte europeu contribuíram com as ciências bélicas e as artes mecânicas.³³

Preocupado com as sucessivas crises econômicas, Bodin também analisa os problemas coevos, conforme atesta *A Resposta a M. de Malestroit*, de 1568. Aqui, Bodin superou os letrados contemporâneos, ao perceber a revolução econômica que estava em andamento ao longo do século XVI. Um reflexo de alguém que vivia em meio à carestia e às mudanças na estrutura da economia europeia acrescidas da inflação decorrente da entrada dos metais vindos da América espanhola. O autor compreendeu a importância e a gravidade das finanças, recorrendo a um notável rigor lógico e à ênfase de uma burocracia fiscal para a economia mercantil de um Estado forte.

Todavia, além destas obras e de sua obra magna, discutida a seguir, Bodin encerrou a sua produção intelectual, vinte anos mais tarde, quando as tensões após as guerras religiosas haviam-se acirrado, escrevendo *Demonomania dos Feiticeiros*, considerado o primeiro manual francês de caça às bruxas. Uma guinada surpreendente, considerando a elaboração de obras racionais, ba-

seadas no Direito e na observação dos fatos políticos, sociais e econômicos. Podem-se elencar três motivações que o levaram a encerrar sua carreira com esta obra. A primeira, de caráter defensivo, considerando o acirramento das perseguições religiosas, levou Bodin a se redimir perante a Igreja Católica debelando-se contra o satanismo, posto que, anos antes, pertencera à facção dos *Politiques*, a favor da tolerância religiosa. A seguinte demonstra que, apesar de procurar desenvolver um pensamento racional, Bodin nem por isto deixa de ser crítico e crédulo ao mesmo tempo, estando impregnado da atmosfera religiosa e mágica do quinhentismo, sendo um produto do seu tempo. A última, considerando que magia e feitiçaria significavam o controle sobre forças naturais a partir de técnicas irracionais, levadas a cabo por indivíduos, portanto, fora do controle e da ordem vigente, representava uma ameaça ao seu idealizado Estado de Direito.³⁴

Antes, no auge de sua carreira, as guerras religiosas entre católicos e huguenotes eclodiram na França a partir de 1562. Estes conflitos confessionais também serviam aos interesses políticos centrais, em oposição aos provinciais. Em Paris, Bodin quase foi uma das vítimas desses conflitos, na noite de São Bartolomeu, em 24 de agosto 1572, posto que integrava o grupo *Politique*. Este grupo defendia uma política secular, independente das influências das igrejas, reformadas ou católicas, constituindo, desta forma, as bases do Estado Moderno laico.³⁵ O chanceler Michel de l'Hôpital, um de seus precursores, não considerava a unidade religiosa essencial para o bem-estar da França: "A imposição da uniformidade 'pode ser boa em si mesma', mas 'a experiência revelou ser impossível pô-la em prática. Tudo o que ela faz é pôr em perigo a paz, em nome da unidade religiosa, enquanto a única política racional consiste em abandonar a busca da unidade em favor da paz'".³⁶

Desta feita, Bodin elaborou Os seis livros da República³⁷ em meio a disputas teológicas, interesses políticos e o derramamento de sangue das guerras religiosas. Ele escreveu em francês para ter a sua obra melhor difundida entre os dirigentes de seu país. Afinal, pretendia tanto resolver os impasses das guerras religiosas e civis no reino da França como fundamentar os Estados monárquicos hereditários. Ele também pretendia que sua obra se tornasse acessível aos leigos católicos, para servir de contra-ofensiva aos monarcômanos protestantes, cuja intenção era limitar o poder do rei mediante a convocação de parlamentos, estados gerais e conselhos:

"Foi o medo da anarquia, consequência necessária, segundo ele, da doutrina de resistência legítima dos 'monarcômanos', que incitou Bodin a sustentar que, para preservar a ordem social, cumpria que se exercesse uma vontade soberana suprema. Para ser soberana, afirmava ele, essa vontade deve necessariamente ser unitária. E para ser unitária impõe-se necessariamente que seja perpétua,

indivisível (portanto, inalienável) e absoluta; em consequência independente do julgamento ou do comando de outrem (...).³⁸

Com esta obra sistemática, racional e baseada na justificação da soberania e da obediência às leis, Bodin publicou um dos últimos espelhos de príncipes, visando orientá-los na manutenção da ordem em prol do desenvolvimento econômico do Estado. Bodin elaborou a sua obra magna em seis livros, divididos em capítulos e editados em livro de grande porte, encadernado em couro.³⁹ A divisão da obra obedece à seguinte organização temática:

- I — Definição de conceitos e as funções da república, famílias, autoridade, cidadão, súdito, estrangeiro etc.
- II — Das formas de governo — monarquia, aristocracia e democracia.
- III — Dos funcionários do governo hierárquico.
- IV — Auges e decadências das Repúblicas.
- V — Demografia, riqueza e pobreza, caridade, punições, segurança interna e externa.
- VI — Finanças e apologia à monarquia soberana.

No prefácio, o autor se refere a Maquiavel como ateu e inculto, reflexo da Itália de seu tempo. Ele lembra, também, haver poucas obras políticas. A *Política*, de Aristóteles, e a *República*, de Platão, apesar de serem obras clássicas, prescindiam de uma fundamentação jurídica. O autor tinha em vista relevar a obediência à lei, portanto, ao rei, com a consequente observação da lei divina e o desenvolvimento humanista dos súditos. A tradução em latim logo foi publicada, tornando-se acessível aos principais dirigentes europeus. Erudita e com abordagem ampla, pretendia um saber universal, dentro da tradição renascentista. Zeloso com termos tais como república, família, magistrados, Bodin denota a influência aristotélica na elaboração acurada e lógica do pensamento. *Os seis livros da República* giram em torno da definição jurídica de Soberania, cujos alicerces, baseados na justiça, respaldavam-se no direito natural e divino do rei. Quentin Skinner ressalta a apresentação de suas fundamentações em defesa de uma monarquia absolutista, tendo em vista a ordem, a paz e a unidade francesa:

“Abandonando a posição constitucionalista que adotara ao escrever seu Método para a fácil compreensão da história, Bodin revela-se, nos Seis livros, um defensor praticamente irredutível do absolutismo, exigindo que sejam proscritas todas as teorias que defendiam a resistência e se aceite, como único meio para restaurar a unidade e a paz política, uma monarquia forte. (...) Bodin claramente jul-

*gou que sua principal tarefa ideológica, nos Seis livros, consistia em atacar e refutar a teoria da resistência dos huguenotes, que passara a considerar a maior ameaça isolada à possibilidade de se restabelecer uma monarquia bem organizada na França”.*⁴⁰

Bodin considerava que a economia francesa estava sendo prejudicada por guerras religiosas e querelas confessionais, levando o país à instabilidade. A conjuntura complexa de sua época reflete-se no texto, detalhado, denso, prolixo e longo, destacando os temas básicos tratados pelo autor, que vão da organização social da família à estrutura estatal: a) a base da sociedade é a família, cujo patriarca concentra o poder no âmbito do privado; a partir dela se reflete toda a condução da sociedade; b) um Estado monárquico baseado no poder absoluto do soberano, que estaria acima do Papado e do Império, assim como de quaisquer religiões. O soberano se atém à ética cristã, posto que presta contas a Deus, único Senhor acima dele; também devia seguir os princípios legais do direito natural — a liberdade de viver e de possuir, ou seja, à vida e à propriedade privada; c) seguindo os passos de Maquiavel, Bodin enfatiza o poder soberano e absoluto do Príncipe; não obstante, este só pode ser hereditário, legal, oriundo de uma dada linhagem aristocrática; d) em decorrência desta premissa, o autor enfatiza o dever da obediência dos súditos, independentemente de serem nobres, clérigos, magistrados, burgueses, ou ainda, arraia-miúda; e) todos estes requisitos visam manter a ordem e a paz, possibilitando o pleno desenvolvimento da economia do Estado, de modo que este também tenha como arrecadar, manter a corte e, principalmente, garantir os custos com a manutenção de um exército permanente; f) neste sentido, Bodin inova ao destacar o papel da economia e, portanto, da coleta fiscal, e não só da força militar, para a sustentação da forma de governo entendida como uma monarquia absoluta; g) em decorrência desses argumentos, ele ressalta o papel do direito natural de cada indivíduo, isto é, o direito de viver e haver, e do direito divino, cuja ética cristã parece-nos retirada do Antigo Testamento, com um Deus-pai que pune quem o desobedece. Estes sete mandamentos respaldam a obra, escrita num estilo rebuscado, complexo, quase enfadonho.

Há uma lógica que abrange a sociedade desde a sua célula nuclear à preocupação com a consolidação da ordem e da observância das leis, de modo a garantir o devido desenvolvimento econômico de sua República. Embora empregue o conceito de *Etát*, o Estado conforme concebido hoje,⁴¹ na prática, Bodin procura apresentar as condições para a existência e consolidação do mesmo, a partir de uma mescla entre o direito romano e a ética judaico-cristã de obediência ao representante supremo do poder. Como

jurista, Bodin entendia que um Estado politicamente forte estava baseado em leis bem ordenadas, a serem mantidas e obedientemente seguidas.

Bodin inicia o primeiro livro definindo categorias gerais: família, soberania e Estado e elaborando uma tipologia hierarquizada dos grupos sociais, da esfera privada à pública. Ele também diferencia cidadãos de súditos e classifica os estrangeiros, tendo em vista as migrações que se davam, principalmente, entre a França e a Espanha. A família seria a fonte verdadeira e a origem do Estado: se for bem regida sob a autoridade patriarcal ela representa o Estado, correspondendo o poder doméstico ao poder soberano. Assim, continua Bodin, um bom governo doméstico serve de espelho para o governo estatal: “A célula embrionária do Estado está, segundo Bodin, na família. O chefe de família é em sua casa tão absoluto como o rei no Estado”.⁴² O Bodin economista vinculou o direito de família à propriedade privada, ambos devendo ser respeitados pelo Estado: “A propriedade impõe limites ao poder soberano do rei; este não a pode violar. (...) A propriedade é em Bodin um elemento do direito natural”.⁴³ Para ele, o público só existe em oposição ao privado, i.e., à propriedade privada no âmbito civil. Os grupos de família constituem, por sua vez, as comunidades e as diversas corporações, que vivem segundo as leis da natureza visando uma convivência harmoniosa, em função da felicidade individual norteadas por paixões e desejos. Junto aos colégios, compostos por mais de três homens, formam o corpo do Estado, metáfora recorrente na Renascença e mesmo posteriormente, em Thomas Hobbes.⁴⁴

Quando o patriarca deixa a esfera privada da família e vai ao mercado tratar de interesses públicos, então ele deixa de ser senhor para se tornar cidadão — *citoyen* —, que nada mais é do que um súdito livre — *franc subject* — sujeito ao poder soberano de outrem. Mulheres e crianças estão livres da servidão, embora sujeitas à autoridade doméstica quanto a direitos, liberdade e disponibilidade, inclusive dos seus bens. Um cidadão passa a ser súdito quando tem sua liberdade limitada por aquele a quem deve obediência. Nem todo súdito é cidadão, como os escravos, por exemplo. O mesmo se passa com o estrangeiro, que não é cidadão por não dispor de direitos e privilégios da burguesia. Abaixo dos cidadãos há nativos e naturalizados. Os primeiros são súditos livres de um Estado em que nasceram, onde ao menos um dos pais é cidadão. O naturalizado se sujeita à soberania de outro sendo admitido pelo soberano como súdito. Muitos cidadãos, nativos, libertos ou naturalizados, compõem um Estado quando eles são regidos por um ou mais poderes soberanos, mesmo se houver diferenças nas leis, idiomas, costumes, religiões e nações.⁴⁵

Segundo Bodin, quando todos os cidadãos são regidos pelas mesmas leis e costumes, trata-se de uma comunidade cívica, a *civitas*, mesmo se a população

estiver espalhada em cidades, aldeias ou províncias. Um Estado não se constituirá numa comunidade civil caso não esteja sob o domínio de um soberano, da mesma forma como uma unidade doméstica não comporá uma família caso seus membros não estejam sujeitos a um chefe de família. Assim, ele pode abarcar várias comunidades civis e províncias cujos costumes se diferenciem, mas que se sujeitem à ordem de um único soberano e de suas leis.⁴⁶

Os magistrados compunham uma categoria de funcionários judiciários com um poder bem mais amplo do que os juízes atuais. Eles representavam os instrumentos diretos do monarca e cuja função consistia em fazer cumprir as suas ordens, sendo praticantes da lei divina e natural no cotidiano dos súditos. Por meio deles a lei deixava de ser teoria, para ser racionalmente aplicada, provando a sua função e eficácia e, deste modo, também confirmando o poder soberano. Estas comunidades que se encontram unidas sob um poder soberano formam o Estado ou a República, conceito coevo, que representava o domínio da esfera pública em oposição à privada, ao convívio doméstico. Aqui, Bodin vai além de teorias acerca da organização política, apresentando soluções práticas. Ele defende a sociedade civil baseada numa legislação racionalmente aplicada, diferentemente das hordas de piratas e dos bandos de ladrões, cujos acordos orais flutuam conforme os interesses do chefe vigente. A palavra de um soberano, ou seja, a lei que ele proclama aos súditos teria a força de uma mensagem divina. Entretanto, um Estado soberano é composto de súditos, soberania e leis naturais e divinas para atender a três realizações básicas. Bodin explicita, já no capítulo inicial do primeiro livro, que um Estado só é eficiente se atender a três aspectos básicos, fundamentais para a sua consolidação: as necessidades materiais, mentais e espirituais intrínsecas ao ser humano.⁴⁷

Os aspectos materiais implicariam na produção agrícola e na questão demográfica, do comer e do vestir; em elementos naturais, como climáticos, hídricos e minerais e, encerrando, em estratégias defensivas e bélicas. Assim, segundo Bodin, o Estado deve ser reconhecido pelo seu território, grande e fértil o suficiente para nutrir e vestir o seu povo; ter um clima ameno, boas fontes de água e metais para fomentar a produção bélica em benefício da defesa estatal, acrescida de fortificações e de limites naturais que demarquem as fronteiras políticas. Uma vez satisfeitas as necessidades vitais, o Estado deve suprir a população no âmbito dos aspectos mentais, zelando pela formação intelectual. Assim, os indivíduos devem receber a devida formação moral, científica e filosófica acerca da natureza e de Deus, de modo a desenvolver virtudes e saber reconhecer o belo em meio à diversidade natural. Já os aspectos mentais e espirituais só podem ser alcançados após cumpridas as necessidades materiais básicas dos súditos, que devem vislumbrar Deus, a última etapa para alcançar a felicidade humana. Assim, o Estado deve prover as

necessidades materiais, morais, científicas e culturais dos homens e, talvez, as espirituais e divinas de sua alma, de modo a que alcancem a Divindade, ponto supremo do desenvolvimento do ser humano.

Para realizar estes empreendimentos materiais e ideais, o soberano deve garantir a ordem mais do que a liberdade; todo ato de resistência de um súdito ao seu governante deveria ser proscrito em prol do interesse de preservar a frágil estrutura do governo. Logo, a sociedade política deve ter um soberano absoluto, que comande sem nunca receber ordens, jamais podendo ser legitimamente combatido pelos súditos. Tal se deve à opinião contrária de Bodin frente ao movimento huguenote, cuja essência consiste em que

“(...) os magistrados e representantes do povo têm o direito moral de resistir pela força a um governo tirânico, e esse direito fundamenta-se num direito prévio e natural do povo soberano a considerar a república um meio de assegurar e aprimorar seu bem. (...) Após 1572, a principal tarefa dos revolucionários passou a ser conclamar às armas os líderes naturais do povo. Nessas circunstâncias, afirmar que tinham o direito de resistir significava apenas argumentar que, em termos morais, não precisavam ter receio de lutar. Mas enunciar a mesma idéia dizendo que tinham o dever de resistir implicava a afirmação — bem mais eloqüente — de que eles não podiam eximir-se de tomar armas”.⁴⁸

As diferenças confessionais ganhavam, desta feita, um cunho político, culminando com as guerras entre os principados protestantes e o império Habsburgo, no início do Seiscentos. Diante da preocupação com a economia mercantil Bodin defendeu, acima das querelas religiosas e, portanto, políticas, a manutenção da paz e da ordem, sem as quais não haveria prosperidade material e, por conseqüência, a devida arrecadação que, por sua vez, ofereciam sustentáculos ao Estado soberano. O conceito central na obra de Bodin é a soberania, conforme o autor o define no décimo capítulo do Livro Primeiro: significa o exercício da autoridade, de modo que o Estado disponha de um poder soberano sobre as famílias caracterizando-se por ser absoluto, vitalício e único e pessoal. Antecipando-se à tese do direito divino dos reis, defendida mais tarde por Bossuet, Bodin conclamou que, acima do soberano, somente o poder de Deus é superior. A soberania, na prática, significava o poder de legislar, enquanto os magistrados zelavam pela aplicação da lei, representando o exercício pragmático do mando.

Esta é uma forma de soberania fundamentada juridicamente para dar sustentação ao poder do soberano; baseia-se, portanto, no poder legislativo do soberano, a partir das leis divina, natural e consuetudinária.

Estas são recebidas do poder emanado por Deus e postas em prática pelos magistrados, que representam os agentes do rei, simbolicamente, as mãos do corpo estatal. Embora discretamente, Bodin é um herdeiro constitucionalista, posto que constrói sua hierarquia judiciária a partir dos costumes e das leis naturais e divinas. Bodin entende o bom rei como aquele que é temeroso a Deus e seus súditos como obedientes ao soberano, mostrando-se envolvido em uma religiosidade cristã transconfessional. Segundo esta premissa, os atributos do soberano estão fundamentados no poder de legislar, sendo que todo o restante é decorrente deste pressuposto. Desta forma, a aplicação da Lei, no sentido mais amplo, indica a necessidade de definir os direitos de soberania que, relacionados por Bodin, são: decidir sobre a guerra e a paz que definem a queda ou segurança do Estado; nomear e exonerar funcionários do alto escalão; o direito de decisão sobre a última instância; conceder perdão aos condenados; da lealdade de súditos e vassalos; decretar o valor da moeda e do câmbio; regular pesos e medidas e tributar impostos e alfândegas.⁴⁹

Em princípio, o soberano só tem, perante a nação, direitos de legislar, posto que seu único dever é para com Deus. A base do seu poder é a legislação, no que concerne à ordem pública na defesa da soberania nacional em relação aos demais Estados. Domesticamente, delega poderes e detém o controle direto sobre os funcionários, que colocam em prática a soberania interna. Exércitos efetivos e o pagamento de funcionários judiciais — os magistrados — significam altos custos para o Estado e requerem uma tributação regular sobre os súditos e a taxação de produtos importados, antecedendo as políticas econômicas do mercantilismo. Além disso, Bodin adentra-se o no âmbito do direito privado, do poder direto em decidir sobre a concessão de perdão, da exigência de lealdade dos governados e, principalmente, fornecer as bases devidas para uma economia próspera a partir de uma regulamentação financeira e do estabelecimento de normas de medição. Desta forma, o soberano, acima da lei, somente abaixo de Deus, é único, vitalício e hereditário, exerce um poder absoluto; só haveria eleições se uma dinastia não deixasse sucessores. Assim, embora Bodin discordasse, no oitavo capítulo do Livro Primeiro, que trata dos governos tirânicos, ele aceitava que caso tal situação viesse a ocorrer, os súditos deveriam suportar a tirania, como forma de expiar os seus pecados.⁵⁰

Bebendo na fonte maquiaveliana, Bodin defendeu o poder coercitivo, incrementando a noção do Estado racional, desencadeada pelo historiador de Florença. Mas, enquanto para este tal se concretizaria no poder militar, para o jurista francês a coerção se aplicaria com a lei, por meio dos magistrados que podem, e do soberano, que ordena, até mesmo a pena de morte. Diferentemente de Maquiavel, valorizador da ação do indivíduo, Bodin se

vinculava à sociedade estamental, das ordens sociais, herança cultural do medievo, a favor da sociedade hierárquica de ordens e defensor da monarquia hereditária, por entender que, atuando em conjunto, ambas impediriam a usurpação do poder por parte de príncipes inescrupulosos.

Nos dois atributos finais do soberano — câmbios e moeda, pesos e medida, tributação interna e externa —, Bodin sujeita a economia à política. Ao monarca delega decisões cambiais, cunhagem de moeda, regulamentação de pesos e medidas, além da organização de leis tributárias cuja arrecadação sustentasse economicamente a ordem interna e externa da nação. O Livro Quinto e parte do Sexto diferem dos outros, ao tratar das finanças assim como da responsabilidade econômica do Estado, propondo uma economia mercantil cujo controle ficaria sob as mãos do governo. Bodin incluiu parte da obra anterior sobre política econômica, na qual fizera uma análise realista e pragmática dos problemas da inflação dos preços e da carestia do seu tempo.

Ele passa, então, a temas tão variados como demografia, riqueza de uns, pobreza da maioria, provimento das necessidades básicas da população. A fome deveria ser evitada posto que hordas de mendigos e bandidos eram perniciosas ao bom andamento da produção e do comércio. Bodin dá um teor político aos problemas sociais, tendo em vista que os vincula às questões da segurança do reino: alerta para que este evite a formação de uma turba de famintos e miseráveis, além de possíveis rebeliões populares. O autor também considera vital preservar um índice demográfico estável, sem queda populacional, tendo em vista a força econômica das pessoas produtivas para a manutenção de um Estado monárquico forte, força esta obtida pela arrecadação tributária. Em termos de defesa externa, o governo também precisaria dispor de um número de efetivos em seu exército nacional permanente. Estes são os objetivos materiais de responsabilidade do soberano, conforme já elencara no Livro Primeiro. Apesar dos preâmbulos aristotélicos voltados para aspectos intelectuais — a formação educacional e cristã, a formação espiritual dos súditos —, os capítulos seguintes carecem de uma menção proporcional a estas, como as dedicadas à alimentação e à segurança dos súditos. Os compromissos do soberano para com os súditos recordam os acordos feudais entre senhores e vassalos, em que estes trabalhavam a terra em troca da proteção daqueles.⁵¹

Embora seja um fator natural, Bodin também trabalhou a questão climática posto que esta é decisiva para uma boa produção agrícola, também voltada para o planejamento do plantio e do controle da armazenagem de grãos em tempos de escassez alimentar. Sob este aspecto precede Montesquieu, ao tratar de clima, mas com abordagem distinta do determinismo deste

quanto ao caráter dos habitantes de zonas quentes.⁵² O filósofo iluminista certamente bebeu em fontes bodinianas tais como as questões climáticas e a produção agrícola, das águas e minerais, preocupações fundamentais para a governabilidade, tendo em vista a segurança e a riqueza do país. Mas ambos visam o bom convívio entre os homens, a manutenção da ordem e da paz tendo em vista o ideal aristotélico da felicidade.

Bodin encerra a obra considerando somente três formas de governo — monarquia, democracia e aristocracia —, defendendo a primeira. Ele considera a democracia a mais perfeita forma de governo, já que visa princípios como igualdade e justiça, sem concessão de privilégios. A constituição seguiria leis naturais, já a natureza disponibilizaria suas riquezas para todos. Na democracia, todos partilhariam do bem público, dividindo propriedade, bens e conquistas, enquanto somente alguns na aristocracia, e somente um teria este privilégio na monarquia. Entretanto, seu governo mostrar-se-ia frágil, arruinando-se devido a egoísmos, mesquinhas e indiferenças inerentes à natureza humana.⁵³ Neste sentido, o autor é contra as teorias comunais de Platão, conforme expressou no governo idealizado da República. Para Bodin, a propriedade privada é, segundo os desígnios de Deus, o fundamento material do Estado, assim como a família é a formação social, a obediência o comportamento ético, e a soberania o seu esteio político. Mas, como são raras as pessoas instruídas, havendo muitos que agem como animais, a democracia beiraria à irracionalidade, favorecendo o comportamento tirânico dos poucos capazes de governar.

A aristocracia representa o governo dos melhores, mais ricos e inteligentes, intermediária entre o governo de todos e o de um só. A sua política ideal é o consenso entre os senhores. Entretanto, podem surgir facções que a dividam e, portanto, a fragilizem. Para Bodin, há dois governos aristocráticos: o militar, herdeiro da natureza guerreira dos nobres feudais; e o comercial, de natureza pacífica, representado pela elite composta por negociantes e profissionais liberais das cidades modernas. Contudo, Bodin compara a monarquia soberana às realezas das civilizações antigas, que teriam durado por até mais de mil anos. Ele também fundamenta a sua preferência às leis naturais fazendo analogias entre Deus, que dirige o mundo, o sol, que rege o universo, a cabeça, que coordena o corpo. Ele ainda faz referências às leis civis em que o patriarca comanda a família, que é a célula do Estado.

Finalizando, apesar do compêndio de Bodin em defesa da soberania absoluta do Estado, em prol da paz geral, ela somente foi consolidada nos países da Europa com resistências e reveses. Mas Bodin propôs uma organização política visando restabelecer a ordem em uma cristandade conturbada. A ênfase de Bodin em prol do poder absoluto denota uma ausência de mecanismos efetivos — fiscais, tributários, burocráticos —, que viabilizassem, de imediato, a consolidação do poder centralizador, o que se

dará ao longo do século XVII. Por outro lado, houve uma ascensão social de financistas e plebeus por intermédio do poderio econômico, na compra de títulos, cargos, ou mesmo matrimônios de homens burgueses com mulheres da nobreza. Os valores que perpassam a obra denotam o humanismo neoplatônico, cuja finalidade moral seria o aprimoramento espiritual ou, ainda, resquícios de uma formação teológica. Apesar de manter um raciocínio cuidadoso e do zelo taxionômico com os conceitos, Bodin seguiu a formação escolástica que iniciava com o estudo da retórica, música, astrologia e culminava com a teologia, a rainha das ciências. Apesar da indefinição confessional de Bodin, ao assumir que o conhecimento de Deus representava a suprema felicidade, lhe revelou uma profunda religiosidade.

O autor seguiu também o ideal aristotélico, ao defender a função política do Estado, com vistas à felicidade da nação, por meio da vida civil em prol do bem comum, devidamente ordenado por uma autoridade soberana. A função do soberano, no que tange ao bem comum, visava a defesa de direitos naturais e divinos — liberdade sobre a vida e a propriedade. Bodin preocupou-se com a prosperidade econômica tendo em vista que o comércio dependia da paz e da garantia de proteção legal dos contratos. Estas necessidades correspondem a um período em que a sociedade mercantil empreendida pela burguesia estava em franca ascensão, impulsionada pelos metais preciosos provenientes das Américas. Desta feita, o soberano seria único e com poder absoluto perante os seus magistrados, a nobreza, o clero e o povo. O rei estaria acima do Papado e do Imperador, de modo a manter a ordem interna de sua nação, devendo sobrepor-se às querelas confessionais, evitando guerras religiosas em prol da paz. Esta forma de governo só seria possível tendo como instrumento básico uma ordem política devidamente hierarquizada.

Por detrás da preocupação de Bodin com uma forma perfeita de governo, há a motivação implícita pela prosperidade material, de modo a que esta possibilite a formação intelectual dos súditos. Tal realização possibilitaria o desenvolvimento espiritual do indivíduo, fim último deste longo processo, passível de ser realizado por uma estrutura estatal racional e absoluta. Bodin foi um precursor da Ilustração, pois, a partir da prática política e do conhecimento legal e justo, visava a paz, a prosperidade, a formação cultural e espiritual em função da felicidade geral. Somente uma monarquia legítima formaria um corpo político único, sólido e forte. Assim, ele seguiu a idéia do governo com um só príncipe, semelhante ao monoteísmo cristão regido por um Deus perfeito, defendido na argumentação política por Dante Alighieri (1265-1321), mas acrescido do elemento jurídico.⁵⁴

Notas

¹ Doutor em História pela USP. Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina.

² Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina.

³ Cf. HUPPERT, G. *L'idée de l'Histoire parfaite*. Paris: Flammarion, 1973.

⁴ Id. *ib.*, p. 09.

⁵ LEFEBVRE, G. *El nacimiento de la historiografía moderna*. Barcelona: Martinez Roca, 1974. p. 86. Cf. também Mousnier, R. *Problèmes de méthode dans l'étude des structures sociales des XVII^e, XVIII^e et XVIII^e siècles*. In: *Revue Historique*. Paris: n. 03, 1964.

⁶ CARBONELL, C.- O. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1987. p. 78.

⁷ TÉTART, P. *Pequena história dos historiadores*. Bauru: Edusc, 2000. p. 59. Esta visão humanística da história foi expressa pelo próprio Bodin nos seguintes termos: “um dos maiores e talvez o principal fundamento da República é o de organizar o Estado segundo a natureza dos cidadãos bem como a legislação à natureza dos lugares, das pessoas e dos tempos”. Citado por MESNARD, P. *Jean Bodin en la Historia del Pensamiento*. Madrid: IEP, 1962. p. 109.

⁸ MESNARD, P. *Id. ib.*, 1962. p. 105.

⁹ CHARTIER, R. Apresentação. In: ARIËS, P. *O tempo da História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. p. 25.

¹⁰ CARBONELL, C.-O. 1987, *Op. cit.*, p. 83.

¹¹ Cf. CHAUNU, P. *A História como ciência social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976; Cf. também HUPPERT, G. 1973, *Op. cit.*

¹² TÉTART, P. 2000, *Op. cit.*, p. 58s.

¹³ Cf. CHAUNU, P. 1976. *Op. cit.*

¹⁴ TÉTART, P. 2000, *Op. cit.*, p. 65.

¹⁵ BONNEY, R. *L'absolutisme*. Paris: PUF, 1989. p. 29.

¹⁶ CHAUNU, P. 1976. *Op. cit.* pp. 56s.

¹⁷ MESNARD, P. 1962, *Op. cit.*, p. 98. Acerca das influências intelectuais de Bodin no período cf. MESNARD, P. *Id. ib.*, p. 96s.

¹⁸ RUBY, C. *Introdução à filosofia política*. São Paulo: Editora Unesp, 1998. p. 65.

¹⁹ Cf. BOBBIT, P. *A guerra e a paz na história moderna*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

²⁰ Cf. MESNARD, P. 1962, *Op. cit.*, pp. 103s.

²¹ Cf. DENZER, H.; MAIER, H.; RAUSCH, H. *Klassiker des politischen Denkens — von Plato bis Hobbes*. München: C. H. Beck, 1968. p. 322.

²² Cf. MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

²³ MESNARD, P. 1962, *Op. cit.*, p. 98.

²⁴ SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 139.

²⁵ DENZER, H. (et. al.). *Op. cit.*, p. 334.

²⁶ Cf. prefácio feito para a tradução alemã dos *Seis Livros de Jean Bodin — Über den Staat*. Stuttgart: Philipp Reclam, 1987.

²⁷ SKINNER, Q. *Op. cit.*, p. 497.

²⁸ DENZER, H. (et. al.). *Op. cit.*, p. 325.

²⁹ HADDOCK, B. A. *Uma introdução ao pensamento histórico*. Lisboa: Gradiva, 1989. p. 62.

³⁰ MESNARD, P. 1962, *Op. cit.*, p. 100.

³¹ DENZER, H. (et. al.). *Op. cit.*, pp. 334s.

³² HADDOCK, B. A. *Op. cit.*, p. 63.

³³ DENZER, H. (et. al.). *Op. cit.*, pp. 336s.

³⁴ Cf. os livros de Jean Delumeau, *A civilização do Renascimento*. Lisboa: Estampa, 1984; e de Keith Thomas, *Religião e o declínio da magia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

³⁵ Cf. SKINNER, Q. *Op. cit.*, p. 139.

³⁶ Id. *ib.*, p. 523. Assim, o chanceler de Catarina de Médici encarnava as tendências conciliadoras junto com grande parte do aparelho estatal e judiciário francês do qual Bodin fazia parte.

³⁷ O termo poderia ser usado para uma forma de governo, mas também significava as políticas de principados e reinos. O “Estado”, como comunidade política que proclama sua soberania e o exercício da autoridade sobre dado território e sua população, não foi empregado até meados do século XVI. Aqui o utilizamos no sentido do bem público em oposição aos interesses privados.

³⁸ BAKER, K. M. Soberania. In: FURET, F. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. p. 882.

³⁹ Disponíveis na Seção de Obras, da Biblioteca Nacional, onde há duas edições quinhentistas, uma em francês e a outra em espanhol, devidamente censurada segundo os ditames da inquisição espanhola: BODIN ANGEVIN, Iean. *Les six livres de la Republique*. Lyon, Par Jacques du Puya, 1580 e BODIN, Jean. *Los seis libros de la Republica*. Genève. Gabriel Cartier, 1590.

⁴⁰ SKINNER, Q. *Op. cit.*, p. 556.

⁴¹ No sentido do bem comum, da coisa pública, da riqueza pública.

⁴² THEIMER, W. *História das idéias políticas*. Lisboa: Arcádia, 1970. p. 102s.

⁴³ Id. *ib.*, p. 103.

⁴⁴ O frontispício original de sua obra *O Leviatã*, expressa visualmente esta idéia: consta de um tórax composto de inúmeras pessoas, os súditos, mas cuja cabeça representa a fisionomia do monarca, ou seja, simboliza a razão do Estado. Cf. HOBBS. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

⁴⁵ Cf. BODIN, J. *Op. cit.*, 1987. p. 15.

⁴⁶ Cf. BODIN. *Id. ib.*, p. 16.

⁴⁷ Cf. BODIN. *Id. ib.*, Livro I: pp. 01-08.

⁴⁸ SKINNER, Q. *Op. cit.*, p. 558.

⁴⁹ Cf. BODIN. *Op. cit.*, Livro I: p. 10.

⁵⁰ Poder absoluto entendido como o direito incontestável à soberania sem partilha e não, propriamente, o direito absoluto a um poder sem limites. Cf. LOPES, M.A. *O político na modernidade. Moral e virtude nos espelhos de príncipes da Idade Clássica*. São Paulo: Loyola, 1997.

⁵¹ Cf. BODIN. *Op. cit.*, Livro V.

⁵² Montesquieu, conforme Livro 14 — “Das leis em sua relação com a natureza do clima” na edição brasileira *O espírito das leis*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

⁵³ Cf. BODIN. *Op. cit.*, Livro VI.

⁵⁴ Conforme o seu Livro Primeiro da obra *Da monarquia*, na edição portuguesa. Lisboa: Guimarães Editora, 1999.

A História Social: seus significados e seus caminhos

José D'Assunção Barros¹

Resumo

Este artigo busca esclarecer e discutir alguns aspectos relacionados à História Social, examinando inicialmente, de um ponto de vista crítico, os diversos usos e significados da expressão como modalidade do saber historiográfico. São discutidos aspectos diversos, incluindo os objetos, fontes e abordagens mais comuns a este campo. O artigo apresenta como principal referência importante o livro *O Campo da História*, publicado pelo autor recentemente, e que cujo principal objetivo é elaborar uma visão panorâmica dos vários campos em que se divide o conhecimento histórico nos dias de hoje, incluindo o da História Social e de outras modalidades como a História Política, a História Econômica, a História Cultural e a Micro-História.

Palavras-chave

História Social, Campos da História, escrita da história.

Abstract

This article attempts to clarify and discuss some aspects related to the Social History, discussing the various uses and significances of this expression as a modality of historical knowledge. The aspects to be discussed are diverse, and include the objects, sources and approaches more common in this field. The article presents as principal reference the book named *The Field of History*, recently publicized by the author and whose principal subject is to organize a panoramic view of the various fields in which the historical knowledge is divided nowadays, including the Social History and much other as the Political History, the Economic History, the Cultural History and the Micro-History.

Keywords

Social History, Fields of History, historical writing.

Breve Introdução aos Campos Históricos

Entre as inúmeras modalidades e especialidades nas quais se reparte a disciplina e a prática da História nos dias de hoje, talvez a dimensão historiográfica mais sujeita a oscilações de significado seja a da *História Social*. Modalidade historiográfica rica de interdisciplinaridades com todas as Ciências Sociais, e igualmente rica na sua possibilidade de objetos de estudo, a História Social abre-se de fato a variadas possibilidades de definição e delimitação que certamente interferem nos vários trabalhos produzidos pelos historiadores que atuam neste campo intradisciplinar. Veremos,

neste artigo, que há razões várias para essa oferta de uma diversidade de sentidos que vem à tona quando falamos em *História Social*. Por outro lado, antes de aprofundar a temática em questão, uma reflexão inicial sobre os critérios que presidem a partição da História nas suas diversas modalidades mostrar-se-á bastante oportuna, e, para tal, nos basearemos em uma obra específica recentemente publicada sobre o assunto com o título **O Campo da História – especialidades e abordagens** (BARROS, 2004).

Antes de mais nada, será útil compreender que existem basicamente duas grandes ordens de dificuldades que costumam tornar confusos os esforços de classificar e organizar internamente a História em sub-áreas especializadas. Uma corresponde a uma intrincada confusão de critérios que costuma presidir estes esforços classificatórios, questão que deixaremos para discutir mais adiante. A outra ordem de dificuldades, da qual gostaríamos de falar em primeiro lugar, corresponde ao fato de que uma abordagem ou uma prática historiográfica não pode ser rigorosamente enquadrada dentro de um único campo.

Apesar de falarmos freqüentemente em uma “História Econômica”, em uma “História Política”, em uma “História Cultural”, e assim por diante, a verdade é que não existem fatos que sejam exclusivamente econômicos, políticos ou culturais. Todas as dimensões da realidade social interagem, ou rigorosamente sequer existem como dimensões separadas. Mas o ser humano, em sua ânsia de melhor compreender o mundo, acaba sendo obrigado a proceder a recortes e a operações simplificadoras, e é neste sentido que devem ser considerados os compartimentos que foram criados pelos próprios historiadores para enquadrar os seus vários tipos de estudos históricos.

Preocupados com uma “religação dos saberes” – depois deste conturbado século que de certa maneira foi o ‘século das especializações’ – não faltam os autores que alertam para os perigos e empobrecimentos do isolamento e da compartimentação:

*“Sabe-se que o historiador tem o costume de arrumar os fatos em envelopes que se transformaram em entidades trans-históricas, em categorias temporais e universais: o social, o econômico, o político, o religioso, o cultural (...) Depois de proceder a esta distribuição e a esta etiquetagem, por razões de competência pessoal ou por escolha disciplinar, o historiador atém-se comumente a uma única ordem de fatos”*²

A saída, naturalmente, é não utilizar as classificações como limites ou pretexto para o isolamento. Não se justifica o recuo diante de uma curva demográfica, quando o objeto de estudo o exige, sob o pretexto de que a sua é apenas uma História Cultural. Da mesma forma, um historiador econômi-

co não pode recuar diante dos fatos da cultura (ou dos aspectos culturais de um “fato econômico”). Peter Burke registra em seu livro sobre a *Escola dos Annales* um exemplo extraído do grande historiador econômico Witold Kula:

“(...) Kula faz uma análise econômica dos latifúndios poloneses nos séculos XVII e XVIII. Mostrou que o comportamento econômico dos proprietários de terras poloneses era o oposto do que previa a economia clássica. Quando o preço do centeio, seu produto principal, aumentava, produziam menos, e quando o preço abaixava, produziam mais. A explicação deste paradoxo deveria ser encontrada, diz Kula (...) no reino da cultura, ou das mentalidades. Tais aristocratas não estavam interessados em lucros, mas em manter um estilo de vida, da maneira a que estavam acostumados. As variações na produção eram tentativas de manter uma renda padrão. Seria interessante imaginar as reações de Karl Marx a essas idéias”²³

O fundador do Materialismo Histórico teria possivelmente reagido bem à flexibilidade de Kula, poderíamos acrescentar. Afinal, em sua análise política e econômica do *18 Brumário de Luís Bonaparte* (1952), Marx não recua diante dos fatos do “imaginário” (palavra que ainda estava longe de ser cunhada). Sua explicação para a ascensão de Luís Bonaparte ao governo francês na segunda metade do século XIX, com base nos votos dos camponeses, está ancorada precisamente em uma análise do imaginário, do peso que a imagem de Napoleão Bonaparte (tio de Luís Bonaparte) ainda exercia sobre a população⁴.

Em vista destes e de tantos outros exemplos que poderiam ser extraídos de obras historiográficas magistrais, tem-se a lição nem sempre bem compreendida de que o esclarecimento do campo ou da combinação de campos em que se insere um estudo não deve ter efeito paralisante, nem servir como pretexto para justificar omissões. Definir o ambiente intradisciplinar em que florescerá a pesquisa ou no qual se consolidará uma atuação historiográfica deve ser encarado como um esforço de autoconhecimento, de definir os pontos de partida mais significativos – e não como uma profissão de fé no isolamento intradisciplinar.

Uma segunda ordem de dificuldades que costuma confundir as tentativas de subdividir internamente o Campo Histórico refere-se a uma inadvertida mistura dos critérios que são habitualmente utilizados para a classificação das várias “histórias”. Fala-se por exemplo em uma *História Demográfica* ou em uma *História Política*, noções que se referem a ‘dimensões’ ou a fatores que ajudam a definir a realidade social (a população, o poder); fala-se de uma *História Oral* ou de uma *História Serial*, que são classificações da História que

remetem ao tipo de fontes com as quais elas lidam ou às ‘abordagens’ que os historiadores utilizam para tratar estas fontes (a entrevista, a serialização de dados); fala-se da *Micro-História* ou da *História Quantitativa*, que são classificações relativas aos campos de observação abordados pelo historiador (a micro-realidade, o número); fala-se em uma *História das Mulheres* ou em uma *História dos Marginais*, que são classificações relacionadas aos ‘sujeitos’ que fazem a História (a Mulher, o Marginal); fala-se em uma *História Rural* ou em uma *História Urbana*, que são subdivisões relativas aos ‘ambientes sociais’ examinados pelo historiador (o Campo, a Cidade); fala-se de uma *História da Arte* ou de uma *História da Sexualidade*, que são âmbitos associados aos ‘objetos’ considerados na pesquisa histórica (a Criação Artística, o Sexo). Poder-se-ia falar ainda em uma *História Vista de Baixo*, para simbolizar uma inversão de perspectiva em relação à tradicional historiografia que partia do poder dominante, e até em uma *História Imediata*, modalidade historiográfica em que o autor é ao mesmo tempo historiador e personagem dos acontecimentos que descreve ou analisa.

Todos estes exemplos constituem legítimas especialidades da História. Mas as dificuldades começam a se mostrar quando estas várias classificações, oriundas de critérios bem diferentes e estranhos entre si, são misturadas indiscriminadamente para organizar os vários “lotes” da História.

De algum modo, pode-se postular três ordens de critérios correspondentes a divisões da História respectivamente relacionadas a “enfoques”, “métodos” e “temas”. Uma *dimensão* implica em um tipo de enfoque ou em um ‘modo de ver’ (ou em algo que se pretende ver em primeiro plano na observação de uma sociedade historicamente localizada); uma *abordagem* implica em um ‘modo de fazer a história’ a partir dos materiais com os quais deve trabalhar o historiador (determinadas fontes, determinados métodos, e determinados campos de observação); um *domínio* corresponde a uma escolha mais específica, orientada em relação a determinados sujeitos ou objetos para os quais será dirigida a atenção do historiador (campos temáticos como o da ‘história das mulheres’ ou da ‘história do Direito’).

Desnecessário dizer que os historiadores podem unir em uma única perspectiva historiográfica uma dimensão (por exemplo, a História Econômica), uma determinada abordagem (a História Serial), e um certo domínio (a História dos Camponeses). Na verdade, muitos outros tipos de combinações serão possíveis, até mesmo no interior de um grupo de critérios, mas por ora avancemos mais nesta clarificação.

A primeira ordem de classificações a que podemos nos referir é aquela gerada pelas várias *dimensões* da vida humana que podem constituir enfoques historiográficos, embora na realidade social efetiva estas dimensões nunca apareçam desligadas entre si. Teremos então uma Histó-

ria Demográfica, uma História da Cultura Material, uma História Econômica, uma História Política, uma História Cultural, e assim por diante.

É preciso ter em vista, antes de mais nada, que estas dimensões a serem definidas como ‘instâncias da realidade social’ são em todos os casos construções do historiador, contendo a sua parcela de arbitrariedade e a sua possibilidade de flutuações ao longo do desenvolvimento da história do pensamento historiográfico. A cada novo período da historiografia, uma dimensão pode como que se desprender da outra, ou então duas dimensões que antes andavam separadas podem voltar a se juntar.

A História das Mentalidades, a História do Imaginário e a História Antropológica, por exemplo, foram enfoques que de certo modo se desprenderam há algumas décadas da História da Cultura; e a História da Cultura Material organizou-se a partir de um certo setor da História Econômica que estava diretamente voltado para o consumo e que passou a se conectar com certos aspectos enfatizados pela História Cultural, ao mesmo tempo em que se beneficiava das preocupações crescentes com a vida cotidiana que surgiram no decurso do século xx. Há também as dimensões que são constituídas pelo contato da História com outras disciplinas, como a Geo-História, que surgiu de uma interface do trabalho historiográfico com a Geografia.

É também digno de nota o fato de que algumas dimensões podem começar por ser construídas por contraste com outras, por vezes gerando certas oposições mais marcantes, até que em seu desenvolvimento posterior certas interfaces possam ser estabelecidas ou retomadas. De certo modo, tal como já foi ressaltado no início deste ensaio, a História Social e a História Econômica do século xx começaram a ser edificadas a partir de um contraste com a velha História Política que se fazia no século xix – e isto resultou aliás no provisório abandono de alguns objetos por estas novas sub-especialidades (por longo tempo, desapareceriam da prática historiográfica profissional do século xx a biografia de personalidades políticas importantes e a história das grandes batalhas, temas que depois retornaram nas últimas décadas do século xx). Em suma: o caleidoscópio historiográfico sofre os seus rearranjos. E estes rearranjos são eles mesmos produtos históricos, derivados das tendências de pensamento de cada época e das suas motivações políticas e sociais. Os paradigmas acabam sendo substituídos uns por outros, por mais que tenham perdurado, e trazem a seu reboque novas tábuas de classificação.

Posto isto, será possível dividir a História conforme ela é hoje compreendida pelos historiadores profissionais em dimensões relativas a certos enfoques que são priorizados na apreensão da vida e da organização de uma sociedade. Uma vez que o objetivo mais específico deste artigo é delimitar e discutir a História Social, não teremos espaço para discutir cada um dos demais campos gerados por este grupo de critérios – e que vão da História Social a outras modalidades como a História Política, a História Econômica, a História

Demográfica, a Geo-História ou a História das Mentalidades. Contudo, reenviamos, para uma continuidade no aprofundamento deste assunto, a uma obra recente que foi desenvolvida neste sentido⁵.

Do âmbito das dimensões, passaremos agora ao âmbito das *abordagens*. Existem subdivisões possíveis da História que se referem ao ‘campo de observação’ com que os historiadores trabalham. E existem outras que se referem ao tipo de fontes ou ao ‘modo de tratamento das fontes’ empregado pelo historiador. Em cada um destes casos, estas divisões da História referem-se mais aos ‘modos de fazer’ a pesquisa do que às dimensões sociais que enfocadas pelo historiador (‘modos de ver’). Deste modo, os critérios envolvidos por estas subdivisões são divisões que estão mais relacionadas com Metodologia do que com Teoria.

É o caso, por exemplo, da *História Oral*. Esta subdivisão historiográfica refere-se a um tipo de fontes com o qual o historiador trabalha, a saber, os testemunhos orais. Aqui, entramos em um outro tipo de critério que não interfere com os do primeiro grupo. Um historiador pode estabelecer como enfoque a História Política ou a História Cultural, e selecionar como abordagem a História Oral. Isto significa que ele irá produzir o essencial dos seus materiais de investigação e reflexão a partir da coleta de depoimentos, que depois deverá analisar com os métodos adequados. Suas preocupações neste âmbito estarão relacionadas ao tipo de entrevista que será utilizado na coleta de depoimentos, aos cuidados na decodificação e análise destes depoimentos, ao uso ou não de questionários pré-direcionados, e assim por diante. Todos estes aspectos mais se referem a ‘métodos e técnicas’ do que a ‘aspectos teóricos’. A História Oral, enfim, remete a um dos caminhos metodológicos oferecidos pela História, e não a um enfoque, a um caminho teórico ou a um caminho temático.

Outro exemplo de modalidade da História definida por um critério estabelecido por uma ‘abordagem’ é a História Serial – modalidade da História que desempenhou um papel primordial na historiografia do século xx e que, quando surgiu, foi vista como uma revolução nas relações do historiador com as suas fontes. Ao invés das fontes habituais que eram tomadas sempre para uma abordagem qualitativa, a chamada História Serial introduziu nas proximidades dos meados do século xx uma perspectiva inteiramente nova: tratava-se de constituir “séries” de fontes e de abordá-las de acordo com técnicas igualmente inéditas. Neste caso, teremos também aqui um campo a ser definido em relação à abordagem ou ao modo de fazer a História que a perpassa, já que consideramos que o que define uma modalidade historiográfica como História Serial é precisamente a presença de fontes que são constituídas em série e uma determinada maneira de tratar historiograficamente esta série – ou seja: um tipo de fonte a ser utilizada e uma forma específica de tratamento destas fontes, uma fazer histórico, enfim.

Poderíamos seguir adiante na descrição de outros campos da História que se referem a ‘abordagens’, seja a ‘modos de fazer a história’ (escolha ou

constituição de determinados tipos de fontes, ou formas de tratamento destas fontes), seja ao ‘campo de observação’ no qual se detém o historiador. A Micro-História, por exemplo, é uma abordagem historiográfica deste último tipo: ela escolhe como campo de observação um recorte micro-historiográfico – uma vida, um circuito de sociabilidade, uma prática social – e a partir desta gota d’água cuidadosamente escolhida busca enxergar algo do oceano inteiro. Já a História Regional é a modalidade historiográfica que estuda uma região por ela mesma, examinando-a como sistema com seu próprio funcionamento ou como sub-sistema que se insere em um sistema mais vasto – notando-se que é o próprio historiador quem define o critério a partir do qual está definindo este ou aquele campo de observação como uma “região”. Esta não coincide, necessariamente, com a região administrativa ou geográfica, pode ser uma região definida antropologicamente, culturalmente, ou de qualquer outra maneira.

Mas não nos deteremos mais no âmbito das abordagens, já que é preciso examinar o último âmbito de critérios que pode presidir uma divisão da História em modalidades mais específicas. Examinaremos em seguida aquilo que denominaremos de *domínios* da História.

Os *domínios* da História são na verdade de número indefinido. Alguns domínios podem se referir aos ‘agentes históricos’ que eventualmente são examinados (a mulher, o marginal, o jovem, o trabalhador, as massas anônimas), outros aos ‘ambientes sociais’ (rural, urbano, vida privada), outros aos ‘âmbitos de estudo’ (arte, direito, religiosidade, sexualidade), e a outras tantas possibilidades. Os exemplos sugeridos são apenas indicativos de uma quantidade de campos que não teria fim, e qualquer um poderá começar a pensar por conta própria as inúmeras possibilidades.

Tal como se disse, os critérios de classificação que estabelecem domínios da História referem-se primordialmente às temáticas (ou campos temáticos) escolhidas pelos historiadores. São já áreas de estudo mais específicas, dentro das quais se inscreverá o objeto de investigação e a problemática constituídos pelo historiador.

A maioria dos *domínios* históricos presta-se a historiadores que trabalham com diferentes *dimensões* históricas, e certamente às várias *abordagens*. Mas existem domínios que têm muito mais afinidade com uma determinada dimensão, dada a natureza dos temas por eles abarcados. Assim, a História da Arte ou a História da Literatura são praticamente sub-especialidades da História Cultural (embora se deva chamar atenção para uma História Social da Arte, ou uma História Social da Literatura, que não deixam de ser possibilidades dentro da História Social).

De modo análogo, um domínio como o da História das Imagens (entendida como história das imagens visuais obtidas a partir de fontes iconográficas, fotográficas, etc) é quase que um anexo da História do Imaginário. Mas, bem

entendido, uma série de imagens visuais tomadas como fontes históricas sempre poderá dar a perceber qualquer das dimensões que discutimos atrás, como a História Econômica, a História Política, a Geo-História ou a História da Cultura Material. Pense-se em uma iluminura de *Livro de Oras*, da qual o historiador lança mão para perceber aspectos da economia rural no ocidente medieval, as suas representações políticas, as relações do homem medieval com o seu meio natural ou traços de sua cultura material; ou pense-se em uma pintura impressionista utilizada para captar aspectos da História Social na *Belle Époque*; ou ainda nas cerâmicas gregas utilizadas para levantar aspectos da História Política da Atenas da Antiguidade Clássica. Mas de uma maneira ou de outra, em todos estes casos sempre estará ocorrendo um diálogo evidente da História do Imaginário com uma destas outras dimensões. De maneira análoga, já a História do Cotidiano, ou a História da Vida Privada, abrem-se a inúmeros campos de enfoques para além da História das Mentalidades, como a História da Cultura Material, a História Social a História Econômica ou a História Política (neste último caso, focando a questão dos micropoderes). Raciocínios similares podem ser encaminhados para outros domínios igualmente abertos, como a História das Religiões ou a História da Sexualidade.

Conforme estamos vendo, os domínios tendem a ser englobados por uma dimensão (são poucos os casos) ou então partilhados preferencialmente por duas ou mais dimensões. Mas é possível ainda que algum campo que hoje esteja sendo tratado como ‘domínio’, mas que possua uma abrangência em potencial, possa vir a transformar-se futuramente em uma ‘dimensão’. A História da Sexualidade tem sido pouco estudada em relação à importância da sexualidade para a vida humana na concretude diária, e é talvez isto o que lhe dá um *status* de domínio. Mas seguramente esta poderia ser vista como uma dimensão tão fundamental como a Economia, a Política ou as Mentalidades. O que ocorre é que estas não apenas são dimensões significativas que definem a vida humana; elas constituem na verdade ‘macro-campos’, ou tornaram-se ‘macro-campos’ devido à atenção que lhes prestaram os historiadores e outros pensadores.

As dimensões, deve-se ter percebido, são sempre macro-campos capazes de se desdobrar em ambientes internos, de produzir interfaces mais diversificadas, e de darem margem a um número significativo de obras historiográficas. Já os domínios correspondem a caminhos ou campos temáticos definidos pelas preocupações dos historiadores com relação a determinados âmbitos humanos, ambientes sociais ou agentes históricos específicos. Assim, se de um lado podemos falar de domínios históricos que se referem a *âmbitos* (Arte, Religiosidade, Representações), de outro lado existem outras categorias definidoras de domínios historiográficos que se referem a *agentes históricos* específicos (História da Mulher, História dos Excluídos), ou a determinados *ambientes sociais* (História Rural, História Urbana). Naturalmente que, em um caso ou outro, teremos domínios que se prestam

a todos os enfoques (dimensões) possíveis – da História da Cultura Material à História das Mentalidades. Os ‘excluídos’ podem ser historiados com a atenção voltada para as Mentalidades, como fez Bronislaw Geremek, com a atenção voltada para a Economia, como fez Kula, ou com a atenção voltada para a Cultura, como fez Thompson, ou com a atenção voltada para o Social, como fez Michel Mollat. A História Urbana ou a História Rural podem ser avaliadas a partir de enfoques direcionados para cada uma das dimensões que já mencionamos antes, da Economia à Cultura e às Mentalidades – afinal, estes domínios são rigorosamente ambientes menores dentro do mundo humano que não deixam de ser unidades totalizantes (são mundos humanos específicos, que podem ser examinados na totalidade de seus aspectos).

Vale lembrar também que existem os domínios que são aparentemente sub-campos de um domínio maior. A História das Doenças poderia ser inscrita em uma História do Corpo. A História da Prostituição poderia ser inserida na História dos Excluídos (embora em alguns aspectos também possa ser incluída na História da Sexualidade). A História da Criança, da maneira como têm funcionado até hoje as nossas instituições familiares, poderá ser inscrita sem maiores dificuldades em uma História da Família. Tudo isto, por outro lado, ficará bem se englobado por uma História da Vida Privada.

Para além disto, são inúmeros os domínios que se enquadram opcionalmente como sub-campos em mais de um domínio mais abrangente, ou que se localizam nos interstícios situados entre dois ou mais outros domínios. A História da Medicina enquadrar-se-á na História das Ciências, na História dos Sistemas de Pensamento ou dos sistemas repressivos (como propôs Michel Foucault) ... estará em afinidade com os já mencionados domínios da História das Doenças ou da História do Corpo? Incluirá como subconjunto a História da Clínica? Temos nestes e em tantos outros casos um entrelaçado de domínios históricos, abrindo espaços por dentro do labirinto do saber historiográfico.

Para retornar, em seguida, a nossas reflexões mais específicas sobre a História Social, deixaremos estabelecidos estes três grupos de critérios capazes de presidir a divisão da História em espaços interdisciplinares: *dimensões*, *abordagens* e *domínios*. Diante destas três grandes ordens de critérios, tal como já se disse, a História Social deverá ser mais adequadamente classificada como uma *dimensão* historiográfica. Neste ponto, retomaremos a reflexão sobre os diversos sentidos que têm sido atribuídos à História Social, e sobre o seu enquadramento como *campo histórico* específico a partir dos critérios já arrolados.

A História Social como campo histórico relacionado a uma *dimensão* da vida social

Antes de mais nada, para retornar aos primeiros usos da expressão “história social” na historiografia moderna, podemos fixar a História Social como

modalidade que começa a aparecer de maneira auto-referenciada por ocasião do surgimento na França do Grupo dos *Annales*, e que naquele momento principia a se mostrar claramente construída – ao lado da *História Econômica* – por oposição à *História Política* tradicional. Nesta esteira inicial, houve quem direcionasse a expressão “História Social” para uma história das grandes massas ou para uma história dos grupos sociais de várias espécies (em contraste com a biografia dos grandes homens e com a História das Instituições a que tinha sido tão afeita a historiografia do século anterior).

Também é evidente que a historiografia marxista da mesma época – seguindo os princípios norteadores que já no século XIX haviam sido indicados por Marx e Engels com vistas a uma nova filosofia da história – direcionava-se na mesma época para a elaboração de uma história preocupada com a conjunção dos aspectos econômicos e dos aspectos sociais. O que haveria de relevante a ser estudado não era certamente a história dos grandes homens, ou mesmo a história política dos grandes estados e das instituições, mas sim a história dos ‘modos de produção’ – isto é, das bases econômicas e sociais que determinariam toda a vida social – e também a história das ‘lutas de classes’, isto é, das relações entre os diversos grupos sociais presentes em uma sociedade particularmente nas suas situações de conflito.

A delimitação de um novo campo a ser chamado de “história social” surge portanto sob a forte influência destes dois campos de motivação que passaram a exercer profunda influência no seio da historiografia da primeira metade do século xx. De um lado vinham os ataques desfechados pelo grupo dos *Annales* contra aquilo que consideravam uma “velha história política”, de outro lado começavam a surgir as primeiras grandes obras da historiografia marxista, que cumpriam fielmente um programa de filosofia da história voltado para o econômico e para o social tal como havia sido proposto pelos fundadores do materialismo histórico a partir de meados do século XIX.

A História Social, enfim, surgia no cenário historiográfico como campo relevante e definitivo a se estabelecer no âmbito das modalidades historiográficas que devem ser definidas pelas *dimensões* que são trazidas à tona quando o historiador se põe a examinar um processo histórico qualquer. Considerando aquilo que é colocado em evidência em uma determinada análise historiográfica – a Política, a Cultura, a Economia, as relações sociais – poderíamos ter respectivamente uma História Política, uma História Cultural, uma História Econômica, uma História Social, entre outras possibilidades.

Tal como foi explicitado atrás, esta clara tendência da historiografia contemporânea a constituir e perceber a história social como campo relacionado a uma dimensão social específica liga-se ao fato de que, na primeira metade do século xx, os novos historiadores passam a opor um novo campo de interesses e enfoques à História Política do século XIX, o que, de certo modo, produzia uma aliança entre a História Social e a História Econômica na luta pelo estabelecimento de uma historiografia inteiramente nova no que se refe-

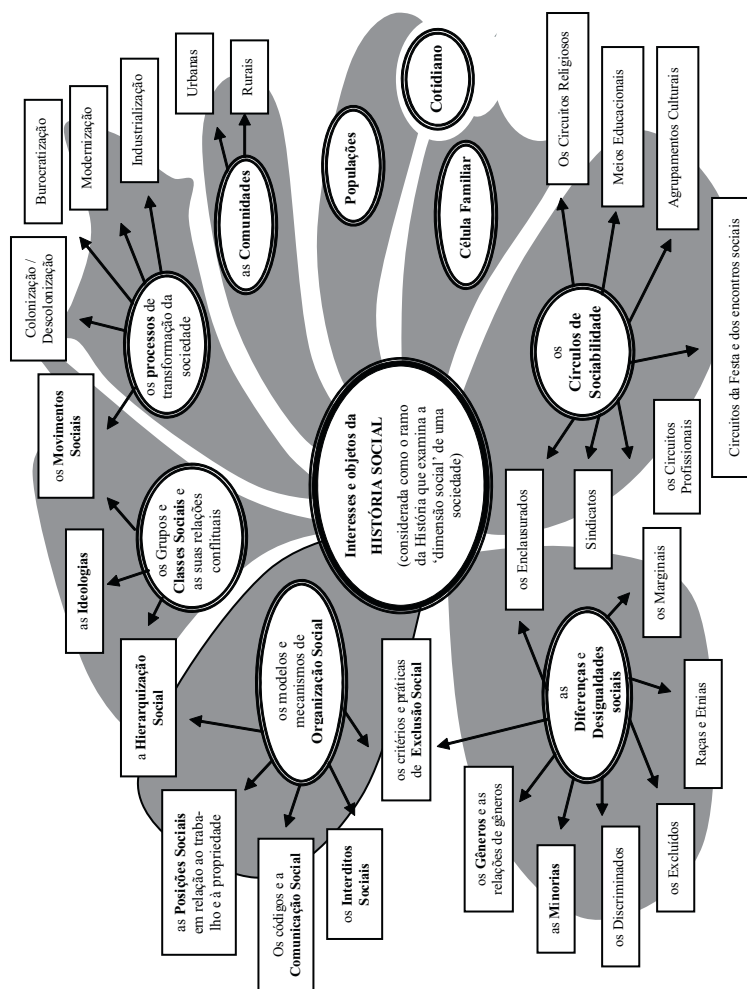
re aos fazeres historiográficos do século anterior. À História Social e à História Econômica – como campos inauguradores de um novo fazer historiográfico – logo se juntariam a História Demográfica, a História Cultural, a História das Mentalidades, a História do Imaginário, e também uma nova História Política, não mais preocupada apenas com o poder institucional mas sim com todas as formas de poder que circulam em qualquer sociedade, inclusive os micropoderes que afetam a vida cotidiana e as relações familiares. O quadro das dimensões historiográficas, portanto, multidiversificava-se – e é neste contexto que pode ser definido um primeiro sentido para a História Social como uma instância historiográfica específica, no mesmo nível da História Política e da História da Cultura, apenas para dar dois exemplos.

Por outro lado, outra indagação que surge nos dias de hoje, quando a expressão “história social” já multiplicou os seus sentidos e as suas aberturas de significados, é se a História Social deve ser considerada uma especialidade, com objetos próprios e definidos, ou se o “social” que ao seu nome se agrega como adjetivo acaba de um modo ou de outro por fazer coincidir o seu circuito de interesses com a sociedade – o que faria da História Social uma espécie de categoria transcendente que acaba perpassando ou mesmo englobando todas as outras especialidades da História.

Os diversos âmbitos da História Social

Se investirmos na idéia de que a História Social é uma sub-especialidade entre as outras (o que parece ter sido a proposta da Escola dos Annales nos seus primórdios ao introduzir esta categoria no título de sua revista), veremos que começam a se destacar certos objetos mais evidentes: os modos e mecanismos de organização social, as classes sociais e outros tipos de agrupamentos, as relações sociais (entre estes grupos e entre os indivíduos no seu interior), e por fim os processos de transformação da sociedade.

O Quadro abaixo busca reunir alguns dos objetos e âmbitos que poderiam ser pretensamente visados por uma sub-especialidade chamada História Social. Este esquema complexo foi construído rastreando os objetos mais específicos que têm sido trabalhados por alguns dos mais conhecidos historiadores que se autodefinem como inscritos na categoria História Social. Pode-se perceber que a maioria dos campos de interesse que ali foram assinalados correspondem a ‘recortes humanos’ (as classes e grupos sociais, as células familiares), ou a ‘recortes de relações humanas’ (os modos de organização da sociedade, os sistemas que estruturam as diferenças e desigualdades, as formas de sociabilidade). Em um caso, estudam-se fatias da sociedade (ou os subconjuntos internos à sociedade); em outro caso, estudam-se elementos específicos e transversais que parecem atravessar a sociedade por inteiro (os mecanismos de organização social e os sistemas de exclusão, por exemplo, atravessam a sociedade como um todo)⁶.



Para além dos subcampos citados no parágrafo anterior, indicamos ainda uma categoria que é obviamente uma das mais importantes para a História Social: a dos ‘processos’ (industrialização, modernização, colonização, ou quaisquer outros, inclusive as revoluções, que aparecem incluídas na rubrica ‘movimentos sociais’). É muito importante indicar que a História Social também estuda estes ‘processos’, e não apenas modos de organização ou estruturas, pois caso contrário a História Social poderia ser vista como uma História estática, e não dinâmica.

Voltemos por ora aos objetos da História Social que coincidem com subconjuntos da sociedade (grupos e classes sociais, categorias de excluídos, células familiares). Quando o historiador volta-se para o exame destes grupos humanos específicos no interior de uma sociedade, ou então para as relações conflituosas e interativas entre alguns destes grupos, seu interesse poderá se voltar tanto para a elaboração de um retrato sintetizado destes grupos sociais e de suas relações, como para a incidência de questões transversais nestes grupos. Como uma certa classe ou grupo se comporta diante de determinada conjuntura política ou econômica? Como reage a uma determinada crise política, ou a uma determinada crise econômica? Como reage um grupo, por exemplo, às flutuações de preços? Como repercutem certas mudanças políticas na vida social de um grupo?

Embora as questões acima colocadas refiram-se alternadamente aos âmbitos político ou econômico, elas podem ser trabalhadas *socialmente* pelos historiadores. Dito de outra forma, existe um modo específico como a História Social encara os fatos políticos e econômicos. As repercussões sociais dos fatos políticos e econômicos, seja nos grupos específicos ou em um conjunto mais amplo, devem ser também objetos privilegiados para os historiadores sociais. Isto nos leva àquela questão inicial, à qual ainda voltaremos outras vezes: não existem fatos políticos, econômicos ou sociais isolados. Não é o tipo de fato – político, econômico, social ou cultural por definição – o que define uma subespecialidade da História, mas sim o enfoque que o historiador dá a cada um destes tipos de fatos. Um historiador econômico pode dar um destino a determinados fatos econômicos (ao elaborar, por exemplo, um estudo dos ciclos econômicos no decurso de algumas décadas), e um historiador social um outro – pois este último estará mais preocupado em perceber como estas variações conjunturais afetam diferentemente os vários grupos sociais, que alterações elas provocam nas relações entre estes grupos, e assim por diante.

Ainda com relação à possibilidade de examinar no interior de uma sociedade certos recortes humanos, uma outra observação deve ser feita. Vimos que a História Social pode dirigir sua atenção para uma classe social, para uma minoria, para um grupo profissional, para a célula familiar – ou seja, para um subconjunto específico da sociedade. Em contraste com este

tipo de enfoque, existem duas das divisões ou subconjuntos possíveis que perdem o seu caráter mais específico por se autoconstituírem de certo modo em totalidades: o estudo das ‘comunidades’ (rurais e urbanas) e o estudo das ‘populações’ como um todo. Ou seja, em um caso dois subconjuntos que se complementam e que dividem a sociedade na dicotomia ‘rural / urbano’, e no outro caso um subconjunto que coincide com o conjunto universo da sociedade, e que chamamos de ‘população’. Estes dois campos são os únicos que estão especificamente ligados a uma outra aceção da História Social que discutiremos a seguir.

História Social como “história totalizante”

Se a História Social foi se constituindo desde o princípio como uma sub-especialidade da História, direcionada para objetos bem específicos e que se distinguíam dos objetos das outras modalidades da história, por outro lado a noção de “História Social” também começou a ser vinculada por alguns pensadores e historiadores a uma “história total”, encarregada de realizar uma grande síntese da diversidade de dimensões e enfoques pertinentes ao estudo de uma determinada comunidade ou formação social. Portanto, estaria a cargo da História Social criar as devidas conexões entre os campos político, econômico, mental e outros – o que implica que nesta aceção a História Social deixa de ser uma modalidade mais específica, como qualquer outra, para se tornar o campo histórico mais abrangente que se abriria à possibilidade da mediação ou da síntese ... História Social como História da Sociedade ...

Na verdade, esta última aceção foi adotada ainda pela Escola dos Annales, mas a partir da década de 1940, de modo que acaba se contrapondo àquela primeira aceção que procurava fixar a História Social como especialidade. Em uma conferência de 1941, mais tarde publicada em *Comptes pela História* [1942], Lucien Febvre chega a afirmar que “não há história econômica e social; há somente história, em sua unidade” (Febvre, 1992: p.45). Trata-se portanto de um programa que assume a perspectiva da História Total, ou da “História-Síntese”, que tão bem caracteriza a segunda fase dos *Annales* – sobretudo com as monumentais obras de Fernand Braudel sobre *O Mediterrâneo* e sobre a *Civilização Material do Capitalismo* (Braudel, 1997 e 1984). Muitos historiadores passaram a entender História Social, a partir de então, com este sentido mais abrangente (se existem fatos econômicos ou fatos políticos propriamente ditos, não existiriam rigorosamente os fatos sociais, ou melhor, *todos* os fatos seriam sociais, uma vez que estariam ocorrendo no interior da sociedade a partir dos relacionamentos dos homens e dos grupos de homens uns com os outros).

A idéia de uma História Social que tem a seu cargo a tarefa de promover uma síntese de aspectos relacionados a várias dimensões ou do-

mínios historiográficos é também expressa por Georges Duby em um texto de 1971 (1971: p.1-13):

“Que ela [a História Social] deixe de se considerar entretanto a seguidora de uma história da civilização material, de uma história do poder, ou de uma história das mentalidades. Sua vocação própria é a da síntese. Cumpre-lhe recolher todos os resultados das pesquisas efetuadas, simultaneamente, em todos estes domínios $\frac{3}{4}$ e reuni-los na unidade de uma visão global”

Aqui, uma nova noção da História Social fazia a sua entrada na história do pensamento historiográfico. Esta nova noção de História Social, voltada para a idéia de uma totalidade de aspectos, podia ser aplicada tanto ao estudo de uma sociedade inteira, como para o estudo de comunidades tomadas como centros de referência, como as comunidades rurais e urbanas que começaram a ser examinadas pelos historiadores associados à História Regional. Em um caso ou outro, a História Social não apresenta mais objetos específicos dentro da História: seu interesse é a sociedade como um todo (esteja ela estudando um país, uma grande região como o Mediterrâneo, uma cidade ou uma aldeia).

Mas a verdade é que a designação anterior continuou existindo paralelamente, de modo que a História Social assumiu um lugar específico como sub-especialidade ao lado da História Econômica, da História Política, da História Cultural e de todas as outras. Rigorosamente, depois da crise da História Total (esperança de abarcar todos os aspectos de uma sociedade em uma grande síntese coerente) esta designação mais específica ganhou até mais força, sobretudo a partir da década de 1960. De qualquer modo, a noção de História Social continuou sempre aberta a muitas possibilidades de sentidos.

Os meios acadêmicos na Europa e nas Américas trouxeram, a partir da institucionalização de seus programas de pós-graduação, uma contribuição para os usos amplificados da expressão “História Social”. Nestes meios ligados à Pesquisa que vem sendo desenvolvida nas Universidades, esta designação tem sido muito utilizada no seu sentido mais abrangente, conseguindo assim enquadrar em um mesmo plano de coerência uma quantidade multidiversificada de pesquisas. Em certo sentido, argumenta-se que toda a História que hoje se escreve é, de algum modo, uma História Social, mesmo que direcionada para as dimensões política, econômica ou cultural.

De fato, é possível incorporar uma preocupação social a cada uma das demais dimensões antes citadas como sub-especialidades da História, e também às várias abordagens e domínios que veremos a seguir. Assim, vimos que a Demografia Histórica pode reduzir-se a um mero censo retrospectivo por historiadores descritivos e não-problematizadores, ou que ela pode se trans-

formar em uma verdadeira Demografia Social quando superamos a mera enunciação do número em favor do tratamento problematizado dos índices populacionais. Vimos que a História da Cultura Material pode ser reduzida à mera descrição de objetos, o que seria questionável, ou que ela pode enveredar por uma recolocação destes objetos nos usos sociais que eles teriam na época e na sociedade em que foram produzidos (neste caso, poder-se-ia dizer que empreendemos uma espécie de História Social da Cultura Material).

Qualquer informação historicizada pode ser tratada socialmente, é correto dizer. Mas é também verdade que nem toda História é *necessariamente* social. Se é possível elaborar uma *História Social das Idéias* ou uma *História Social da Arte*, é possível também elaborar uma *História das Idéias* ou uma *História da Arte* que se restrinjam a discutir obras do pensamento ou da criação artística sem reestruturá-las dentro do seu ambiente social mais amplo. Basta percorrer os olhos por uma prateleira livresca de História da Arte ou de História da Literatura para encontrarmos pilhas destas obras em que são descritos os estilos artísticos, ou até mesmo que oferecem uma sucessão cronológica de descrições das vidas dos principais artistas e literatos, de modo que estas histórias da arte e histórias da literatura acabam se tornando um somatório de pequenas biografias de artistas importantes mais ou menos encadeadas segundo critérios cronológicos ou agrupadas conforme os seus pertencimentos estilísticos. Por isto, encontra-se quem fale em uma *História da Cultura*, preocupada em descrever produções culturais de vários tipos, mas contrastando-a com a *História Cultural* propriamente dita, que tem incorporado tradicionalmente uma preocupação social muito definida (neste caso, uma *História Social da Cultura*)⁷.

Com base em alguns exemplos conhecidos de obras produzidas com pretensas preocupações historiográficas (mas certamente alicerçadas em uma outra noção de historiografia), pode ser questionada aquela idéia de que “toda história é social”. É social, poderemos corrigir, se o historiador tiver efetivamente preocupações sociais na sua maneira de examinar o passado.

Com relação aos já mencionados objetos da História Social (seja enquanto especialidade particular, seja no sentido totalizador), convém lembrar que tem se apresentado nas últimas décadas uma tendência cada vez maior para o exame da sociedade em toda a sua complexidade, superando o manejo de categorias sociais estereotipadas e de dicotomias generalizadoras.

Nunca é demais nos referimos às conhecidas preocupações de Edward Thompson – historiador inglês que trabalha na interconexão de uma História Social com uma História Cultural – em denunciar aquelas abstrações desencarnadas relacionadas ao conceito de “classe social” (Thompson, 1987). Thompson é um dos autores que melhor representam esta tendência da História Social que gradualmente se afirma em direção à complexidade e ao tratamento das sociedades como realidades dinâmicas e vivas – como

processos – e não apenas como descrições de estruturas perfeitas como se fossem relógios, mas abstraídas de realidade humana.

Afirma-se também, mais do que nunca, uma História Social que estabelece interfaces com os outros campos da própria história, ou também com outros circuitos interdisciplinares. Se voltarmos ao Quadro já exposto, que pretende ser apenas um esboço de possibilidades, e não mais que isto, veremos ali que os vários objetos possíveis a uma História Social (definida como sub-especialidade que traz as suas próprias idiossincrasias) localizam-se habitualmente na fronteira com outros campos.

Posso trabalhar um grupo étnico segregado em uma dada realidade urbana do ponto de vista de uma História Social ou do ponto de vista de uma Etno-História. Ou posso trabalhá-lo do ponto de vista de uma interconexão de História Social e Etno-História. Os movimentos sociais, por exemplo, dificilmente podem ser trabalhados fora de uma conexão entre o Social e o Político (e que, possivelmente, incluirá ainda o Económico). Já um processo como o da ‘industrialização’ pode receber um enfoque social, ou um enfoque mais propriamente económico (ou o duplo enfoque, que é sempre uma boa alternativa). De igual maneira, a célula familiar pode ser examinada por um viés social ou por um viés de antropologia histórica. O cotidiano de uma determinada comunidade ou grupo social pode ser avaliado do ponto de vista de uma História da Cultura Material, pronta a recuperar os seus bens materiais e os seus usos (sociais), ou pode ser avaliado mais propriamente de uma perspectiva da História Social, manifestando-se a preocupação em recuperar as formas de sociabilidade, os conflitos entre os indivíduos pertencentes aos vários grupos sociais, os entrelaçamentos ideológicos, e toda uma rede de aspectos que constitui inegavelmente um território mais definido da sub-especialidade História Social.

As fontes e abordagens relacionadas à História Social

Com relação às conexões da História Social com as ‘abordagens’ – isto é, com os sub-campos da historiografia que se referem a métodos e fazeres históricos – elas podem se estabelecer tanto no nível dos tratamentos qualitativos, como no nível dos tratamentos quantitativos. Da mesma forma, a História Social pode ser elaborada tanto do ponto de vista de uma Macro-História, que examina de um lugar mais distanciado aspectos como os movimentos sociais ou como a estratificação social de uma determinada realidade humana, como pode ser elaborada do ponto de vista de uma Micro-História, que se aproxima para enxergar de perto o cotidiano, as trajetórias individuais, as práticas que só são percebidas quando é examinado um determinado tipo de documentação em detalhe (por exemplo os inquéritos policiais, os documentos da Inquisição, mas também determinadas produções culturais do âmbito popular, onde

transpareçam elementos da vida cotidiana, das relações familiares, e assim por diante). As diferenças entre Macro-História e Micro-História ficarão mais claras no item relativo a este último tipo de abordagem.

Não há limitações com relação ao que pode ser tomado como ‘fonte’ para a História Social. É possível encontrá-las tanto na documentação de origem privada como na documentação oficial, por assim dizer. O que estamos chamando de documentação privada são aquelas fontes produzidas ao nível das vidas individuais: os relatos de viagem, os diários pessoais, correspondências entre particulares (sejam indivíduos ilustres, ou não). Documentação oficial ou pública existe de todos os tipos: desde aquelas que oferecem dados massivos sobre uma sociedade – como os inventários e registros fiscais, censitários, testamentários, cartoriais, e paroquiais – até aquelas mais pontuais, referentes a situações específicas. Por exemplo, um material muito rico do tipo que estamos caracterizando como pontual encontra-se nos arquivos judiciais e policiais (ou seja, na documentação oriunda dos sistemas repressivos). Os historiadores sociais da atualidade têm, precisamente, prestado muita atenção a um vasto manancial de fontes que por muito tempo foi esquecido: os registros de polícia, os processos criminais – incluindo os depoimentos, as confissões e as sentenças proferidas sobre determinado caso – ou ainda, para os primeiros séculos da Idade Moderna, os processos da Santa Inquisição, que costumavam rastrear obsessivamente a vida dos indivíduos investigados, anotar a sua fala nos mínimos detalhes, registrar rigorosamente os dados de sua vida cotidiana com o fito de perceber qualquer indício de comportamento anormal ou mentalidade herética.

É bastante irônico. Os indivíduos pertencentes às classes sociais privilegiadas dão-se a conhecer através dos mais diversificados tipos de fontes à disposição dos historiadores – na documentação política, falam através dos deputados e governantes que os representam; nas notícias de jornais, pode-se até mesmo percebê-los em *flashes* de sua vida privada nas colunas sociais; na arte letrada, iremos encontrá-los como sujeitos produtores de discurso ou como referentes dos discursos aí produzidos. Já ao pobre, e mais ainda ao excluído, só é dada uma voz quando ele comete um crime (ou quando é acusado de um). Os registros repressivos são paradoxalmente os espaços documentais mais “democráticos” – aqueles onde os historiadores poderão encontrar literalmente as vozes de todas as classes, mas sobretudo as dos indivíduos pertencentes aos grupos sociais menos privilegiados do ponto de vista político e econômico. É só quando comete um crime que o homem pobre adquire uma identidade para a História!

Existem também, é preciso reconhecer, as fontes oriundas da cultura popular. Mas este tipo de fonte é mais propriamente relacionado com a História Cultural, como já vimos anteriormente. Também não deve ser desprezada a grande literatura. A leitura atenta da *Comédia Humana* de

Balzac não é irrelevante para a compreensão da transição para o Capitalismo moderno, e a mesma recomendação de atentar para a importância da literatura como fonte para este período pode ser feita em relação às obras de Victor Hugo. A partir do momento em que a perspectiva realista abriu-se como uma possibilidade para os produtores de obras associadas à cultura letrada (literatura, mas também artes visuais), o homem comum também começou a chegar aos historiadores através destas fontes, embora elas sempre requeiram o cuidado de ser trabalhadas com a consciência de que, nestes casos, o homem pertencente aos extratos sociais menos privilegiados só recebe a sua voz ou a sua transparência através de um filtro, que é a sensibilidade do escritor ou do pintor pertencente a outro grupo social (fora, é claro, quando o próprio artista é oriundo do grupo social que pretende retratar).

Voltemos às fontes de História Social que chegam aos historiadores através da violência. Além da violência individual, que aparece através do crime, existe ainda a violência coletiva, onde a massa anônima deixa suas marcas e conquista também a sua voz, através de explosões de revolta que podem ficar registradas nas notícias de jornais, ou então nas descrições dos cronistas, para os períodos mais antigos. As revoluções e os processos de transformação social, conforme já observou Thompson muito bem, são momentos privilegiados para a percepção das identidades de classe, inclusive as relativas aos grupos sociais menos privilegiados. São nestes momentos que as massas tornam-se visíveis, exprimindo-se através dos gestos do “protesto” (sejam protestos espontâneos, sejam os movimentos organizados, como as greves) ou da violência coletiva, que podem produzir desde badernas e motins até revoluções com repercussões sociais definitivas. São também nestes momentos que, eventualmente, emergem as lideranças populares – por vezes deixando suas vozes registradas em panfletos e em discursos que foram recolhidos pela imprensa ou pelos cronistas de uma época.

No dia-a-dia, as massas populares são informes: executam como que emudecidas as tarefas que lhes permitirão assegurar a sua sobrevivência diária. A História conhece os camponeses do final da Idade Média, os operários urbanos das sociedades industriais, os escravos do Brasil Colonial ... sempre através dos registros massivos, que anotarão as datas de seus nascimentos, o número de filhos, a morte, a ocupação, e as modalidades de pertencimento (a um senhorio na Idade Média ou a uma indústria no mundo capitalista). Nestes momentos, as massas falam à História através de números que registram a sua laboriosa e sofrida passividade. Mas quando ocorre um motim, uma insurreição, um protesto público, pela primeira vez a massa de despossuídos será ouvida não através da passividade dos números silenciosos, e sim através dos gestos violentos e ruidosos.

Os sem-terra⁸, por exemplo, são, habitualmente, encontrados pelos historiadores que examinam a História contemporânea do Brasil nos

documentos do censo, que os registram como camponeses despossuídos e desempregados. Mas quando eles ocupam uma fazenda, ou quando em protesto eles adentram um espaço que para eles não estaria previsto – como um *shopping center* – neste momento eles se transformam em atores sociais mais definidos e ganham espaço nas notícias de jornal e outras mídias. Quando a massa excitada derruba uma bastilha, entra subitamente na História não como uma estatística, mas como sujeito coletivo que realiza um ato, que produz ou se incorpora a um movimento social. Os camponeses medievais, de modo similar, chegam aos historiadores como um número incorporado à terra através dos contratos celebrados entre um suserano e um vassalo, ou através de um testamento que os passa adiante para os herdeiros de um feudo. Mas quando produzirem uma *Jacquerie* serão registrados pela primeira vez por algo que fizeram, e não por algo que fizeram a eles.

São os grandes momentos de protesto ou de violência coletiva que tornam visíveis as massas, e os pequenos momentos de crimes individuais que dão visibilidade ao homem comum. Por isto o historiador acaba chegando às massas e aos indivíduos menos favorecidos através da violência. São as fontes que expressam os vários tipos de violência (ou que registram a repressão a esta violência) aquelas que permitirão a este historiador examinar as relações de classe, as suas expectativas, o seu cotidiano. É aliás curioso observar que, quando o criminoso escapa à repressão, ele perde-se para a História.

Na verdade, as fontes de natureza repressiva – como os processos criminais ou os registros inquisitoriais – constituem registros múltiplos, polifônicos por excelência. A própria diversidade social pode estar presente em um processo judicial ou inquiridor – afinal, o modo como devem ser organizados os processos, entrecruzando indivíduos dos mais diversos tipos, acaba conferindo a este tipo de fontes uma posição muito rica no repertório de documentos à disposição de um historiador social. São fontes que habitualmente envolvem um foco representando o sistema repressivo (não raro expressando contradições internas que podem aparecer sob a forma de conflitos de autoridade) e um universo multifocal que passa por um vasto número de depoentes e de testemunhas, até chegar ao criminoso ou ao inquirido.

É mais raro que a História Social, pelo menos no que se refere a períodos mais recuados, vá encontrar fontes relativas aos grupos menos favorecidos na ‘documentação privada’ (diários, livros de memória, relatos de viagem, correspondência) porque estes tipos de textos nem sempre são conservados depois que os seus autores desaparecem. Mas, na medida em que avança para classes mais favorecidas, o historiador já começa a dispor deste tipo de documentação.

As fontes da História Social, enfim, são de inúmeras modalidades. Sua escolha, naturalmente, será orientada pelo problema histórico a ser definido e investigado pelo historiador.

Conforme vimos – seja no que se refere a seus campos de interesse e objetos privilegiados, seja no que se refere a seus métodos mais recorrentes e fontes historiográficas disponíveis – a História Social mostra-se ao historiador contemporâneo como um campo aberto a inúmeras possibilidades. Um de seus traços centrais, certamente, continuará para o futuro a referir-se ao intenso diálogo com todas as Ciências Sociais, o que tem permitido precisamente essa maior amplitude de objetos e o tratamento de uma maior variedade de tipos de fontes a partir de metodologias que a História pôde apreender de diversificados campos do saber como a Sociologia, a Antropologia, a Linguística, a Semiótica.

Notas

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Professor da Universidade Severino Sombras (USS) de Vassouras, nos Cursos de Mestrado e Graduação em História, onde leciona disciplinas ligadas aos campos da Teoria e Metodologia da História, da Historiografia, e da História da Cultura. Tem publicado livros na área de História Cultural, Historiografia, Teoria e Metodologia da História. Entre as mais recentes publicações, registram-se *O Campo da História* (Petrópolis: Vozes, 2004) e *O projeto de pesquisa em História* (Petrópolis: Vozes, 2005).

² GRUZINSKI, Serge. Acontecimento, bifurcação, acidente e acaso ... observações sobre a história a partir das periferias do Ocidente In MORIN, E. (org.) *A religião dos saberes*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.391.

³ KULA, Witold. *Economic Theory of the Feudal System*, apud BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989*, São Paulo: UNESP, 1991, p.110-111. [Edição polonesa original da obra de Witold Kula: 1962].

⁴ MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte In *Os Pensadores*, vol. XXXV, São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 329-410 [original alemão: 1852].

⁵ BARROS, José D'Assunção. *O campo da História – especialidades e abordagens*, Petrópolis: Vozes, 2005.

⁶ Por exemplo, a ideologia das Três Ordens atravessava as sociedades medievais, e no mundo que era organizado por ela os três grupos típicos (camponeses, guerreiros e clérigos) encontravam cada qual o seu papel social. Da mesma forma, o sistema de exclusões do Nazismo incidia transversalmente sobre a sociedade alemã das décadas de 1930 e 1940, colocando de um lado os cidadãos e de outro os excluídos (judeus, eslavos, estrangeiros, etc...).

⁷ Robert Darnton distingue uma “história das idéias” voltada para o estudo do pensamento sistemático, geralmente em tratados filosóficos; uma “história intelectual” que se ocuparia do estudo do pensamento informal, dos climas de opinião e dos movimentos literários; uma “história social das idéias”, que se voltaria para o estudo das ideologias e da difusão das idéias; e uma “história cultural” que se ocuparia do estudo da cultura no sentido antropológico (DARNTON, Robert. “História Intelectual e Cultural” In *O Beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.175-197).

⁸ Movimento social de homens do campo não-proprietários de terra que fortaleceu-se no Brasil na última década, clamando por reformas sociais direcionadas para a Reforma Agrária.

Referências bibliográficas

- BALZAC, Honoré de. **A comédia humana**. Porto Alegre: Editora Globo, 2002.
- BARROS, José D'Assunção. **O campo da História – especialidades e abordagens**, Petrópolis: Vozes, 2004.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**. 3 vol. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BRAUDEL, Fernand. **O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1984. 2 vol.
- BURKE, Peter (org.) **A Escrita da História – novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- BURKE, **A Escola dos Annales – 1929-1989**. São Paulo: UNESP, 1991.
- DARTON, Robert. História Intelectual e Cultural In **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.175-197.
- DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do Feudalismo**. Lisboa: Edições 70, 1971.
- DUBY, Georges. Les sociétés médiévales. Une approche d'ensemble In **Annales**, ESC, janeiro-fevereiro de 1971. p.1-13.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.
- FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Ática, 1974.
- GRUZINSKI, Serge. Acontecimento, bifurcação, acidente e acaso ... observações sobre a história a partir das periferias do Ocidente In MORIN, E. (org.) **A religação dos saberes**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- HOBBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In **Os pensadores**, vol. XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- MORIN, E. (org.) **A religação dos saberes**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 3 vol.
- THOMPSON, E. P. History from Below, *The Times Literary Supplement*, 7 de abril de 1966, p.278-280 [**As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. São Paulo: UNICAMP, 2001. p.185-201].

*A História do Brasil em movimento: tristeza e melancolia como fundamentos da nacionalidade em Os Sertões.*¹

Felipe Charbel Teixeira²

Resumo

O artigo procura discutir a argumentação de *Os Sertões* de Euclides da Cunha, com atenção para o modelo de filosofia da história delineado pelo autor. Argumenta-se que tal filosofia da história sustenta a definição de uma essência nacional, identificada com a tristeza e a melancolia.

Palavras-chave

nação, filosofia da história, Euclides da Cunha.

Abstract

This article analyzes the arguments of Euclides da Cunha's *Os Sertões*, with a special attention to the philosophy of history which is presented in the book. One defends that such a philosophy of history supports the definition of a national essence, identified to sadness and melancholy.

Keywords

nation, philosophy of history, Euclides da Cunha.

O martírio do homem, ali, é o reflexo de tortura maior, mais ampla, abrangendo a economia geral da Vida. Nasce do martírio secular da Terra...

(Euclides da Cunha. *Os Sertões*).

Este texto não é o resultado de um estudo profundo sobre Euclides da Cunha, tampouco uma incursão demorada no problema da formação da nacionalidade brasileira. Trata-se da discussão do modelo de filosofia da história que alicerça a construção de *Os sertões*, modelo este que se mostra crucial para a definição da tristeza e da melancolia como elementos fundadores da nacionalidade brasileira. O caráter nacional é construído, para Euclides da Cunha, como resultado de um processo que tem seu momento embrionário no insulamento do mestiço *curiboca*, ocorrido no século XVII, e se torna *identificável* pelo contato, em fins do XIX, de duas temporalidades distintas: a “civilização de empréstimo” litorânea e o sertão “atávico”. Refiro-me à constatação de uma “contemporaneidade do não-contemporâneo” – expressão cunhada por Reinhart Koselleck para caracterizar a simultânea percepção de um processo histórico e de suas descontinuidades –, a partir da qual Euclides da Cunha vislumbra uma solução para o impasse da nacionalidade: a supressão – no

sentido hegeliano de *aufhebung*, ou a síntese que conserva e renova – de dois elementos fracos com vistas à formação de uma raça forte, o brasileiro. Forte porém triste, é o que quero dizer. Pois justamente da tristeza origina-se parte dessa força, na medida em que ela se dá a ler como marca da fusão do homem com o meio circundante – tornar-se a própria terra.

Raça, meio e tristeza.

Nos primeiros decênios do século xx, havia entre os intelectuais brasileiros alguns consensos acerca da formação da nacionalidade brasileira. Com raras exceções, a questão da identidade nacional era pensada a partir dos prismas da ciência evolucionista européia da segunda metade do século xix, o que propiciava, na aplicação destes princípios à realidade local, a disseminação de análises centradas nas idéias de “tristeza”, “melancolia”, “doença” e “degeneração”.³ As noções de “meio” e “raça” possuíam amplo destaque no vocabulário científico do período, uma vez que estes dois fatores eram percebidos como elementos centrais para a caracterização do atraso do país em relação às nações européias e aos Estados Unidos.⁴ Em estudo cuidadoso sobre a *Revista do Brasil*, Tânia de Luca defende que, até a década de 1920, predominavam no periódico artigos sobre o problema da formação de um “tipo antropológico nacional, etapa reputada essencial para a superação definitiva dos embaraços que acompanhavam a mestiçagem”.⁵ As mazelas de uma nacionalidade incompleta eram motivo de amplo debate entre os intelectuais do início do século, e muitos se viam com uma “missão”, a de atuar justamente como agentes do progresso em um país caracterizado por atrasos e antinomias.⁶ Para tanto, mobilizavam alguns elementos teóricos da ciência européia – muitos dos quais já se encontravam em desuso no início do século xx –, sobretudo o conceito de *raça*, o que incidia nos seguintes paradoxos teóricos: como construir uma nação que caminhasse na direção do progresso se as bases étnicas do país se mostravam completamente desfavoráveis a este movimento, haja vista a miscigenação evidente e ausência de um “tipo antropológico comum”? Como construir uma nação forte a partir de homens frágeis?

As respostas a estas indagações eram bastante variadas. Uma parte dos intelectuais sustentava que o Brasil, em alguns decênios, passaria por um processo natural de branqueamento; esta era, por exemplo, a posição de Silvio Romero. Outros, como Monteiro Lobato e Osvaldo Cruz, argumentavam que o problema central estava nas doenças que afetavam a população; defendiam, assim, uma higienização do país.⁷ A análise dos “desequilíbrios da formação” nacional era tomada como ponto de partida por aqueles que se detinham no exame das vicissitudes brasileiras. Sub-raças mestiças, climas hostis ao desenvolvimento intelectual, excessiva volúpia e apego desmedido às riquezas fáceis: os brasileiros pareciam dominados pela atmosfera tropical

e pela degenerescência oriunda das contínuas fusões raciais, o que fazia do futuro nacional um ponto de interrogação.

Por conta deste pessimismo dominante, proliferava a visão do brasileiro como um povo triste e melancólico. Pode-se destacar, nesse sentido, o *Retrato do Brasil* de Paulo Prado, o *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda e *Os sertões* de Euclides da Cunha. Se para o primeiro “o véu da tristeza se estende por todo o país”, como resultado de uma combinação entre luxúria e cobiça que viria desde o período colonial, o segundo sustenta que “o brasileiro é um desterrado em sua própria terra”, e que a melancolia do colono português havia se prolongado no brasileiro, como herança ibérica incorporada. Também Euclides, nas seções “A Terra” e “O Homem” de sua obra magna, faz referência ao abatimento do sertanejo, resultado do isolamento de três séculos do homem miscigenado junto a uma natureza marcada por “traços melancólicos”, “mandacarus despidos e tristes” e uma “paisagem atormentada”. Trata-se da delineação de dois traços marcantes de uma possível essência nacional: a tristeza e a melancolia. Acostumamo-nos, a partir da segunda metade do século xx, aos chavões da alegria e felicidade do brasileiro, expressos em manifestações culturais como o samba e o futebol; deve-se considerar, porém, que, para diversos pensadores do início do século xx, o elemento característico do brasileiro era precisamente seu aspecto macambúzio, resultante de apetites desenfreados, doenças seculares ou ambientes naturais desfavoráveis. Assim dizia Paulo Prado, em *Retrato do Brasil*: “Do enfraquecimento da energia física, da ausência ou diminuição da atividade mental, um dos resultados característicos nos homens e nas coletividades é sem dúvida o desenvolvimento da propensão melancólica”⁸.

O *topos* da melancolia remete à doutrina hipocrática dos “quatro humores”, em que o temperamento melancólico era associado ao excesso de bile negra no organismo.⁹ Durante o Renascimento, teve grande destaque a idéia de que a melancolia era uma característica fundamental da personalidade dos gênios; nos séculos seguintes, a melancolia foi analisada em diversos tratados teóricos e médicos, e também se revelou elemento importante para a idéia de si que os artistas românticos traçavam. Na passagem do século xix para o xx, o aspecto produtivo da melancolia é secundarizado, diante de sua apreciação como desvio patológico, o que pode ser atestado em *Luto e melancolia* (1917), de Sigmund Freud.

No caso brasileiro, a disposição melancólica da população era relacionada diretamente ao aspecto doentio dos homens. Nesse sentido, entendia-se que tanto a sífilis quanto a febre amarela teriam imprimido na população as marcas do abatimento e da fraqueza. Aliada a essas doenças, havia o temido cruzamento racial, que, supunha-se, acabava consagrando aos mestiços as piores características de cada grupo original: assim, as diversas

“sub-raças” brasileiras compartilhavam a tristeza dos lusitanos – povo desesperançado, degredado na colônia em busca de ouro e prazeres –, dos indígenas – preguiça e fragilidade – e dos negros – marcados pelo *banzo*.¹⁰ Dessas combinações, emergiam tipos diferenciados, porém semelhantes no caráter lúgubre da existência compartilhada em terras tropicais. Ainda que incipiente, a nacionalidade brasileira carregava a pecha da tristeza, e nem mesmo as ações de sanitaristas, engenheiros e literatos pareciam capazes de dissipá-la plenamente; por esta razão, muitos intelectuais caracterizavam-na como elemento determinante da essência nacional.

“Numa terra radiosa vive um povo triste”. Esta frase, que abre o *Retrato do Brasil* de Paulo Prado, é seguida da assertiva: “Legaram-lhe essa melancolia os descobridores que a revelaram ao mundo e a povoaram”. O problema da origem se faz presente: que tipo de força histórica teria alicerçado a construção de um povo fadado ao abatimento? Que fatores teriam determinado a prostração de mulatos e caboclos? A busca da gênese do atraso brasileiro conduzia a um certo momento inicial, ponto de partida de uma nacionalidade incipiente: com a chegada dos portugueses a estas terras, teria germinado o embrião da tristeza. Verdadeira expulsão do paraíso, em que três raças se lançavam no percurso maldito de uma nacionalidade mal-formada, destinada ao limbo da História.

Como demonstra Flora Süssekind, já nos primórdios do romantismo brasileiro a questão da origem se impunha fortemente, uma vez que a delimitação da essência nacional demandava o estabelecimento dos pilares da nação, na afirmação de algo que “sempre esteve lá”. Segundo a autora, “tornava-se mais urgente, para a ‘elite ilustrada’, afirmar identidades, origens e essências ‘nacionais’, mapear *um* Brasil pitoresco, territorialmente ao menos, coeso e singular”.¹¹ A coesão poderia ser encontrada de duas maneiras: na paisagem natural – que foi o percurso dos românticos do século XIX – e na história colonial – perspectiva predominante entre os intelectuais do início do século XX, que buscavam uma concepção mais “objetiva” acerca da constituição do caráter nacional brasileiro. Não que estes dois percursos deixassem de se imbricar; porém, segundo a argumentação da autora, o desarme das “idéias fixas” operado pela ficção machadiana no fim do século XIX parecia indicar, entre outras coisas, a necessidade de repensar o papel da natureza, trazendo ao primeiro plano a relação desta com o elemento humano. Assim, se no Romantismo brasileiro, pelo menos em seu impulso inicial, a questão da origem esteve ligada a um “ponto de mira fixo” – a “paisagem-só-natureza” –, para os autores do início do século XX a releitura do passado colonial revelava-se decisiva.

A seguir, discutirei o percurso analítico traçado por Euclides da Cunha n’*Os sertões*, no sentido de apresentar a tristeza e a melancolia como registros marcantes da vida sertaneja; defenderei também que a caracterização

da tristeza e da melancolia como elementos fundadores da nacionalidade brasileira não pode ser dissociada do modelo de filosofia da História que sustenta a construção argumentativa do livro. Em Euclides, como em Paulo Prado, a melancolia e a tristeza não são pensadas como puros desvios patológicos. Conquanto fossem comumente relacionadas às doenças do corpo e ao abatimento da alma, decorrentes da luxúria, cobiça ou do caráter predatório da ocupação territorial, a melancolia também poderia ser entendida como semente da potencial genialidade do povo brasileiro.¹² De modo que, tanto para Paulo Prado como para Euclides da Cunha, o abatimento nacional poderia ser revertido em esperança de uma raça excepcional, desde que fossem fornecidos meios adequados para a realização deste futuro ideal. E em Euclides, particularmente, a tristeza e a melancolia resultam diretamente da fusão do homem com o meio, tipificando uma singularidade que simultaneamente marcava a unidade nacional e adequava o Brasil à marcha inexorável da História Mundial.

A História brasileira em movimento

Na primeira parte d'*Os sertões*, Euclides da Cunha apresenta suas impressões iniciais, resultantes do contato de três meses com a região sertaneja. Saltam aos olhos as inúmeras metáforas sobre as paisagens e vegetações sertanejas: “mandacarus tristes”, “o sol como inimigo”, “pedras nuas”, “matos doentes”, vegetações vitimadas por “espasmos dolorosos”; tudo emoldurado por paisagem de “monotonia inaturalável”. No decorrer da leitura, as metáforas se revelam mais que figuras de linguagem: trata-se de efetiva *antropomorfização da natureza*, a atribuição de caracteres humanos a rochas e paisagens, árvores e plantas. A natureza apresenta *em-si* seu próprio *telos*: ela é “solenemente triste”, fechada, inabitável.¹³ Repele o homem, impossibilita a civilização, inscreve desolação e a tristeza nas flores que brotam e nos seres que se arriscam a viver.

Na segunda parte do livro – *O Homem* –, os espasmos continuam, e dessa vez afligem diretamente àqueles que lá habitam. Ao tratar da formação das raças brasileiras, Euclides percebe, com pesar, a ausência de unidade antropológica – questão que, aliás, angustiava a maior parte da intelectualidade brasileira naquele início de século xx. No caso de Euclides, porém, ela ganha um contorno inesperado: a miscigenação deixa de ser tratada como problema, e passa a ser vista como parte da solução dos impasses da nacionalidade. O tema da gênese de uma “raça forte” parece percorrer todas as páginas do livro, e, ainda que isto soe paradoxal, ele verá naquele homem “raqúitico”, habitante dos sertões remotos, a “rocha viva” da nacionalidade.

Conquanto busque a semente antropológica capaz de incidir na formação de uma “raça forte”, Euclides se vê diante de alguns impasses, originados no abismo entre observação empírica e comprovação teóri-

ca.¹⁴ Diz ele: “O brasileiro, tipo abstrato que se procura (...) só pode surgir de um entrelaçamento complexo”.¹⁵ Tanto a existência de três matrizes raciais distintas – branco, negro e indígena –, quanto a diversidade climática acarretavam uma enorme dificuldade para a construção de um “tipo antropológico” bem definido. No litoral, habitava uma “civilização de empréstimo”, marcada pela imitação dos valores estrangeiros e pela mestiçagem desbragada; caboclos e mulatos, no litoral e no interior, ajudavam a diluir os elementos positivos das três raças, perpetuando as características negativas de cada uma delas. Levando em conta estes fatores, Euclides tece um juízo decisivo:

“Não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez, nunca. Predestinamos à formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma. Invertemos, sob este aspecto, a ordem natural dos fatos. A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social. Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos” (Os sertões, p. 84).

Condenados à civilização, porém sem unidade de raça: apenas o futuro remoto poderia garantir a formação de um povo forte, autêntico e, sobretudo, homogêneo. O branqueamento parecia a Euclides não só uma idéia distante, como inadequada teórica e socialmente. Onde buscar, portanto, as raízes dessa raça forte? *O olhar para o sertão parece abrir a Euclides um novo horizonte, simultaneamente futuro e passado*: ilhado em um torrão inóspito do sertão da Bahia, vivia um povo valente, capaz de proporcionar justamente as bases étnicas de que carecia a “civilização de empréstimo”. Ainda que “desgracioso”, refletindo a “fealdade típica dos fracos”, o habitante do sertão demonstra uma completa adaptação ao meio físico. Naquele canto esquecido do Brasil, Euclides enxerga o que em sua concepção faltava aos litorâneos: vigor, determinação e autenticidade.

Estas impressões, porém, precisavam ser justificadas à luz da ciência. Concordo com Luiz Costa Lima quando este aponta a inadequação da maior parte das leituras d’*Os sertões*, que ora procuram analisar o livro como “obra literária”, ora como um texto “revelador da realidade brasileira”. Nem um, nem outro: o texto de Euclides da Cunha porta, sim, um projeto científico, e tratá-lo como obra literária ou simplesmente “reveladora” é passar por cima da própria argumentação do autor, seus propósitos e objetivos. A literatura, para Euclides, possuía um aspecto meramente ancilar; ao mesmo tempo, a “revelação da realidade” era apenas uma parte de seu amplo empreendimento. Como sustenta Costa Lima, o livro é marcado por leituras – mas sobretudo *desleituras* – de autores como Comte, Gumplowicz e Spencer. Suas considerações são formuladas com bases nas

teorias raciais e evolutivas sustentadas por estes autores; todavia, as idéias defendidas pelo escritor brasileiro muitas vezes se chocavam com as premissas teóricas dos intelectuais supracitados, de modo que Euclides as reinventava, adaptando-as às suas observações empíricas.

Além das referências teóricas citadas, existe n'Os sertões um constante diálogo, no plano filosófico, com Hegel, sobretudo o Hegel das *Lições sobre a Filosofia da História*. Ainda que seja conhecido o apreço de Euclides pela obra do filósofo alemão, o papel desta recepção na construção dos argumentos de Os sertões é pouco estudado.¹⁶ Cabe destacar certos elementos do modelo hegeliano de filosofia da História presentes n'Os sertões: o aspecto não linear do movimento da História; o progresso por “saltos” e não por simples causalidade; a leitura finalista da formação da nacionalidade brasileira, que atribui o aspecto de etapas a certos momentos do passado colonial; além da presença de uma *suprassunção* final, pela qual se dá a *atualização* do brasileiro, preservando e transformando diversos aspectos da sub-raça sertaneja e da civilização de empréstimo litorânea. Assim como faz com Spencer, Comte e Gumplowicz, Euclides lê Hegel a seu modo, atentando para o que poderia lhe servir, e descartando outros elementos. Nesse sentido, pode-se dizer que a leitura de Euclides não é a aplicação direta do modelo hegeliano à realidade brasileira; trata-se, antes, da apropriação de certos elementos, livremente escolhidos em função de sua adaptabilidade aos propósitos do autor, elementos estes que são associados a algumas formulações estranhas ao filósofo alemão. Pode-se destacar, por exemplo, o caráter determinista do “encontro marcado” entre a sub-raça sertaneja e a civilização de empréstimo litorânea, não condizente com a idéia hegeliana do retorno a si do Espírito em sua alteridade, a qual não comporta tal pré-determinação normativa. Seria necessário pesquisar mais detidamente a leitura de Hegel operada por Euclides, assim como as continuidades e descontinuidades existentes em tal relação, o que foge ao propósito central deste estudo. Ainda assim, pode-se dizer que Os sertões apresenta uma reflexão riquíssima sobre a *História brasileira em movimento*, na medida em que Euclides procura pensar o lugar especial do Brasil em relação aos estágios evolutivos da História Mundial. Se sua intuição parecia lhe dizer que o sertanejo era a “rocha viva” da nacionalidade, era preciso delinear o processo de constituição histórica desta sub-raça, e explicar: (a) por que razões ela poderia constituir a base étnica da futura nacionalidade, o que levava a (b), a necessidade de discutir os fatores que teriam levado a esta formação única e especial. O autor busca no passado colonial as respostas para os dilemas presentes; analisa a origem do sertanejo, assim como os momentos evolutivos deste grupamento étnico em relação ao restante do país, e se preocupa em examinar as diversas maneiras pelas quais os homens do sertão poderiam ser incorporados como elementos fortificadores,

capazes de dar à “civilização de empréstimo” litorânea os caracteres que esta não possuía.

Para tanto, Euclides parte da gênese do “paulista”; ao longo do século XVII, “período agudo da crise colonial”, este teria se formado como “tipo autônomo”. Segundo o autor,

“O paulista – e a significação histórica deste nome abrange os filhos do Rio de Janeiro, Minas, S. Paulo e regiões do sul – erigiu-se como um tipo autônomo, aventureiro, libérrimo, com a feição perfeita de um dominador da terra, emancipando-se, insurrecto, da tutela longínqua, e afastando-se do mar e dos galeões da metrópole, investindo com os sertões desconhecidos, delineando a epopéia inédita das bandeiras” (Os Sertões, p. 95).

Assim, Euclides vê na “onda impetuosa do Sul” o impulso primeiro em direção à nacionalidade, isto porque a ação dos bandeirantes teria permitido o contato e fusão do elemento português com os silvícolas que habitavam as regiões remotas do país. Imbuídos de um “espírito de independência” em relação à metrópole, os paulistas ocuparam a vastidão das florestas, à procura de ouro e escravos, em oposição deliberada ao “Brasil oficial” – para utilizar expressão de Alceu de Amoroso Lima –, representado pelo colono português. Diz Euclides: “Na plenitude do século XVII o contraste se acentua. Os homens do Sul irradiam pelo país inteiro. Abordam as raias extremas do Equador. Até aos últimos quartéis do século XVIII, o povoamento segue as trilhas embaralhadas das bandeiras”.¹⁷

As vagas de ocupação interiorana seguiam, em suas palavras, “incansáveis, com a fatalidade de uma lei”.¹⁸ Lei esta que representava o próprio destino histórico da formação da nacionalidade, impulso originário que atraía o sulista ao encontro dos silvícolas do Norte. Neste encontro marcado, paulistas e indígenas dão origem ao *curiboca*, mestiço sertanejo que herda tanto o espírito aventureiro dos bandeirantes quanto a vitalidade dos silvícolas. Como veremos, a realização do destino histórico da nacionalidade valeu-se de sinais, os quais se impunham aos diversos grupamentos populacionais, chamando-os ou repelindo-os ao contato. A natureza atuava como essa força por um lado acolhedora e por outro cruel, impelindo o sulista ao encontro histórico – como elemento ativo da formação –, junto ao repellido indígena do Norte, aprisionado por um meio devastador. Desse encontro, resultará a própria semente da essência nacional, que ficará adormecida por trezentos anos no inóspito sertão.

Para garantir o que, nas palavras de Euclides, era um “cruzamento inevitável” foi necessária a atuação da natureza, verdadeiro agente da filosofia da História. As distinções climáticas, aliadas a diversos tipos de

cruzamentos raciais, “preparou o advento de sub-raças diferentes”, nas várias latitudes do território. Ao sul do país, os *paulistas* encontraram uma natureza extremamente receptiva e convidativa, que os *impelia* a longas explorações e incursões aventureiras. Em primeiro lugar, havia a serra do Mar, que anulava o apego ao litoral; assim, desde os primórdios da colonização, o paulista se via distante dos perigos da “civilização de empréstimo” litorânea. Este *primeiro insulamento* na região vicentina permitiu o desenvolvimento das características centrais desses homens, o que contribuiu decisivamente para a aventura em direção ao Norte, a qual deu origem ao *segundo insulamento*, este sim, como veremos a seguir, o fator determinante para a formação do sertanejo.

Também os rios convidavam os bandeirantes às entradas; nasciam no mar, e corriam para o interior, revelando em seus caminhos a “atração misteriosa das minas”. Afinal, diz Euclides, “a terra atrai o homem; *chama-o para o seio fecundo*; encanta-o pelo aspecto formosíssimo; arrebatá-lo, afinal, irresistivelmente, na correnteza dos rios”. Levado pela natureza, o homem cumpre seu destino de tecelão da História em sua astúcia; recebe os chamados do meio, como se de algum modo tivesse a intuição da racionalidade deste destino. É como se o próprio desenho dos rios trabalhasse para o acolhimento: o Tietê, com seu “traçado eloqüentíssimo”, atua como estrada natural para as entradas; já o São Francisco se faz caminho natural para as bandeiras. Diz Euclides: “abrindo aos exploradores duas entradas únicas, à nascente e à foz, *levando os homens do Sul ao encontro dos homens do Norte*, o grande rio erigia-se desde o princípio com a feição de um *unificador étnico*, longo traço de união entre duas sociedades que não se conheciam”.¹⁹

O acolhimento da natureza revelou-se, segundo o autor, um fator crucial para o sucesso das vagas sulistas. Diz Euclides que “as circunstâncias históricas, em grande parte oriundas das circunstâncias físicas, originaram diferenças iniciais no enlace das raças, prolongando-as até o nosso tempo”. Enquanto os paulistas eram chamados e acolhidos pela natureza, no Norte o espetáculo da colonização sofria incríveis reveses: as invasões holandesas atuaram como elemento inibidor, ao trazerem para a região os indesejados colonizadores portugueses. “Apertados entre os canaviais da costa e o sertão”, os habitantes da região não se aventuravam ao interior; se, ao sul, a natureza havia se mostrado acolhedora, “o filho do Norte”, nas palavras do autor, “não tinha um meio físico, que o blindasse de igual soma de energias”.²⁰ Se, ao sul, a natureza se mostrava receptiva, no norte do país ela se equipava de suprema hostilidade. Afirma Euclides:

“Mas o colono nortista, nas entradas para oeste ou para o sul, batia logo de encontro à natureza adversa. Refluía prestes ao litoral sem o atrevimento dos dominadores, dos que se sentem à von-

tade sobre uma terra amiga, sem as ousadias oriundas da própria atração das paragens opulentas e acessíveis” (Os sertões, p.98).

Natureza que acolhe, natureza que repele: *natureza, agente da Razão, mecanismo do encontro marcado: o destino histórico da nacionalidade*. No Norte, a história se desenrolava de maneira teatral, porém pouco eloquente. Já os paulistas representavam a marcha inexorável da História, arrebatadora, como tufão capaz de quebrar o caráter cíclico da existência inerte naquelas distantes terras sertanejas. Chegaram para construir o embrião da nacionalidade, para impor a força do homem mesmo em ambiente agressivo. Surge, nas palavras do autor, “na região que interfere o médio S. Francisco, um notável povoamento do qual os resultados somente depois apareceram”. Este “notável povoamento” é o resultado das fusões ocorridas no século XVII, em que o *curiboca* se origina a partir dos cruzamentos dos paulistas com as indígenas. O mestiço sertanejo nascia, segundo Euclides, “de um amplexo feroz de vitoriosos e vencidos”, do enlace entre a “gente entusiasta e enérgica das bandeiras” com a “impulsividade do indígena”.²¹ Nestas paragens, ficaram, nas palavras do autor, “inteiramente divorciados do resto do Brasil e do mundo, murados a leste pela serra Geral, tolhidos no ocidente pelos amplos campos gerais, que se desatam para o Piauí e que ainda hoje o sertanejo acredita sem fins. *O meio atraía-os e guardava-os*”.²²

Ainda que insulado nos sertões, este mestiço não perdeu a valentia inerente ao bandeirante paulista. Guardado pela natureza do Norte, o *curiboca* permaneceu isolado por quase três séculos, período em que se formou lentamente a “sub-raça” sertaneja; esta, a despeito de sua frágil aparência, possuía tanto o vigor e bravura dos bandeirantes, quanto a resistência e impulsividade do indígena. “Livre de elementos estranhos”, formou-se na região dos sertões um tipo humano completo, resultante de cruzamentos uniformes, o que de certa forma ia de encontro aos princípios teóricos do evolucionismo, amplamente difundidos no início do século XX, os quais preconizavam que as fusões étnicas levavam necessariamente ao surgimento de sub-raças enfraquecidas. Segundo Euclides, dá-se o oposto no sertão: a gênese de uma sub-raça única, dotada de “fisionomia original”, homens de características aventureiras e taciturnas, lúgubres e enérgicas, fortes e acomodadas. Nas palavras do autor, “o sertanejo do Norte é, inequivelmente, o tipo de uma subcategoria étnica já constituída”.²³

Por conta de três séculos de isolamento, o homem dessa região foi alijado do movimento da História, o que acabou se mostrando profícuo. Diz Euclides que “o abandono em que jazeram teve função benéfica. Libertou-os da adaptação penosíssima a um estádio social superior, e, simultaneamente, evitou que descambassem para as aberrações e vícios dos meios adiantados”. No

final do século XIX, a campanha de Canudos revelou ao Brasil esta população, onde predominavam crenças medievais e características de “estágios sociais inferiores”. Segundo Euclides, “uma grande herança de abusões extravagantes, extinta na orla marítima pelo influxo modificador de outras crenças e de outras raças, no sertão ficou intacta”. Caracterizados por um tipo de atavismo, estes homens representavam o próprio momento em que haviam se insulado, adquirindo, nas palavras do autor, “a forma grosseira de um campeador medieval desgarrado em nosso tempo”²⁴, como se ali o tempo tivesse permanecido imóvel por três séculos:

“Imóvel o tempo sobre a rústica sociedade sertaneja, despeada do movimento geral da evolução humana, ela respira ainda na mesma atmosfera moral dos iluminados que enlaçavam, doidos, o Miguelinho ou o Bandarra. Nem lhe falta, para completar o símile, o misticismo político do sebastianismo. Extinto em Portugal, ele persiste todo, hoje, de modo singularmente impressionador, nos sertões do Norte” (Os sertões, p. 156).

Trata-se de uma efetiva *contemporaneidade do não contemporâneo*, para utilizar expressão de Koselleck: habitavam um mesmo território, em fins do século XIX, dois tipos distintos, separados por quase trezentos anos de continuidade histórica.²⁵ Afirma Euclides: “O retrógrado do sertão reproduz o *facies* dos místicos do passado. Considerando-o, sente-se o efeito maravilhoso de uma perspectiva através dos séculos. Está *fora do nosso tempo*”.²⁶ A percepção de que coexistiam duas temporalidades distintas, ao mesmo tempo em que aturdiava o autor, o estimulava a pensar a renovação da decrépita civilização litorânea: aquela “rocha viva” atávica continha em si o *mito da pureza originária*, a bravura dos remotos bandeirantes que seguiam inexoravelmente o fluxo da História, se deixando levar pelos chamados da natureza. Utilizando novamente a terminologia de Koselleck, abre-se a Euclides um novo horizonte de expectativas, fruto da articulação entre passado e futuro, origem e progresso.²⁷ Como se, num piscar de olhos, o embrião da História nacional se dispusesse à sua observação, às suas experimentações e elucubrações. *Ali, naquelas paragens desérticas, estavam preservadas, quais vestígios arqueológicos, as semelhanças originárias da nacionalidade*. E, daquele homem rústico e retrógrado – porém dotado de força e boa compleição –, poderia emergir o antídoto da “cultura de empréstimo” litorânea.

Euclides lamenta que a ação do Exército na Campanha de Canudos tenha abortado a possibilidade de lenta incorporação dos sertanejos. A guerra acabou dizimando não só aqueles homens, mas também a espe-

rança do autor de que se pudesse constituir, em território brasileiro, uma raça forte, capaz de engendrar uma nacionalidade autêntica e bem formada.²⁸ Mesmo assim, Euclides se vê com a missão de mostrar ao mundo, sobretudo aos “futuros historiadores”, suas considerações, uma vez que junto com aqueles homens jazia a própria essência nacional. Mas que essência? O que ela trazia consigo?

Tornar-se a própria terra

O isolamento a que foi submetido teria incrustado no sertanejo algumas características. Por um lado, ele é um forte. Diz o autor que “basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormecidas” para que ele se transfigure, e adquira “inesperadamente o aspecto dominador de um titã acobreado e potente”. Aliado a esse aspecto, contudo, podem ser percebidos nos sertanejos elementos de abatimento, resignação e impulsividade; trata-se, nas palavras de Euclides, de uma “intercadência impressionadora entre extremos impulsos e apatias longas”. O sertanejo alterna estados de espírito, como se fosse um “condenado à vida”, que se fez “esperto, resignado e prático”. Se é um forte, o sertanejo também é um homem triste. Isto se deve ao fato de que, por conta do insulamento de três séculos, ele acabou por adquirir as características centrais do meio circundante. Diz Euclides que o sertanejo é a “perfeita tradução moral dos agentes físicos de sua terra”, de tal modo que “reflete nestas aparências que se contrabatem, a própria natureza que rodeia”, natureza que “o talhou à sua imagem: bárbaro, impetuoso, abrupto”.²⁹ *Agente da filosofia da História, a natureza não só chama e repele o homem, mas também o marca lentamente, imprimindo no tipo humano as agruras de um meio hostil.*

Em diversas passagens do livro, a natureza é antropomorfizada, de modo que acaba por condicionar o próprio tipo humano que com ela entra em contato. Nas palavras de Costa Lima, “tal e qual mostrada, esta ambiência não é mero e neutro envoltório, mas anfiteatro que antecipa o destino de seu habitante”.³⁰ Nos sertões, impera a hostilidade da natureza em relação ao homem; este, ao resistir, e sobreviver em condições tão desfavoráveis, acaba resignando-se, incorporando “o traço melancólico das paisagens”. Aquela terra de “aspecto estranho” não pode gerar senão um homem abatido, marcado, nas palavras de Euclides, pelo “quadro tristonho de um horizonte monótono em que se esbate, uniforme, sem um traço diversamente colorido, o pardo requemado das *caatingas*”. Revelando estados de espírito tipicamente humanos – “natureza torturada”, “mandacarus despidos e tristes” –, a natureza grita e impõe ao homem o “aspecto atormentado das paisagens”. Já em sua formação, as rochas e morros da região teriam emergido de maneira abrupta, como se arquitetassem certa sublevação. Afirmo o autor: “porque se operava len-

tamente uma sublevação geral: as massas graníticas alteavam-se ao norte arrastando o conjunto geral das terras numa rotação vagarosa em torno de um eixo...”. Estes espetáculos de uma *natureza-agente* impressionaram a Euclides, deixando nele a certeza de que, naquele lugar, não poderia viver senão um homem triste. Trata-se da “impressão dolorosa” que, segundo o autor, “nos domina ao atravessarmos aquele ignoto trecho do sertão”.³¹ Vale reproduzir uma passagem em que descreve o Arraial de Canudos:

“Emoldurava-o uma natureza morta: paisagens tristes; colinas nuas, uniformes, prolongando-se, ondeantes, até às serranias distantes, sem uma nesga de inato; rasgadas de lascas de talcoxisto, mal revestidas, em raros pontos, de acervos de bromélias, encimadas, noutros, pelos cactos esguios e solitários” (Os sertões, p. 203.).

Marcada pela “fatalidade inexorável” da seca, a paisagem acaba por adquirir um “aspecto desolado”, caracterizado por “árvores sem folhas, de galhos estorcidos e secos, revoltos, entrecruzados, apontando rijamente no espaço ou estirando-se flexuosos pelo solo, lembrando um bracejar imenso, de tortura, de *flora agonizante...*”. E com estes mesmos traços os homens são marcados. Até mesmo o Sol é antropomorfizado, e passa a ser o “inimigo que é forçoso evitar”. Os cajueiros são anões, “fustigados dos sóis”, evidenciando “a inumação da flora moribunda”. Algumas plantas “unem-se, intimamente abraçadas, transmutando-se em plantas sociais”. Monstruosos e deselegantes “cabeças-de-frade” – tipo de vegetação que lembra cabeças decepadas – brotam na região, como se mercassem a “desordem trágica” que ali impera. Esta “vegetação agonizante, doente e informe” acaba gravando “em tudo monotonia inatural”³², a mesma monotonia que caracteriza a vida dos sertanejos, imersos nos ciclos das secas e longos períodos de estio; até mesmo as festas religiosas – responsáveis, segundo ele, pela renovação constante de crenças anacrônicas – contribuiriam para este fastio generalizado.

Nos sertões, “o martírio do homem” nasce do “martírio secular da Terra”. Martirizado, “permanentemente fatigado”, abatido e taciturno: tomado por constantes “preocupações com o futuro”, o sertanejo se fez “homem quase sem ter sido criança”. “Batalhador perenemente combalido e exausto”, ele “reflete, nestas aparências que se contrabatem, a própria natureza que o rodeia”. Em sua vida “monótona e primitiva”³³, carrega as marcas da tristeza e da melancolia, como que numa “variante trágica” da própria existência, o saber-se “dirigido de cima”, para utilizar as palavras de Costa Lima.³⁴ Diz Euclides que “o heroísmo tem nos sertões, para todo o sempre perdidas, tragédias espantosas. Não há revivê-las ou episodiá-las. Surgem de uma luta que ninguém descreve – a *insurreição da terra contra o homem*”.³⁵ Este sentido trágico da vida sertaneja, resultado da

experiência direta com a natureza rude, escreveu, nos trezentos anos de insulamento, a essência triste e melancólica do homem daquela região, rocha viva que guardava consigo tanto o confronto com o meio quanto o impulso de tornar-se a própria terra. Guardava também a semente não germinada da força e grandeza de uma nacionalidade incipiente, condenada pelas ações ineptas das autoridades à eterna condição de virtualidade.

Notas

¹ Este artigo contou com auxílio financeiro da CAPES.

² Professor substituto de Teoria e Metodologia da História (UFRJ). Mestre em História Social da Cultura pela PUC-RJ, e doutorando no mesmo programa.

³ O que não quer dizer que estas idéias, quando adaptadas à realidade brasileira, constituíam simples reflexo. Na realidade, como nota Roberto Ventura, “os sistemas de pensamento europeus foram integrados de forma crítica e seletiva, segundo os interesses políticos e culturais das camadas letradas, preocupados em articular os ideários estrangeiros à realidade local”. Cf. VENTURA, Roberto. *Estilo tropical. História, cultura e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 60.

⁴ Como sustenta Lília Moritz Schwarcz, o conceito de raça “acabou recebendo uma interpretação sobretudo social”. Cf. SCHWARCZ, Lília. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.17.

⁵ LUCA, Tânia de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: UNESP, 1998, p. 186.

⁶ Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 95-137.

⁷ Sobre a posição de Silvío Romero, conferir: LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: UNESP, 2002, pp. 237-256; acerca das posições de Monteiro Lobato, conferir: CAMPOS, André Luiz Vieira de. *A República do Pica-pau Amarelo: uma leitura de Monteiro Lobato*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

⁸ PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.141.

⁹ Cf. KLIBANSKY, Raymond; PANOFKY, Erwin; SAXL, Fritz. *Saturno y la melancolía*. Madrid: Alianza Editorial, 2004, pp. 23-5.

¹⁰ Cf. SCLiar, Moacyr. *Saturno nos Trópicos*. A melancolia européia chega ao Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2003., pp.169-245.

¹¹ SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. O narrador; a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.66.

¹² Cf. DOURADO, Maria Cecília. *A genealogia da tristeza*: Paulo Prado e o ensaio sobre a formação da nacionalidade brasileira. Dissertação de Mestrado, Departamento de História. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 1996.

¹³ CUNHA, Euclides. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997, pp. 54-5.

¹⁴ Para Miguel Reale, a comprovação empírica mostrava-se para Euclides mais importante que a fundamentação teórica. Diz o autor: “enganam-se, pois, os que atribuem a Euclides a crença numa cosmovisão científica cerrada e dogmática, pois ele, invocando Kant, reconhece que ‘todo conhecimento provém da experiência’...”. REALE, Miguel. *Face oculta de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, p. 31.

¹⁵ CUNHA, Euclides. *Os sertões*. op. cit., p. 82.

¹⁶ Cf. COSTA LIMA, Luiz. *Terra Ignota*. A construção de Os sertões. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 123: “Depois de citar o Hegel das Lições sobre a Filosofia da História, Euclides anotava: ‘Aos sertões do Norte, porém, que à primeira vista se lhes equiparam [i.e. às estepes], falta um lugar no quadro do pensador germânico’”.

¹⁷ CUNHA, Euclides da. op. cit., 95, 97, idem, 98.

¹⁸ Id. Ibidem. p. 98.

¹⁹ Id. Ibidem. p.113, 99, 96, idem, ibid., ibid, 110.

²⁰ Id. Ibidem. p.100, 99, 98.

²¹ Id. Ibidem. p.109, 113, 111, 114.

²² Id. Ibidem. p.113.

²³ Id. Ibidem. p. 118, 119, 122.

²⁴ Id. Ibidem. p. 125, 155, 134.

²⁵ Euclides mobiliza diversos elementos para mostrar essa coexistência de temporalidades distintas. O homem do sertão seria atávico, marcado por “divertimentos anacrônicos” (p. 145), “monoteísmo incompreendido” (p.154), “tradições do passado” que “permanecem intactas” (p. 121), etc.

²⁶ Id. Ibidem. p. 185.

²⁷ Cf. KOSELLECK, Reinhart. « Le concept d’histoire ». In: *L’expérience de l’histoire*. Paris : Gallimard, 1997, p. 51.

²⁸ Posteriormente, Euclides verá na Amazônia esta possibilidade. Cf. BARROS, Wagner dos Santos. *Euclides da Cunha, a Amazônia e os viajantes: o pensamento nacional no paraíso em construção*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2000.

²⁹ CUNHA, Euclides. *Os sertões*. op. cit., p.130, idem, 133, 135, idem.

³⁰ COSTA LIMA, Luiz. Nos sertões da oculta *mimesis*. In: *O controle do imaginário. Razão e Imaginação nos Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p. 226.

³¹ CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. op.cit., p. 24, 21, 23, 25, 30, 31.

³² Id. Ibidem. p. 43, 49, idem, 50, 49, 52, 54, 55, 54.

³³ Id. Ibidem. p. 73, 130, 132, 133, 135, 147.

³⁴ Cf. COSTA LIMA, Luiz. Nos sertões da oculta *mimesis*. op. cit., p. 238.

³⁵ CUNHA. Euclides da. *Os sertões*. op. cit., p.150.

Referências bibliográficas

BARROS, Wagner Santos de. *Euclides da Cunha, a Amazônia e os viajantes: o pensamento nacional no paraíso em construção*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História, Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2000.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. *A República do Picapau Amarelo: uma leitura de Monteiro Lobato*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

COSTA LIMA, Luiz. Nos sertões da oculta *mimesis*. In: *O controle do imaginário. Razão e Imaginação nos Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

COSTA LIMA, Luiz. *Terra Ignota*. A construção de Os sertões. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

CUNHA, Euclides. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.

DOURADO, Maria Cecília. **A genealogia da tristeza: Paulo Prado e o ensaio sobre a formação da nacionalidade brasileira**. Dissertação de Mestrado. Departamento de História, Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Euclides da Cunha. Revelador da realidade brasileira**. In: **Perfil de Euclides e outros perfis**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **Euclides, elite modernizadora e enquadramento**. In: GALVÃO, Walnice Nogueira (org.). **Euclides da Cunha**. São Paulo: Ática, 1984.

HEGEL, G. W. F. **Filosofia da História**. Brasília: UnB, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

KLIBANSKY, Raymond; PANOFSKY, Erwin; SAXL, Fritz. **Saturno y la melancolía**. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Le concept d'histoire**. In: **L'expérience de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1997.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**. São Paulo: UNESP, 2002.

LUCA, Tânia de. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação**. São Paulo: UNESP, 1998.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

REALE, Miguel. **Face oculta de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCLIAR, Moacyr. **Saturno nos Trópicos. A melancolia européia chega ao Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui. O narrador; a viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical. História, cultura e polêmicas literárias no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ZILLY, Berthold. **A Guerra de Canudos e o imaginário da sociedade sertaneja em Os sertões**. In: **Literatura e História na América Latina**. Org: CHIAPPINI, Lígia e AGUIAR, Flávio. São Paulo: Edusp, 1993.

A constituição da organização nacional no pensamento político de Alberto Torres e de Andrés Molina Enríquez

Jorge Eschiaqui

Resumo

Este artigo aborda os ensaios de caráter sociológico de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez, que constituíram, nas duas primeiras décadas do século xx, em uma tentativa de síntese da realidade brasileira e mexicana. Trata-se, portanto, de dois autores que se esforçaram no sentido de um autoconhecimento de suas respectivas realidades nacionais, e, a partir deste, elaborar uma política nacional para a promoção do desenvolvimento e a construção de uma unidade nacional por meio de uma ação efetiva de um governo central forte que estimulasse a modernização e despertasse na população o ideal de comunidade com a unidade de todos os grupos sociais.

Abstract

This article approaches the rehearsals of sociological character of Alberto Torres and Andres Molina Enríquez, that constituted, in the first two decades of the century XX, in an attempt of synthesis of the Brazilian and Mexican reality. It is treated, therefore, of two authors that made an effort in the sense of an self knowledge of their respective national realities and, starting from this, to elaborate a national politics for the promotion of the development and the construction of a national unit through an effective action of a strong central government that stimulated the modernization and it woke up in the population community's ideal with the unit of all of the social groups.

Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez foram dois intelectuais que elaboraram ensaios de caráter sociológico que constituíram, nas duas primeiras décadas do século xx, uma tentativa de síntese da realidade brasileira e mexicana. Portanto, foram dois autores que buscaram um autoconhecimento de suas realidades nacionais e, deste modo, elaborar um projeto nacional para a promoção do desenvolvimento e a construção de uma unidade nacional por meio de uma ação efetiva de um governo central forte no sentido de estimular a modernização e despertar na população o ideal de comunidade com a unidade de todos os grupos sociais.

O estudo comparativo destes dois intelectuais deve-se, primeiramente, ao fato de que o início do século xx foi marcado no Brasil e no México pelo surgimento entre a intelectualidade da concepção da necessidade urgente de se solucionar problemas como as profundas desigualdades sociais, a ausência de integração entre as diferentes regiões de seus respectivos países, as ameaças à soberania nacional, a inexistência de uma consciência nacional, a desvalorização da cultura nacional e outros. Dessa maneira, iniciou-se um movimento de análise crítica à República Velha e ao Porfirismo a partir do estudo das realidades brasileira e mexicana

como elemento fundamental de apoio para a elaboração de um projeto nacional que visasse buscar alternativas para a superação dos problemas e, conseqüentemente, o despertar de um espírito nacional forte.

Em segundo lugar, pode-se perceber também por meio deste estudo a existência no Brasil e no México de início do século xx de um pensamento positivista, principalmente, de cunho comtiano, que era utilizado pelos Estados na República Velha e no Porfiriato para pregarem a ordem e o progresso como ideais a serem aspirados e o caminho pelo qual o Brasil e o México deixariam de ser países de “selvagens” para serem países “civilizados”. Em outras palavras, ambos Estados serviam-se do pensamento positivista comtiano para justificar suas iniciativas no sentido de dar a seus países uma ordem que ia conduzir-lhes a um futuro de progresso. Entretanto, apareciam no mesmo período nos dois países grupos de intelectuais que se utilizavam do pensamento positivista, tanto comtiano, como, principalmente, spenceriano, para demonstrar a contradição entre a realidade e o discurso oficial, tendo em Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez os precursores de uma discussão intelectual que, baseada em elementos teóricos oriundos do positivismo, desenvolvia críticas às políticas adotadas pelos Estados brasileiro e mexicano. Na perspectiva destes dois intelectuais, longe de promoverem um futuro melhor, os Estados brasileiro e mexicano apenas acentuavam a desigualdade extrema, as tensões sociais e a dependência externa, fatores que ameaçavam a soberania, impediam a formação de uma unidade nacional e obstaculizavam a construção da nacionalidade.

Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez foram intelectuais que tiveram uma atuação política destacada em seus respectivos países, exercendo cargos públicos que contribuiriam para a compreensão dos problemas nacionais que impediam um desenvolvimento do país em um todo, dificultando a concretização de uma unidade nacional.

Alberto Torres nasceu em 26 de novembro de 1865 em Porto de Caixas, município de São João de Itaboraí, província do Rio de Janeiro. Formou-se como bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife em 1885. Proclamada a República, foi membro da Assembléia Fluminense até 9 de abril de 1893, quando foi eleito deputado federal (1893 a 1895). Em 31 de agosto de 1896 foi nomeado ministro do Interior pelo presidente da República Prudente de Moraes, exonerando-se em 31 de dezembro devido a desavenças com o então presidente interino Manuel Vitorino no episódio da intervenção no município de Campo.¹ Exerceu o cargo de presidente do Estado do Rio de Janeiro de 1897 a 1900, durante o qual enfrentou vários problemas, entre os quais, as dificuldades financeiras que se agravaram com a crise do café, a duplicidade de Câmaras Municipais na cidade de Campos, o que gerou tensão entre Alberto Torres e os interesses políticos em jogo,² as disputas pela

liderança do Estado com os chefes de Partido e a tentativa de *impeachment* ocasionada pela suposta falta de decisão sua ante o fato ocorrido em Campos. Contudo, apesar das dificuldades, Alberto Torres tomou importantes medidas durante seu governo, muitas das quais seriam mais tarde incluídas em suas obras como idéias para a solução dos problemas nacionais, entre as quais se destacaram o incremento à difusão da instrução primária, normal e secundária com a reorganização do aparelho escolar, a criação de escolas e o estímulo à iniciativa privada no setor da educação; o desenvolvimento da agricultura por meio do estímulo à cultura intensiva e racional pelos modernos processos científicos e do estabelecimento do cooperativismo entre os produtores e de entrepostos para o café; o saneamento da baixada fluminense e; a criação de uma colônia puramente nacional. Foi ministro do Supremo Tribunal Federal de 1900 a 1909. Neste ano foi obrigado a se aposentar precocemente por motivo de saúde e passou a se dedicar a escrever artigos para jornais, nos quais o tema central era o problema da organização nacional. Em 1909 e 1913, publicou dois livros que revelam suas preocupações com a ordem mundial e a paz, que são respectivamente *Vers la Paix e Lê Problème Mondial*. Todavia, foi em 1914 que publicou suas duas principais obras, *O problema nacional brasileiro* e *A organização nacional*, que se constituíram a partir de análises feitas por Alberto Torres sobre a realidade nacional ao longo de seus artigos escritos para a imprensa. Ademais, Alberto Torres também chegou a publicar um livreto em 1915, intitulado *As fontes da vida no Brasil*, no qual praticamente retoma uma temática já presente nos dois livros anteriores sobre a questão do caráter depredador da exploração do solo, do desbaratamento do potencial, o uso impreciso da técnica e do sentido mítico do desenvolvimento. Alberto Torres veio a falecer em 29 de março de 1917.

No que diz respeito a Andrés Molina Enríquez, este intelectual nasceu na cidade de Jilotepec, Estado do México, em 2 de agosto de 1866. Realizou seus estudos preparatórios e formou-se como bacharel em Direito no Instituto Científico e Literário de Toluca em 1901, instituição de tradição liberal e fundado por importantes figuras do liberalismo mexicano, tais como Lorenzo de Zavala, Ignacio Ramírez e Ignacio Manuel Altamirano. Em 1901, desempenhou o cargo de juiz nas cidades de Sultepec, El Oro e Italnepantla. Em 1905, foi para a Cidade do México para trabalhar como advogado, ao mesmo tempo em que escreveu artigos para os jornais *El Siglo xx*, *El Partido Liberal*, *El Tiempo* e *El Imparcial*. Neste último periódico Andrés Molina Enríquez publicou seus *Estúdios de sociología mexicana* que, em 1909, seriam reunidos e publicados em uma obra denominada *Los grandes problemas nacionales*. Em 1905, publicou sua primeira obra importante, intitulada *Juárez y la Reforma*, na ocasião da comemoração dos festejos do centenário do nascimento de Benito Juárez. Como

consequência disto, ele foi convidado a se integrar ao Museu Nacional pelo diretor da instituição Genaro García, na qual, a partir de 1907, desenvolveu vários trabalhos de investigação e foi professor de Etnologia. Participou da Revolução Mexicana ao proclamar o Plano de Texcoco em 25 de agosto de 1911, no qual se manifestava contra o latifundismo e a favor da divisão de terras. Andrés Molina Enríquez pagou um preço alto por esta atitude, pois acabou ficando preso até março de 1912. Em 1916, foi nomeado consultor da Comissão Nacional Agrária da Secretaria de Agricultura e Fomento, sendo responsável pela redação do projeto do artigo 27 constitucional, abordando entre vários pontos a questão agrária, para ser apresentado ao Congresso Constituinte. Em 1917, foi secretário de Governo e assessor do Congresso Constituinte do Estado do México. Ocupou o cargo de chefe do Departamento de Compilação de Leis da Suprema Corte de Justiça entre 1920 e 1929. Durante este interregno, em 1922, Andrés Molina Enríquez publicou um número especial do Boletim da Secretaria de Governo sobre o artigo 27 da Constituição, no qual discerne sobre as idéias em que se basearam a elaboração deste artigo. Ademais, neste ano também publicou a obra intitulada *La clasificación de las ciencias fundamentales*, na qual resumiu seus conhecimentos sobre a teoria positivista da ciência. De 1927 a 1937, foi professor de História no Instituto de Professorado de Escolas Secundárias e de Etnologia no Museu Nacional. De 1933 a 1936, foi membro da Comissão Consultiva do Departamento de **Población**³ da Secretaria de Agricultura. Em 1932, iniciou a publicação de *Esbozo de la historia de los primeros diez años de la revolución agrária de México*, cujo quinto e último tomo apareceu em 1936. Entre 1938 e 1940, Andrés Molina Enríquez foi designado pelo governo do Estado do México como magistrado no Tribunal desta entidade, além de ser professor de diversas cátedras no Instituto Científico e Literário da Cidade de Toluca. Em 1º de agosto de 1940, veio a falecer na Cidade de Toluca.

As idéias de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez tiveram uma repercussão importante no meio de uma intelectualidade que também iniciou uma contestação à ordem estabelecida no Brasil e no México. Intelectualidade que contribuiria com suas idéias para a institucionalização de regimes marcados por uma forma específica de política nacional, denominados pela historiografia tradicional latino-americana como populistas. Não é por acaso que se observam várias idéias presentes no pensamento de Alberto Torres sendo retomadas e colocadas em prática no pós-Revolução de 1930 e, da mesma maneira, no pensamento de Andrés Molina Enríquez repercutindo e sendo aplicadas a partir da década de 1920 com o fim do período combativo e o início da institucionalização da Revolução Mexicana, principalmente, durante o governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940).

A influência das idéias de Alberto Torres deve-se a um grupo importante de intelectuais cujas idéias tiveram repercussão durante os anos 20, com a crítica à política adotada durante a República Velha, e os anos 30, com as contribuições e os apoios para a formação da política implantada no pós-Revolução de 1930. Neste grupo de intelectuais destacavam-se figuras como Oliveira Vianna e Vicente Licínio Cardoso. No caso da primeira figura, destacado como o intelectual-guia na crítica à República Velha e na defesa da modernização e centralização do poder, a influência do pensamento de Alberto Torres se deu por meio da leitura e dos comentários em artigos jornalísticos de suas obras e dos encontros semanais realizados na residência de Torres, nos quais Oliveira Vianna participava ao lado de outros discípulos como Alcides Gentil e Sabóia Lima, onde se discutiam questões de interesse do País. Uma das idéias que aproximam o pensamento de Alberto Torres e o de Oliveira Vianna é a preocupação com a organização nacional como forma de garantia da existência do país e de construção da nacionalidade. A este respeito, afirma Barbosa Lima Sobrinho que

“parece que estamos a ler o próprio Alberto Torres, quando Oliveira Vianna escreve que o que torna o perigo do imperialismo mais temível para nós é o fato de que nesta lua, a que não podemos fugir, contra essas forças colossais, a nossa nacionalidade se apresenta fragílisma, inteiramente desaparelhada das garantias mais elementares para uma resistência vitoriosa: sem solidariedade moral, sem coesão nacional, sem organização coletiva, sem uma consciência forte, clara, definida de sua própria situação e de seus próprios destinos.” (SOBRINHO, 1968, pp. 465-466).

Com relação a Vicente Licínio Cardoso, que organizou um livro intitulado **À margem da história da República**, no qual reuniria uma intelectualidade dos anos 20 como Oliveira Vianna, Gilberto Amado, Tristão de Athaíde e outros na crítica ao artificialismo político da República Velha, Alberto Torres era considerado uma referência. De acordo com Vicente Licínio Cardoso,

“o ambiente republicano nacional não permitiu a eclosão ampla do gênio político de Alberto Torres, a tal ponto que ficou sua obra notável sem nenhuma repercussão no ambiente de seu meio e de seu tempo, prejudicados os políticos de então, como os de hoje, com problemas secundários, questões partidárias, regionalismos deletérios e comentários constitucionais esdrúxulos ou fetichistas.” (SOBRINHO, 1968, p. 479).

Se em vida, devido ao contexto em que elaborou seu pensamento, as idéias de Alberto Torres tiveram pouca repercussão, nos anos 20 e, principalmente, nos anos 30, este intelectual seria recuperado como referência na constituição de um projeto nacional que fosse uma alternativa à política nacional adotada durante a República Velha. Foi durante os anos 30 que se demonstrou um grande interesse pelos livros de Alberto Torres e pela interpretação de seu ideário com a publicação de trabalhos como o de Cândido Mota Filho, *Alberto Torres e o tema de nossa geração* (1931); Alcides Gentil, *As idéias de Alberto Torres* (1932); e Sabóia Lima, *Alberto Torres e sua obra* (1933).

O pensamento de Alberto Torres teve uma circulação entre os tenentes devido à simpatia destes com relação a certas idéias daquele autor, como a unificação da justiça, a limitação da autonomia estadual e, principalmente, a crítica à adoção de medidas e modelos políticos importados e estranhos à realidade nacional. Entre os tenentes, aquele que mais se simpatizava com as idéias de Alberto Torres foi Virgílio Santa Rosa, que, em seu livro intitulado *A desordem* (1932), cita constantemente Alberto Torres e o aponta como um modelo de sociólogo e pensador a ser seguido, pois, segundo aquele autor e tenente,

“o vício maior, que esteriliza o Brasil, é a ausência de um contato direto com a realidade, contato que Alberto Torres procurava de todos os modos, sacrificando a esse esforço o êxito de sua carreira política, as ambições de homem público, as horas de lazer, as preocupações de prestígio e de prosperidade.” (SOBRINHO, 1968, p. 506).

Além disso, em 10 de novembro de 1932, fundou-se a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, no Rio de Janeiro, composta por figuras de destaque como Oliveira Vianna, Alcides Gentil, Sabóia Lima, Cândido Mota Filho, Roquete Pinto, Juarez Távora, Plínio Salgado, Sud Menucci e outras, cujo objetivo principal era discutir os problemas nacionais a partir das idéias de Alberto Torres. Por ser o patrono desta sociedade um referencial na questão da organização nacional, nada mais certo que, na visão de seus membros, retomar as idéias dele em um momento em que se desejava dar novos rumos ao País. De acordo com Sabóia Lima,

“o Brasil tem que resolver os seus problemas de acordo com suas condições, atendendo suas necessidades, aí imperativo categórico dos fatores mesológicos. Para isto vive a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.” (LIMA, 1935, p. 313-314).

Diferentemente de Alberto Torres, cujas idéias viriam a repercutir somente após sua morte em 1917, Andrés Molina Enríquez veria suas idéias

repercutindo no cenário mexicano ainda em vida, uma vez que os rumos tomados pela Revolução Mexicana e a pressão dos setores populares para que o Estado concentrasse em suas mãos maiores poderes no sentido de implementar as reformas sociais aspiradas, tornaram as idéias de Molina Enríquez uma fonte de inspiração e atuação para vários grupos revolucionários, incluindo o movimento constitucionalista de Carranza.

As idéias de Andrés Molina Enríquez ganharam destaque no cenário nacional mexicano, principalmente, a partir de sua nomeação em 1916, durante o governo de Venustiano Carranza, como membro consultor da Comissão Nacional Agrária da Secretaria de Agricultura e Fomento, órgão responsável pela análise da questão agrária e elaboração de políticas visando a solução de problemas vinculados ao campo. Coube a Andrés Molina Enríquez a redação do projeto do artigo 27 constitucional para ser apresentado ao Congresso Constituinte. Este artigo aborda pontos como o direito do Estado à expropriação das terras em benefício público, o subsolo como propriedade do Estado e sua exploração para o bem público, o reconhecimento dos direitos das comunidades indígenas sobre as terras de uso comum e outros. Segundo Arnaldo Córdova,

“o artigo 27 no fundamental foi obra de um grupo de deputados e de especialistas em matéria agrária reunidos em torno do então ministro de Fomento, engenheiro Pastor Rouaix, que era ademais deputado constituinte e presidente da Comissão Nacional Agrária; no grupo destacava-se Andrés Molina Enríquez, advogado consultor da Comissão Nacional Agrária, a qual o tinha enviado a Querétaro para que participasse nos trabalhos que dirigia Rouaix. De Molina parecem ser as idéias principais contidas no artigo 27, ainda que, certamente, não foi o único que as expressou; diz-se, inclusive, que Molina apresentou ao grupo do engenheiro Rouaix um projeto que não foi aceito, pois era algo semelhante a uma tese jurídica com idéias totalmente distintas das que deviam figurar no artigo 27; entretanto, em todo o artigo se reconhecem as concepções organicistas de Molina, em particular no cabeçalho do mesmo” (CÓRDOVA, 1973, pp. 224-225).

Contudo, a presença do pensamento de Andrés Molina Enríquez na Constituição de 1917 não fica restrita ao artigo 27. Na realidade, a idéias mais importante do intelectual presente na Carta Magna, e que serviria de base jurídica para a realização de muitas reformas por parte do Estado mexicano até o período cardenista, foi o estabelecimento do princípio jurídico de que o bem público, sustentado na idéia de utilidade pública,

estava acima dos interesses individuais. Isto deu ao Estado plenos poderes para a implantação de reformas em prol do desenvolvimento do país.

Andrés Molina Enríquez não teria a margem de influência de seu ideário, porém, restrita à Constituição de 1917 e aos grupos revolucionários. Depois da etapa combativa da revolução, suas idéias repercutiram no meio intelectual e político mexicano, atingindo um nível de prestígio incontestável. As idéias de Andrés Molina Enríquez sobre o papel do mestiço na construção da unidade nacional e a necessidade da valorização da cultura nacional influenciaram, por exemplo, na produção intelectual de José Vasconcelos, que viria a ser o mecenas do muralismo e um dos forjadores do movimento cultural da Revolução Mexicana. Além disso, Andrés Molina Enríquez estabeleceu uma rede de contatos com figuras como Obregón, Diego Rivera, Calles e outras. Segundo Agustín Basave Benítez,

“os presidentes e os artistas o respeitavam e vários deles foram seus amigos. Obregón lhe concedeu direito de livre circulação e, igual a Portes Gil, Bassols e Diego Rivera, chegou a participar dos almoços de Molina em sua casa de Balbuena. Calles o nomeou assessor seu na Secretaria de Governo e lhe deu um insólito boletim oficial para defender sua interpretação pessoal da Constituição de 1917 e, em particular, do artigo 27, além de que o fez presidente da Confederação Nacional Agrária (1925). Ademais, sua fama de jurista e ideólogo da Revolução lhe dava um lugar preeminente entre os veteranos do movimento, que lhe valia ser consultado por governadores” (BENÍTEZ, 2002, pp. 49-50).

A partir da análise crítica dos problemas nacionais e da percepção da incapacidade do Estado na República Velha e no Porfiriato de solucioná-los, Alberto Torres, em **O problema nacional brasileiro** e **A organização nacional** (1914), e Andrés Molina Enríquez, em **Los grandes problemas nacionales** (1909), buscam formas de se constituir uma unidade nacional e compor a nacionalidade. Seguindo a idéia de Herbert Spencer de que, em sociedades nas quais não há cooperação entre seus membros, a solução é a imposição de um centralismo hierárquico, Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez propõem como forma de implantar as reformas necessárias para a transformação da realidade nacional, a montagem e o funcionamento de um governo central forte e atuante na defesa dos interesses nacionais. A este respeito, Alberto Torres defende um governo central forte que

“concedendo privilégios, favorecendo ou restringindo indústrias, comércios e profissões, provendo à educação, construindo obras

públicas e estradas de ferro, passa intervir, e realmente interve-nha, em toda a vida do homem, positiva e diretamente, algumas vezes, mas, em geral, por uma forma reflexa e indireta, nem sempre observável à primeira vista, mas de evidentes e pesadíssimas conseqüências” (TORRES a, 1978, pp. 138-139).

Assim como Alberto Torres, Andrés Molina Enríquez também defende a necessidade da presença de um governo central forte nas várias áreas (política, econômica, social e cultural) como garantia para um desenvolvimento que beneficiasse toda a população em seu conjunto e não só aos setores privilegiados da sociedade. Desse modo, a atuação forte de um poder central é necessária porque

“tempo é já de que saíamos das oscilações da vacilação e de que busquemos nosso caminho de Damasco, procurando multiplicar nosso número, aumentar nosso bem-estar, adquirir a consciência de nosso ser coletivo, definir nosso espírito social e formular nossos propósitos de conduta com precisão, formando a noção de pátria que nos sirva no interior para conseguir a coordenação integral de todos nossos esforços e no exterior para manter a segurança plena da existência comum. Tempo é já de que formemos uma nação propriamente dita, a nação mexicana, e de que façamos a essa nação soberana absoluta de seus destinos e dona e senhora de seu porvir” (ENRIQUEZ, 1978, p. 448).

É importante frisar que, para Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez, a presença de um poder central forte se justifica pelo fato de que a cooperação entre os membros da sociedade nacional provém de seu bem-estar comum, ou seja, acima dos interesses individuais estão o bem-geral do país e a garantia de sua existência. Neste ponto, vê-se não a presença do pensamento de Herbert Spencer, mas a influência da filosofia comtiana, segundo a qual, a sociedade deve estar acima dos interesses dos indivíduos. Este princípio é regente em sociedades que se encontram, de acordo com Comte, em uma ordem social positiva. A posição de Comte é claramente contrária a um egoísmo, representado pelos interesses individuais, e favorável a um altruísmo, configurado como o bem-geral da sociedade. Alberto Torres concorda com Comte nesta concepção ao afirmar a preeminência da sociedade sobre o indivíduo, pois “o indivíduo é uma fração mínima, uma unidade perdida, quase atômica”, enquanto que as sociedades são “associações dominadas e dirigidas por energias mais fortes” (TORRES a, 1978, p. 140). Partindo deste pressuposto, Alberto Torres chega a afirmar que a

sociedade faz os indivíduos, rejeitando qualquer estudo de uma sociedade que se centre na ação isolada dos indivíduos. Para ele,

“a sociedade faz o indivíduo; o caráter e o valor são, normalmente, determinantes das tendências, sobre uma caudal de energias; quando há ordem na sociedade, cada onda é feita do concurso das correntes individuais; na anarquia, as ondas são feitas dos ímpetos e dos saltos acrobáticos dos apetites e das ambições. As personalidades fortes são esmagadas, de encontro à própria fortaleza; as almas bem-intencionadas, esterilizam-se na amargura e na descrença. Tudo isto, porém, significa apenas uma coisa: a sociedade faz o indivíduo; não pode produzir indivíduos úteis uma sociedade que não se acamou em seu leito natural – que não coordenou sua direção” (TORRES b, 1978, pp. 51-52).

Assim como Alberto Torres, Andrés Molina Enríquez defende a tese da preeminência permanente da sociedade sobre o indivíduo, com o crescente controle social daquela sobre este. A existência da sociedade depende do bem-geral. O individualismo tão somente promove a desintegração da sociedade ao pregar que os direitos individuais estão acima dos benefícios para o todo social, sem se preocupar com a representação do todo social e os controles sobre todos os direitos dos indivíduos em nome do bem-geral. Para Andrés Molina Enríquez, quanto maior é uma sociedade, maior deve ser o prevalecimento desta sobre o indivíduo. Segundo suas próprias palavras,

“a medida que as sociedades crescem em extensão e força integral, diminuem a amplitude e a intensidade da ação do indivíduo; porém, em sentido oposto, mercê à lei econômica da divisão do trabalho, crescem o bem-estar e a felicidade do mesmo indivíduo, o qual produz o progressivo aperfeiçoamento deste último. Sobre isso, não acreditamos ser necessário insistir, e só chamamos a atenção de nossos leitores para o fato de que contra o que se sustentam diariamente quase todos nossos publicistas, a maior liberdade individual não corresponde ao maior, mas ao menor progresso; os indivíduos de maior liberdade são os selvagens; a medida que o progresso avança e que a civilização floresce, a liberdade individual se restringe” (ENRÍQUEZ, 1978, p. 347).

As palavras-chaves em torno das quais estava lançado o destino do Brasil e do México eram “unidade nacional”, pois Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez pensavam a nação como um organismo em que seu desenvolvimento dependia da evolução e da ação integrada de suas partes. Em que

constituiria estas partes? Estas partes seriam constituídas pela população nacional, na qual cada membro, vivendo ao longo do território nacional, teria um papel essencial na construção de uma grande nação. Contudo, para que cada indivíduo tivesse consciência de seu papel na construção da nação, seria preciso que existisse dentro dele um sentimento de pertencimento àquela nação, ou seja, de identidade ou um espírito nacional. É neste contexto que se formula a proposta de um governo central forte e atuante capaz de elaborar e colocar em prática um projeto nacional dotado de iniciativas adequadas, e, conseqüentemente, coordenar e garantir as condições de existência e a ação dos elementos constituintes da comunidade nacional.

O sucesso deste projeto nacional dependia de um conhecimento profundo da realidade nacional, o que possibilitaria aos governantes reconhecerem os problemas e tomarem medidas de ação prática e concreta, não baseadas na importação de idéias exógenas, mas em um entendimento das especificidades do país. Em outras palavras, é somente quando as sociedades nacionais tomam consciência da realidade e de seus problemas, que elas podem impulsionar uma transformação. Assim, percebe-se mais uma vez a influência das idéias de Herbert Spencer no pensamento de Alberto Torres e Andrés Molina Enríquez, uma vez que Spencer defendia a idéia da necessidade de se levar em conta no estudo de um organismo social suas particularidades.

Utilizando-se da concepção organicista de Spencer, Andrés Molina Enríquez defende a necessidade do estudo das especificidades da sociedade mexicana por meio da observação direta:

“se se pensa em que ocupando o mesmo meio físico, pertencendo à mesma espécie, tendo a mesma organização e vivendo com os mesmos procedimentos de nutrição, de reprodução e de seleção, cada criatura é sempre distinta das demais e está chamada a seguir na vida comum de todas as de sua espécie uma linha que não se confundirá jamais com alguma outra, compreende-se o valor de cada uma dessas circunstâncias, pois um desvio de dita linha e até a direção geral de toda ela podem depender da circunstância menor e menos aparente. Tratando-se de uma sociedade, o conhecimento dela e do traço total ou parcial de sua marcha evolutiva requerem de igual modo o estudo de todas suas circunstâncias especiais e o trabalho sintético da apreciação dessas circunstâncias em conjunto” (ENRÍQUEZ, 1978, pp. 25-26).

Alberto Torres também acredita que é na observação da realidade de cada sociedade que se tem a orientação certa para a compreensão de seus problemas e o caminho para suas soluções. Portanto, de nada serve uma análise abstrata da sociedade baseada na importação de ideólogos

estrangeiros. A análise e as idéias devem brotar da realidade e não o contrário. A este respeito, Alberto Torres afirma que

“filosofia, ciência, arte e política são sistemas de abstrações e de conceitos que nada dizem e nada realizam, quando não se adaptam, e não se vitalizam, como elementos motores da vida real – nervos e sangue da nutrição e da vontade de um povo. Na prática, cada terra e cada povo tem sua filosofia, sua ciência, sua arte, sua política, que não alteram as idéias gerais, aliás limitadíssimas, do saber humano, mas fundam e desenvolvem formas e processos autônomos de viver” (TORRES b, 1978, p. 29).

Portanto, a partir do conhecimento profundo da realidade nacional, os governantes poderiam elaborar e implementar uma política nacional que atacasse, com medidas efetivas, todos os fatores que impediam a melhoria das condições de vida da população e o desenvolvimento integral de todo o país, o que representaria a possibilidade da construção de uma unidade nacional.

Notas

¹ Segundo Dalmo Barreto, “Godofredo Cunha, juiz federal do Estado do Rio, concedera ‘habeas-corpus’ preventivo a favor dos mesários das eleições que se realizariam na cidade de Campos a 30 de dezembro de 1896. Os mesários eram correligionários de Nilo Peçanha, amigo íntimo de Godofredo Cunha. Mas o grave não residiu nisto e tudo faz crer que havia uma verdadeira trama preparada e previamente estruturada. O ‘habeas-corpus’ não só foi concedido sem o pedido de informação ao governo do Estado, como de imediato foi requisitada, diretamente ao presidente da República, força federal para garantir a execução da Medida. O presidente da República, por sua vez, sem audiência do ministro da Justiça, encaminha a requisição ao ministro da Guerra. Era o desprestígio do ministro da Justiça e do governo estadual.” (BARRETO, 1970, p. 23).

² De acordo com Barbosa Lima Sobrinho, “diante da dualidade das Câmaras houve recurso para o juiz de Direito de Campos que decidiu, em face da lei de 1897, que cabia ao presidente do Estado a decisão, ainda que provisória, do litígio. Dessa sentença houve recurso para o Tribunal da Relação, que não chegou a entrar no mérito da questão, entendendo que o recurso fora apresentado fora do prazo. Enquanto o Poder Judiciário omitia-se, agarrando-se a preliminares nem sempre consistentes, os jornais da capital da República tomavam conta do episódio, uns a favor da Câmara de Miracema e de Nilo Peçanha, como *O País*, *A Gazeta de Notícias*, *A Imprensa*, enquanto que *A Cidade* se batia valentemente pela Câmara de Bezamat. O presidente do Estado do Rio de Janeiro, Alberto Torres, recusava-se a intervir no caso, não obstante a lei votada poucos dias antes de sua posse. Achava que, por se tratar de uma dualidade de poderes, fundada nos resultados de um pleito eleitoral, a competência decisória, em face da Constituição do Estado, cabia ao Poder Judiciário e não ao Poder Executivo” (SOBRINHO, 1968, p. 157).

³ **Población** é um termo que oriunda de **pueblo**, que é a forma como se chama as terras coletivas das comunidades indígenas no México.

Referências bibliográficas

- BARRETO, Dalmo. **Alberto Torres**: sociólogo e jornalista. Niterói: Instituto Nacional do Livro, 1970.
- BENÍTEZ, Agustín Francisco Basave. **Andrés Molina Enríquez**: com la revolución a cuestras. México: Fondo de Cultura Económica, 2001 (Colección Vida y Pensamiento de México).
- BENÍTEZ, Agustín Francisco Basave. **México mestizo**: análisis del nacionalismo mexicano en torno a la mestizofilia de Andrés Molina Enríquez. 2ª ed., México: Fondo de Cultura Económica, 2002 (Colección Historia).
- BRITTES, Maria Teresa Toribio. **Alberto Torres**: contribuição para o estudo das idéias no Brasil. 2ª ed., Rio de Janeiro: Quartet, 1995.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 5ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de (Org.). **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.
- CÓRDOVA, Arnaldo. **La ideología de la Revolución Mexicana**: la formación del nuevo régimen. 2ª ed., México: Era, 1973.
- ENRÍQUEZ, Álvaro Molina. **Antología de Andrés Molina Enríquez**. México: Oasis, 1969.
- ENRÍQUEZ, Andrés Molina. **Los grandes problemas nacionales (1909) y otros textos**. México: Era, 1978 (Colección Problemas de México).
- FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 (Coleção Descobrimdo o Brasil).
- GENTIL, Alcides. **As idéias de Alberto Torres**. 2ª ed., São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1938, série III, v. 3 (Biblioteca Pedagógica Brasileira: Brasileira).
- LIMA, A. Sabóia. **Alberto Torres e sua obra**. 2ª ed., São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1935, série V, v. XLIII (Biblioteca Pedagógica Brasileira: Brasileira).
- MARSON, Adalberto. **A ideologia nacionalista em Alberto Torres**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- NAVARRO, Moisés González. **Sociología e Historia en México** (Barreda, Sierra, Parra, Molina Enríquez, Gamio, Caso). México: El Colegio de México, 1970.
- SOBRINHO, Barbosa Lima. **Presença de Alberto Torres (sua vida e pensamento)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- TORRES, Alberto. **A organização nacional**. 3ª ed., São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1978, série IV, v. XVII (Biblioteca Pedagógica Brasileira: Brasileira).
- TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro**: introdução a um programa de organização nacional. 3ª ed., São Paulo; Brasília: Companhia Editorial Nacional; Instituto Nacional do Livro, 1978, série III, v. XVI (Biblioteca Pedagógica Brasileira: Brasileira).

Do sagrado ao sacramento

Flávia Regina Marquetti¹

Resumo

O presente artigo é fruto de minha pesquisa de pós-doutoramento financiada pela FAPESP e aborda alguns aspectos da passagem do paganismo à religião judaico-cristã, como a herança dos povos pagãos, o contexto histórico e o filosófico e, sobretudo, como a Deusa Mãe criadora é substituída pelo Deus Pai criador. Nesse período de transição é possível notar um movimento de interiorização da sociedade que leva a uma exteriorização, ou seja, a vida interior do homem torna-se assunto público, não mais privado; igualmente, o demônio deixa de ser um ente do mundo exterior e passa a “habitar” o homem, o eixo sobre o qual se dá essa transformação é o da sexualidade.

Palavras-chave

paganismo, cristianismo, filosofia, herança cultural.

Abstract

The present article is a result of my post-doctoral research financed by FAPESP and it deals with some aspects of the passage from panism to the Jewish-Christian religion as the heritage of the pagan peoples, the historical and philosophical contexts and above all, how the Mother God creator is substituted by the Father God creator. In this transition period it is possible to notice a movement of the society's interior that leads to the exterior, that is, the interior life of the man becomes a public tlak, not private anymore; likewise, the demon is no more na exterior world being and it starts to “inhabit” the man, the hub on which this transformation happens and it the one of the sexuality.

Keywords

paganism, Christianity, philosophy, cultural heritage.

O presente artigo é fruto da continuidade de minha pesquisa de doutorado, na qual abordei a construção de uma protofiguratividade para a Deusa Mãe desde o Paleolítico até o período Homérico; como parte do Pós-Doutorado analisei as transformações sofridas pela Deusa Mãe com o fim do paganismo e início das religiões judaico-cristãs, e este artigo apresenta alguns dos pontos levantados sobre o contexto histórico e filosófico, sem, contudo, pretender esgotar o assunto.

A passagem do paganismo à religião judaico-cristã levou alguns séculos. Convivendo num tempo/espço marcado por conflitos e confrontos sociais, políticos e culturais, o homem da passagem do I a.C. ao III d.C. situa-se entre diversas seitas pagãs e o surgimento do cristianismo.

A igreja cristã primitiva foi um organismo que se nutriu de todo o mundo pagão, selecionando e incorporando uma grande variedade de idéias e práticas que não eram incompatíveis com a sua natureza.

Reconhecido como única religião legal do Império Romano em 392, o Cristianismo, incorporou do judaísmo o nome da divindade, a cosmogonia, a história da criação e do dilúvio, o conceito de Deus como legislador e juiz, os dez mandamentos e doutrinas tais como a do pecado original e da providência divina, além de mais de dois terços de sua Bíblia. Mas se o cristianismo bebe da fonte do judaísmo, este estabelece relações com fontes mais antigas. Incapaz de fugir à influência das nações circunvizinhas, a religião hebraica contém numerosos elementos de origem egípcia ou mesopotâmica. Um exemplo é a lei hebraica, baseada largamente no código de Hamurabi, de origem babilônica. Sua religião, que também deriva em grande parte dos cultos babilônicos, era cruel e sensual, incluindo sacrifícios humanos e a prostituição no templo².

A religião hebraica

É possível distinguir, na evolução da religião hebraica, ao menos cinco períodos diferentes, segundo Burns (1956, p.116-20):

1º. Período pré-mosaico, indo desde as mais primitivas origens do povo até aproximadamente 1100 a.C. Esse período caracterizou-se, a princípio, pelo animismo, pela adoração de espíritos que residiam em árvores, montanhas, poços e fontes sagradas, ou mesmo em pedras de formato especial. Eram praticadas também diversas formas de magia: necromancia, magia imitativa, sacrifícios de bodes expiatórios etc. O animismo gradualmente cedeu lugar aos deuses antropomórficos, denominados *El*, isto é, *deus*. Eram deuses tutelares de lugares especiais e possivelmente de tribos distintas. Não se conhecia nesse tempo nenhuma adoração nacional de Iavé.

2º. Período que se estendeu do século XII ao IX a.C., foi o da “monolatria” nacional. Devido à influência de seu chefe, Moisés, adotaram como divindade nacional um deus cujo nome parece ter sido escrito “*Jhwh*” (*Iavé*). A religião desse período não era nem essencialmente ética nem profundamente espiritual. Iavé era venerado como legislador supremo e inflexível mantenedor da ordem moral do universo. A religião não se preocupava fundamentalmente com os assuntos espirituais. Nada oferecia além de recompensas materiais nesta vida, e nenhuma na vida futura. A monolatria estava misturada com certos elementos de fetichismo, magia e mesmo superstições grosseiras que ficaram dos tempos mais primitivos, ou outras que foram adquiridas dos povos vizinhos. Variavam esses elementos desde a adoração da serpente até aos sacrifícios sangrentos e licenciosas orgias da fertilidade.

3º. Período da reforma, realizada pelos grandes profetas: Amós, Oséias, Isaías e Miquéias. O período da revolução profética ocupou os séculos VIII a VII a.C. Dessa reforma, três doutrinas básicas formavam a substância dos ensinamentos: 1. Monoteísmo, Iavé é o senhor do universo, os deuses de outras nações não existem. 2. Iavé é exclusivamente um deus de retidão; Ele é realmente onipotente, mas Sua força é limitada pela justiça e pela bondade; o mal deste mundo vem dos homens e não de Deus. 3. Os fins da religião são principalmente éticos; Iavé não faz nenhuma questão de ritos e sacrifícios, mas sim que os homens “aspiem à justiça, ajudem os oprimidos, façam justiça aos órfãos e defendam as viúvas” (BURNS, 1956, p.118). Nessas doutrinas estava contido um repúdio categórico de quase tudo o que a religião mais antiga representava. Mas ainda não cogitava em conferir a salvação individual depois da morte. Além disso, não havia crença no céu ou no inferno, ou em Satã como poderoso opositor de Deus³. As sombras dos mortos subiam ao Sheol, onde demonstravam algum tempo no pó e na obscuridade, e depois desapareciam.

4º. Período de contato com os neobabilônicos, durante o cativeiro da Babilônia, de 586 a 539 a.C. Desse contato os judeus adotaram as idéias do pessimismo, do fatalismo e do caráter transcendental de Deus. Numa tentativa de preservar a identidade dos judeus como nação, seus chefes adotaram ou restauraram costumes e ditames que serviriam para distingui-los como um povo particular. A instituição do sábado, as formas de adoração na sinagoga, a prática da circuncisão e complicadas distinções entre alimentos puros e impuros assumiram importância fundamental. O desenvolvimento de extensas regulamentações para a conduta do ritual aumentou o poder dos sacerdotes, dando como resultado a transformação gradual do judaísmo numa religião eclesiástica.

5º. Período após o exílio, que se estendeu de 539 a 300 a.C., de influência persa, sobretudo do zoroastrismo, religião dualística, messiânica, extraterrena e esotérica. Adotaram a crença em Satã como o Grande Inimigo e o autor do mal. Desenvolveram uma escatologia, inclusive certas concepções como a vinda do redentor espiritual, a ressurreição dos mortos e a do julgamento final. A salvação num mundo extraterreno, como sendo mais importante do que o gozo desta vida. Finalmente, adotaram a concepção de uma religião revelada.

Se o judaísmo foi de grande importância para a formação do cristianismo, as fontes que não a judaica, sobretudo a persa, têm um papel essencial na formação do pensamento judaico-cristão: o Zoroastrismo de caráter positivamente ético, em muitos aspectos, era uma religião única entre as que existiam até então. Era uma religião revelada, aparentemente a primeira do seu gênero na história do mundo ocidental. Acreditava-se que seus

adeptos fossem os únicos possuidores da verdade, não por serem mais doutos do que outros homens, mas por partilharem dos segredos do deus. Dela vem a familiarização do mundo antigo com os conceitos da outra vida, do eterno conflito entre o bem e o mal. A religião persa, tal como foi ensinada por Zoroastro, não permaneceu por muito tempo em seu estado original. Foi corrompida principalmente pela persistência de superstições primitivas, pela magia e pela ambição do clero. O resultado final foi o desenvolvimento de uma poderosa síntese na qual o primitivo sacerdotalismo, o messianismo e o dualismo dos persas se combinavam com o pessimismo e o fatalismo dos neobabilônicos. Dessa síntese emergiu, aos poucos, uma profusão de cultos, semelhantes em seus dogmas básicos, mas concedendo a eles valores diferentes. O mais antigo culto era o Mitraísmo, nome que deriva de Mitra, o principal lugar-tenente de Mazda na luta contra as forças do mal. Mitra, a princípio, era apenas uma divindade menor da religião zoroástrica.

O ritual do mitraísmo era complicado e significativo; incluía uma complexa cerimônia de iniciação em sete estágios ou graus, o último dos quais firmava uma amizade mística com o deus. Longas provas de abnegação e mortificação da carne constituíam complemento necessário ao processo de iniciação. A admissão à completa participação no culto habilitava uma pessoa a participar dos sacramentos, sendo o mais importante o batismo e uma refeição sagrada de pão, água e vinho. Outros preceitos incluíam a purificação lustral (ablução cerimonial com água santificada), a queima de incenso, os cânticos sagrados e a guarda dos dias santos. Destes últimos, eram exemplos típicos o domingo e o dia 25 de dezembro. Imitando a religião astral dos caldeus, cada dia da semana era dedicado a um corpo celeste. Uma vez que o sol, como fonte de luz e fiel aliado de Mitra, era o mais importante desses corpos, seu dia era, naturalmente, o mais sagrado. O dia 25 de dezembro possuía, também, significação solar: sendo a data aproximada do solstício de inverno, marcava a volta do sol de sua longa viagem ao sul do equador. Era, em certo sentido, o “dia do nascimento do sol”, uma vez que assinalava a renovação de suas forças vivificadoras para o benefício do homem.

O Mitraísmo foi introduzido em Roma no último século a.C., embora tivesse pequena importância na própria Itália até o ano 100 d.C. Fazia conversos principalmente nas classes baixas – soldados, estrangeiros e escravos. Finalmente, atingiu a situação de uma das mais populares religiões do Império, tornando-se o principal concorrente do cristianismo e do próprio velho paganismo romano. Depois de 275, no entanto, sua força decaiu rapidamente.

O Maniqueísmo, um dos principais sucessores do Mitraísmo, foi fundado por Mani, um sacerdote de origem ilustre de Ecbátana, apro-

ximadamente em 250 d.C. Depois da morte de Mani, crucificado por seus rivais persas, os ensinamentos deste foram levados por seus discípulos praticamente a todos os países da Ásia Ocidental e, por fim, à Itália, mais ou menos em 330. Grande número de maniqueus ocidentais, inclusive Agostinho, acabaram por se tornar cristãos.

De todos os ensinamentos do zoroastrismo, o que causara a mais profunda impressão na mente de Mani fora o dualismo. Concebeu, então, não simplesmente duas divindades empenhadas numa luta inexorável pela supremacia, mas todo o universo dividido em dois reinos, sendo um a antítese do outro: um, o reino do espírito dominado por um Deus eternamente bom; outro, o reino da matéria sob o domínio de Satã. Somente substâncias “espirituais” como o fogo, a luz e as almas dos homens eram criadas por Deus. Tinham sua origem em Satã a escuridão, o pecado, o desejo e todas as coisas corporais e materiais. A própria natureza humana era má, pois os primeiros pais da raça receberam seus corpos físicos do rei das trevas. As influências morais desse dualismo rigoroso eram demasiado evidentes. Uma vez que tudo quanto se relacionasse com a sensualidade e o desejo era trabalho de Satã, o homem devia esforçar-se por se libertar o mais completamente possível da escravidão de sua natureza física. Devia reprimir todos os prazeres dos sentidos, abster-se de comer carne, de beber vinho e de satisfazer o desejo sexual. Até o casamento era proibido, pois levava à geração de novos corpos físicos para povoar o reino de Satã.

A fim de ajudar os filhos dos homens na luta contra o poder das trevas, Deus enviava, de tempos em tempos, profetas e redentores a fim de confortá-los e inspirá-los. Noé, Abraão, Zoroastro, Jesus e Paulo eram enumerados entre esses emissários divinos, mas o último maior de todos era Mani.

“Pessoas de todas as classes do império romano, incluindo alguns membros do clero católico, adotaram suas doutrinas. Na sua forma cristianizada, tornou-se uma das seitas principais da igreja primitiva e forneceu a base essencial da heresia albigense, ainda nos séculos XII e XIII” (Burns, 1956, p.109). Inspirou extravagantes especulações cristãs em torno do dualismo entre Deus e o diabo e entre o espírito e a matéria. Não somente contribuiu para o ascetismo cristão mas também fortaleceu as doutrinas do pecado original e da depravação do homem. Foi, finalmente, a grande fonte da famosa dicotomia dos padrões éticos estabelecida por Santo Agostinho e outros Padres católicos da Igreja: 1. Um padrão de perfeição para poucos (os monges e freiras), que se retirariam do mundo e levariam vida santa para exemplo dos demais; e 2. Um padrão socialmente viável para os cristãos comuns (Durant, 1957, p.99).

O terceiro culto mais importante, que se desenvolveu como legado da religião persa, foi o gnosticismo. O nome de seu fundador é desconheci-

do, bem como a data de sua origem, mas ele já existia no primeiro século da nossa era. O misticismo era o traço que mais o distinguia dos outros cultos. O gnosticismo desenvolveu a crença na revelação secreta e propalou a idéia de um homem primordial ou homem-Deus encarnando-se sob forma humana. Os sacramentos em grande profusão, batismos inumeráveis, ritos místicos e o uso de fórmulas e números sagrados são os melhores exemplos desses ritos (Ibidem, 1957, p.110).

Como suplemento a essas influências, havia a da filosofia estoica, que familiarizara as classes educadas com os ideais de cosmopolitismo e de fraternidade dos homens. Em resumo: os mistérios e a filosofia helenística haviam criado um vasto depósito de doutrinas e práticas em que o cristianismo podia abastecer-se, ao mesmo tempo que conservava o seu caráter distinto.

As seitas filosóficas e o cristianismo

Os antigos entendiam por filosofia “um método de felicidade”.

“Uma seita não era uma escola aonde se ia aprender idéias gerais, ou como em Kant, investigar o fundamento da moral; adería-se a ela porque se buscava um método racional de tranquilização. A moralidade fazia parte dos remédios prescritos por algumas seitas, que explicavam a receita racionalmente” (VEYNE, 1998, p.214).

Ao contrário das religiões salvacionistas, que prometem uma vida além túmulo e a expiação em vida, com uma moral rígida, as seitas filosóficas buscavam, racionalmente, dar um caminho para o adepto. Elas não impunham a seus membros imperativos morais, elas lhes prometiam a felicidade; formas intelectualizadas de livrar o homem culto de suas angústias e seus desejos, mas convencendo-o a partir do intelecto. Assim foi com o estoicismo e o epicurismo, apenas para citar duas das mais importantes do período.

Os cristãos emprestaram das seitas filosóficas as palavras conversão, dogma e heresia. Mas alteraram o sentido destas. Por exemplo, os dogmas, nas seitas filosóficas, serviam como norma de vida aos convictos que se consideravam membros da seita; não como pontos indiscutíveis da doutrina. Pierre Hadot, citado por Veyne, mostrou bem a função do dogma entre as seitas: “uma filosofia antiga existe não para ser considerada interessante ou verdadeira, mas para ser posta em prática, mudar uma existência, ser profundamente assimilada por meio de exercícios de pensamento, que servirão de modelo para os exercícios espirituais do cristianismo” (VEYNE, 1998, p.217). A chave para a distinção entre as propostas das seitas filosóficas e as do cristianismo está na passagem do exercício do pensamento, que visava uma tranquilização do adepto nessa vida, para os exercícios do espírito, que visam a salvação da alma em uma

vida além túmulo. A influência das doutrinas não se limitava ao círculo da seita, ao preço de mudanças de função, difunde-se em toda a vida social, senão política; diversamente dos postulados do cristianismo, que, a princípio, convergem para a vida pessoal do crente. Ocorre aí um fenômeno de interiorização do homem, verdadeira revolução, que se manifesta a partir do século II d.C.

É no século II que se inicia a grande reviravolta; o mundo torna-se cada vez mais “feio”⁴, o homem não é mais o pagão elegante, que busca no belo um reflexo do equilíbrio do mundo e de si mesmo, mas o homem interior, ao qual já não se recusa o conhecimento não estilizado de seus sofrimentos, impotências e abismos. Tais pressões explicam, em grande parte, a tonalidade moral da comunidade cristã média da Antigüidade tardia. O cristianismo, segundo Veyne (1998,p.221),

“jogou e ganhou graças à antropologia menos estreita e distinta que inventou a partir dos Salmos. Será mais compreensível, mais popular, porém mais autoritário: durante quinze séculos o autoritarismo pastoral, o comando das almas, suscitaram mais apetites e revoltas, fariam correr mais sangue do que a luta de classes ou o patriotismo”.

Sob o signo da cruz

As razões principais do triunfo do cristianismo, segundo Burns (1956,p.257-59), além das já mencionadas, e que o tornaram mais universal que qualquer outra religião antiga, podem ser assim alencadas: dava ele às mulheres plenos direitos a participarem do culto, enquanto o mitraísmo, o mais forte de seus primitivos rivais, as excluía. Desfrutou a vantagem de quase cinquenta anos de perseguição sistemática por parte do governo romano – fato que fortaleceu enormemente a coesão do movimento, uma vez que aqueles que permaneciam na fé deviam estar prontos a morrer pelas suas convicções. Por último, o triunfo do cristianismo é parcialmente explicado pelo fato de exercer maior atração sobre os pobres e oprimidos do que qualquer dos outros mistérios. Embora incluísse o ideal de igualdade de todos os homens perante Deus, seu fundador e alguns discípulos deste condenaram o rico e exaltaram o humilde. Propagou uma nova moral extraordinariamente democrática, tendo como virtudes primordiais a brandura, a humildade e o amor aos próprios inimigos. Talvez fossem essas as qualidades mais capazes de encontrar uma pronta aceitação entre as massas desesperadas, que, desde muito tempo, haviam perdido a esperança de melhorar a sua condição de vida material (BURNS, 1956, p.255 – 63).

Mal conseguira o cristianismo vencer seus rivais, desenvolveu-se a dissidência dentro das próprias fileiras cristãs, um conflito entre as tendências intelectuais e emotivas da nova religião. As questões entre os arianos e os nestorianos, de caráter intelectual, e os gnósticos e maniqueus, de caráter emocional, perduraram por muito tempo, durante todo o primeiro período da Idade Média o corpo da doutrina cristã nunca se fixou firmemente. Todos os cristãos acreditavam, certamente, em um Deus criador e rei do universo, na remissão do pecado e em recompensas e punições depois da morte, mas havia muita confusão e incerteza no tocante a muitas outras questões de dogma, segundo afirma G. Duby em sua obra *O Ano Mil*.

Para Burns, (1956, p.261), o desenvolvimento da organização cristã foi um dos fatos mais importantes de toda a era medieval. Pois, já durante os primeiros séculos desse período, a igreja e as instituições a elas ligadas transformaram-se numa estrutura complexa, que por fim transformaram-se numa estrutura da própria sociedade. “A medida que o império romano decaía no ocidente, a igreja assumia muitas de suas funções e ajudou a manter a ordem no meio do caos que se generalizava” (Ibidem, p.261).

A organização de uma hierarquia eclesiástica tem início no século II, mas é somente no IV que esta chega a uma maior definição, o clero é então dividido entre patriarcas, metropolitanos, bispos e sacerdotes. Finalmente, em 455, o imperador Valentiniano III promulgou um decreto determinando que todos os bispos ocidentais se submetessem à jurisdição do Papa. “Não se deve supor, no entanto, que a igreja já houvesse adotado uma forma monárquica de governo. Os patriarcas do Oriente consideraram as reivindicações papais como uma atrevida presunção e até os bispos do Ocidente continuaram por algum tempo a não tomar conhecimento delas” (BURNS, 1956, p.262).

O Pecado e a Morte – questões de vida para os primeiros cristãos

A sexualidade é a mais evidente linha divisória entre cristandade e judaísmo. O corpo e suas percepções assumem um peso particular sobre os primeiros círculos cristãos, a renúncia sexual – tanto da virgindade desde o nascimento como a castidade adotada após o casamento pelos cônjuges ou pelos viúvos – torna-se o fundamento da dominação masculina na Igreja Cristã, segundo Veyne, (1998, p.256). Ainda segundo o autor, a sexualidade constitui um complemento permanente da personalidade, tal como os rabinos a apresentam; a priori impulsiva, ela é susceptível de moderação, assim como as mulheres são ao mesmo tempo honradas e necessárias à existência de Israel e firmemente impedidas de interferir nos assuntos sérios da sabedoria masculina. É um modelo baseado no controle e no isolamento de um aspecto “irritante”, porém necessário da existência. Já entre os cristãos ocorre

exatamente o contrário: a sexualidade torna-se um ponto de referência de forte carga simbólica, precisamente porque se julga possível seu desaparecimento no indivíduo comprometido e porque tal desaparecimento deve provar, de modo mais significativo que qualquer outra transformação humana, as qualidades necessárias à direção de uma comunidade religiosa. A supressão da sexualidade ou, mais humildemente, a restrição da sexualidade significa um estado de disponibilidade decidida em relação a Deus e ao outro, ligada ao ideal de pessoa de “coração simples”, ou seja, verdadeira.

O ascetismo pregado pela igreja medieva só em parte era um legado do cristianismo primitivo, os excessos patológicos de mortificação da carne a que se entregaram os eremitas dos séculos III e IV e que posteriormente tornaram-se uma espécie de mania religiosa, caracterizada por excessos mórbidos, encontram sua “origem” em causas adicionais, como sublinha Burns (1956,p.263):

1. O desejo de protestar contra o mundanismo crescente da igreja, alimentado por muitos cristãos piedosos. Quanto mais pudessem colocar-se no extremo oposto à vida suntuosa de alguns membros do clero, mais eficiente se tornaria o protesto.

2. A escolha da autotortura mórbida como um substituto do martírio. Com a cessação da perseguição pelos romanos, desaparecem todas as possibilidades de conquistar uma áurea de glória celestial morrendo pela fé. Continuava, porém, presente, exigindo um canal de escape, o desejo de dar, pela humilhação e pelo sofrimento, uma demonstração do ardor religioso de cada um.

3. O desejo de alguns cristãos, sinceramente devotados à fé, de dar um exemplo de piedade exaltada e altruísmo para servir de inspiração aos confrades mais fracos. Muito embora a maioria não pudesse atingir este ideal, elevar-se-ia o nível geral de moralidade e piedade.

4. A influência de outras religiões orientais, especialmente do gnosticismo e do maniqueísmo, com seu espiritualismo exagerado, seu desprezo por este mundo e seu anseio de degradar a carne.

Os primeiros ascetas cristãos foram eremitas, que se retiravam do mundo para levar uma existência solitária no ermo ou no próprio deserto. Essa forma de ascetismo teve sua origem no Egito, no século III. Daí se expandiu por outras províncias orientais do império e continuou a se popularizar por mais de uma centena de anos.

A interiorização da vida, sofrida nos primeiros séculos do cristianismo, em contraste com as práticas exteriores adotadas pelo paganismo, permite verificar a drástica mudança de posição que o corpo e a sexualidade assumem

para a jovem comunidade cristã. A valorização do espírito, da alma, e de uma salvação desta na vida além túmulo, faz do corpo, da sexualidade e da vida presente um inimigo do espírito, sobretudo ao se atentar para a posição que estes assumiam nos cultos de fertilidade ligados às grandes deusas pagãs. Estas, como a mulher, serão associadas, ao longo da Idade Média, às práticas diabólicas, parceiras do diabo e motivo de temor e desprezo.

A vergonha sexual generaliza-se, o corpo torna-se perigoso, os farrapos dos pobres, devem provocar nos crentes visões perturbadoras: um medo inconcebível nos séculos anteriores, em que essa nudez parcial era tida como indigna, mas dificilmente como fonte de inelutável perigo moral. A literatura monástica, obra dos “homens do deserto”, apresenta o impulso sexual como potencialmente atuante no sentido do mal em todas as situações sociais que reuniam homens e mulheres (VEYNE, 1998.p.273-87).

Oriente e Ocidente divergem, nesse período, sobre a questão da sexualidade de Adão e Eva antes da queda. Para o Oriente, Adão e Eva viviam num sentimento de glória (assexuada) antes da queda, só conhecendo o sexo após a expulsão do Paraíso. Já para o Ocidente, sobretudo Agostinho, Adão e Eva nunca foram assexuados, o casamento e a sexualidade são apenas uma etapa transitória da humanidade, que a nostalgia de um majestade “angélica” e perda do homem torna impraticável (Ibidem, p. 294-4).

A anomalia da sexualidade, por conseguinte, reside nas experiências concretas da própria sexualidade. Essas experiências marcam com triste precisão o abismo que separa a sexualidade da qual teriam desfrutado Adão e Eva, caso não tivessem decaído, e a sexualidade do casal cristão atual e decaído. Para o leigo cristão está em jogo uma nova percepção do significado do sexo. Para o moralista o único problema era que a paixão não minasse o comportamento público do homem, que a ela se entregasse de modo frívolo e excessivo no privado, afastando-se de comportamentos impróprios: preliminares orais ou adotando posições inadequadas, ou ainda, aproximando-se de uma mulher menstruada. De maneira geral, acreditava-se que o sexo com paixão contribuía para gerar crianças mais saudáveis, desde que feito dentro das normas prescritas pela Igreja. Assim, o ato sexual em si podia ser apresentado como sinal mais íntimo da “moral da distância social”, ligada à manutenção dos códigos de decoro público específicos da classe superior (Ibidem, p.296-7).

Observa-se nesse conjunto que a brilhante poesia amorosa de Roma antiga e as sombrias predições dos escritores cristãos se misturam para comunicar o sentimento singular de que a preocupação prioritária, o horror e as delícias do europeu ocidental, é sobretudo a sexualidade.

O pecado, dessa forma, é o grande elo, ou cadeia, que prenderá o homem medieval, de maneira ambígua, a Deus e ao Diabo. Segundo Veyne,

(1998,p.267), a basílica cristã abrigava uma assembléia de pecadores iguais em sua necessidade da misericórdia de Deus. As fronteiras mais firmes no interior do grupo são aquelas que o pecado traça. Não se deve subestimar o elemento de novidade de uma tal definição de comunidade. Questões tão profundamente íntimas como os *mores* (*costumes*) sexuais ou as opiniões pessoais sobre o dogma cristão podem ser julgadas pelos membros do clero e justificar um ato público de exclusão da Igreja cristã. Um sistema inteiramente público de penitência impera nesse período. A excomunhão acarreta a exclusão pública da eucaristia e seus efeitos só podem ser revogados por um ato igualmente público de reconciliação com o bispo.

Entre os pagãos era impensável que um cidadão fosse condenado por suas “atitudes íntimas”; a legislação sobre o pensamento do crente é inovador, e, dessa forma, há uma inversão dos valores: o privado (íntimo) vai, cada vez mais, ganhando o espaço público e o homem passa a ser julgado por este. Contraditoriamente, a interiorização leva a uma exteriorização, ou seja, a vida interior torna-se assunto público, não mais privado.

Fenômeno semelhante acontece com a morte. Enquanto até os séculos II e III há uma pluralidade de vozes para esclarecer a morte e a outra vida; com o defunto sendo “sustentado por seus grupos tradicionais – a família, os pares, os associados funerários e, no caso dos grandes, a própria cidade” (Ibidem, p.272), pois, nestes dois séculos, nenhuma comunidade religiosa amplamente difundida interferiu para sufocar tantas vozes privadas e tão diferentes, surgidas do além-túmulo; no século IV a Igreja toma para si o encargo de esclarecer o povo sobre a morte. Com a ascensão da cristandade, a Igreja se introduz entre o indivíduo, a família e a cidade. O clero afirma ser o grupo mais capaz de preservar a memória dos mortos. Diferentemente da Antigüidade Clássica, na qual o culto dos mortos/antepassados era de caráter privado, a Igreja cristã estabelece uma sólida doutrina sobre o além.

As celebrações tradicionais no cemitério permanecem habituais, porém já não bastam. Oferendas, no momento da eucaristia, garantem que durante as orações o nome dos mortos será lembrado em toda a comunidade cristã, apresentada, agora, como a mais vasta parentela artificial do crente. Pois, não mais a cidade, e sim a Igreja celebra a glória dos desaparecidos. Uma vez introduzida no reino da basílica, a democracia do pecado estende-se para o além túmulo de modo inconcebível para os pagãos. O clero pode recusar as oferendas feitas em nome de membros não convertidos da família, de pecadores não arrependidos e de suicidas (Ibidem, p.272).

O peso da violência, o medo do sexo e da morte criavam em todos uma culpa surda. Remetiam então às relações pessoais com o sagrado. A relação individual com a esfera divina torna-se, com efeito, preeminente quando o cristianismo triunfa sobre o paganismo. A intimidade e a interioridade

transformam-se em categorias mentais de conteúdo novo. O sagrado pagão (nas mãos da Igreja), a escritura, o clero e o escriba tornam-se agentes fundamentais desses novos comportamentos interiores e mediadores entre o homem e Deus, portadores ou reveladores dos segredos de cada um numa ambigüidade pesada de contínuos questionamentos.

Segredos profanos

A partir de 391, segundo Duby e Ariés (1998, p.501), na Gália e no Ocidente, o cristianismo tomou lugar do paganismo como religião do Estado. Denunciada pelos santos taumaturgos, condenada pelos padres dos concílios, a prática religiosa pagã tende a se tornar privada e até mesmo oculta. O sagrado pagão procura se refugiar nos cultos noturnos, na predição, na magia, no folclore ou, ainda mais, tenta se revestir de uma aparência cristã. Com o desaparecimento dos cultos oficiais – sobretudo a partir do século VIII, após o Concílio de Leptines, que, em 744, mandou fechar provavelmente os últimos templos rurais, os *fana*, a fé pagã, reduzida aos meios camponeses, sofreu uma cristianização cada vez mais forte através dos penitenciais, textos-guia dos confessores.

Apesar da tentativa de controle do clero cristão, as práticas pagãs se mantêm até o século X e com maior intensidade em regiões como o norte da Gália, a Frísia ou a Saxônia, recém-conquistadas. Um conjunto de práticas privadas assim se mantém quase intacto e durante mais de cinco séculos, sem levar em conta as festas públicas pagãs, como a de 1º de janeiro, que sobreviveu durante muito tempo. Em 1008-1012, Burchard de Worms ainda assinala a velha prática dos gauleses e dos celtas da necromancia, mencionando também a longa sobrevivência da utilização de mulheres como médiuns (Ibidem, p.502). Acreditava-se que as *filida* célticas sabiam prever e proferir oráculos sobre as batalhas futuras. Entre os germanos elas eram detentoras de escrituras rúnicas que os vikings ainda utilizam nos séculos IX e X. O termo *rune* significa “segredo”, mas também “terna amiga”. A associação entre o segredo, a mulher e o mistério da escritura revela como o sexo feminino esconde riquezas desconhecidas. Cada letra era o receptáculo dos segredos dos deuses. Mesmo após a cristianização, sempre eram tidas como eficazes. Mais, tal prática fora cristianizada a ponto de às vezes a considerarem lícita. Chamavam-na *sortes sanctorum*, as sortes dos santos (Ibidem, p.502).

Embora rigorosamente proibida, a magia torna-se o domínio ideal do sagrado pagão ambivalente e o meio de mudar relações interpessoais. O uso e a fabricação de amuletos, filtros mágicos, poções e encantamentos buscam aprisionar o sagrado, aproximando os adivinhos, feitiçeiros e mulheres de sua perigosa radiação. Esse é finalmente o grande segredo destes homens e mulheres que à noite freqüentavam os bosques sagrados, das multidões que realizavam danças rituais destinadas a provocar a fecundidade e a prosperidade, afastar os mortos ou conjurá-los (Ibidem, p. 503).

A Igreja vê-se, então, na difícil tarefa de interiorizar o sagrado, cristianizar crenças tanto mais inatingíveis na medida em que eram domésticas e íntimas. A criação de novos espaços sagrados, basílicas e santuários, rivalizando com os templos e bosques pagão; o desenvolvimento do culto dos santos, as procissões e celebrações litúrgicas, que vinham substituir os ritos e deuses pagãos, contribuíram para tornar a fé pública. Mas para interiorizar a crença havia somente duas soluções: ou atribuir o sagrado maléfico a Satã, ou transformar o sagrado benéfico cristianizando-o. Dessa forma, o diabo, já integrado na fé cristã em sua visão do além, também foi integrado na vida cotidiana. Todas as formas de magia, encantamentos, sortes etc. foram apresentadas como demoníacas. Os concílios de Agde (506) e Orléans (511) condenaram os advinhos e as pitonisas, “possuídas pelo demônio”. Apresentados como ilusões, seres reais incorpóreos, simbolizados pelo leão ou pelas serpentes, os demônios tinham a vantagem de personalizar as forças obscuras oriundas do cosmo que os antigos pagãos temiam (Ibidem, p.507).

O demônio se infiltra nos maus sentimentos, na astúcia, no ciúme e torna-se também um inimigo interior. O medo do diabo passa a designar a angústia ante as forças malvadas do mundo, porém a proximidade dos santos e o poder de sua proteção ali estavam para aniquilá-lo⁵. A ameaçadora imensidão de uma natureza indomada deixava lugar a uma relação dual, a um combate, e não mais a um contrato legal cheio de astúcias (Ibidem, p.507). Ocorre nessa inversão de posturas diante da natureza e do próprio homem uma transformação na base onde assentava-se a sociedade até então. Se na Antigüidade clássica a natureza, a sexualidade e as deusas, eram sinônimo de fertilidade e fecundidade, de um certo equilíbrio entre o homem e o mundo, mantido através dos ritos, agora ela passa a designar o reino do mal. A terra, enquanto substrato telúrico, em suas representações, bem como as representações das deusas e de seus animais ou objetos de hierofania, passam para a esfera de Satã; ao passo que os valores positivos antes atribuídos a elas é voltado a um Deus solar e uraniano. É assim, que a geração, o nascimento, a fertilidade, apanágios do feminino e, portanto, da Deusa Mãe, passam a ser funções do masculino. *Fiat Lux!* Deus **concebe** o mundo e o homem.

Notas

¹ Pesquisadora do Núcleo de Estudos Estratégicos – NEE – UNICAMP

² As informações aqui apresentadas sobre as influências sofridas pelo cristianismo foram extraídas dos capítulos 4 a 11 de BURNS, Edward MacNall. *História da Civilização Ocidental*, 1956; de DURANT, Will. *História da Civilização*. Nossa herança Oriental. Tomo 2, 1957; de BURKHARDT, J. *Reflexões sobre a história*. 1961.

³ Como veremos mais tarde, essa oposição vem de uma influência persa, do mitraísmo e do Maniqueísmo.

⁴ Conferir as transformações ocorridas na arte no período do Baixo Império que, desde as inscrições até as formas mais elevadas, apresentam uma queda na elegância e elaboração das formas artísticas (HAUSER, A. *História social da arte e da cultura*. Veja/Estante Editores: s/d).

⁵ Os testemunhos dessa evolução da percepção interior do diabo podem ser vistos nos numerosos exemplos de cristianização dos comportamentos pagãos, como por ex. nos milagres, referentes a acidentes ou enfermidades causadas por desrespeito dos “crentes” a um santo, ou a cura vinda da remissão do pecado. Esses “milagres” de castigo, os mais freqüentes, revelam nos interessados uma culpa surda. Há aí uma diferença essencial entre dois grandes momentos da cristianização, como se os indivíduos passassem de uma consciência exterior de seus males a uma consciência interior de sua responsabilidade (VEYNE, 1998, p.507)

Referências bibliográficas

ARIËS, Philippe & CHARTIER, Roger (orgs.). *História da Vida Privada 3. Da Renascença ao século das Luzes*. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BARROS, Maria Nazareth Alvin de. *As deusas, as bruxas e a Igreja*. Séculos de perseguição. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2001.

BOEHME, Jacob. *Mysterium Magnum*. Vol I e II. Trad. N. Berdiaeff. Paris: Édition Aubier-Montaigne, 1978.

BURNS, Edward McNall. *História da civilização ocidental*. Trad. Lourival Gomes Machado. Porto Alegre: Editora Globo, 1956.

BURCKHARDT, Jacob. *Reflexões sobre a História*. Trad. Leo G. Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

CHRISTIE, May. *O Jardim do Desejo*. Trad. Tati de Melo. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1947. Coleção Biblioteca das Moças, vol.31.

DUBY, George & PERROT, Michelle (Dir). *História das mulheres no Ocidente*. Vol. 2. A Idade Média. Trad. Maria Helena da Cruz Coelho. Porto: Editora Afrontamento, 1993.

DUBY, George. *As três ordens ou o imaginário do Feudalismo*. Trad. Maria Helena Costas Dias. Lisboa: Editora Estampa, 1982.

DUBY, George. *Idade Média. Idade dos Homens*. Do Amor e outros ensaios. Trad. Jônatas batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DUBY, George. *O Ano Mil*. Trad. Teresa Matos. São Paulo: Edições 70, s/d.

DUBY, Georges & PERROT, Michelle (dirs.). *Histoire des femmes en occident*. L'Antiquité. Paris: Plon, 1991.

DUBY, Georges (org.). *História da Vida Privada 2. Da Europa Feudal à Renascença*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DURANT, Will. *História da Civilização. 1ª Parte*. Nossa Herança Oriental. Tomo 2º. Trad. Gulmara de Moraes Lobato. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1957.

DURANT, Will. **História da Civilização. 4ª Parte. A Idade da Fé. Tomo 4º. História da civilização medieval.** Trad. Leonidua de Carvalho. São Paulo: Companhia das Letras, 1955.

HALL, Catherine. Sweet Home. In: PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada 4. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra.** Tradução Denise Bottmann e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.33 – 87.

HAUSER, Arnold. **História social da arte e da cultura.** Vol. II. Trad. Berta Mendes. São Paulo: Vega/Estante Editora, s/d.

HUNT, Lynn. Revolução Francesa e Vida Privada. In: PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada 4. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra.** Tradução Denise Bottmann e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.21 - 51.

HUYSMANS, J.K. **El satanismo y la magia.** Buenos Aires: Editorial Saros, 1955.

LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval.** Trad. Manuel Ruas. Portugal: Editorial Estampa, 1994.

MARQUETTI, Flávia R. **Da sedução e outros perigos: O mito da Deusa-Mãe.** 2000. 290 f. Tese (Doutoramento em Estudos Literários) – Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista Dr. Júlio de Mesquita Filho. Araraquara.

MARTIN-FUGIER, Anne. Os Ritos da Vida Privada Burguesa. In: PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada 4. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra.** Tradução Denise Bottmann e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.193- 261.

MORENTE, Manuel Garcia. La Época del Gótico Y el Renacimiento. (1250-1500). Tomo IV. In: PERROT, Michelle. A Família Triunfante. In: PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada 4. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra.** Tradução Denise Bottmann e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.94 -103.

PERROT, Michelle. Figuras e Papéis. In: _____ (org.). **História da vida privada 4. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra.** Tradução Denise Bottmann e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.122 –185.

PERROT, Michelle. Funções da Família. In: _____ (org.). **História da vida privada 4. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra.** Tradução Denise Bottmann e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.105 - 119.

PERROT, Michelle. Outrora, em outro lugar. In: _____ (org.). **História da vida privada 4. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra.** Tradução Denise Bottmann e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.17 –19.

RANUM, Orest. Os refúgios da Intimidade. In: ARIÈS, Philippe & CHARTIER, Roger (orgs.). **História da vida privada 3**. Da Renascença ao Século das Luzes. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

REVEL, Jacques. Os Usos da Civilidade. In: ARIÈS, Philippe & CHARTIER, Roger (orgs.). **História da vida privada 3**. Da Renascença ao Século das Luzes. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SALLMANN, Jean-Michel. **As Bruxas Noivas de Satã**. Trad. Ana L. D. Borges. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2002.

VEYNE, Paul (Org.). **História da vida privada 1**. Do Império Romano ao Ano Mil. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

O escravo em Sêneca: entre a passividade e a reação

Luciane Munhoz de Omena¹

Resumo

Apresentarei um estudo acerca das relações de poder do escravo com o senhor, tanto na esfera privada quanto na pública, para compreender, mais particularmente, a fabricação destes indivíduos por Sêneca. Privilegiaremos o processo de constituição das estratégias e dos conflitos de articulação de poder em ambientes freqüentados pelos servos. É necessário estabelecer os mecanismos de poder, seus efeitos, suas relações, seus variados dispositivos que se articulam e se exercem a níveis diferenciados da sociedade, em domínios e em variadas extensões.

Palavras-chave

Escravo, Sêneca, Poder, Roma.

Abstract

This presentation it's about of relationship of slave's power with the lord, in the private and public sphere, for understanding, more particularity, production about these actors for Seneca. Primer the process of constitution of the strategy and of the conflict of articulation of power in field often for the slave. It's necessary to organize the mechanism of power, your effects, your relationships, your several mechanisms than to articulate and to practice to different standard of the society, in domain and in several expanse.

Keywords

Slave, Seneca's, Power, Rome.

“Pensas bem como esse homem que chamas teu escravo nasceu da mesma semente que tu, goza do mesmo céu, respira, vive e morre tal como tu”

Sêneca, Epistulae Morales

O significado de escravo descrito no dicionário refere-se à pessoa mantida sob laços de servidão que era considerada propriedade do outro (SARAIVA: 1993) e, como tal era incluído no conjunto classificado por terras, bens e dinheiro. O proprietário tinha por direito o uso exclusivo de possuir, usufruir e dispor de sua propriedade. Assim como o gado, o escravo podia ser vendido, comprado, alugado, trocado, dado como presente ou herdado.

A lei preocupava-se com o escravo para garantir sua submissão ao senhor, pois, teoricamente, o escravo não era uma pessoa. Era o instrumento de poder do dono que o utilizava, de acordo com seus interesses, pois, aos olhos do senhor, o escravo não tinha vontade própria. Um exemplo disto era a escolha do ofício. O senhor determinava a atividade

que seria desenvolvida pelo escravo, e, dessa forma, definia-se, igualmente, a categoria do servo pelo exercício do ofício. Os notáveis preparavam escravos que se dedicavam às aptidões artísticas e literárias. Sabia-se que um nobre romano, Calvíio Sabino, cercava-se de escravos que aprendiam a recitar de memória Homero, Hesíodo e os poetas líricos. De acordo com as palavras de Sêneca, Calvíio “comprou a peso de ouro uma série de escravos, um que sabia Homero de cor, outro, Hesíodo, e mais nove a quem encarregou de decorar os poetas líricos!” (Ep. Mor. 27, 5/8).

Além do trabalho compulsório, o senhor tinha o direito de vida e morte do escravo, por isso, ficava, de maneira geral exposto aos caprichos de seu senhor e a todo tipo de violência. O proprietário podia chicotear, prender ou matar o escravo, pois sendo uma propriedade não podia recorrer a nenhuma ação no tribunal, exceto através do próprio senhor.

No período imperial foram criadas leis que objetivam o abrandamento de punições contra os escravos; a partir de Augusto, os imperadores passavam a decretar leis que visavam dar maior proteção aos servos contra os maus-tratos. Cláudio (41-54) impediu os senhores de matarem ou expulsarem os escravos doentes arbitrariamente. Vespasiano (69-79) proibiu a venda de escravos para a prostituição e Domiciano (81-96) a mutilação. Adriano (117-138) ampliou a proteção física aos escravos fechando cárceres privados, salvo por autoridade judicial. Antônio Pio (138-161) fez com que os proprietários fossem responsáveis pelo assassinato de seus escravos e Diocleciano (285-305) proibiu o abandono de crianças escravas.

Essa crescente mudança foi abordada em comentários sobre a escravidão feitos por juristas romanos (Florentino, Ulpiano) e por autores como Sêneca, Epiteto e Dion Crisóstomo que discorriam sobre o excesso e a brutalidade dos senhores contra os escravos. No caso específico de Sêneca, ainda que fosse um rico proprietário de escravos, insistia para que eles fossem tratados com moderação, sem excessos de punições. Aos olhos do pensador, são ignóbeis os “tratamentos cruéis, desumanos que lhes são infligidos, como se eles não fossem homens, mas bestas de carga” (Ep. Mor. 47, 5/6).

Seguindo essa linha argumentativa, dividiremos a discussão da seguinte forma:

1. A construção senequiana do escravo.
2. A caracterização do escravo na esfera privada.
3. As relações de poder na esfera privada: senhor e escravo.
4. A caracterização do escravo na esfera pública.
5. As relações de poder – esfera pública – entre: escravo e público e escravo e *princeps*.
6. A prática de ofícios como forma de hierarquização entre escravos.

Trataremos, primeiramente, da imagem construída por Sêneca. O filósofo interpretava o escravo como um amigo inferior. Em um diálogo imaginário com Lucílio, afirmava:

"São escravos? Não, são homens. 'São escravos'. Não, são camaradas. 'São escravos'. Não, são amigos mais humildes. 'São escravos? Não, são companheiros de servidão, se pensares que todos estamos sujeitos aos mesmos golpes da fortuna" (Ep. Mor. 47, 01).

A escravidão ocorria pela falta de sorte, o indivíduo tornava-se servo pela acomodação social e não por sua condição natural². Sêneca compartilhava com Platão a pressuposição de que "todo o rei descende de escravos, que todo escravo é descendente de reis" (Ep. Mor. 44, 4), assim como todos os cativos possuíam ancestrais livres, bastavam retroceder a árvore genealógica que encontrarão os resquícios da servidão na nobreza em seus dirigentes.

O homem era provido de razão e isto independe de sua condição de cavaleiro, liberto ou escravo, pois eram apenas estatutos jurídicos derivados da ambição e da injustiça social (Ep. Mor. 31, 11). A natureza, aos olhos do pensador, era dividida por quatro tipos de seres: a árvore, o animal, o homem e o deus. Estes dois últimos, por serem racionais, se diferiam entre si por ser um mortal e o outro imortal, possuíam natureza idêntica e, portanto, eram possuidores da perfeita razão (Ep. Mor. 124, 14).

O homem perfeitamente racional era aquele provido de virtude que mantinha o domínio sobre si, afastava-se de pensamentos inconstantes, sentia-se contente por si próprio. Daí contingências como a perda de terras, prestígio, morte de amigos e até mesmo a escravidão não abalavam o homem virtuoso, continua livre. Para Sêneca:

"uma alma assim tanto pode encontrar-se num cavaleiro, como num liberto, como num escravo! O que são, na realidade, um cavaleiro romano, um liberto, um escravo? Apenas nomes derivados da ambição e da injustiça humana" (Ep. Mor. 31, 11).

O fato de os escravos igualarem-se aos seus senhores, levando-se em consideração o aspecto racional e mortal, não implicava que Sêneca os igualasse socialmente³. As diferenças eram inúmeras no campo social. As diferenciações sociais que levavam a inferiorização do escravo englobavam a impossibilidade em dispor de seu próprio tempo, não possuía o livre arbítrio, não podia negar a importância do trabalho e vivia sob o estado de coação. De acordo com Sêneca: "Não há bem moral numa ação praticada contra a vontade ou sob coação: todo o bem moral tem de ser voluntário" (Ep. Mor. 66, 16). A falta de liberdade e o medo eram sinônimos de escravatura, e, portanto, não era um bem moral, não era viver racionalmente (Ep. Mor. 66, 16).

Sêneca, embora afirmasse que uma alma elevada poderia encontrar-se em um escravo, dadas as condições racionais, partilhava, igualmente, a

opinião de que os indivíduos vivendo sob coação não eram virtuosos, pois tendiam ao vício, justamente, por serem desprovidos de razão. Era, por isso, que Sêneca aconselhava Lucílio o seguinte tratamento:

"alguns deverão jantar contigo porque são dignos de ti, outros para que o sejam: algo de servil que persista neles devido às reações com gente baixa, à convivência com pessoas de bem acabara por eliminar" (Ep. Mor. 47, 15).

Mais do que pretender aproximar o escravo do universo da virtuosidade, Sêneca propôs uma relação mais humanizada que visava à: fidelidade e o auxílio que os escravos pudessem prestar aos seus senhores (De Beneficiis III, XXVII, 4) e, também a supressão das possíveis reações deles contra os senhores. Sêneca apresentava o seguinte quadro:

Esfera Privada		
Escravo	Senhor	Referência
Amizade	Amizade	Ep. Mor. 47, 01.
Amizade	Amizade	Ep. Mor. 47, 04/05.
Benefício	Clemência	Ep. Mor. 47, 13.
Amigo Inferior	Amigo	Ep. Mor. 47, 17.
Respeito/Benefício	Respeito/Benefício	Ep. Mor. 47, 18/19.
Superioridade	Inferioridade	Ep. Mor. 47, 11.
Inferioridade	Superioridade	Ep. Mor. 47, 11.
Virtuosidade	Não Virtuosidade	Ep. Mor. 47, 15.
Não Virtuosidade	Virtuosidade	Ep. Mor. 47, 15.

Como podemos observar, a cumplicidade do escravo com o senhor ocorria no momento em que era tratado com a amizade, mesmo sendo um amigo inferior, daria, em troca, a amizade e a fidelidade. Sêneca afirmava:

"Antigamente quando os escravos conversavam, não só na presença, mas com o senhor, quando não se lhes cosia a boca, eles estavam às refeições, mas calavam-se quando torturados" (Ep. Mor. 47, 5)⁴.

O resultado dos maus tratos gerava aos senhores uma relação de inimizade com os escravos, por isso, o ditado: "tantos são os inimigos quantos os escravos", para Sêneca, tornavam-se recorrentes (Ep. Mor. 47, 5)⁵. A tabela abaixo apresenta os seguintes resultados:

Esfera Privada		
Escravo	Senhor	Referência
Fuga	Violência	Ep. Mor. 04, 04.
Suicídio	Violência	Ep. Mor. 04, 04.
Violência/ Morte	Violência/Morte	Ep. Mor. 04, 08.
Afastamento	Afastamento	Ep. Mor. 47, 02.
Sofrimento	Violência	Ep. Mor. 47, 03.
Inimizade	Violência	Ep. Mor. 47, 04/05.
Inimizade	Crueldade	Ep. Mor. 47, 05/06.
Inimizade	Inimizade	Ep. Mor. 47, 09.
Atividades Indignas	Atividades Dignas	Ep. Mor. 77, 14, 15.
Temor	Ruína	Ep. Mor. 105, 04.
Fuga	Ausência	Ep. Mor. 107, 01.
Desobediência	Irritação	De Ira III, XXXV, 1.
Vingança	Inimizade	De Ira III, V, 3.
Fuga	Violência	De Ira III, V, 4.
Morte	Violência	De Ira III, V, 4.
Fuga	Gastos	Tranquillitate Animi VIII, 7.
Sem Benefício	Custo	Tranquillitate Animi VIII, 8.
Descontentamento	Sem benefício	Tranquillitate Animi VIII, 8.
Licenciosidade/ Atrevimento	Deleitamento	De Providentia I, 6.
Açoites/ Bofetadas	Violência/ Punição	De Constantia Sapientis 5,1.
Mordacidade	Prejuízo	De Constantia Sapientis 11,03.
Ódio	Violência	De Clem. III, XVI, 2.

De acordo com o pensador, “o resultado é que esses escravos a quem se proíbe falar em frente do senhor, falam depois mal dele pelas costas” (Ep. Mor. 47, 4).

Temos, por um lado, a violência, a exclusão, o afastamento, a crueldade, a irritação contra os escravos que ocorriam na esfera privada, reproduziam reações destes contra os senhores através da fuga, da insolência, do roubo, da vingança, do suicídio, da ira, da denúncia, descontentamen-

to entre outras⁶. Por outro lado, o senhor que priorizava ações como a clemência, a benevolência, o respeito para com os escravos, ganhava, em troca, o benefício da amizade, da fidelidade e da proximidade. Sêneca considerava, igualmente, reprovável desprezar

"esse homem que chamas teu escravo, nasceu da mesma semente que tu, goza do mesmo céu, respira, vive e morre como tu. Tanto direito tens tu a olhá-lo como homem livre como ele a olhar-te como escravo" (Ep. Mor. 47, 10).

Além de tratar da questão da violência contra o escravo, Sêneca mencionava o alto custo em mantê-lo na *domus* senhorial. Na obra *Tranquillitate Animi* afirmava que o único servo de Diógenes foge, e ele, tão pouco, irritou-se:

"nem pensou tampouco como aquele fosse descoberto em fazê-lo voltar: 'É torpe', disse, 'que Manes possa viver sem Diógenes e Diógenes não possa sem Manes'. Parece-me ter ele dito: 'Faze teu negócio, Fortuna: Nada junto a Diógenes agora é teu. Fugiu-me o escravo? Pelo contrário! Eu é que fiquei livre'" (*Tranquillitate Animi* VIII, 7).

O servo doméstico necessitava de roupas e alimentos de seu senhor (*Tranquillitate Animi* VIII, 8), o que encarecia, segundo Sêneca, a vida de quem os mantinha:

"tantos ventres de avidíssimos animais há que sustentar, comprar-lhes vestes e custodiar-lhes as muito rapaces mãos e fazer uso dos serviços daqueles que estão chorando e detestando o trabalho" (*Tranquillitate Animi* VIII, 8).

Temos, nessa passagem, duas questões interessantes: a primeira era a forma com que o filósofo referia-se aos servos tratando-os por animais, diferentemente, do discurso auferido nas *Epistulae Morales*, em que Sêneca comentava sobre a possibilidade de tornarem-se virtuosos e, portanto, serem vistos como seres humanos racionais. A segunda questão girava em torno do descontentamento do escravo que trabalhava, segundo Sêneca, chorando e detestando tal atividade. Ainda que vivesse em uma completa dependência reagia contra o senhor por meio do descontentamento que era demonstrado pelo lamento, ira, suicídio, fuga entre outros.

Sêneca não fornecia indicações se essas ações contra os senhores eram de caráter individual ou coletivo. O que parece era que as reações ocorriam

no âmbito individual como é esclarecido nesta passagem: “E não vai ficar indignado por ter de desembolsar alguma quantia para ultrapassar a soleira, ponderando que também em algumas pontes se deve pagar para prosseguir” (*De Constantia Sapientis* 14, 2). O filósofo deixava explícito que o *nomenclator* selecionava e subornava – através da cobrança de dinheiro – o visitante para que pudesse adentrar à casa de seu senhor. Isto resulta numa estratégia de afirmação social e expressava, igualmente, uma relação de poder, pois o escravo era, através de sua função, agente social quem controla, vigia e proíbe ou não a entrada de visitantes. O *nomenclator*, inserido neste espaço particular, detinha o poder⁷.

Sêneca temia que essas reações particularizadas tornassem reações públicas. Expressava este temor ao criticar os senadores por terem sugerido, havia algum tempo, a diferenciação de vestimenta dos escravos. Citemos *in extenso*:

"Outrora, decidiu-se por um parecer do Senado que um sinal na roupa distinguiria os escravos dos homens livres. Em seguida, ficou evidente quanto perigo nos ameaçaria se os nossos escravos comessem a nos enumerar" (De Clementia III, XXII, 1).

Tratava-se de duas considerações: primeiro, os escravos não deviam ter noção de coletividade, se assim fosse, Sêneca não temeria por um mau futuro e segundo, a ausência de um fenômeno coletivo não desautorizava as reações individuais. O filósofo observava as ações dos escravos e, por isso, temia os possíveis movimentos coletivos, pois existia um predomínio de escravos.

Sêneca, embora utilizasse o possível levante de escravos como metáfora, para explicar o perigo eminente das execuções provocadas pelo *princeps*, explicitava a possibilidade de uma ação concreta por parte dos escravos contra os senhores, levando-se em consideração as atitudes individuais de descontentamento, suicídio e fuga, sem contar, que se encontravam em maior número dentro da sociedade romana.

A reação dos escravos, segundo Sêneca, decorria pela falta de moderação de seu senhor, assim como o *princeps* tirano provocava a rebeldia. A *domus* era vista como uma pequena *res publica* e, portanto, Sêneca ensinava que:

"O espírito humano é rebelde por natureza e, pelejando contra o que lhe é contrário e árduo, acompanha mais facilmente do que se deixa conduzir. E, como se dirigem os cavalos de raça e de boa estirpe melhor com um frio flexível, assim, espontaneamente, a inocência segue a Clemência por seu próprio impulso e a nação considera-a digna de preservá-la para si. Assim, por esta via, avança-se mais" (De Clementia III, XXII, 2).

Sêneca não inviabilizava as desigualdades sociais e era, dessa forma, que se dirigia a Nero propondo que deveria poupar de castigos os mais humildes:

"que poupes alguns prazerosamente; que sintas repugnância em vingar-te de outros e, não diferentemente do que ocorre com os insetos, que suja quem os esmaga, tua mão também deve afastar-se deles" (De Clementia III, XIX, 4).

De acordo com a visão senequiana, o controle repressivo da República por si só não conteria toda energia potencialmente insurgente gerada pelas desigualdades sociais, assim como a violência do senhor contra o escravo não resultaria em benefício. A ação moderadora, pelo contrário, envolvia uma parcela da humanidade que era capaz de retornar ao bem, se fosse perdoada (De Clementia I, 1) Para Sêneca:

"É louvável mandar nos escravos com moderação. E, no cativo, não se deve pensar até que ponto seria possível suportá-lo impunemente, mas até que ponto seria permitido pela natureza da equidade e do bem, que ordena poupar tantos os cativos, quanto os comprados por dinheiro" (De Clementia III, XVI, 1).

A própria relação do *princeps* com o escravo possuía alguns caracteres diferenciados. Sêneca mostrava a Nero, no tratado *De Clementia*, o ódio dos escravos por Védio Polião, pois

"engordava as suas moréias com sangue humano e aos que, por qualquer motivo, o ofenderam, mandava atirar no que não era outra coisa senão um viveiro de serpentes? Que homem mil vezes digno de morte! Quer porque lançava seus escravos para serem devorados pelas moréias que ele haveria de comer, quer porque somente as criava, ali, a fim de alimentá-las desta maneira" (De Clementia III, XVI, 2).

A intenção de colocá-lo como *exemplum* era mostrar, entre outras coisas, a ameaça à existência do ódio por parte do escravo e, assim, a possibilidade deste matar até mesmo o rei. Sêneca afirmava que ser temido,

"é uma situação tão ingrata em tua própria casa como no exterior, tanto por parte dos teus escravos como por parte dos cidadãos livres. Para causar tua ruína qualquer um dispõe de força que baste" (Ep. Mor. 105, 4)⁸.

As recomendações de Sêneca para evitar os castigos em excesso e a coação eram simbolizados pelos mecanismos da violência que representavam atitudes moderadoras e não a extinção das punições recorrentes, tanto na *domus* imperial quanto na *domus* aristocrático. Em uma passagem, Sêneca fez a seguinte reflexão:

"Faríamos, sem dúvida, uma grande coisa se nos apiedássemos dos infelizes escravos no ergástulo! Por que nos apressamos a castigar sem demora, a quebrar pernas sem cessar? (...) Vamos ao ferro, aos suplícios capitais e às correntes, castigamos pelo cárcere e pela fome o que poderia ser punido com os mais leves açoites" (De Ira III, XXXII, 1)⁹.

Como podemos observar, a violência contra os escravos era um dado recorrente na esfera privada. Sêneca buscava humanizar as relações entre senhores e escravos, para mostrar à sociedade de seu tempo, os malefícios de uma conduta mais enérgica contra os 'inferiores'. Além de pregar a obediência para os escravos, como propõe Finley (FINLEY: 1991: 125), a humanização senequiana pretendia demonstrar que qualquer subalterno guiado pela falta de virtude era oprimido e se despedaçava pelas suas próprias forças (De Clementia III, I, 5), isto é, a violência senhorial gerava, por sua vez, a violência incontida dos subalternos, neste caso, os escravos¹⁰.

O escravo na esfera pública seguia a mesma orientação, ligava-se, igualmente, às situações de violência, principalmente, em locais que eram realizados os jogos gladiatoriais. Os gladiadores (a palavra vem do latim *gladiolus*, *i* espada curta, a arma geralmente utilizada pelo gladiador) eram selecionados entre os escravos, prisioneiros de guerra e criminosos condenados¹¹. Estes eram condenados à morte na arena por crimes, como assassinato, traição, roubo, incêndio premeditado e sacrilégios. Sêneca relatava a rotina de confinamento e treinamento:

"E penso, sobretudo nisto: se o corpo pode, à força de treino, atingir um grau de resistência tal que permite ao atleta suportar a um tempo os murros e pontapés de vários adversários, que o torna apto a agüentar um dia inteiro sob um sol abrasador, numa arena escaldante, todo coberto de sangue" (Ep. Mor. 80, 3).

Essa rotina, muitas vezes, contrariava os gladiadores que se amotinavam ou se suicidavam a submeter-se ao destino que lhes eram impostos. Sêneca ainda que os considerasse pessoas de baixos extratos (Ep. Mor. 70, 22) enaltecia um gladiador por cometer o suicídio. Citemos *in extenso*:

"Recentemente deu-se um caso de um homem que ia numa carroça, rodeado de guardas armados, para participar no espetáculo da manhã; fingindo-se cheio de sono, pôs-se a cambalear no asento até que conseguiu meter a cabeça entre os raios de uma roda, e conservou-se firme até a roda ao girar lhe quebrou o pescoço: o carro que o conduzia ao suplício foi o instrumento da sua liberdade" (Ep. Mor. 70, 23)¹².

O suicídio era uma forma sensata de pôr fim à servidão, seja escravo ou cidadão. Ambos podiam escolher a melhor maneira que se apraz para romper com os vínculos de qualquer escravidão, fosse ela compulsória como era o caso do escravo ou aquela servidão munida pelo luxo, pelo excesso de prazer entre outras (Ep. Mor. 70, 12/13).

A grande maioria de gladiadores era formada por escravos, que não tinham escolha, a não ser pelo suicídio, de participarem ou não dos combates. Sêneca relatava sobre a rigidez dos treinos, comentando que “não apansham pancada apenas porque lutam, mas também para que possam lutar: o próprio treino já é uma tortura” (Ep. Mor. 78, 16)¹³.

Nesse ambiente de espetáculos o qual definimos pela esfera pública, o escravo mantinha, de acordo com o pensamento senequiano, uma relação de poder. O público, de modo geral, recebia momentos de entreterimento, enquanto o escravo ganhava a vida, e, alguns deles, a glória. Vejamos alguns dados descritivos:

Esfera Pública		
Público	Escravo	Referência
Público – Clemência	Gladiador (benefício)	Ep. Mor. 37, 2.
Público – Violência	Gladiador (benefício). Lutam nas arenas para sobreviver, comem e bebem o que rende as lutas na arena.	Ep. Mor. 37, 2.
Senhor /Saturnálias as funções são trocadas, o senhor torna-se escravo ¹⁵	Escravo – torna-se senhor – festa (mudança de hierarquia no espaço público).	Ep. Mor. 47, 14.
Público-Arena – Violência	Atleta - Glória.	Ep. Mor. 78, 16.
Público – Ira	Gladiador – Morte (sem glória).	De Ira II, 4.
Público – Ódio	Gladiador – Conservação da vida.	Tranquillitate Animi VIII, 8.

Os escravos, como podemos observar, eram inseridos, mais comumente, nos divertimentos públicos que representavam o desejo pelo

povo, segundo Sêneca, pela violência. O servo era exposto à morte “apenas para se servir de divertimento; já era sacrilégio treinar homens para o circo e ser feridos, agora atiramo-los para o circo nus e inertes, basta-nos a simples morte como espetáculo!” (Ep. Mor. 95, 33).

O gladiador relacionava-se com o público, pois podia apelar para a clemência do público (Ep. Mor. 37, 2) ou ser rechaçado “se a todo custo desejam conservar a vida; aplaudimo-lo, se deixam claro que a desprezam” (Ad Serenum de Tranquillitate Animi XI, 4)¹⁴. Lutava, igualmente, para conquistar o apreço do público, i. e., luta por ambição à glória. De acordo com o pensador:

"Quantas pancadas não apanham os pugilistas no rosto, e em todo o resto do corpo! No entanto, submetem-se a essa tortura apenas pela ambição da glória. E não apanham pancada apenas porque lutam, mas também para que possam lutar: o próprio treino já é uma tortura. Pois também nós devemos superar todos os confrontos, embora a nossa recompensa não seja uma coroa, uma palma ou um toque de trombeta a fazer silêncio no estádio para que se proclame o nosso nome. O nosso prêmio estará na virtude, na firmeza de alma, na paz interior para todo o sempre conquistada desde que uma só vez, em qualquer confronto, formos capazes de dominar a fortuna" (Ep. Mor. 78, 16).

Na concepção de Sêneca, o escravo deveria lutar pela glória, no caso do gladiador, ou submeter-se ao suicídio como forma de liquidar o estado de servidão, para pôr fim a sujeição às atividades indignas. Citemos *in extenso*:

"Nunca serei escravo! E comprovou as palavras pelos atos: a primeira vez que o mandaram desempenhar um trabalho servil e indigno (tratava-se de ir buscar um vaso para excrementos) ele despedaçou a cabeça contra uma parede. Como pode alguém se sujeitar a ser escravo tendo a liberdade assim à mão?" (Ep. Mor. 77, 14-15)

Sêneca indicava, a partir desse excerto, que os escravos eram divididos por categorias, quer dizer, a diferenciação era dada pelo exercício de suas funções. O filósofo não explicitava diretamente a categorização, mas observava a prática de atividades desprezíveis desde a coleta de excrementos a atividades liberais e manuais. O exercício delas era o resultado da excessiva ganância dos homens que colocavam outras pessoas nessa condição *contra naturam* e era, por isso, que existiam as mais diversas e inúteis atividades como, por exemplo, a prática da escanção que expunha o escravo ao ridículo, pois era

"vestido e pintado como uma mulher, luta contra a própria idade. Não o deixam crescer, forçam-no a manter-se criança, e, apesar do seu físico de soldado, todo depilado a unguento ou à pinça, passa a noite em claro ao serviço da embriaguez e da lubricidade do senhor: serve-lhe de homem no quarto, de garoto na sala de jantar."

Um outro caso é o de Calvíbio Sabino, criticado por Sêneca, pelo fato de adquirir escravos especializados em Literatura e considerar-se erudito. O que nos interessa é a informação de que estes escravos eram comprados a preço de ouro (*Ep. Mor.* 27, 05) e que, portanto, o preço do trabalhador era demarcado pelo exercício do ofício. Sêneca referia-se igualmente à negociação de escravos sem valor negociados no templo do Castor:

"Acaso eu me sentiria ultrajado se não me desse o devido tratamento algum desses sujeitos que negociam junto ao templo de Castor, comprando e vendendo cativos sem um pinga de valor, e cujos mercados estão atulhados com uma turba dos piores escravos?" (*De Constantia Sapientis* XIII, 3)

O senhor podia preparar os escravos, através de instrutores que ofereciam treinamento especializado, para serem vendidos por um bom valor. Do ponto de vista do escravo, a aquisição de um ofício ou uma aptidão era a possibilidade, quando livre, de se sustentar.

Os escravos eram também utilizados amplamente no comércio. No mercado encontravam-se escravos em todo o tipo de loja, vendendo pão, carne, peixe, salsicha, vinho. Gerenciavam lojas, negócios, casas de cômodos, armazéns; eram padeiros e carregadores de lastro de navio, carpinteiros navais, cocheiros e pescadores. Os escravos artesãos laboravam com ouro, prata e fundição de ferro que exigia forjas pequenas e poucos homens. A indústria de bronze e cobre empregava milhares de pessoas em um sistema de oficinas. Além, é claro, da tecelagem que era criticada pelo filósofo por produzir tecidos transparentes: "Que pensaria Posidônio ao ver os teares de hoje, onde se fabricam tecidos inteiramente transparentes e tão inúteis para o corpo como incapazes de resguardar o pudor" (*Ep Mor.* 90, 20)!

Como podemos observar, o grau de especialização dos ofícios fazia com que escravos fossem selecionados por categorias como era o caso dos que laboravam no ambiente doméstico da casa imperial e aristocrática que podiam ostentar luxo e um número elevado de servidores. Existiam equipes de escravos para cuidar das roupas, utensílios utilizados nas refeições, o tratamento de cada ornamento ou jóias, a preocupação com cada etapa do toalete, o cozimento dos alimentos, o serviço de mesa, o entreterimento

com música, dança, brincadeiras e palhaçadas (*Ad Paulinum de Brevitate Vitae*; *Epistulae Morales*; *De Constantia Sapientis*; *De Providentia*).

Essas inúmeras atividades eram criticadas pelo filósofo, pois seus contemporâneos às inventaram para suprir suas necessidades de luxo e ganância. Aos olhos de Sêneca, o acesso a moradas soberbas de grandes senhores, concitar os favores de velhos sem herdeiros, ter influência no fórum eram formas efêmeras de poder que atraíam a inveja e os pesares de pessoas indignas (*Ep. Mor.* 68, 10)¹⁵. Nada mais eram, segundo o filósofo, que vícios enraizados e violentos caracterizados, igualmente, pela avareza e ambição. Tornavam-se enfermidades crônicas para a alma (*Ep. Mor.* 75, 11). O equívoco residia em “não avaliarmos as pessoas pelo que são, preferindo observá-las sempre em conjunto com os acessórios. Quando quiseres apreciar o verdadeiro valor de alguém, avaliar as qualidades, debes vê-los sem adornos” (*Ep. Mor.* 76, 32).

A preferência dos senhores por valores que se distanciavam da virtude, perceptível no desmando e desrespeito destes, proporcionavam uma rede de injustiças que ocorriam, freqüentemente por uma inversão de valores. Os senhores detinham o poder supremo em sua *domus* e este poder revertia-se sob o domínio do mal. Conduzia os escravos pelos caminhos da opressão e do medo. Para Sêneca, a falta de virtude dos senhores era o reflexo das atitudes de insolência, suicídio, fuga entre outras ações desenvolvidas pelos escravos.

Sêneca propõe uma transformação de valores na sociedade: a partir de ações que desenvolvessem a moderação, clemência, recusa pelo luxo e ostentação de riqueza por parte dos setores elitizados, agentes sociais como os escravos – predispostos à violência, e, conseqüentemente, à irracionalidade – seriam conduzidos pelos caminhos da virtuosidade.

Caso essa realidade funcionasse, teríamos, segundo Sêneca, ‘amigos inferiores’, predispostos a beneficiarem seus senhores por meio da amizade, fidelidade, proximidade, respeito e aceitação às ordens, desde que houvesse o mesmo tratamento por parte do senhor. Sêneca não pretendia, portanto, eliminar a escravidão, e, sim, estabelecer uma relação harmônica entre senhores e escravos que lutavam entre si, cada um com suas armas, por seus espaços e poderes dentro de uma sociedade com pouca harmonia.

Notas

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo/FFLCH.

² Mesmo em se tratando de um período histórico diverso daquele vivido por Sêneca, o conceito de escravidão natural, proposta por Aristóteles, ajuda-nos a compreender, pelo menos a título de contraposição, a concepção senequiana sobre o escravo. De acordo com o pensamento aristotélico, cada indivíduo tinha uma capacidade natural, i. e., alguns eram destinados à obediência, enquanto outros exerciam a função de comandar. O escravo por não possuir a capacidade natural de guiar-se a si próprio

devia ser conduzido. Segundo Aristóteles: “há na espécie humana indivíduos tão inferiores a outros como o corpo o é em relação à alma, ou a fera ao homem; são os homens nos quais o emprego da força física é o melhor que deles obtém. Partindo dos nossos princípios, tais indivíduos são destinados, por natureza, à escravidão; porque, para eles, nada é mais fácil que obedecer. Tal é o escravo por instinto: pode pertencer a outrem (também lhe pertence ele de fato) e não possui razão além do necessário para dela experimentar um sentimento vago; não possui a plenitude da razão” (*Política* I, 13). Sêneca, pelo contrário, via no servo um amigo inferior que se encontrava em tal situação por uma questão de sorte ou mesmo de injustiça social.

³ Como sugeriu Fav ersani: “O escravo é colocado em uma condição social *quasi contra natura*. O homem que é posto longe do alcance da razão, sua característica primordial, escapa ao que lhe é natural (...) O escravo, colocado por princípio em uma posição desumanizadora, é fonte de crise. Um homem desumanizado está em desacordo com a natureza, é, pois, um erro” (FAVERSANI: 1998:03).

Qualquer tipo de escravidão transformava o homem em uma condição *contra natura*, e isto é definido por Sêneca pelo excesso dos prazeres, vinhos, alimentos, o culto pelo corpo, jogos (na sátira *Apocolocyntoses*, condena o *imperator* Cláudio por apreciar o jogo de dados) e não somente o servo que não era dono nem sequer de sua vestimenta.

⁴ O Estado mediante o recurso da Lei romana permitia extrair confissões de escravos sob tortura. Acreditava-se que somente quando torturado o escravo dizia a verdade. Segundo Finley, “o silêncio é uma forma especial de defesa, que pode assumir feições mais explícitas, apegando-se, primeiramente, às exceções na prática e às limitações legais, e, em seguida, ao fato de os advogados alegarem nos tribunais, quando interessava, que o testemunho sob tortura não tinha valor” (FINLEY: 1991: 98). De acordo com Finley, “não há, na verdade, razões que confirmem a frequência da tortura. O que existe é apenas um campo aberto às disputas ideológicas, que nos é oferecido pelos poetas cômicos e oradores. Já as evidências romanas são tão variadas e esmagadoras que não permitem defesas muito especiais, além do silêncio ou quase silêncio. O velho Mommsen, escrevendo quase meio século depois de sua impetuosa História romana, quase não trata do assunto nas mil páginas de seu trabalho sobre a legislação penal: torturar criminosos, sem falar em testemunhas. O Estado mediante o recurso da Lei romana permitia extrair confissões de escravos sob tortura. Acreditava-se que somente quando torturado o escravo dizia a verdade. Segundo Finley, “o silêncio é uma forma especial de defesa, que pode assumir feições mais explícitas, apegando-se, primeiramente, às exceções na prática e às limitações legais, e, em seguida, ao fato de os advogados alegarem nos tribunais, quando interessava, que o testemunho sob tortura não tinha valor” (FINLEY: 1991: 98). De acordo com Finley, “não há, na verdade, razões que confirmem a frequência da tortura. O que existe é apenas um campo aberto às disputas ideológicas, que nos é oferecido pelos poetas cômicos e oradores. Já as evidências romanas são tão variadas e esmagadoras que não permitem defesas muito especiais, além do silêncio ou quase silêncio. O velho Mommsen, escrevendo quase meio século depois de sua impetuosa História romana, quase não trata do assunto nas mil páginas de seu trabalho sobre a legislação penal: torturar criminosos, sem falar em testemunhos, era ‘não apenas cruel, mas absurdo’” (MOMMSEN Apud. FINLEY: 1991: 99). Não podemos realmente afirmar a recorrência da tortura, no entanto, não se podia esquivar sua existência a uma mera discussão retórica. Sêneca comenta com muita propriedade a tortura nos escravos e sua fidelidade aos senhores, mantinham-se calados, mesmo sob tortura (Ep. Mor. 47, 5), era ‘não apenas cruel, mas absurdo’” (MOMMSEN Apud. FINLEY: 1991: 99). Não podemos realmente afirmar a recorrência da tortura, no entanto, não se podia esquivar sua existência a uma mera discussão retórica. Sêneca comenta com muita propriedade a tortura nos escravos e sua fidelidade aos senhores, mantinham-se calados, mesmo sob tortura (Ep. Mor. 47, 5).

⁵ Em outras passagens, Sêneca referia-se à violência dos senhores contra os escravos: “E já não falo dos tratamentos cruéis, desumanos que lhes são infligidos, como se eles não fossem homens, mas bestas de carga. Quando jantamos estendidos no leito há um escravo para limpar os escarros, outro para, de gatos, andar apanhando o vomitado dos convivas ébrios. Outro se destina a trincar aves de alto preço; e com a sua mão hábil, por cortes exatos desde o peito até à mitra, vai fazendo a ave em bocados. Desgraçado, cuja vida não tem outro fim que não seja trincar aves!” (Ep. Mor. 47, 5/6).

⁶ Sêneca nas *Epistulae Morales* fez referência a uma série de ações desenvolvidas pelos escravos contra os senhores como a denúncia, o roubo, a fuga, a traição, o assassinato, o envenenamento, a calúnia (Ep. Mor. CVII, 5). Em outra passagem, Sêneca recomendava que o melhor não era possuir escravo, pois: “O criado familiar pede-me roupa e alimento; tantos ventres de avidíssimos animais há que sustentar, comprar-lhes vestes e custodiar-lhes as muito rapaces mãos e fazer uso dos serviços daqueles que estão chorando e detestando o trabalho” (Ad Serenum De Tranquillitate Animi VIII, 8).

⁷ Os escravos domésticos exerciam vários tipos de trabalhos, tais como: servos pessoais, tutores, cozinheiros, artesãos, arquitetos, médicos, cabeleireiros, músicos, filósofos, bibliotecários. Entre eles havia o eunuco para atender as mulheres e aleijados que divertem os convidados com suas deformidades. Um homem rico precisava de pelo menos dois escravos para carregá-lo até o circo, mas geralmente entre oito ou dez o acompanham, por ostentação. Um escravo podia servir na propriedade do campo, outro na casa da cidade. A tropa da cidade era dividida em escravos que trabalhavam dentro da residência e aqueles que trabalhavam do lado de fora. Estes, por sua vez, podiam ser subdivididos pela natureza de suas tarefas.

⁸ Uma outra característica da relação do *imperator* com o servo encontrava-se na esfera pública. Os escravos injustiçados, abandonados ou em alguma situação de perigo recolhiam-se em frente de templos ou estátuas do soberano. Sêneca fez referência a este fato: “*mesmo os escravos é permitido refugiar-se junto de uma estátua*” - “*Seruis ad statuum licet confugere*” (De Clementia III, XVI, 2!)

⁹ A alimentação, mesmo não se caracterizando por uma ação punitiva, era escassa. Sêneca fez a seguinte abordagem a Lucílio: “Então, Lucílio, podes crer que terá a satisfação de ver como matas a fome com dois ases, de compreender que, para viver em segurança, não precisamos da fortuna para nada. Mesmo quando hostil, a fortuna não nos nega o que é estritamente necessário. Procedendo assim, de resto, não há razão para pensares que fazes uma grande coisa (fazes apenas o mesmo que muitos milhares de escravos, que muitos milhares de pobres)” (Ep. Mor. 18, 07). Sêneca em outro excerto fez referências aos alimentos ingeridos por escravos e pobres como o pão de centeio, a polenta e a água (Ep. Mor. 18, 10). Consultar: GARNSEY: 2002.

¹⁰ A falta de virtude do governante gerava uma situação de caos no *populus romanus* que resultava na autodestruição dos súditos, pois dependiam da ação de um bom governante que os guiasse pelo caminho da razão (De Clementia III, I, 5); o senhor devia seguir, por sua vez, a mesma orientação: a partir de ações que encaminhassem à clemência, o escravo, um ser inferior, seria guiado à razão, abandonando suas características servis. De acordo com as palavras de Sêneca: “alguns deverão jantar contigo porque são dignos de ti, outros para que o sejam: algo de servil que persista neles devido às reações com gente baixa, à convivência com pessoas de bem acabara por eliminar” (Ep. Mor. 47, 15).

Essa relação entre ‘grandes e pequenos impérios’, como sugeriu Fav ersani, ocorre pelo fato dos valores serem transitáveis de uma parte a outra. Havia uma continuidade entre as situações que ocorriam no plano estatal (público) e na esfera privada. Isto é, “o trânsito entre o que vale para o indivíduo e para a sociedade está, claramente, ligado ao fato de que o indivíduo não ser capaz de viver senão em sociedade e que, para isso ser possível, seriam necessários valores compartilhados” (FAVERSANI: 2000: 151). Em outras palavras, a sociedade senequiana devia ser compreendida a partir da interação social, por não conseguir imaginar qualquer indivíduo, mesmo os

escravos, fora do núcleo social; cria, dessa forma, estratégias de sobrevivência que privilegiavam o compartilhamento de valores (Ep. Mor. 47, 2/3).

¹¹ Consultar a obra de Garraffoni que aborda questões sobre os jogos gladiatoriais e o cotidiano dos gladiadores utilizando como fonte documental textos escritos, inscrições tumulares, parietais e em grafites. GARRAFFONI: 2005.

¹² Na mesma carta, Sêneca fez referência a outros suicídios, veremos dois casos. O primeiro referia-se a um escravo que se matou por asfixia: “Não há muito, um dos Germanos destinados aos combates com feras, enquanto se faziam no circo os preparativos para o espetáculo da manhã, retirou-se para satisfazer uma certa necessidade corporal – a única oportunidade que se teve para estar longe do olhar dos guardas; então agarrou num daqueles paus com uma esponja atada na ponta que se usam para limpar as imundices e enfiou-o pela garganta abaixo, morrendo de asfixia” (Ep. Mor. 70, 20). Sêneca citou um outro exemplo nos combates de naumaquia: “Durante o segundo espetáculo de naumaquia, um dos bárbaros enterrou na garganta a lança que recebera para combater os adversários. ‘Porque’ – disse ele – ‘porque não escapar desde já a todos os tormentos e humilhações? Porquê estar à espera da morte se tenho uma arma nas mãos?’” (Ep. Mor. 70, 26).

¹³ Segundo Meltzer, “os gladiadores eram divididos de acordo com as diferentes armas que usavam. Os *samnitas* carregavam escudo e espada; os *trácios* usavam adaga e broquel; os *murmumillones*, um capacete encimado pela figura de um peixe marinho; os *laqueatores*, uma atiradeira; os *retarii* com rede e tridente; os *dimachae* armavam-se de uma espada curta em cada mão; os *essedarii* em bigas e os *bestiarii* contra feras” (MELTZER: 2004: 136).

¹⁴ Vemos o circo como um espetáculo de massa na medida em que há neles componentes ritualísticos, detonadores do êxtase coletivo. Como questiona Santos, sem perder de vista, o contexto histórico analisado pela autora que é a paixão, rito e magia no futebol, “não ocorreria no homem, a partir do momento em que participa destes espetáculos de massa ou ‘ritos coletivos’, uma perda quase completa de sua autonomia individual, transformando-se em um ser coletivo, que animado por uma ‘alma grupal’ (DURKHEIM: 1912), faria destes eventos fenômenos coletivos desencadeadores de conagração e de violência?” (SANTOS: 2004: 22). Em outras palavras, os espetáculos gladiatoriais suscitam fenômenos como a violência por uma reivindicação do coletivo, pela preservação da comunidade por meio das paixões e se constituem, igualmente, em ocasiões propícias para os homens exteriorizarem os excessos iminentes em si próprios, independentemente das funções ou da posição social que ocupem na sociedade romana.

¹⁵ A situação de fome, segundo o filósofo, provoca o surgimento de inúmeras atividades. Citemos *in extenso*: “pois nesse caso podes socorrer-te desses homens a quem a fome ensinou novos ofícios: alguns deles te corrigirá o ritmo da marcha, outro observar-te-á a boca enquanto comes, enfim, a tantos pormenores estarão atentos quantos a tua paciência crédula permitir à sua audácia!” (Ep. Mor. 15, 07).

Bibliografia

Base Documental

SÊNECA, L. A. *L'Apocoloquintose du divin Claude*. Trad. René Waltz. Paris: Les Belles Lettres, 1966.

SÊNECA, L. A. *De la Clémence*. Trad. François Préchac. Paris: Les Belles Lettres, 1990.

SÊNECA, L. A. *Lettres a Lucilius*. Trad. Henri Noblot. Paris: Les Belles Lettres, 1993.

- SÊNECA, L. A. **Tragédies**. Tome I et II. Trad. Henri Noblot. Paris: Les Belles Lettres, 1926.
- SÊNECA, L. A. **Des Beneficiis**. Trad. François Préchac. Paris: Le Belles Lettres, 1926-1927.
- SÊNECA, L. A. **Dialogues**. Tome I. Trad. A. Bourguery. Paris: Les Belles Lettres, 1971.
- SÊNECA, L. A. **Dialogues**. Tome II. Trad. A. Bourguery. Paris: Les Belles Lettres, 1989.
- SÊNECA, L. A. **Dialogues**. Tome III. Trad. René Waltz. Paris: Les Belles Lettres, 1975.
- SÊNECA, L. A. **Dialogues**. Tome IV. Trad. René Waltz. Paris: Les Belles Lettres, 1927.
- SÊNECA, L. A. **Questions Naturelles**. 2 Tome. Trad. Paul Oltramare. Paris: Les Belles Lettres, 1929.

Literatura Contemporânea

- AUERBACH, E. **Introdução aos Estudos Literários**. Trad. José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1987.
- AUERBACH, E. **Mimesis: a representação da realidade na Literatura Ocidental**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.
- BURKE, P. **A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FRYRE, N. **Anatomia da crítica**. Tradução de Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo: Cultrix, 1973.
- FAVERSANI, Fábio. **A pobreza no Satyricon de Petronio**. Ouro Preto: UFOP, 1999.
- FAVERSANI, Fábio. **Penen et Circenses: breve análise de uma perspectiva de incompreensão da pobreza no Mundo Romano**, *Varia História*, Belo Horizonte, UFMG, 2000.
- FAVERSANI, Fábio. **As relações diretas de poder enquanto instrumento analítico para a compreensão da pobreza no Satyricon de Petronio**, *História Revista*, 1,1, Goiânia, UFG, 1986.
- FAVERSANI, Fábio. **A sociedade em Sêneca**. São Paulo: USP/FFLCH, 2001.
- FAVERSANI, Fábio. **A Concepção de Estado em Sêneca**, *Boletim do CPA*, Campinas, nº 5/6, jan./dez., 1998.
- GARRAFONI, Renata Senna. **Gladiadores na Roma Antiga: dos combates às paixões cotidianas**. São Paulo: Annablume, 2005.

GARNSEY, Peter. **Alimentação e sociedade na Antigüidade Clássica**: aspectos materiais e simbólicos dos alimentos. Lisboa: Replicação, 2002.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. **A construção da imagem Imperial**: formas de propaganda nos governos de Septímio Severo e Caracala. São Paulo: USP (tese de Doutorado), 2002.

GUARINELLO, N. L. Festa, trabalho e cotidiano. In: István Jancsó & Íris, Kantor. **Festa**. Cultura e sociabilidade na América portuguesa. São Paulo: Edusp, 2001.

GUARINELLO, N. L. Ética e ambigüidade no principado de Nero. In: BENOIT, H & FUNARI, P. P. A. (orgs.). **Ética e Política no mundo antigo**. Campinas: UNICAMP, 2001.

*Francisco Correa Vasques e os degredados de Cucuí:
imprensa, teatro, militância política e laços de amizade no
governo Floriano Peixoto.*

Sílvia Cristina Martins de Souza

(...) nada se mudaria; o Regime sim, era possível, mas também se muda de roupa sem mudar de pele. O comércio é preciso. Os bancos são indispensáveis. No sábado, ou quando muito na segunda-feira, tudo voltaria ao que era na véspera, menos a Constituição.

Machado de Assis, *Esaú e Jacó*, 1904

Resumo

Tensos e conflituosos, os anos que abrangem o governo Floriano Peixoto foram palco de perseguições explícitas a alguns setores da sociedade e indivíduos que neles atuavam, tais como a imprensa e os jornalistas, sendo estes anos registrados tradicionalmente pela historiografia como de refluxo da militância política frente ao endurecimento do regime. Tomando tais elementos como ponto e partida, este artigo analisa o episódio dos “Degredados do Cucuí”, ocorrido durante o governo Floriano Peixoto, a partir da atuação do ator e dramaturgo Francisco Correa Vasques no mesmo, com o objetivo de recuperar a dimensão política da qual estiveram revestidos dois espaços nos quais ele atuou, a saber, a imprensa e o tablado.

Palavras-chave

história, imprensa, teatro, política

Abstract

Tense and conflicting, Floriano Peixoto government years saw several persecutions to some parts of society and also to individuals, with press and journalist, for example. Historically, these years are considered as a step backwards of the political support as a result of the adoption of hard measures by the regime. Alongside this background, this article analyzes the episode known as “Degredados do Cucuí”, which took place during the “florianista” period, using of the actors and writer Francisco Correa Vasques, looking forward to recover the political dimension of both environments occupied by him, the press and the stage.

Keywords

history, press, theatre, politic

1.

No dia 30 de abril de 1892, os leitores do jornal *Cidade do Rio*, de propriedade de José do Patrocínio, se depararam com a publicação de uma carta endereçada ao presidente da república, escrita nos seguintes termos:

“AO CIDADÃO FLORIANO PEIXOTO NO DIA DE SEU ANIVERSÁRIO

Escolhendo o dia de hoje para escrever-lhe, tenho uma única vantagem – a certeza de sua desculpa para o meu atrevimento.

V. Exa. nem sabe quem eu sou e eu não quero que fique nessa ignorância. Vou apresentar-me (...)

Chamo-me Francisco Correa Vasques; tenho 53 anos de idade; sou viúvo e moro à Rua Evaristo da Veiga número 31. Não tenho política. Sou monarquista da gema, porém não conspiro contra as instituições nem contra o governo.

*Nunca votei; nem hoje, nem no tempo do Império (...). Sou ator desde 1856 (...) tenho escrito alguns trabalhos para o teatro e já fui folhetinista da *Gazeta da Tarde*.*

*Fiz conferências sobre a escravidão e em quase todas as *matinéés* que se realizaram nessa época eu recitei versos de pé quebrado, porém de minha lavra (...) Estou apresentado.” [grifos no original] ¹*

Francisco Correa Vasques, ou “o Vasques”, como ficou conhecido entre seus contemporâneos, o autor da carta cujo trecho encontra-se acima reproduzido, foi um dos atores e dramaturgos cômicos mais conhecidos das platéias fluminenses do século XIX, o que torna no mínimo surpreendente que ele tivesse procurado se apresentar ao destinatário da carta que escreveu, assim como é difícil imaginar que tal estratégia não tenha sido vista, pelo menos por uma parte dos leitores do jornal, como mais uma dentre as muitas das suas já conhecidas saídas humorísticas.

Vasques nasceu no Rio de Janeiro em 1839, no seio de uma família humilde, e teve pouco acesso à educação formal, cursando o Colégio Marinho por um breve tempo. Aos dez anos já trabalhava na Alfândega do Rio de Janeiro. Estreou como ator aos dezoito anos, e aos vinte e um escreveu e encenou sua primeira peça teatral. Daí até sua morte, que ocorreu em 1892, Vasques escreveu, encenou e publicou em edições baratas que eram vendidas nas portas dos teatros ou em sua própria residência, mais de sessenta peças teatrais, na sua maioria cenas cômicas.² Seu maior sucesso teatral foi *Orfeu na Roça*, uma paródia ao *Orfeu nos Infernos*, de Offenbach, encenada no teatro Fênix Dramática, em 1868, que obteve mais de cem representações numa época em que nove encenações já eram consideradas um sucesso de público. Nos anos 1890, portanto, Vasques era um ator e dra-

maturgo que o Rio de Janeiro estava acostumado a aplaudir nas representações das inúmeras peças teatrais por ele escritas e encenadas no decorrer dos trinta e seis anos em que atuou nos teatros da cidade.

Mas sua atuação não ficou restrita ao tablado, como ele próprio fez questão de afirmar, uma vez que também participou ao lado de nomes como os de José do Patrocínio e João Clapp de comícios e festivais promovidos durante a campanha abolicionista; defendeu a criação de associações que procuravam garantir os direitos da por ele denominada “classe teatral”, e atuou na imprensa na função de folhetinista na *Gazeta da Tarde*, assinando a série intitulada *Scenas Comicas*.³

A data escolhida por Vasques para a publicação da sua carta, justamente a do aniversário do destinatário, é sugestiva e tal escolha não foi feita sem intenções, como o próprio remetente sublinhou. Ao contrário, ele contava com este fato para que o presidente, provavelmente sensibilizado pelos festejos do dia, não interpretasse sua atitude como um ato de atrevimento ou de ousadia, até porque era como um “monarquista da gema” que se pronunciava, muito embora afirmasse “não ter política” e nem conspirar contra as instituições ou contra o governo republicano.

Creio que esta preocupação em explicitar uma suposta isenção política foi um recurso de retórica utilizado pelo autor, e que através dele Vasques procurava persuadir seus leitores de uma dada versão do fato que iria abordar, o que naturalmente nos leva a duvidar de sua afirmação. Afinal, sua carta, como veremos oportunamente, não tratava de outro assunto que não a política. Por outro lado, ela estava sendo escrita por um monarquista confesso, e ignorar a presença histórica de monarquistas naquele contexto é uma forma de obscurecer e limitar a compreensão dos embates que então se travavam.

Desde a saída da família real do Brasil, em 1889, e, posteriormente, a partir da morte do Imperador, que ocorrera em 5 de dezembro de 1891, não faltaram manifestações de monarquistas fiéis, que faziam questão de explicitar suas simpatias pelo imperador e pelo regime monárquico, tal como ocorreu com o Dr. João Mendes de Almeida, que escrevendo um artigo dois dias após o falecimento de Pedro II afirmaria:

*“Mas, mormente Pedro II nem por isso desapareceu. Rei morto, rei posto. A dinastia imperial perdura com todos os seus direitos, regalias, normas, privilégios, tal qual foi instituída pela constituição política do Império de 25 de março de 1824. Morreu o Imperador! Viva o Imperador! (...) Deus há de compadecer-se do povo brasileiro soberano cujos sofrimentos já o avizinham da fome e da miséria.”*⁴ [grifos no original]

As simpatias em relação ao imperador e ao regime monárquico persistiram mesmo após a morte de Pedro II, e as tentativas restauradoras podem ser ainda localizadas até 1907 quando, em meio às crises da república, D. Luiz de Orleans e Bragança, neto de Pedro II, tentou voltar ao país com o objetivo de reaver para a família real brasileira o trono perdido em 1889.⁵

Os monarquistas ou os “subversivos da república”, na feliz expressão de Maria de Lourdes Mônaco Janotti constituíram, ao lado dos republicanos, os dois grupos em conflito nos anos iniciais da república. Os defensores da monarquia confiaram, num primeiro momento, na possibilidade de rearticular sua força política por ocasião das eleições para a Constituinte, desejando levar o povo, através de um plebiscito, a não referendar a ação militar que proclamara a república. Todavia, entre eles próprios não existia uma posição consensual de como seria possível viabilizar a restauração que tinham em mente.

Certo é que, embora frágeis, as maquinacões monarquistas para desestabilizar o regime existiram, e é sabido que Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto insistiram em justificar o fechamento do regime pelo perigo da suposta ameaça restauradora representada pelos monarquistas, sem contar que esta ameaça foi utilizada em várias ocasiões pelos republicanos, a quem convinha manter um certo clima de beligerância, por ser ela que lhes fornecia justificativas para reprimir suas divergências internas.

Levando-se em conta todos estes elementos, tornam-se inteligíveis os cuidados tomados por Vasques ao dirigir-se ao presidente. Afinal, aqueles eram tempos de “pouco riso e muito siso” e as perseguições a pessoas que se colocassem de maneira crítica em relação ao governo florianista não era uma mera criação fantasiosa sem qualquer correspondência com a realidade. Assim, sendo Vasques um “monarquista da gema”, sua atitude poderia torná-lo alvo de represálias, caso fosse vista como “atrevimento” devendo ele, portanto, acerrar-se de expedientes que o salvaguardassem.⁶

Merece também ser sublinhado um certo tom de ironia contido na forma como Vasques se remetia ao “cidadão” Floriano Peixoto na sua carta, fato que não passou despercebido a alguns leitores mais atentos da *Cidade do Rio*. Na segunda carta por ele escrita, publicada a 7 de maio, Vasques diria que “uma das folhas mais respeitáveis da Capital” censurou-o por ter tratado num tom irônico e de pilhéria “coisas tão sérias”. Contudo, prosseguia o autor da carta,

“Eu preferi falar [ao presidente] graciosamente, com meiguice e na altura a que a sua educação e o seu caráter têm o direito de exigir de todo o cidadão. Seria este caminho errado? Não creio, e V. Exa, se leu a minha carta, concordará decerto comigo. Dessa opinião é o público, que esgotou a edição da Cidade do Rio da tarde de 30 de abril e a do Jornal do Brasil de 1 de maio. Modéstia à parte, eu não esperava tanto.

*Porém, qual seria o motivo de semelhante procura? O meu nome? Pouco vale. O mérito literário da carta? Nem pensar em tal. Foi porque o povo viu que eu falando com toda a cortesia, embora em tom humorístico, lhe dizia verdades.”*⁷ [grifos no original]

Foi, portanto, respaldado numa popularidade conquistada nos palcos da cidade (ainda que ele próprio insistisse que seu nome pouco valia), que Vasques procurou “encenar” com seus leitores um diálogo em que dizia algumas “verdades”, procurando ser sério, mas manejando com habilidade uma arma que sabia muito bem utilizar – o humor-, sem que esta junção entre seriedade e graça fossem incompatíveis nem tampouco se assomassem como um obstáculo que o impedissem de intervir nos debates do seu tempo. E, a julgar pela repercussão que teve a publicação de sua primeira carta, esgotando a edição de dois jornais, parece que seu objetivo foi alcançado.

Por fim, deve-se ainda salientar que a primeira carta escrita por Vasques trazia, logo nos primeiros parágrafos, uma ácida crítica ao regime que se instaurara em novembro de 1889, ao afirmar que os vitoriosos da república pouco fizeram em termos de expansão dos direitos de cidadania, embora as propagandas republicanas tivessem feito promessas de democratização nos comícios, na imprensa e nas conferências públicas. Tanto isto não ocorreu que Vasques fazia questão de afirmar que nunca votara, nem no império, nem na república.

Vasques referia-se, com tal observação, ao fato de que no império as exigências sobre a qualificação da propriedade, inicialmente, e, após 1881,⁸ desta e da obrigatoriedade de saber ler e escrever excluíram parte significativa dos eleitores qualificados, tornando quase impossível a incorporação dos libertos à cidadania, e que na Constituição de 1891 prevaleceu o compartilhamento de valores que negavam igualmente a cidadania.

Os constituintes de 1891 centralizaram suas preocupações na organização do poder e na definição das instâncias de decisão, tanto que a primeira constituição republicana, inspirada na constituição norte-americana, adotou o federalismo, o estabelecimento dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, acentuou o presidencialismo e garantiu a separação da Igreja e do Estado. No que diz respeito aos direitos individuais, esta constituição garantiu os de liberdade de culto, de expressão de pensamento, de igualdade perante a lei, mas, quanto aos direitos políticos, mais especificamente no caso do direito de voto, apesar de haver sido eliminada a exigência de propriedade, foi mantida a exclusão dos analfabetos e das mulheres. Por outro lado, não deve ser relevado o fato de que no dia seguinte à promulgação desta constituição foi realizada uma eleição presidencial indireta, na qual votaram apenas os membros da Assem-

bléia Constituinte, levando Deodoro da Fonseca à presidência, e Floriano Peixoto à vice-presidência.⁹ Desta maneira, vê-se que embora o regime instaurado tivesse ampliado juridicamente a participação política pelo voto e pelo direito de associação e reunião, a realidade que impôs foi a negação da idéia de ampliação da participação política.¹⁰ Verifica-se, assim, que a menção a tal ordem de coisas, como elaborada por Vasques na sua carta, emerge como a visão crítica de alguém que, tanto no império quanto na república, fora mantido à margem dos processos políticos denotando, por extensão, que, na república, o real se escondia sob o formal e que no fundo muito pouco mudara para uma determinada parcela da população com a introdução do novo sistema de governo.

Estas duas cartas aqui mencionadas, endereçadas por Vasques a Floriano Peixoto e publicadas na **Cidade do Rio** nos dias 30 de abril e 7 de maio de 1892 nos dão conta de um momento visto pela historiografia como eivado por graves tensões, e de explícita perseguição à imprensa e aos jornalistas, perseguição esta que teria levado ao esmorecimento e ao recuo da militância política que marcara as campanhas abolicionista e republicana na imprensa anos antes.¹¹ Serão elas, enfim, o centro de atenção deste artigo no qual pretende-se elaborar uma análise que privilegie as relações entre história, jornalismo e teatro.

Estudos históricos desenvolvidos nas últimas décadas sobre o papel exercido pela imprensa no Brasil oitocentista vêm cada vez mais questionando um posicionamento anterior que disseminou uma noção, baseada em critérios literários de hoje, que considera o jornal um produto “descartável” e o livro o “guardião” do saber, separando os produtos culturais em campos opostos e excludentes. Neste movimento, pouco a pouco os historiadores têm se afastado desta noção e, como decorrência, o jornalismo tem merecido especial atenção em face do reconhecimento do papel histórico da imprensa na difusão e troca de idéias no século XIX.¹² Por outro lado, muitos destes historiadores têm chamado a atenção para o fato de que a opção por tentar entender a atuação da imprensa neste período apenas pelos seus suportes materiais acaba por obscurecer uma outra faceta assumida pela imprensa tão importante quanto esta, qual seja, a de instrumento de intervenção social e política na realidade.

Levando em conta tais considerações, pretendemos neste artigo compreender como o ator e dramaturgo Francisco Correa Vasques utilizou-se da imprensa para intervir na realidade social de seu tempo veiculando idéias, visões de mundo e posições políticas que, com certeza, partilhava com outros membros da sociedade fluminense do século XIX. Adicionalmente procuraremos mostrar como o palco, considerado por Machado de Assis um “canal de iniciação” tão eficaz quanto a tribuna e a imprensa para a educação da socie-

dade brasileira oitocentista, por supostamente contribuir para a correção de modos de pensar e agir viciosos, faltosos ou inapropriados, emergiu das mãos do Vasques não com o sentido de “escola de costumes”, que lhe atribuía Machado de Assis, mas como um outro fórum de debates no qual era dada voz a diferentes opiniões, ao mesmo tempo em que oferecia-se aos espectadores o que eles esperavam do tablado: a diversão.¹³

2.

Estamos nos anos 1880. Os brasileiros mais atentos à vida política do país e os representantes diplomáticos sediados no Rio de Janeiro foram testemunhas de que já fazia uma década em que vinha sendo minado o terreno da monarquia, e bem alicerçado o da república através da combinação de elementos tão explosivos quanto a perda do apoio político da monarquia pelos setores da cafeicultura, pelos descontentamentos dos militares, pela inabilidade da política imperial em lidar com os interesses corporativos da Igreja, pela recusa à proposta federalista a despeito de esforços de homens como Joaquim Nabuco e Tavares Bastos, pela propaganda do partido republicano, e pelas questões que punham em dúvida a sucessão dinástica.¹⁴

No dia 15 de novembro de 1889, um golpe militar, que, inicialmente, tinha em vista a queda do gabinete Ouro Preto, acabou por derrubar a monarquia e instaurar a república no Brasil. Do que aqueles contemporâneos mais atentos ao fato não podiam ter dimensão era que os anos iniciais da república recém-proclamada seriam repletos de conflitos, e que a mudança de sistema de governo terminaria por ser “mais uma das transformações sem mudanças substantivas da história brasileira”.¹⁵

As tensões que permearam este momento histórico tiveram início, a rigor, logo após serem ouvidas pelas ruas do Rio de Janeiro ou lida nos diferentes jornais da cidade a notícia de que a monarquia fora deposta, e problemas concretos tiveram de ser enfrentados tais como a indefinição dos rumos a serem tomados bem como a ausência de um “projeto” político nítido que desse base de sustentação ao novo regime.

A complexidade dos interesses que então se encontravam em jogo pode ser auferida através do esforço, despendido por Deodoro da Fonseca, para contemplar expectativas e tendências variadas na composição do ministério do governo provisório. Deste ministério fizeram parte desde Campos Sales, na pasta da Justiça, que garantiria o apoio dos cafeicultores paulistas, até Demétrio Ribeiro, para a pasta da Agricultura, representando o Rio Grande do Sul, passando pelo ex-membro do Partido Liberal Rui Barbosa, no ministério da Fazenda, pelo republicano histórico Quintino Bocaiúva, nas Relações Exteriores e pelo republicano radical paraibano Aristides Lobo, no Ministério do Interior. Ou seja, Deodoro procurou agregar

“(...) representantes de interesses nem sempre convergentes das províncias mais poderosas; republicanos históricos e outros de adesão muito recente à causa republicana; federalistas e centralistas; moderados e radicais; liberais e positivistas, e não seria fácil ao marechal habituado à disciplina da caserna presidir aquele governo e atravessar tensões provocadas pelo primeiro plano econômico do país, decidido por Rui Barbosa e decretado sem consulta a seus colegas de ministério, episódio que provocou enorme turbulência política e financeira e ficou conhecido pelo nome Encilhamento.” [grifo no original] ¹⁶

Congregar interesses conflitantes, este foi o desafio com o qual Deodoro se deparou e em relação ao qual não conseguiu dar uma resposta satisfatória. Sua própria eleição para a presidência, com um número menor de votos do que o vice-presidente, elucida o fato de que a situação era complexa e exigia tomadas de posições efetivas para que a república proclamada não percesse no próprio ato do seu nascimento. Por outro lado, a transformação do Congresso Constituinte em Congresso Ordinário veio complicar ainda mais este quadro ao qual vimos nos remetendo, uma vez que permaneceram no legislativo vários deputados e senadores que se opunham às facções oligárquicas estaduais, que haviam alcançado o poder após uma série de embates e enfrentamentos internos.¹⁷

Certo é que, em novembro de 1891, a situação já se tornara incontornável a ponto de levar Deodoro da Fonseca a fechar o Congresso, e, posteriormente, a renunciar à presidência em função das pressões que sofria por parte de grupos civis, de um grupo de oficiais chefiados pelo contra-almirante Custódio de Mello, que liderara um levante da Armada e ameaçava bombardear a sede do governo federal, caso Deodoro não renunciasse, de uma greve de ferroviários que explodiu no Rio de Janeiro, e do clima de crescente descontentamento no Rio Grande do Sul, com a deposição de Júlio de Castilhos.¹⁸

Como sucessor legal da presidência assumiu Floriano Peixoto, que se cercou de certos cuidados ao ocupar o cargo, tais como normalizar o funcionamento do Congresso, nomear o mesmo Custódio de Mello para o Ministério da Marinha, bem como interventores para os governos dos estados, forçando os governadores, que apoiaram Deodoro no golpe de novembro do ano anterior, a renunciarem.

Dentre os governadores afastados por Floriano estava o do Rio de Janeiro, Francisco Portela que, ao assumir seu cargo, empregara alguns literatos e jornalistas no funcionalismo público, a saber, Coelho Neto para a secretaria do governo do Estado. Olavo Billac como oficial maior da

secretaria do Interior; Aluísio de Azevedo como oficial da Fazenda e Pardal Mallet como arquivista, além de ter patrocinado a candidatura deste último a deputado. Baltazar da Silveira, o interventor indicado por Floriano Peixoto para o estado do Rio de Janeiro, logo que assumiu suas funções, cuidou de demitir os nomes indicados por Portela alegando como motivo para sua atitude o fato de que aqueles indivíduos teriam enriquecido ilicitamente durante o período em que exerceram seus cargos públicos.

Tal demissão acabou tendo grande repercussão nos meios jornalísticos, e não tardou para que emergissem reações a ela. Lopes Trovão, Pardal Mallet e Olavo Bilac fundaram o jornal **O Combate**, e transformaram suas páginas numa trincheira permanente contra o governo de Floriano, bem como em espaço de defesa das acusações das quais seus amigos tinham sido vítimas. Olavo Bilac, sob o pseudônimo “Pierrot”, assinaria crônicas para o jornal **Vida Fluminense** nas quais não apenas atacava as medidas tomadas pelo presidente da república, como esmerava-se em mover uma campanha acirrada contra o governo de Floriano, denunciando os problemas que este obrigava a população do Rio de Janeiro a enfrentar cotidianamente.

A contra-ofensiva por parte do governo federal não tardou. Ainda em abril, o jornal **O Combate** teve suas atividades encerradas, ao mesmo tempo em que Bilac, Mallet e Patrocínio foram presos e indiciados, tendo o primeiro permanecido encarcerado por dois anos na Fortaleza de Lage e os dois últimos mandados em desterro para Cucuí, na Amazônia. O motivo alegado para esta reação, por muitos considerada extremada, foi o fato de **O Combate** ter sido o primeiro jornal a lançar a tese, defendida por Rui Barbosa, de que o governo de Floriano Peixoto era inconstitucional e ilegítimo.

Segundo Rui Barbosa, havia necessidade de proceder-se a nova eleição presidencial, uma vez que “a vacância se abriu no primeiro biênio do período presidencial”, e o parágrafo 2 do artigo 1 da Constituição da República determinava que “o Presidente e o Vice-Presidente, eleitos na forma deste artigo, ocuparão a Presidência e a Vice-Presidência da República durante o primeiro período presidencial”. Ou seja, na interpretação proposta por Rui Barbosa, tal dispositivo não amparava as pretensões de Floriano Peixoto de permanecer na presidência devendo-se eleger novo presidente e, uma vez este eleito, e Floriano continuaria como seu vice legal.¹⁹

O artigo publicado pelo jornal **O Combate** incentivou treze generais de terra e de mar a assinarem um manifesto no qual exortavam o presidente a cumprir a Constituição convocando novas eleições, o que os levou a serem reformados e afastados de seus postos. Três dias após este incidente teve lugar uma manifestação pública de militares, congressistas e jornalistas, que reclamaram a volta de Deodoro à presidência, o que foi interpretado por Floriano Peixoto como uma afronta a seu governo.

Como resposta a tais investidas, o presidente decretou estado de sítio, suprimiu as garantias constitucionais e mandou efetuar várias prisões, dentre elas as dos jornalistas anteriormente mencionados.

Foi no interior deste contexto conturbado que Vasques publicou suas duas cartas, nas quais advogava a favor de Mallet e Patrocínio, que, à época, passaram a ser conhecidos como os “Degredados de Cucuí”. A situação em que ambos se encontravam sensibilizou-o sobretudo porque dentre os degredados estava José do Patrocínio, um amigo e companheiro de militância político seu de longa data.

Na primeira de suas cartas, a publicada em 30 de abril de 1892, Vasques defendeu o argumento de que a atitude tomada por Floriano Peixoto em relação aos dois jornalistas fora assaz severa, sem contar que incompreensível, já que o governo os punia

“Por serem republicanos! Parece incrível, porém, esta é a verdade. Que fizeram eles? Oposição a todo transe ao governo de V. Exa? Isto constituiria um crime? Não, por certo. O governo sem oposição não é um governo (...)
Imagine, agora, V. Exa. o que seria se a conspiração de 14 de novembro de 1889 tivesse falhado. Onde estariam todos aqueles que concorreram para a queda do Império? Banidos, desterrados ou...? Não! A grande alma do Império Brasileiro não guardava ódios nem vinganças: o perdão não se faria esperar! Aquele que morreu, fora de sua querida pátria, minado de saudades, amava a bandeira da paz (...)
*Quem escreve estas linhas é um monarquista da gema, e deve até parecer original vir ele em defesa de republicanos. Que quer V. Exa? O mundo é assim mesmo!”*²⁰

As palavras de Vasques emergem como um testemunho que evidencia como o advento da república assistiu ao embate entre opiniões e soluções políticas complementares ou antagônicas sobre o novo regime, e como os contemporâneos aventaram diferentes formas de conceber a organização da nação que se procurava constituir. Os grupos dominantes, que disputaram o poder a partir de 1889, tinham diferentes concepções sobre a república a ser implantada, e diferentes expectativas sobre seu destino político. Neste sentido, a situação de José do Patrocínio, um dos degredados de Cucuí, é particularmente elucidativa de quanto eram complexas e ambíguas as questões que estavam em confronto naquele contexto. Abolicionista e democrata, José do Patrocínio foi quem, na Câmara Municipal, deu a notícia de que a república fora proclamada, mas foi também um dos mentores da Guarda Negra, força paralela ao exército que tinha como objetivo proteger a monarquia, além de um dos responsáveis pela difusão do “Izabelismo”.

Toda esta diversidade, contudo, não contava com a tolerância de Floriano Peixoto, sendo para isto que Vasques chamava a atenção ao alertá-lo para o fato de que “governo sem oposição não é governo”, e ao compará-lo com Pedro II, a “grande alma do Império Brasileiro [que] não guardava ódios”. Ao assim se posicionar, Vasques acabava por explicitar a sua adesão a uma noção, que começara a ganhar corpo desde que os primeiros sinais de decepção com a república começaram a ser sentidos, noção esta construída pelos destituídos do poder que procuravam delinear uma certa imagem idealizada do império e do imperador. Nesta noção, não apenas a monarquia passava a ser vista como um regime em que supostamente reinaram os instintos pacíficos e conciliadores, assim como Pedro II ia cada vez mais sendo revestido de uma imagem de mártir, imagem que ele próprio contribuiu para alimentar uma vez que, desde que foi banido do Brasil, passou a viver de favores de amigos, alardeando uma simplicidade coerente com esta representação a que nos referimos.²¹

Na imagem construída por Vasques, todavia, a figura do imperador aparecia revestida de uma virtude adicional – a da tolerância à oposição –, sendo ela que o levava a não guardar “ódios nem vinganças”, mesmo após ser banido do Brasil com sua família. E era desta tolerância que Vasques fazia questão de demonstrar ser também um portador vindo a público advogar por dois republicanos, logo ele um “monarquista da gema”! Desta maneira, e na sua visão, como os tempos mudavam, e como “o mundo era assim mesmo”, era em nome da permanência de certos valores, que deveriam estar acima das paixões humanas, que Vasques convidada Floriano a agir.

A intolerância à oposição, contudo, não era o único pecado que Vasques reputava passível de crítica no governo republicano. Na sua segunda carta, Vasques argumentaria que uma outra fonte das tensões que estavam sendo vivenciadas no período era a precipitação dos republicanos, sendo ela, na sua visão, que “matara o 15 de novembro”. Tal precipitação fizera com que o novo regime desconsiderasse os caminhos da legalidade, muito embora tivesse sido a legalidade que conduzira os militares ao poder. Sendo assim, Vasques exortava o presidente a retomar o caminho do qual se afastara:

“O seu proceder correto de soldado como tem sido até hoje deve ter sentido o enorme peso da pena imposta aos desterrados que, se cometerem um desvario, não são por certo réus de alta traição! Eles estremeceram o nosso Brasil como verdadeiros patriotas. O dia 13 de maio foi o alicerce do edifício que hoje se chama república e os operários dessa obra, aqueles que mais trabalharam para isto, estão privados, longe do coração da pátria, de sentir o seu pulsar entusiástico neste grande dia.

*Vamos, general, ainda uma vez, um pouco de boa vontade.
O dia 13 de maio é a confraternização de todos os brasileiros (...)
Vinde! Liberdade! Igualdade! Fraternidade!”²²*

Mais uma vez Vasques comparava a república à monarquia, e ao associar as palavras de ordem da Revolução Francesa à data simbólica do 13 de maio de 1888 parecia sugerir que alguma coisa andava fora dos trilhos numa república que não garantia a liberdade dos seus cidadãos, enquanto o império fora capaz de dar liberdade a centenas de indivíduos mantidos em cativeiro. Nesta comparação, a república saía mais uma vez perdendo, ao passo que a imagem idealizada de um império supostamente garantidor de liberdades saía reforçada. E, ao elaborar tal movimento, Vasques só deixava a Floriano uma saída: promover os princípios pelos quais os “operários” da república haviam combatido, e um começo para isto seria a libertação dos Desterrados de Cucuí.

Como se vê, foram a defesa da legalidade e o respeito às diferenças políticas e partidárias as causas advogadas por Vasques na imprensa. Sua inserção nas questões que mobilizavam as atenções de diferentes setores da sociedade durante o governo florianista, não se restringiu, contudo, à publicação destas cartas. No dia 10 de junho de 1892, pouco mais de um mês após a publicação da segunda carta na *Cidade do Rio*, subiria ao palco do teatro Apolo, então empresariado por Jacinto Heller, uma cena cômica de autoria do Vasques, toda escrita em versos, a que deu o título **Legalidade e Ditadura**.²³

Na cena, Vasques procurou elaborar uma crítica mais abrangente ao governo republicano tomando como fonte de inspiração para a dramaturgia que produzia a política do *encilhamento*. Logo nos versos iniciais da referida cena cômica, este dramaturgo declarava, assim como já fizera em suas cartas, procurar dizer sempre a verdade, já que “ama[va] a legalidade e odia[va] a ditadura”, e “sapecava” as seguintes estrofes:

*“Um doutor em medicina
Que corre toda a cidade
Curando ricos e pobres...
Sim senhor! Legalidade!*

*Porém doutor que só trata
Dos que pagam a cura
Sem se importar com a pobreza...
Passa fora! É ditadura! (...)*

*Padre que dá bons conselhos
Respeitando a caridade,*

*Sempre bom e generoso...
Sim senhor! Legalidade!*

*Mas aqueles que das missas
Faz um comércio de usura,
Pedindo trinta mil réis,
Passa fora! É ditadura!”²⁴*

Creio não ser necessário repetir aqui, com maiores detalhes, uma história já bem conhecida da qual a peça do Vasques nos dá conta, que foi a da febre especulativa que acometeu os primeiros anos da república denominada pelos contemporâneos de *encilhamento*.²⁵ Se tal situação remontava, de certa forma, ao período monárquico, quando buscando aplacar os cafeicultores, sobretudo os fluminenses, bem como atender a uma demanda real de moeda para pagamento de salários, o governo imperial começou a emitir dinheiro de maneira desordenada, não se pode esquecer que tal medida foi levada às últimas conseqüências pela república nos primeiros anos da república.

Ao assumir o Ministério da Fazenda do governo provisório, Rui Barbosa baixou decretos visando o aumento da oferta da moeda e a criação de sociedades anônimas. Dentre as medidas por ele tomadas, a mais significativa foi a que atribuiu a alguns bancos a faculdade de emitir moeda. Com tais iniciativas, Rui Barbosa tinha em vista a expansão do crédito e a disseminação da noção de que a república seria uma espécie de “reino” dos negócios. Ao ser concedido o direito de emissão a vários bancos, permitiu-se que o Rio de Janeiro fosse inundado de dinheiro sem lastro, ao que se seguiu a febre especulativa. De tal forma a situação se agravou que, segundo José Murilo de Carvalho,

“(...) por dois anos, o novo regime pareceu uma autêntica república de banqueiros, onde a lei era enriquecer a todo o custo com o dinheiro da especulação.”²⁶

As conseqüências de tal política foram sentidas em diferentes setores. Em termos econômicos, a inflação generalizou-se e os preços dos produtos de consumo duplicaram. O aumento do custo de vida foi agravado pela imigração, que ampliou a oferta de mão-de-obra, acirrando disputas pelos empregos já escassos. No plano político, talvez a face mais visível do *encilhamento* tenha sido a das transformações e dos abalos sofridos pela capital federal, que se transformou em espaço de permanentes agitações para os fluminenses. Políticos republicanos e monarquistas, militares, pequenos proprietários, empregados e funcionários públicos envolveram-se em conspirações e planejaram golpes.

Mas os costumes e os valores também foram atingidos, sendo para esta questão que Vasques chamava a atenção em sua cena cômica, fazendo chegar aos espectadores uma imagem crítica daqueles novos tempos através da exposição de suas mazelas, transformando o palco em mais uma tribuna de denúncias. De acordo com sua visão, no clima de “salve-se quem puder” que se instaurara com a república, certos valores morais vinham sendo cada vez mais esquecidos, pois todos só se importavam em garantir sua fatia de vantagem na busca desenfreada do enriquecimento. Ou seja, jogando com as palavras “legalidade” e “ditadura”, e trazendo para o palco as dificuldades vivenciadas pela população pobre da cidade naquele contexto, Vasques mais uma vez condenava uma república que, independentemente desta realidade, preferia alardear a sua “benignidade” e seus “instintos pacíficos”

Seis dias após encenar esta cena cômica, Vasques subiria novamente ao tablado, desta feita para encenar o papel do Tribofe na revista de ano que recebeu este mesmo nome, escrita por Arthur Azevedo.²⁷ Nela, este dramaturgo transpôs para o palco a imagem de um Rio de Janeiro em pleno processo de modernização, acentuando muitos dos seus traços negativos, através de personagens que chegavam do interior, eram envolvidos nas armadilhas da cidade grande, perdiam-se física e moralmente para novamente se encontrar acabando por abandonar a cidade assustados. Ou seja, ao mesmo tempo em que as platéias participavam dos embróglis nos quais era envolvida esta família elas podiam ver, em retrospecto, os acontecimentos sociais, políticos, culturais e econômicos que, na visão do dramaturgo, haviam marcado aquele ano.

O Dr. Triboff, *compère* da revista, era um naturalista russo que, vindo ao Rio de Janeiro a convite de Frivolina, é por ela também convidado a se transformar e tomar “sucessivamente todas as fisionomias e personalidades do tribofe”.²⁸ Espécie de malandro, que procurava tirar vantagem de tudo sem qualquer escrúpulo, o Tribofe era capaz de dizer em alto e bom som:

“Ah, minha amiga, nesta boa terra os mandamentos da lei de Deus são como as posturas municipais...ninguém respeita!”²⁹

O título da peça, por sua vez, já sugeria a crítica nela embutida à prática que imperava naqueles anos na cidade: em tempos de especulação financeira desenfreada, reinavam como uma epidemia que assolava todas as classes e setores, o logro, o golpe, o tribofe.³⁰ Sobre o título da peça, a *Gazeta de Notícias* diria que

“Do nome do compadre, tirado da gíria do sport, foi por sua vez tirado o título da peça, e perfeitamente tirado, porque sintetiza a maioria dos

acontecimentos passados em revista. Tribofe na bolsa, tribofe nas finanças, tribofe na política, tribofe em tudo.” [grifos no original]³¹

A letra de um rondó, por fim, explicava logo no início do espetáculo o significado do termo “tribofe” a partir dos seguintes versos:

*“Sabichão que se estafe e se esbofe,
Desejoso de tudo saber, O novíssimo termo – tribofe –
Em nenhum dicionário há de ver.*

*Como gíria de esporte aplicá-lo
Tenho visto, e somente indicar
A corrida em que perde o cavalo
Que por força devia ganhar.*

*Mas a tudo se aplica a palavra,
Pois em tudo o tribofe se vê;
Qual moléstia epidêmica lavra,
E não há quem remédio lhe dê(...)*

*No comércio, nas letras, nas artes
Há tribofe, tribofe haverá,
Que tribofe por todas as partes
E por todas as classes há.”³²*

Na sua revista, Arthur Azevedo personificava os bancos, companhias e o câmbio, e o personagem interpretado por Vasques, justamente o do Tribofe, representava a nova atitude que vinha sendo assumida por alguns indivíduos na cidade. Como o papel do *compère* das revistas era sempre entregue ao principal ator da companhia, por representar um desafio que demandava um conhecimento pleno da maquinaria do palco e um talento particular para tornar-se o fio condutor da encenação, a escolha do nome do Vasques para este papel foi, certamente, fruto destas especificidades próprias da revista. Mas creio ser possível sugerir que ela preencheu a um outro requisito. Afinal, Aluizio de Azevedo, irmão do autor da revista, fora um dos destituídos pelo governo Floriano Peixoto do cargo público que exercia, e Arthur Azevedo fazia parte do grupo de literatos que atuava na imprensa e estava sendo o alvo preferencial das perseguições do presidente naquele contexto. Sendo assim, é possível sugerir que, ao abrir espaço para o Vasques atuar como protagonista desta revista, Arthur Azevedo lhe permitiu lançar mão de mais este espaço para

dar continuidade às suas críticas sobre alguns dos acontecimentos que vinham mobilizando a atenção da sociedade carioca naquele momento.

Vê-se, assim, que tanto a cena cômica do Vasques, quanto a revista de Arthur Azevedo, apesar de apresentarem opiniões filtradas pelos seus autores sobre a vida da cidade do Rio de Janeiro e seus habitantes, transformavam o palco em mais um espaço de denúncia e exposição de confrontos em torno de alguns temas. E tanto esta dimensão política do palco era percebida e reconhecida pelos espectadores que eles provocaram uma verdadeira “enchente” no dia da estréia d’O Tribofe. O *Diário do Rio de Janeiro*, dando conta da primeira encenação da revista na edição do dia 17 de junho de 1892, diria que “voltaram do [teatro] Apolo mais de duzentas pessoas que não puderam achar bilhetes” para o espetáculo inaugural.³³

3.

No dia 5 de agosto de 1892, após muitos pedidos negados, a anistia aos desterrados do Cucuí foi aprovada. Um ano depois, em 6 de outubro de 1893, estouraria a revolta da Armada, chefiada por Custódio de Mello, e nova perseguição seria feita à imprensa e aos jornalistas, dentre eles, Olavo Bilac, José do Patrocínio, Guimarães Passos e Pardal Mallet.

A maior parte destes jornalistas fugiria da capital temendo nova prisão. Antes disso ocorrer, nos primeiros dias da revolta, o jornal *Cidade do Rio*, tendo à frente Bilac, Mallet e Murat (já que Patrocínio se escondera na casa de seu sogro onde permaneceria por um bom tempo) publicou o manifesto custodista. A edição do jornal foi apreendida e suas atividades suspensas.

Nesta ocasião, Vasques já não mais engrossaria as fileiras de oposição ao governo republicano, pois viera a falecer no dia 12 de dezembro de 1892, quando estava em cartaz *O Tribofe*, sendo substituído no elenco pelo ator Correa. A notícia de sua morte provocou comoção na cidade. Além da manifestação pública de pesar que recebeu nas ruas do Rio de Janeiro pelas quais passou seu cortejo fúnebre, promovida por espectadores dos teatros, vários amigos de longa data também compareceram ao enterro. José do Patrocínio aproveitaria a ocasião para render uma homenagem emocionada ao amigo que o defendera num dos momentos mais difíceis de sua vida.³⁴

A atuação política de Vasques nos primeiros meses de 1892, de qualquer forma, é exemplar do fato de que militância política, laços de amizade e atividades jornalísticas e artísticas não eram excludentes, e representavam as múltiplas dimensões da vida de atores políticos que interagiam no interior de suas experiências nos difíceis anos iniciais da república.

Desapontados com a perseguição florianista, muitos homens de letras que inicialmente saudaram com entusiasmo o novo regime não demoraram a desistir da política militante, passando a se concentrar na literatura, abrindo mão do acalentado sonho de alinhar a “república da Política à república das Letras” na “missão” de conduzir o país pelos rumos do progresso.³⁵

Por outro lado, não demoraria muito para que fosse tomando corpo, entre as elites civis, um consenso de que os militares deveriam retornar às suas funções profissionais, e que fosse crescendo a convicção da inconveniência da sua intervenção na política. No dia 1 de maio de 1894 seria eleito um civil para a presidência da república – o paulista Prudente de Moraes. São Paulo, a principal oligarquia do país na época, ascendia ao poder, e o Partido Republicano Federal iria se consolidar como a principal força política do Brasil, embora o panorama republicano se mantivesse instável até que Campos Sales assumisse a presidência e assentasse as bases de um complexo, mas (a seu modo) eficiente equilíbrio político, que duraria até 1930.³⁶

Floriano Peixoto demonstrou sua contrariedade em relação à escolha do nome de Prudente de Moraes para a presidência não comparecendo à sua posse, que teve lugar no Palácio dos Arcos, nem à sua recepção no Palácio do Itamaraty, sede do governo. Segundo as crônicas da época, preferiu ficar em casa cuidando de suas rosas. Se Vasques estivesse vivo para assistir a isso talvez tivesse dito: “O mundo é assim mesmo!”

Notas

¹ *Cidade do Rio*, 30 de abril de 1892. Esta carta foi também publicada no *Jornal do Brasil* de 1 de maio de 1892.

² As cenas cômicas eram pequenos textos, escritos para um ou mais atores, em prosa ou em verso, que abordavam um determinado tema através do recurso da paródia ou da sátira, utilizando músicas de domínio público e abordando assuntos do cotidiano tendo sido as mesmas encenadas em palcos teatrais e picadeiros no Brasil do oitocentos. Grande parte das cenas cômicas do Vasques foi publicada em edições baratas vendidas ao preço módico de 500 réis durante toda a segunda metade do século XIX. Para que se tenha idéia deste valor é interessante observar que, na segunda metade do século, um feitor de escravos recebia 1\$280 a 1\$800 por dia, um carroceiro ganhava 1\$100 por dia e um pedreiro 1\$120. Ver para o assunto SOUZA, Sílvia Cristina Martins de, *As Noites do Ginásio: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868)*, Campinas, Unicamp, 2002.

³ Esta série de folhetins foi publicada, sem regularidade semanal, de 18 de outubro de 1883 a 17 de abril de 1884, na *Gazeta da Tarde*, jornal de propriedade de José do Patrocínio. Nela Vasques tratou de assuntos tão diversos quanto as representações de diferentes companhias teatrais, da campanha abolicionista, e “arriscou” escrever em outro gênero literário, o romance-folhetim.

⁴ APUD Lília M. Schwarcz, *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 495.

⁵ Para maiores informações sobre o assunto ver MALATIAN, Teresa, *Os Cruzados do Império*, São Paulo, Contexto, 1990 e JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco, *Os Subversivos da República*, São Paulo, Brasiliense, 1986.

⁶ Os monarquistas sofriam perseguições e eram vistos com desconfiança, notadamente os que aderiram ao novo regime e aceitaram jogar o jogo republicano. Neste sentido é exemplar a situação vivenciada por Carlos de Laet e José da Costa Azevedo que participaram das chapas republicanas, mas não tiveram seus diplomas reconhecidos pela Constituinte.

⁷ **Cidade do Rio**, 7 de maio de 1892. Em um artigo d'A *Semana*, de 24 de abril de 1892, Machado de Assis fez uma crítica à maré de mudanças que foi instituída com o advento da república, descrevendo com humor as transformações que o novo regime estava realizando, dentre elas a adoção de todo um vocabulário no qual a palavra “cidadão” passou a ser amplamente utilizada. Na sua crítica, Machado ironizava o fato mostrando que o termo “cidadão” passou a conviver sem problemas com os antigos títulos imperiais.

⁸ Pela Lei Saraiva, de 1881, o Império estreitou as exigências sobre o critério de propriedade e introduziu o da obrigatoriedade de saber ler e escrever. Tais exigências reduziram de 10% para 1% o número de eleitores qualificados e tornou praticamente impossível a incorporação dos libertos à cidadania.

⁹ Concorreram às candidaturas de Deodoro da Fonseca e Eduardo Wandenkolk, e à de Floriano Peixoto e Prudente de Moraes. Como os cargos de presidente e vice-presidente não estavam vinculados, saíram vencedores os candidatos mais votados das duas chapas.

¹⁰ Analisando o eleitorado do Rio de Janeiro nas primeiras eleições presidenciais (1894), José Murilo de Carvalho observou que somente 7% dos eleitores potenciais votaram. Essa situação manteve-se imutável até 1930. Ainda sobre a participação política no Rio de Janeiro, este mesmo autor observou: “Nossa república, passado o momento inicial de esperança de expansão democrática, consolidou-se sobre um mínimo de participação eleitoral, sobre a exclusão do envolvimento popular no governo”. Ver *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*, obra citada, p. 161.

¹¹ Ver para este assunto SEVCENKO, Nicolau, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, São Paulo, Brasiliense, 1995; NEEDEL, Jeffrey, *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993 e VENTURA, Roberto, *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991

¹² Ver, por exemplo, Sidney Chalhoub e Leonardo A. M. Pereira (orgs.), *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998; Margarida de Souza Neves (org.), *Seminário História e Crônica*, PUC, Rio de Janeiro, 2001 (mimeo); Antonio Candido, “A vida ao rés do chão” in *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, Campinas, Unicamp; Marcelo Balaban (org.) *Instantâneos do Rio de Janeiro: Bastos Tigre*, Campinas, Mercado das Letras, 2003; Ana Carolina Feracin da Silva, *Bilhetes Postais: Coelho Neto*, Campinas, Mercado das Letras, 2002; *Cadernos AEL*, ns. 16/17, *Literatura e Imprensa no século XIX*, Campinas, Unicamp, 2002

¹³ A expressão “canal de iniciação” foi utilizada por Machado de Assis no jornal *O Espelho* no dia 25 de setembro de 1859 em artigo no qual mencionava a existência do que considerava os três canais de iniciação e educação da sociedade – a tribuna, a imprensa e o palco –, sendo este último por ele considerado o mais eficaz dos três porque “na imprensa e na tribuna a verdade que se quer proclamar é discutida, analisada, e torcida nos cálculos da lógica; no teatro há um processo mais simples e mais ampliado; a verdade aparece nua, sem demonstração, nem análise. (...) É quase capital a diferença”. Sobre a expressão “escola de costumes” cabe observar que ela esteve presente em vários textos de crítica teatral do século XIX, crítica esta que operou com a noção de gêneros teatrais “superiores” e “inferiores”, “baixa” e “alta” dramaturgia ou ainda “teatro sério” e “teatro ligeiro”, consolidando uma vertente de critério de avaliação inspirada em padrões adotados da crítica teatral europeia. Dentro desta visão hierárquica excludente, os gêneros dramáticos

reputados “sérios”, tais como os dramas realistas, eram os que supostamente estariam voltados para o objetivo de educar e “civilizar” as platéias, transformando o palco em “escola de costumes”, enquanto os gêneros ditos “ligeiros”, tais como as cenas cômicas e as revistas de ano, estavam comprometidos unicamente com o divertimento das platéias não se revestiam de qualquer propósito moralizador mantendo-se, portanto, distantes da “verdadeira” arte. Ver para este assunto SOUZA, Silvia Cristina Martins de, *As Noites do Ginásio: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868)*, obra citada.

¹⁴ Baseio-me para tais considerações em Margarida de Souza Neves, que elaborou uma análise minuciosa sobre como a república proclamada em 1889 não foi apenas obra de um golpe militar resultante do descontentamento de setores do exército e fruto de questões militares, não esta que encontrou respaldo nas versões contemporâneas ao fato e, posteriormente, na historiografia. Ver desta autora “Os cenários da república. O Brasil na virada do século XIX para o século XX” in FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (orgs), *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, vol.1

¹⁵ Idem, p. 26

¹⁶ Idem, p.34

¹⁷ Ver para este assunto RESENDE, Maria Efigênia Lage, “O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico” in FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (orgs.), *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*, obra citada, p. 108.

¹⁸ Todas as informações referentes a este período baseiam-se em dois trabalhos clássicos de José Murilo de Carvalho sobre o tema, a saber, *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987 e *A Formação das Almas: o imaginário da república no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990 e ainda em SILVA, Ana Carolina Feracim da, “Entre a pena e espada . Literatura e política no governo de Floriano Peixoto: uma análise do jornal O Combate (1892)” in *Cadernos AEL*, v.9, n. 16/17, primeiro e segundo semestres de 2002 e NEVES, Margarida de Souza, “Os cenários da república. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”, obra citada

¹⁹ *Apud* SILVA, Ana Carolina Feracim da (org.), *Bilhetes Postais*. Coelho Neto, Campinas, Mercado das Letras, 2002, p.14

²⁰ *Cidade do Rio*, 1 de maio de 1892

²¹ Baseio-me para estas considerações em Lília M. Schwarcz, *As Barbas do Imperador*, obra citada.

²² *Cidade do Rio*, 7 de maio de 1892

²³ *Legalidade e Ditadura* foi escrita, encenada e publicada em agosto de 1892. Recebeu autorização da censura, em 20 de maio e o visto da Secretaria da Polícia da Capital federal em 24 de maio.

²⁴ *Apud* FERREIRA, Procópio, *O ator Vasques*, Rio de Janeiro, INL, 1979, p. 394

²⁵ O termo *encilhamento* é uma alusão ao encilhamento de cavalo antes da corrida e remetia-se, naquele contexto, ao intenso movimento de especulações com ações gerando a ilusão de negócios fabulosos.

²⁶ CARVALHO, José Murilo, *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*, obra citada, p. 20

²⁷ *O Tribofe*, uma revista de ano composta de 3 atos e 12 quadros, subiu à cena no teatro Apolo no dia 16 de junho de 1892, sendo musicada por Assis Pacheco. *O tribofe* foi uma gíria que se tornou popular no Rio de Janeiro e que servia para designar a trapaça de

fazer perder a corrida um cavalo tido como favorito. A revista de ano caracterizava-se por revisitar, de modo cômico e crítico, os fatos do ano anterior considerados mais relevantes pelo dramaturgo, e era sempre costurada por um fio condutor.

²⁸ *Apud* MENCARELLI, Fernando Antônio, *A Cena Aberta: a absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo*, Campinas, UNICAMP, 1999

²⁹ *Iem*, p.83

³⁰ Ver para este assunto CARVALHO, José Murilo de, *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*, obra citada.

³¹ *Gazeta de Notícias*, 18 de junho de 1892. O papel do compère, ou do compadre, na revista, era um misto e apresentador, comentarista, dançarino, cantor, bufão e contador de piadas, que fazia a ligação entre vários quadros.

³² *Apud* MARTINS, Antônio (org.), *Teatro de Arthur Azevedo*, Rio de Janeiro, INACEM, 1987, tomo IV

³³ Sobre o reconhecimento, pelos espectadores, deste caráter político da revista de ano ver MENCARELLI, Fernando Antônio, *A Cena Aberta: a absolvição de um bilontra e o teatro de Arthur Azevedo*, obra citada.

³⁴ Ver para este assunto a *Gazeta de Notícias* de 14 de dezembro de 1892.

³⁵ A expressão é tomada de empréstimo a José Murilo de Carvalho.

³⁶ Em abril de 1893 foi fundado o Partido Republicano Federal por iniciativa da bancada paulista no Congresso tendo à sua frente Francisco Glicério. Foi este partido que indicou Prudente de Moraes à sucessão de Floriano Peixoto.

Bibliografia

BALABAN, Marcelo (org.).2003.*Instantâneos do Rio de Janeiro: Bastos Tigre*. Campinas: Mercado das Letras

CADERNOS AEL. 2002. Literatura e Imprensa no século XIX. ns. 16/17. Campinas, : UNICAMP

CARVALHO, José Murilo de. 1990. *A Formação das Almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras

CARVALHO, José Murilo de. 1987. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras

CARVALHO, José Murilo de. 1998. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG

CARVALHO, Maria Alice Resende de (org.). 1995. *Os militares e a república*. Rio de Janeiro: Museu da República

CASTRO, Celso. 2000. *A proclamação da república*. Rio de Janeiro: Zahar

CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo A de M. (orgs). 1998. *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira

FERREIRA, Procópio,. 1979. *O ator Vasques* Rio de Janeiro: INL

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. 1986. *Os Subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense

MALATIAN, Teresa. 1990. *Os Cruzados do Império*. São Paulo: Contexto

MARTINS, Antônio (org.). 1987. *Teatro de Arthur Azevedo*. Rio de Janeiro: Inacem

NEEDEL, Jeffrey. 1993. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras

- NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da república. O Brasil na virada do século XIX para o século XX in FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (orgs.). 2003. **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- MENCARELLI, Fernando A. 2003. *A Voz e a Partitura: teatro musical e diversidade cultural no Rio de Janeiro (1868-1908)*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP/IFCH
- MENCARELLI, Fernando A. 1999. *A Cena Aberta: a absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo*. Campinas: UNICAMP
- NEVES, Margarida de Souza (org.). 2001. *Seminário História e Crônica*. Rio de Janeiro: PUC (mimeo)
- PALHARES BURKE, Maria de Lourdes. 1995. *The Spectator: o teatro das Luzes*. São Paulo: HUCITEC
- PENNA, Lincoln de A. 1997. *O Progresso da ordem*. Rio de Janeiro: Sette Letras.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de, O processo político da Primeira República e o liberalismo oligárquico in FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (orgs.). 2003. *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- SCHWARCZ, Lilia M. 1999. *As barbas do imperador*. São Paulo: Companhia das Letras
- SEVCENKO, Nicolau. 1995. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense.
- SILVA, Ana Carolina Feracín da(org). 2002. *Bilhetes postais. Coelho Neto*. Campinas: Mercado das Letras
- SOUZA, Silvia Cristina Martins de. 2002. *As noites do Ginásio: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868)*. Campinas: UNICAMP.
- VENTURA, Roberto. 1991. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras.

As cooperativas mineiras e o convênio de Taubaté: a primeira fase do plano mineiro de incentivo ao cooperativismo e valorização do café

Liliane Faria C. Pinto

Resumo

Esse artigo trata da primeira fase do plano mineiro de incentivo ao cooperativismo e valorização do café. Aborda a formação da crise cafeeira de 1906 e as soluções levantadas para resolver a questão da supersafra. Aponta as discussões historiográficas acerca da assinatura e aplicabilidade do Convênio de Taubaté para a viabilização da compra das sacas de café da superprodução produzidas em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. E, por fim, analisa as artimanhas políticas do governo de João Pinheiro e do grupo político conhecido como o Jardim da Infância para sustentar o apoio às cooperativas. O governo mineiro conseguiu que a presidência de Afonso Pena autorizasse o empréstimo a São Paulo, possibilitando a reversão da sobretaxa e, assim, o sustento do plano mineiro.

Palavras-chave

História, Primeira República, Cooperativismo.

Abstract

This paper deals with Minas Gerais' plan of cooperative promotion and coffee valuation. We discuss rise of the coffee crisis in 1906 and the solution found for the question of overhvest. We point out the historiographical discussions about the Taubaté Agreement, its applicability and its signature to the possibility of buying the bags coffee of the production surplus of Minas Gerais, Rio de Janeiro and São Paulo. We analyze the politics actions of João Pinheiro and the group known as "the kindergarten" to finance the support of cooperatives. The Minas Gerais government managed to make Afonso Pena authorize the loan to São Paulo, making possible overtax reversion, and thus, the support of Minas Gerais plan.

Keywords

History, First Republic, Cooperation.

Introdução

A constituição de cooperativas agropecuárias em Minas foi estimulada por um plano idealizado no Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas, em 1903, por João Pinheiro. Quando subiu ao poder em 1906, sancionou leis e decretos, juntamente com o governo Federal, para criar cooperativas entre os cafeicultores e valorizar o café mineiro que sofria com a supersafra. O plano foi dividido em duas etapas para facilitar sua análise. A primeira vai da eleição de João Pinheiro, em 1906, até 1911, ano em que foi modificada a legislação referente às cooperativas¹. E a segunda, de 1911, na

data do decreto nº 3252/1911, ao final do governo de Arthur Bernardes. O objetivo do plano era iniciar o cooperativismo no meio rural, principalmente, entre os cafeicultores, melhorar os tipos do café em Minas, modernizar a agricultura mineira, suprimir a ação do intermediário com a venda diretamente no exterior, garantir a venda do café da superprodução, e, por fim, diversificar os gêneros produzidos no Estado.

Nesse artigo discutiremos a primeira fase do plano mineiro de incentivo ao cooperativismo e valorização do café. E, para isso, abordaremos a formação da crise cafeeira de 1906, as discussões historiográficas acerca da assinatura e aplicabilidade do Convênio de Taubaté e as artimanhas políticas do governo de João Pinheiro e do grupo político conhecido como o Jardim da Infância². Analisaremos as leis sancionadas para a execução do plano e as cooperativas criadas, observando o momento em que foram constituídas e como elas funcionaram dentro da proposta governamental e a crise econômica que o país passava.

O convênio de Taubaté

A superprodução da safra cafeeira de 1906 foi o auge de uma crise que teve como principal elemento o crescimento nas plantações. A produção de café no Brasil começou no século XVIII, mas foi no século XIX que ela cresceu e se voltou para o mercado de exportação. Nesse período, os cafezais ficavam, em sua maioria, no Rio de Janeiro e Minas Gerais. A partir da década de 1870, as plantações começaram a se expandir para a região oeste de São Paulo, e, na última década do século XIX e na primeira do século XX, a produção paulista cresceu muito impulsionada pelos bons preços do produto, pela construção das ferrovias que auxiliavam no transporte das sacas e pelas terras férteis e o clima propício da região oeste do Estado de São Paulo³.

A produção de café, diferente de outras plantações, reage lentamente ao mercado, o que facilita a formação dessas grandes safras. A planta tem um ciclo de vida longo, de quatro a seis anos para frutificar, o que faz com que o produtor ao expandir as plantações esteja fazendo um investimento de alto risco. A floração e a colheita do cafeeiro são anuais e os gastos com a manutenção independem da produtividade do pé, que oscila de acordo com o clima. Boas condições climáticas, temperaturas amenas e índices pluviométricos ideais, freqüentemente, ocasionam excelentes safras, normalmente melhores que as safras dos anos anteriores. Quando isso acontece, os pés de café “enfraquecem” e as safras seguintes são bem menores, podendo melhorar em dois ou três anos com novas condições climáticas propícias⁴.

Diante das peculiaridades da cultura e da expansão das plantações devido aos bons preços do final do século XIX, os cafeicultores, sem condições de prever as variações do mercado, acabaram contribuindo para a grande safra de 1906. Em 1905, o clima bom intensificou a floração do grande número de cafezais e sinalizou a enorme safra do ano seguinte. “Preocupa-

dos, os líderes políticos do Estado (de São Paulo) apelaram ao governo federal e aos Estados vizinhos produtores de café para uma ação conjunta.”⁵ Dessa ação conjunta surgiu, então, o Convênio de Taubaté. Reuniram-se, no dia 25 de fevereiro de 1906, na cidade de Taubaté – SP, os presidentes dos três principais estados cafeicultores: José Tibiriçá de São Paulo, Francisco Sales de Minas Gerais e Nilo Peçanha do Rio de Janeiro. Assinaram um convênio que tinha como objetivo valorizar o café nacional. Nesse acordo previam um valor mínimo para o preço do produto em francos, a criação de uma bolsa do café, a cobrança de uma sobretaxa, a aquisição de um empréstimo para a compra da super safra, a veiculação de propagandas do café brasileiro no exterior e a criação de uma caixa de conversão⁶.

Thomas Holloway analisa o Convênio de Taubaté em sua obra “Vida e morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café”⁷. Para ele, o acordo assinado na cidade de Taubaté nunca foi cumprido e nenhuma de suas cláusulas foi colocada em prática⁸. Holloway denomina a adaptação feita das normas do Convênio e colocada em prática por São Paulo de “valorização do café”. Segundo ele,

*“A importância atribuída ao convênio de Taubaté por observadores mais recente, não é justificada. De fato, o acordo nunca teve força de lei, as medidas por ele planejadas, nunca foram tomadas e o projeto não foi executado. (...) O plano que foi realmente posto em prática tinha poucas semelhanças com o plano original.”*⁹

Holloway observa cada cláusula do Convênio, explica o que não foi colocado em prática e enfatiza que o esforço, inicialmente dos três estados cafeicultores e, mais tarde, do consórcio de São Paulo com investidores estrangeiros, não chegou a caracterizar uma valorização e sim, medidas para evitar a desvalorização dos preços do café que, com a superprodução, tendiam a cair. O autor levanta três questões em relação aos artigos do Convênio. A primeira refere-se ao preço mínimo estipulado para o café que era muito acima do valor médio dos oito anos anteriores. Enquanto o preço médio das sacas estava em trinta e oito francos, resolveram em Taubaté que ele deveria ser “de 55 a 65 francos em ouro, em moeda corrente do país, ao câmbio do dia, por saca de 60 quilos de café tipo 7 americano”¹⁰. Para o autor, essa proposta era irreal e refletia planos anteriores que buscavam a valorização do produto. A queda nos preços correspondia a uma redução dos lucros dos cafeicultores que não tinham como diminuir os gastos, por isso a necessidade de manter ou aumentar o preço de exportação. Na revisão do Convênio de Taubaté¹¹ o preço das sacas do café tipo 7 foi definido em 32 a 36 mil réis a saca e não mais em francos como havia sido previsto anteriormente.

Outra questão observada por Thomas Holloway foi a cláusula de criação de uma bolsa do café que definisse a escala dos tipos do grão produzido no Brasil. Como a qualidade era determinada pelos membros da bolsa do café de Nova York, os cafeicultores brasileiros não tinham idéia da qualidade da produção nacional em comparação com a de outros países. Essa falta de autonomia da cafeicultura brasileira ocasionava uma depreciação do café nacional em relação aos outros cafés porque, como os tipos inferiores eram mais baratos, a tendência dos compradores era desvalorizar a qualidade do produto para comprá-los por preços menores. Mas a bolsa brasileira do café, idealizada em Taubaté em 1906, foi fundada em Santos, apenas em 1914, e só veio a funcionar em 1917.

A terceira questão levantada por Holloway foi a da constituição de uma caixa de conversão. O artigo 8º do Convênio previa que o governo federal deveria criar uma caixa de conversão para fixar a taxa cambial do mil réis. Para dar suporte a essa caixa, o governo de São Paulo faria um empréstimo de 15 milhões de libras esterlinas que se garantiria pela sobretaxa de três francos por saca de café e pela solidariedade dos estados participantes do Convênio. Essa caixa de conversão regularia o câmbio que tenderia a absorver os lucros da valorização pela conversão monetária e a aumentar com a entrada de uma grande quantia de capital estrangeiro no mercado. O Convênio de Taubaté foi revisado em Belo Horizonte alguns meses depois e aprovado em julho de 1906, mas sem a caixa de conversão. Rodrigues Alves, presidente em exercício no momento da assinatura do Convênio, era contrário à intervenção estatal na economia e não se manifestou favorável à caixa de conversão e ao empréstimo que seria necessário para garantir a compra do café. A caixa de conversão só foi aprovada no governo de Afonso Pena em meados de 1907¹².

Para Holloway, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo não participaram conjuntamente do processo de valorização do café, apenas São Paulo se associou às empresas estrangeiras, constituindo o que ele chamou de “consórcio”, e comprou o café da super safra. Para ele, Minas Gerais e Rio de Janeiro só participaram das negociações do Convênio de Taubaté e de sua revisão, chegaram a estabelecer a sobretaxa de 3 francos por saca de café, mas reverteram o imposto para os cofres estaduais, ao invés de entregá-lo ao consórcio de compra do café. Segundo ele, a cafeicultura mineira e fluminense sofriam menos com a crise por causa do regime de parceria que dividia as perdas do fazendeiro com o trabalhador rural e isso diminuía o interesse dos dois estados na valorização do café.

Já Cláudia Maria Viscardi defende que os três estados participaram da valorização proporcionalmente ao atrelamento de suas economias aos impostos do café¹³. Segundo ela, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro

dependiam da exportação do café e teriam um percentual de mais de 60% do orçamento coberto pelo imposto de exportação¹⁴. Assim, a autora analisa a adesão dos três estados ao Convênio de Taubaté e observa a dependência das suas economias à cafeicultura. Em primeiro lugar estaria a economia paulista¹⁵, em segundo, a mineira e na terceira posição, a economia fluminense¹⁶. Segundo Viscardi, era esse atrelamento que mantinha a necessidade da melhora nos preços do produto e garantia a participação das três estados no Convênio.

“Defendemos a sub-hipótese de que a participação dos três estados pactuantes no Convênio esteve diretamente relacionada ao nível de envolvimento de cada um com a produção e a comercialização do café. Tal envolvimento diz respeito ao grau de importância que o café possuía para a economia desses estados, avaliada sobretudo, pelos níveis de dependência das receitas fiscais em relação ao produto.”¹⁷

Para ela, as economias de Minas Gerais e Rio de Janeiro sofreram muito com a crise e a insatisfação de fluminenses e mineiros com o Convênio, constatada pela historiografia, estava mais relacionada à demora dos resultados que à desaprovação do Convênio de Taubaté. Para a autora, ao contrário do que se costuma afirmar, as medidas do convênio eram proveitosas para os três estados, desde que adaptadas às condições das produções cafeeiras da cada um. E como as medidas foram reorganizadas posteriormente, elas se adaptaram à realidade econômica de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. E, em relação à sobretaxa, Viscardi considera que a permanência do imposto sobre as sacas de café representava a continuidade da participação no pacto assinado em Taubaté e, assim, conclui que Rio de Janeiro e Minas Gerais, ao manterem a sobretaxa, ainda participavam da valorização. Para ela, ao contrário de Holloway, o fato de estarem cobrando a sobretaxa já significava a manutenção do contrato assinado em Taubaté.

Cláudia Maria Viscardi, em sua obra **O teatro das oligarquias**, combate a historiografia tradicional que propõe uma aliança entre Minas e São Paulo na primeira república que, denominada de política do café com leite, significava um revezamento de presidentes mineiros e paulistas. Para ela, as disputas políticas da primeira república foram muito mais complexas que a alternância de mineiros e paulistas no poder. Para confirmar sua hipótese, explica como foi a sucessão do paulista Rodrigues Alves que culminou na eleição do presidente mineiro Afonso Pena. Para ela, os estados que formaram a coligação que elegeu Afonso Pena agregavam interesses muito distintos, mas que convergiam para um único ponto: a intenção de combater a hegemonia paulista presente no governo republicano até aquele momento.

A conclusão de Viscardi é que Minas Gerais se aliou a estados de menor grandeza, como Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul, para somar forças e derrotar politicamente São Paulo. Nessa tomada de poder, mineiros e fluminenses ficaram com a presidência e a vice-presidência, respectivamente, e puderam controlar o Executivo federal.

Viscardi analisa as discussões políticas em relação ao Convênio de Taubaté e o empréstimo. Afonso Pena¹⁸, num primeiro momento, não interferiu no empréstimo, deixando a cargo dos estados cafeicultores conveniados a decisão e a garantia da dívida. Segundo ela, essa postura de Pena indicava uma preocupação em relação à economia nacional que não deveria se responsabilizar e sustentar a produção cafeeira. Num segundo momento, Pena aceitou contrair o empréstimo desde que a compra do café beneficiasse os cafés de qualidade inferior produzidos em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Afonso Pena foi eleito pela coligação entre mineiros e fluminenses e sua candidatura foi apoiada pelos cafeicultores dos dois estados. Os paulistas perderam a disputa e dependiam da União para a continuidade da valorização. Diante disso, Afonso Pena condicionou o apoio federal à compra dos tipos inferiores de café. Para Cláudia Maria Viscardi essa manobra política sugeria o interesse dos cafeicultores mineiros e fluminenses no sucesso do plano e, mais especificamente, na expansão da compra dos tipos de café que produziam para que fossem beneficiados diretamente pela valorização.

Delfim Netto é outro autor que estuda o Convênio de Taubaté e define

*“Essencialmente, portanto, o projeto de valorização consistia no seguinte: seria fixado um preço mínimo de 32\$000 por saca para o café de tipo 7 (com um aumento proporcional para os tipos superiores), financiado por uma dívida externa de 15 milhões de libras esterlinas, que deveria ser paga por um imposto de 3 francos por saca de café exportado.”*¹⁹

A partir de sua definição, compreende que Minas Gerais e Rio de Janeiro não participaram da valorização do café porque não chegaram a cobrar a sobretaxa. Para ele, São Paulo seguiu sozinho no empreendimento de valorizar, e, mais tarde, pressionado pela necessidade do empréstimo do governo federal, foi obrigado a comprar os tipos inferiores de café característicos das produções mineiras e fluminenses. Netto direciona sua análise para a compreensão da caixa de conversão defendida pelos três estados na assinatura do Convênio. Segundo ele, o vínculo estabelecido no contrato assinado em Taubaté à necessidade da caixa de conversão “representa a origem do tratamento confuso de dois problemas”²⁰. Para ele, a taxa de câmbio, pertencente à esfera pública, se relaciona

com a produção cafeeira, própria da esfera privada, sob dois aspectos. Primeiro no aumento do preço do café que ocasionaria a elevação da taxa cambial e no segundo aspecto, na “aspiração nacional” em se estabilizar o câmbio.²¹ Assim, era interessante para os cafeicultores o câmbio estável e o café em alta porque representava maiores lucros na venda da produção. Segundo Netto, a questão do café era um problema de mercado e não do câmbio e desviar a crise de um produto para a redução da taxa cambial era transferir os rendimentos de um segmento econômico, os consumidores de produtos importados, para os cafeicultores. Era uma máscara ao real problema da economia que era a não diversificação e a dependência dos cofres públicos para com a cafeicultura²².

Os três autores atrelam a continuidade de Minas Gerais e Rio de Janeiro no Convênio de Taubaté à sobretaxa. Se para Delfim Netto o imposto não chegou a ser cobrado, para Holloway mesmo sendo cobrado o fato de não ter sido revertido ao consórcio de compra do café indicava a não participação de mineiros e fluminenses na valorização. Para Viscardi, apenas a cobrança da sobretaxa já indicava a continuidade no processo de valorização do café. Essa divergência entre os autores nos instigou a compreender como aconteceu a participação de Minas Gerais no Convênio de Taubaté. Acreditamos que Minas Gerais passou a cobrar a sobretaxa a partir do Decreto nº 1963 de 24/12/1906, mas que não chegou a reverter o imposto para o consórcio de compra do café. Ao analisarmos o texto de revisão do Convênio de Taubaté, observamos que no aditamento acordado em Belo Horizonte, em 04 de julho de 1906, os três estados condicionaram a reversão da sobretaxa para o “pagamento dos juros e amortização dos capitais necessários à execução deste convênio”²³ à necessidade das operações de crédito para a execução do convênio serem realizadas sem o endosso ou a fiança da União. Mas a partir do empréstimo federal que completava o dinheiro que São Paulo precisava para a valorização, o Rio de Janeiro e Minas Gerais não tinham mais a necessidade de reverter a sobretaxa para o consórcio da valorização.

Mais que isso, partindo da conclusão de Viscardi de que Minas Gerais e Rio de Janeiro eram aliados políticos contra São Paulo, do presidente naquele momento ser o mineiro Afonso Pena e da urgência que São Paulo tinha para o empréstimo, os cafeicultores mineiros e fluminenses foram os grandes vencedores da disputa política da sucessão de Rodrigues Alves. Minas Gerais e Rio de Janeiro não só conseguiram continuar na valorização pressionando o governo federal a dar o empréstimo para o estado de São Paulo, como impuseram a compra dos cafés de tipo inferior, característico da produção dos dois estados e, ainda, puderam reverter a sobretaxa diretamente para os produtores, utilizando o imposto cobrado na exportação

do café em projetos internos de diversificação da economia como o plano mineiro de valorização do café e incentivo ao cooperativismo.

As cooperativas

O plano sustentado pela reversão da sobretaxa de três francos sob as sacas de café exportado possibilitada a partir de intervenção federal do governo de Afonso Pena na valorização paulista tirou a necessidade de Minas e Rio reverterem a sobretaxa para o consórcio. E com essa arrecadação de impostos, Minas Gerais pode implementar o apoio às cooperativas. Essas sociedades se desenvolveram em Minas a partir do incentivo estadual e, para compreendê-las, é necessário conhecer a regulamentação das cooperativas proposta pelo Estado e a sua influência no desenvolvimento econômico e político dessas sociedades de cooperação.

As leis pertinentes às cooperativas exigiam inúmeras condutas para essas sociedades que implicavam no recebimento dos prêmios oferecidos pelo governo. As cooperativas deveriam cumprir os trâmites legais para serem aprovadas pelos órgãos fiscalizadores, no caso, os fiscais da Seção do Café²⁴, e receberem as quantias destinadas a elas. Os prêmios, por sua vez, eram um estímulo à remessa de café para a agência da Seção do Café e um apoio na compra de máquinas de rebeneficiamento do produto. As cooperativas constituídas, reunidas em federações municipais ou isoladas, remeteriam seus cafés para a agência mantida pelo governo no Rio de Janeiro. Esta agência venderia as sacas às casas importadoras no exterior, fazendo o trabalho que era executado pelos comissários e pelas casas exportadoras no porto do Rio e repassando a economia das comissões para o preço do produto pago aos cafeicultores. A agência não garantia a venda das sacas, mas a Seção do Café pagava 80% do valor do café adiantado para as cooperativas. O plano também estimulava o rebeneficiamento dos cafés e oferecia o dinheiro para a compra das máquinas e a construção dos armazéns. Nesse sentido, o plano mineiro de incentivo ao cooperativismo e valorização do café tinha como princípio a profissionalização dos agricultores, a industrialização da produção agrícola no Estado e, ainda, transformar os produtores agrícolas em cooperados.

O governo federal de Afonso Pena agiu concomitante ao governo estadual de Minas Gerais para a execução do plano mineiro de valorização do café e incentivo ao cooperativismo. Em 1906, a lei federal nº 1617 de 30/12/1906 que fixava a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1907 já previa o apoio às cooperativas. Nesta lei, o governo disponibilizou uma verba de “...até 1.000:000\$000, papel, para auxiliar as cooperativas de crédito agrícola”²⁵, havendo algumas condições para receber esses empréstimos. Cada cooperativa só poderia receber até

50:000\$, a não ser se fossem união, federação ou sindicatos agrícolas que poderiam receber até 200:000\$000. O prazo do empréstimo seria de 24 meses com juros de 5%. As cooperativas de crédito de responsabilidade pessoal, solidária e ilimitada teriam preferência. Aqui é importante ressaltar que o estado de Minas Gerais planejava divulgar o cooperativismo e estimular a cooperação. Mas como fruto de sua propaganda e incentivo, as cooperativas mineiras se constituíram de forma mista, ou seja, funcionavam como cooperativas de produção e crédito ao mesmo tempo porque constavam em seus estatutos os objetivos de revender os gêneros produzidos pelos associados e emprestar ou facilitar o empréstimo aos sócios.

Em 1907, o governo federal abriu ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas o crédito de 100:000\$ para auxiliar, por empréstimos, diversas sociedades cooperativas de crédito agrícola. Havia uma preocupação em se estimular a formação de sociedades de mutualismo e cooperação. Segundo a “exposição de motivos” do decreto, era “...vantagem estimular a iniciativa particular nessas instituições de mutualidade e cooperação, submeto a V. Ex. o decreto da abertura do crédito...”²⁶. O crédito foi disponibilizado pelo decreto federal nº 6663 de 26/09/1907 para as cooperativas de Ipojuca, Barreiros, Goyanna, Serinhãem e Rio Formoso em Pernambuco e Mirahy, em Minas Gerais. A intenção era

*“contribuir para a formação do crédito agrícola pessoal, favorecendo não somente a propaganda das cooperativas de crédito, como também auxiliando as tentativas da iniciativa particular, das que audaciosamente se aventurarem a sair dos moldes estreitos em que até agora tem permanecido os agricultores.”*²⁷

O Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas de Afonso Pena era Miguel Calmon. Ele participou da SNA²⁸ e escreveu diversos artigos sobre o cooperativismo e o desenvolvimento da economia agrícola. Na exposição de motivos do decreto federal nº 6663 de 26/09/1907, assinado por ele, podemos perceber certa semelhança entre os objetivos do decreto, das propagandas da SNA e do plano mineiro de incentivo ao cooperativismo. O decreto visava à mudança nas transações do crédito agrícola que era sustentado pelos comissários a partir do oferecimento de adiantamentos ao produtor e que mantinham a produção agrícola dependente de sua ação. A manutenção desse vínculo entre o comerciante e o financiamento da lavoura era um costume que o governo federal e estadual mineiro queriam eliminar. Assim, estimulando o agricultor a se organizar em sociedades cooperativas e a se desvincular do comissariado, o governo pretendia atualizar as relações econômicas rurais e imprimir no lavrador certa autonomia e controle de sua produção e finan-

ças. A legislação direcionava, então, o crédito agrícola para o desenvolvimento de uma agricultura moderna e lucrativa.

Miguel Calmon era um dos membros do Jardim da Infância de Afonso Pena. O Jardim da Infância era o agrupamento dos jovens políticos, sem a tradição dos republicanos históricos, que se encontravam para conversas sobre possíveis diretrizes para a política nacional e muitos deles foram nomeados por Afonso Pena para os ministérios. O Jardim da Infância não era um partido político. Era apenas um grupo de políticos e intelectuais que se reuniam periodicamente em torno de João Pinheiro e Carlos Peixoto²⁹. Este último, aliado de João Pinheiro e político da Zona da Mata mineira, foi indicado por Afonso Pena para ser o novo Presidente da Câmara³⁰. Segundo Viscardi, a nomeação de Peixoto era uma forma de Afonso Pena se aproximar de João Pinheiro e reorganizar sua sustentação política interna em Minas Gerais. Mas, se Peixoto e Pinheiro eram amigos, participavam do mesmo grupo político e comungavam dos mesmos ideais para o Brasil, é possível que a escolha do Presidente da Câmara tenha sido uma maneira não de aproximar-se de João Pinheiro, mas de levar adiante o plano traçado por eles para o país.

Nesse sentido, o papel de João Pinheiro da Silva foi decisivo na conduta dos membros do Jardim e é possível que ele realmente os reunisse em torno de suas idéias. Acreditamos que o ideal por trás desses políticos jovens tivesse o mesmo conteúdo das palavras de Pinheiro da Silva, em 1903, no Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas e do discurso da SNA: a crença na vocação agrícola nacional, no desenvolvimento de uma “agricultura industrializada” que produziria a matéria-prima para a futura indústria nacional e a preocupação com a educação do agricultor para os negócios, implementando no campo a idéia de que a atividade agrícola era técnica e deveria ser aplicada e vivida como tal. Após a morte de João Pinheiro, o Jardim da Infância se dividiu e, com a morte de Afonso Pena, o projeto de desenvolvimento da agricultura aliada à técnica e da grande vocação agrícola nacional passou às mãos da SNA que veiculou seus ideais no meio rural com todo afinho.

O Jardim da Infância foi muito criticado por todos os lados, oposição e situação, durante o governo de Afonso Pena, mas compunham um quadro político técnico e com objetivos muito precisos para o país, dentre eles o incentivo à fundação de cooperativas no meio rural. Com a eleição de Afonso Pena e João Pinheiro e a nomeação de muitos desses jovens para os ministérios, o grupo estava no poder. Ocupando posto do executivo federal e estadual de Minas, os idealistas do Jardim da Infância, sob a direção de João Pinheiro e Afonso Pena, almejando os ideais do desenvolvimento agrícola e técnico do Brasil, iniciaram as atividades necessárias para crescerem e expandirem a economia nacional. Diante disso, começaram a tomar medi-

das para viabilizar seus planos para o país. A partir daí, sancionaram leis e fomentaram políticas para construir um sistema legal que fundamentasse o plano de apoio ao cooperativismo e, aliado à propaganda, que assegurasse a continuidade da cooperação na agricultura nacional.

Viscardi afirma que, além dos políticos mineiros do Jardim da Infância, os antigos chefes políticos de Minas Gerais eram o outro grupo mineiro que apoiava o governo de Afonso Pena. O presidente Pena tinha também grande prestígio na Zona da Mata mineira, região de onde vinha o Presidente da Câmara e local onde se formaram as primeiras cooperativas do plano de incentivo ao cooperativismo. Os cafeicultores daquela região aceitaram bem o ideal cooperativista e fundaram diversas sociedades e federações cooperativas. Das cooperativas criadas no período, mais de 60% eram estabelecidas na Zona da Mata³¹, sendo as cidades Cataguazes, Leopoldina e Mirahy³² as que constituíram mais sociedades de cooperação. Essa adesão pode ser observada sob dois aspectos: a aprovação e confiança das lideranças locais à política de Afonso Pena e João Pinheiro e o conhecimento prévio das medidas do plano. Nesse último caso, a adesão ao cooperativismo poderia ser apenas uma maneira de receber os benefícios que seriam oferecidos.

Nesse sentido, no governo de Afonso Pena, os políticos do Jardim da Infância tentaram empreender os ideais elaborados anos antes por João Pinheiro. Diante das condições econômicas que recebeu o governo mineiro³³, o episódio do Convênio de Taubaté e a crise cafeeira foram aproveitados por João Pinheiro e Alfredo Backer, presidente do Rio de Janeiro. Segundo Viscardi, Backer havia se aproximado de João Pinheiro e do Jardim da Infância e apoiava a cobrança da sobretaxa. A sobretaxa seria o imposto que viabilizaria o financiamento do projeto de constituição de cooperativas no campo e diversificação da economia. E a crise do café que enfraquecia os cafeicultores proporcionaria um meio do governo interferir nas finanças dos produtores de café e inserir em suas atividades econômicas o cooperativismo. Esses idealizadores e propagandistas do cooperativismo acreditavam que um pequeno contato com a doutrina cooperativa faria desses agricultores grandes cooperadores e isso facilitaria o sucesso do plano.

Assim, dando continuidade às ações em prol do cooperativismo, já em janeiro de 1907, o presidente Afonso Pena sancionou o decreto federal nº 1637 de 05/01/1907. Ele autorizava a criação de sindicatos para os diversos profissionais, inclusive as profissões liberais e sociedades cooperativas. No capítulo I, o decreto tratava dos sindicatos e o capítulo II era reservado às cooperativas que poderiam ser sociedades anônimas, em nome coletivo ou em comandita e se regeriam pelas leis próprias de cada uma das modalidades de sociedade comercial, a não ser pelas especificações do decreto em

questão. As sociedades cooperativas teriam variabilidade do capital social, número de sócios ilimitado e a proibição de venda das quotas a não sócios. Elas durariam no máximo 30 anos e, em seus estatutos, deveriam conter as determinações da sociedade, mas se em seu ato constitutivo não constasse essas escolhas dos sócios, ficaria determinado pelo decreto que cada associado teria apenas um voto, independente do número de ações, a sociedade duraria 10 anos, os lucros e perdas seriam divididos 45% em partes iguais, 45% proporcionais às quotas e 10% para o fundo de reserva e os sócios seriam solidários. O artigo 16 do decreto exigia, para a validação do funcionamento da sociedade cooperativa, o depósito dos estatutos, atas de instalação e listas nominativas dos sócios na Junta Comercial do Estado.

Foi essa lei que fundamentou a constituição de todas as cooperativas do plano mineiro. Apesar de contemplar também os sindicatos profissionais e não estabelecer as cooperativas como uma forma jurídica específica, essa legislação foi a primeira lei nacional que versou sobre o cooperativismo no país. Muitas vezes é desprezada pela literatura jurídica cooperativista exatamente porque não percebeu a cooperativa como uma sociedade específica, nem ressaltou sua especificidade de sociedade de pessoas. Ao esclarecer o caráter legal particular de uma sociedade cooperativa, o Legislativo brasileiro estaria exaltando a cooperação como um instrumento jurídico. Por outro lado, como o Direito Brasileiro é estabelecido a partir de códigos e leis e não a partir do costume, essa regulamentação do cooperativismo acabaria por delimitar o conceito de cooperativa e excluir todas as sociedades de cooperação que não se formassem sob os auspícios da lei. A regimentação do cooperativismo eliminaria da legalidade todas as sociedades de cooperação que não se organizassem segundo as determinações legais, mas garantia os direitos daqueles que participassem das cooperativas conceitualmente legalizadas pelo Estado³⁴.

A principal lei estadual mineira sobre as cooperativas no período foi a lei nº 454 de 06/09/1907 que concedia, entre outras providências, prêmios às cooperativas. Era uma lei do governo João Pinheiro e estabelecia os valores e condições dos prêmios no artigo 4º.

Art. 4º. Às cooperativas agrícolas de responsabilidade ilimitada que se formarem nos municípios para a propaganda do café no estrangeiro, serão concedidos os seguintes favores:

1. Prêmios de até 25:000\$000 – às cooperativas que montarem e mantiverem maquinismos para o rebeneficiamento do café. O critério para a concessão será o tipo mais ou menos aperfeiçoado que for obtido, pago o prêmio na proporção da qualidade e quantidade do café preparado.

- II. *Subvenção anual de 6:000\$000, por município, a cada cooperativa para criação e manutenção, no estrangeiro, de agentes comerciais prepostos ao serviço da propaganda comercial do café.*
- III. *Prêmios consistentes em dois e meio por cento do valor do café que houver sido por elas vendido ao consumidor ou a retalhista dessa mercadoria no estrangeiro, servindo de base àquele valor a média da pauta oficial vigente, nos três meses anteriores ao da venda.*
- IV. *Prêmio de 1\$000, por arroba de café torrado, que por intermédio das mesmas cooperativas, for vendido no estrangeiro.*
- V. *Isenção de todos os impostos estaduais devidos pela constituição de sociedades dessa natureza.*³⁵

Esses prêmios eram maiores para as cooperativas que mantivessem máquinas de rebeneficiamento do café e melhores cafés. O processo de rebeneficiamento consistia na colocação do café em coco nas máquinas Kaack que poliam e lustravam o grão para dar a ele um aspecto melhor e garantir a impressão de um tipo superior. A melhora do café fazia parte do plano mineiro e do primeiro acordo assinado em Taubaté que tentava proibir a exportação do café de tipo inferior ao sete. E a preocupação com o rebeneficiamento do café mineiro estava na necessidade de melhorar os tipos do produto no estado que, normalmente, ficavam entre o sete e o nove.

A lei premiava, também, aquelas cooperativas que mantivessem agentes comerciais no exterior, o que representava uma modernização nas relações de venda do café e a eliminação do intermediário. A outra premiação que podemos ressaltar é a direcionada às arrobas de café torrado. O café era sempre vendido verde porque assim sua durabilidade era maior. O incentivo à organização de torrefadoras no estado vinculava-se ao ideal de desenvolvimento de indústrias nacionais que utilizassem matéria-prima produzida no país. Mas os importadores do café nacional, muitas vezes torrefadoras, não queriam o produto torrado e esse estímulo não deve ter alcançado muitos frutos. Até hoje, ainda é difícil a exportação do café torrado no Brasil, apesar do incentivo de sindicatos e órgãos especializados na exportação do produto.³⁶

A lei também previa a isenção dos impostos estaduais, mas, em contrapartida, reafirmava a sobretaxa de três francos por saca de café exportado. No artigo 7º, o legislador explicou como o Estado de Minas faria para arcar com as despesas criadas pela lei nº 454/1907.

*Art. 7º: A despesa com os serviços criados por esta lei será feita com o produto da sobretaxa de três francos por saca de café exportado, mantida sua cobrança enquanto perdurar a crise desse gênero e desatinada ela apenas ao custeio desses serviços e do crédito agrícola.*³⁷

A sobretaxa de três francos por saca de café era cobrada na exportação do produto no porto do Rio de Janeiro. Era um ônus ao preço do café que, segundo declarou o comissário Eduardo Araújo, em carta a João Pinheiro, em 08/07/1907, era desumano para com o lavrador porque, como o Convênio de Taubaté já não estava em vigor, era o agricultor quem pagava o imposto. Realmente, em todo o período da crise do café, os produtores foram muito onerados para garantirem os planos elaborados pelos governos estaduais para a melhora do preço do produto. Segundo Cícero Ferreira, chefe da Seção do Café, a sobretaxa e o incentivo às cooperativas faziam parte do plano mineiro de valorização do café. O presidente da Câmara Municipal e do Sindicato Agrícola da cidade de Cataguazes, o coronel Joaquim Gomes de Araújo Porto, também em carta ao presidente do Estado, João Pinheiro, protestou contra a sobretaxa do café e a forma de pagamento do imposto. Segundo o Coronel, a sobretaxa era cobrada quando as sacas eram vendidas ao exportador, mais tarde, isso se modificou e o imposto passou a ser pago com a chegada da mercadoria no porto, o que obrigava o vendedor a aceitar qualquer preço pelo café para garantir o pagamento da devida taxa³⁸.

No Relatório de Presidente de Estado de 1907, João Pinheiro especifica que continuava participando do Convênio e que diante do contrato de cobrar a sobretaxa, reverteria o imposto todo para os produtores. No ano seguinte, o presidente de Minas esclarecia que o Convênio de Taubaté continuava em vigor, e, somado às medidas da valorização, Minas Gerais acrescentava a propaganda para aumentar o consumo de café. E salientava que a sobretaxa cobrada seria revertida ao cafeicultor nos prêmios pagos às cooperativas.

"Encontrando este problema como objeto de solene contrato entre três Estados, produzindo obrigações recíprocas e já em fase de execução plena, a administração atual atendeu, como lhe cumpria, às injunções que a situação dos fatos impunha.

Do Convênio de Taubaté, ao lado das medidas de valorização, também decorriam as da propaganda para se alargar o consumo da mercadoria.

Tendo o governo de Minas, dada a situação do problema, de cobrar a sobretaxa, afirmou, desde o princípio, que a faria reverter inteira aos produtores, afirmação que ainda mantém integral. (...) E, assim, o dinheiro voltar-lhes-á às mãos, auxiliando-os a se reunirem em cooperativas; dando-lhes o governo as máquinas de rebeneficiamento, sob a forma de prêmios; estabelecendo por conta própria armazéns de depósitos nos portos de exportação e de importação, criando nos de exportação, o crédito bancário para descontos; subvencionando, na Europa, representantes idôneos das coope-

rativas, que lhes coloquem os produtos; conferindo prêmios em dinheiro para o café colocado cru, prêmios que serão maiores para os estabelecimentos de torrefação, onde estes não existem^{3.º9}

Ao vincular o recebimento da reversão da sobretaxa aos trabalhos das cooperativas, o governo mineiro pressionava os produtores a se filiarem a essas sociedades. Os cafeicultores que não participassem de alguma cooperativa teriam, assim como afirmou o Coronel cataguasense, que vender o café para pagar a taxa e, ainda, não seriam contemplados com os adiantamentos e prêmios. Já os produtores cooperados, ao entregar as sacas na agência da Seção do Café, receberiam 80% do valor dos cafés como adiantamento, independentemente da venda realizada, além dos prêmios pelas sacas vendidas.

A execução da lei estadual nº 454 de 06/09/1907 foi regulamentada pelo decreto estadual nº 2180 de 04/01/1908. O decreto do governo João Pinheiro regulava os procedimentos das cooperativas que receberiam os prêmios e favores concedidos pelo governo mineiro. As cooperativas precisariam ser de responsabilidade pessoal, solidária e ilimitada, ter sede em município com produção superior a 100.000 arrobas de café ao ano, ter como objetivo principal o beneficiamento e venda do café e se submeterem à fiscalização do governo estadual. Só seriam pagos os prêmios a uma cooperativa por município, estimulando, assim, a formação das federações. Para o governo mineiro, reunir as pequenas cooperativas em centrais e federações auxiliaria o controle sobre os benefícios oferecidos aos cafeicultores e, ainda, possibilitaria o acúmulo de cafés de diversas fazendas e proporcionaria a separação dos tipos segundo os moldes feitos pelos comissários.

Reafirmando a necessidade do rebeneficiamento para a melhora da qualidade do café produzido no estado e a venda direta do café sem o intermédio do comissário, o decreto oferecia prêmios de até 25:000\$ àque-las cooperativas que mantivessem máquinas para rebeneficiamento do café. O prêmio referente à posse das máquinas poderia ser entregue adiantado para que se rebeneficiasse o café, melhorando sua qualidade para tipos superiores ao sete. Para isso, o governo levaria em conta a qualidade e a quantidade do café beneficiado e contaria os valores segundo os tipos do café: cafés tipo 6 a 4, 300 réis por arroba e 400 réis pelo beneficiamento dos cafés tipo 1 a 3. O governo financiava a compra das máquinas utilizadas que eram importadas da Alemanha da companhia Paul Kaack & Co. A Seção do Café disponibilizou um exemplar desse maquinário para as cooperativas que quisessem rebeneficiar seus cafés na sede da Seção em Belo Horizonte. Segundo o relatório do órgão, algumas cooperativas levaram os grãos para serem reprocessados pelo governo. Por outro lado, é possível que as distâncias e os gastos com o transporte impediram os cafeicultores

de utilizar com tanto entusiasmo a máquina cedida pela Seção. Pelo menos outras duas cooperativas adquiriram as rebeneficiadoras e implementaram a melhora dos tipos para alcançarem preços mais altos.

O decreto estadual nº 2180 de 04/01/1908 previa também o auxílio financeiro de até 6:000 àquelas sociedades cooperativas que mantivessem agentes comerciais no exterior. O governo também estabeleceu, além da isenção do imposto estadual, prêmios de 2,5% do valor do café por elas vendido para o consumidor ou retalhista no exterior e 1:000\$ por arroba de café torrado, por elas ou por outrem, que for vendido no exterior, sendo necessária a confirmação da venda. O pagamento adiantado para as cooperativas que montassem casas para a venda do café no exterior poderia ser de apenas 10:000\$ e em duas prestações de 5:000\$. Os empréstimos às cooperativas poderiam ser feitos até 25% do valor de seus bens. A eliminação do intermediário na venda do café era um dos objetivos essenciais do plano. Significava, juntamente com o desligamento do crédito agrícola em relação ao comissariado, o ingresso dos agricultores no mercado de venda dos gêneros produzidos por eles mesmos e, assim, a profissionalização da atividade e seu desenvolvimento e o crescimento na economia. O plano mineiro visava o doutrinamento dos lavradores no cooperativismo e nas práticas comerciais que sustentariam a atividade agrícola

E, para executar esse regulamento e fiscalizar os trabalhos das cooperativas, foi criada a Seção do Café que tinha seu funcionamento estabelecido por este decreto. O decreto acentuava que as despesas estabelecidas pela lei estadual nº 454 seriam feitas com o produto da sobretaxa de três francos por saca de café. Os funcionários da Seção do Café receberiam: o Fiscal geral do serviço do café receberia por ano 9:000\$000; o chefe da Seção do café, 8:000\$000; o auxiliar, 5:000\$000; o escriturário, 2:200\$000; o agente no Brasil, 6:000\$000 e o agente no exterior, 12:000\$000; os propagandistas no Estado 3:600\$000 e o servente 960\$000. A legislação criava a Seção do Café como um suporte fiscalizador e doutrinador do cumprimento das exigências legais para a formação de cooperativas e, ainda, para a certeza da divulgação e compreensão entre os agricultores da idéia de cooperação no campo. Para isso, os funcionários do órgão viajavam por toda a região onde se formaram as cooperativas com o intuito de explicar os procedimentos que deveriam ser adotados pelos diretores para a premiação e os preceitos da doutrina cooperativista. Era a partir da ação desses homens que o plano poderia obter algum sucesso porque, se os princípios do cooperativismo não fossem esmiuçados, o esforço governamental para a adesão dos agricultores à doutrina, e, a partir dela, o ingresso deles no comércio do café seria em vão. Assim que os lavradores se encontrassem integrados e cientes dos mecanismos do mercado cafeeiro, o estado

implementaria o segundo passo do plano e deixaria de atuar sobre as sociedades cooperativas. Ao se desvencilhar das sociedades, o estado pressupunha a independência dos agricultores e o sucesso do plano. Para o governo mineiro, estava implícita no plano a adequação do homem do campo aos processos econômicos modernos.

O plano mineiro de valorização do café foi indiretamente auxiliado pelas compras das sacas realizadas por São Paulo e o consórcio que impediram uma grande queda no preço do café. O governo mineiro para implementar sua valorização “doméstica” estabeleceu as medidas que indicavam quatro elementos principais: a preocupação em estimular a iniciativa privada a empreender a partir da cooperação, a supressão dos intermediários a partir da colocação do café nos armazéns no exterior, a reversão da sobretaxa para os cafeicultores associados em cooperativas e a adoção de técnicas para a melhora artificial do tipo do café mineiro com o objetivo de aumentar o preço do produto e facilitar a venda. A soma das duas valorizações garantiu a estabilidade da economia mineira durante a crise do café e abriram a oportunidade para o desatrelamento da economia mineira à cafeicultura a partir da diversificação.

A legislação sancionada no período do governo de João Pinheiro e de Afonso Pena reproduziu, então, os passos do plano de valorização do café e de incentivo à formação de cooperativas. As medidas que direcionavam os cafeicultores para os objetivos estruturados pelo ideal de João Pinheiro foram implementadas e os decretos estabeleceram uma série de comportamentos entre as partes envolvidas no mercado cafeeiro, mas proporcionaram brechas na conduta dos cooperados e das cooperativas que não representavam o interesse do Estado.

Considerações finais

Enfim, a idealização de João Pinheiro proposta no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas, em 1903 foi colocada em prática na valorização do café mineiro. A crise do café abalou a economia mineira que dependia cerca de 60% de suas finanças de impostos vindos da cafeicultura. A assinatura do Convênio de Taubaté e sua revisão foram contingenciais para o objetivo de João Pinheiro, que, no momento da assinatura ainda não era presidente do Estado. A manutenção da sobretaxa, cláusula necessária ao Convênio, iria pesar sobre o cafeicultor mineiro que teria dificuldades em receber os louros da valorização empreendida por São Paulo por causa da qualidade inferior do café. Assim, a eleição de Afonso Pena, a presença do Jardim da Infância no poder e a pressão política feita por Minas Gerais e Rio de Janeiro para a viabilização do empréstimo ao Estado de São Paulo foram essenciais para a execução

da valorização mineira. A partir da liberação da reversão da sobretaxa prevista nos aditamentos da revisão do Convênio, Minas pode utilizar o imposto cobrado na exportação para financiar o projeto idealizado pelos políticos do Jardim da Infância, a política econômica mineira de incentivo ao cooperativismo e, por consequência, de valorização do café. Nesse sentido, as legislações estaduais e federais construíram a base legal da formação de cooperativas e do oferecimento de prêmios aos cooperados que atuassem no mercado como conduzia as normas do plano mineiro. E, com o fundamento legal estabelecido, a crença na cooperação como um sentimento superior e no sucesso das cooperativas, estava dado o passo inicial dos ideais de João Pinheiro para a construção de uma economia agrícola forte que era a verdadeira vocação nacional.

Com a morte de João Pinheiro da Silva, em outubro de 1908, as propostas elaboradas por ele continuaram a ser cumpridas pelos funcionários estaduais, a Seção do Café manteve suas visitas às cooperativas e os armazéns no Rio e na Antuérpia continuaram funcionando e recebendo as sacas de café das sociedades cooperativas mineiras. O vice-presidente do Estado de Minas, Bueno Brandão, só assumiu o governo dois dias depois da morte de Pinheiro da Silva e, mesmo após a posse, demorou a liberar os empréstimos e adiantamentos que já haviam sido prometidos pelo governo anterior. Essa morosidade nas ações do novo governo, justificada pela familiarização com o cargo, incomodou alguns cafeicultores que protestaram nos jornais contra o descaso de Brandão⁴⁰. Em 1910, a Seção do Café elaborou um relatório que explicava todas as etapas já realizadas do plano de incentivo ao cooperativismo e valorização do café até aquele momento. Com o processo de formação de cooperativas, a valorização do café e o andamento da educação dos lavradores, faltava apenas a diversificação da economia mineira para complementar o ideal de João Pinheiro. Assim, em 1911, Bueno Brandão, governador eleito em 1910, sancionou o decreto estadual nº 3252 de 01/07/1911, que revisava o plano e fazia nova menção às cooperativas. Ele aprovava o regulamento que reorganizava o serviço de constituição de cooperativas agrícolas e determinava os favores que lhes poderiam ser concedidos. A diferença principal deste decreto para o decreto estadual nº 2180 de 04/01/1908 era a divisão das cooperativas segundo a sua produção. Nessa revisão legal do plano de incentivo à formação de cooperativas, o governo mineiro estimulou a diversificação da economia e a organização de cooperativas de outros gêneros. Encorajou por meio de prêmios o beneficiamento dessas mercadorias e associou as novas produções à industrialização e ao crescimento moderno da economia agrícola mineira.

Notas

¹ MINAS GERAIS. Decreto nº 3252 de 01 de julho de 1911. Aprova o regulamento que reorganiza o serviço de constituição das cooperativas agrícolas e determina quais os favores que lhes podem ser concedido. Palácio da Presidência do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. 22 jul. 1911.

² Esses jovens pertenciam ao chamado Jardim da Infância, denominado assim pelos políticos opositores que criticavam a juventude dos participantes do grupo. Alguns nomes dos participantes desse grupo eram: João Pinheiro, Carlos Peixoto, Barbosa Lima, Enéas Martins, Anízio de Abreu, James Darcy, Luiz Domingues, Francisco Sá, Eloy de Souza, Pereira Reis, João Vieira, Esmeraldino Bandeira, Estácio Coimbra, Artur Orlando, Medeiros e Albuquerque, Augusto de Freitas, Eduardo Ramos, Melo Matos, Irineu Machado, Érico Coelho, Belizário de Souza, Estevão Lobo, Brício Filho, Euclides da Cunha, Gastão da Cunha, João Luís Alves, Calógeras, David Campista, Germano Hasslocher, Afrânio Peixoto, Miguel Calmon, Júlio de Castilhos e Pedro Velho. RIBEIRO, Leonídio. “O Jardim da Infância e Afrânio Peixoto”. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, vol. 208, p. 93-110, 1950

³ Sobre o café: BAPTISTA FILHO, Olavo. *A fazenda de café em São Paulo*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1952; HUNNICUTT, Benjamim H. *Produção Agrícola no Brasil*. Rio de Janeiro: SNA, 1925; LIMA, João Heraldo. *Café e indústria em MG (1870-1920)*. Petrópolis: Vozes, 1981; MERGULHÃO, Beneticto. *Santa inquisição do café*. [Rio de Janeiro]: Irmãos Pongetti, 1940; MINAS GERAIS. *Minas e o Bicentenário do cafeeiro no Brasil, 1727-1927*. Contribuição da Secretaria da Agricultura do Estado de MG. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929. MOTA SOBRINHO, Alves. *A civilização do café (1820-1920)*. 2.ed./rev São Paulo: Brasiliense, [19-]; RAMOS, Augusto. *O café no Brasil e no estrangeiro*. Rio de Janeiro: Pop. Santa Helena, 1923; SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1978; TAUNAY, Afonso de E. *História do café no Brasil, no Brasil colonial, 1727-1822*. Rio de Janeiro: Dep. Nacional do Café, 1939, tomo II, p. 379-396.

⁴ HOLLOWAY, Thomas. *Vida e morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

⁵ HOLLOWAY, op. cit., 1978, p. 13-14. (Parênteses nossos)

⁶ CARONE, Edgard. *A primeira República (1889-1930): texto e contexto*. 2a ed. amp., São Paulo: Difusão Européia do Livro, [s. d.].

⁷ HOLLOWAY, op. cit., 1978.

⁸ Idem, p. 61.

⁹ Idem, p. 61.

¹⁰ Artigo 1º do Convênio de Taubaté. CARONE, op. cit., [s. d.].

¹¹ Ao contrário de Holloway, entendemos que o “Convênio de Taubaté” continuou a partir da sua revisão que Holloway chamou de valorização do café. Segundo Afonso Arinos, essa revisão do convênio aconteceu em Belo Horizonte algum tempo depois do encontro em Taubaté. É esse reajuste nas cláusulas do convênio que entendemos como uma revisão do acordo assinado em Taubaté.

¹² Sobre a caixa de conversão e o câmbio ver: COSTA, Afonso. *A caixa de conversão e a taxa cambial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

¹³ VISCARDI, Cláudia Maria. “Minas Gerais no Convênio de Taubaté: uma abordagem diferenciada”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA DA ABPHE, 3., Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ABPHE, 1999. Disponível em: <<http://econpapers.repec.org/paper/abphe1999/032.htm>> Acesso em: 20 nov. 2004, 15:00; BRAGA, Cincinato.

Idéias econômicas de Cincinato Braga. Cronolog, introd., notas bibliográficas e textos selecionados por Elias Thomé Saliba. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1983.

¹⁴ De 1889 a 1906, 68% do orçamento paulista era dado pelo imposto de exportação, em Minas Gerais esse valor era de 62% e no Rio de Janeiro, 61%. VISCARDI, Cláudia Maria. *O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2001, p. 132.

¹⁵ Sobre a estrutura tributária da economia paulista ver: NOZOE, Nelson Hideiki. *São Paulo: economia cafeeira e urbanização*. São Paulo: IPE/USP, 1984.

¹⁶ Sobre a economia fluminense ver: FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da idade do ouro: as elites políticas fluminenses na primeira república (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed da UFRJ, 1994.

¹⁷ VISCARDI, op. cit., 2001, p. 124.

¹⁸ Afonso Pena era mineiro da Zona da Mata. Foi presidente de Minas e, mais tarde, presidente da república (1906-1909). Faleceu antes de completar o mandato em 1909. Participou da Sociedade Cooperativa dos Funcionários Públicos de Belo Horizonte, fundada em 1905. Acreditamos que essa cooperativa de consumo era um prolongamento da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Constituída em 1889 em Ouro Preto, é considerada até agora a cooperativa mais antiga encontrada no país. Ambas eram formadas por funcionários públicos e encontramos dois nomes semelhantes entre os cooperados da sociedade belorizontina e a diretoria da cooperativa ouropretana, além disso, a capital foi transferida de Ouro Preto para Belo Horizonte em 1892 e os funcionários estaduais tiveram que se estabelecer na nova cidade.

¹⁹ NETTO, op. cit., 1981, p. 67.

²⁰ Idem, p. 66.

²¹ Idem.

²² Sobre a relação dos interesses agro-exportadores e a esfera pública ver: REIS, Elisa Pereira. "Interesses agro-exportadores e a construção do Estado: Brasil de 1890 a 1930". In: SORJ, Bernardo (org.). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985; PERESSINOTTO, Renato. *Classes dominantes e hegemonia na república velha*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

²³ BRASIL. Decreto nº 1489 de 06/08/1906. Aprova o convênio realizado pelos presidentes do Estado de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais em 26 de fevereiro, com as modificações constantes do acordo firmado pelos mesmos presidentes em 4 de julho do corrente ano. Imprensa Nacional [da] República dos Estados Unidos do Brasil, Coleção de Leis do Brasil, Rio de Janeiro, DF, 31 dez. 1906. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 08 jun. 2005, 17:00.

²⁴ A Seção do Café foi um órgão do governo estadual, vinculado à Diretoria de Agricultura, terras e Colonização, criado em 04/01/1908, pelo decreto nº 2180, para regular e fiscalizar as atividades das cooperativas.

²⁵ BRASIL. Lei nº 1617 de 30 de dezembro de 1906. Fixa a despesa geral da República do Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1907 e dá outras providências. Imprensa Nacional [da] República dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro, DF, Atos do poder executivo, p. 198.

²⁶ Idem.

²⁷ Decreto federal nº 6663 de 26/09/1907. Abre ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas o crédito de 100:000\$ para auxiliar, por empréstimos, diversas sociedades cooperativas de crédito agrícola. Imprensa Nacional [da] República

dos Estados Unidos do Brasil. Imprensa Nacional [da] República dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro, DF, Coleção de Leis do Brasil, 31 dez. 1906.

²⁸ A Sociedade Nacional de Agricultura – SNA entrava em processo de fundação e organização a partir da última década do século XIX. Para seus associados, a união dos agricultores, já manifestada pela própria criação da SNA, seria fundamental para a solução dos problemas da lavoura nacional. Desde aquele momento, essa “união dos lavradores” era levantada como o ponto essencial para qualquer ação em benefício da economia agrícola nacional. Assim, a SNA passou a divulgar o que seus diretores entendiam como a verdadeira atitude em defesa da lavoura – o associativismo agrícola. As diversas obras de propaganda cooperativista veiculadas no período, muitas delas em forma de livretos, artigos de revista e jornais, além da própria revista *A Lavoura*, eram de autoria de agrônomos, engenheiros, juristas e funcionários públicos pertencentes ou vinculados à SNA e tinham como base a valorização da agricultura e a idéia da grande vocação agrícola nacional. Associando o cooperativismo à agricultura, que até então era conhecido no Brasil apenas pela modalidade do consumo, os textos da SNA enfatizavam experiências européias de cooperativas de produção agropecuária e de crédito rural e discutiam os problemas das atividades agrárias, apontando diversas soluções de cunho agrônomo, econômico, político e social. Essas publicações da SNA atingiam seus inúmeros associados em diversos Estados brasileiros.

²⁹ Segundo James Darcy, integrante do Jardim da Infância, o grupo era composto pelo “tríptico da adoração” que “era constituído por três imagens: Júlio de Castilhos, que agia no extremo sul do país, João Pinheiro no centro, Pedro Velho no norte, numa pregação que dominava o país em toda a extensão”. RIBEIRO, op. cit., 1950.

³⁰ TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana do Livro, [s. d.], vol. 4.

³¹ Estatutos das Cooperativas mineiras registradas na JUCEMG. Arquivo da JUCEMG – Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

³² A cooperativa mineira agraciada com o prêmio definido pelo Decreto Federal nº 6663 de 26/09/1907 foi a Cooperativa Agrícola de Mirahy. BRASIL. Decreto nº 6663 de 26 de setembro de 1907.

³³ Segundo o Relatório de Presidente de Estado de Minas Gerais referente ao ano de 1907, as finanças do Estado encontravam-se abaladas pelos governos anteriores e pela crise do café que acarretou uma diminuição dos impostos arrecadados pelo governo. MINAS GERAIS. Relatório de Presidente de Estado. 1907.

³⁴ A primeira lei brasileira que garante a peculiaridade jurídica das sociedades cooperativas e a sua condição de sociedade de pessoas é o decreto nº 22239 de 19/12/1932. Ele descrevia os princípios cooperativistas de Rochdale como os que regem o cooperativismo nacional, a organização e o funcionamento das sociedades cooperativas. Segundo Gilvando Rios (RIOS, 1989), a legislação de 1932, ao especificar os princípios rochdaleanos como os princípios cooperativistas brasileiros, privilegiava o cooperativismo de consumo e desprestigiava as outras formas cooperativas que se desenvolveram na Europa. Para ele, há uma “imitação” conveniente do cooperativismo de consumo inglês porque este não interfere na propriedade da terra e na organização do trabalho. Para o autor, essa imitação ainda está presente na legislação atual que prevê os princípios rochdaleanos como os adotados pelas cooperativas brasileiras (Lei nº 5764/1971). Por outro lado, nem o cooperativismo de crédito alemão e italiano ou o de produção francês eram contra a propriedade privada ou a organização do trabalho. Pelo contrário, o

cooperativismo de crédito, nos modelos Raiffeisen, Schulze e Luzzatti, permitia a contratação de um contador para garantir a idoneidade das contas da cooperativa e suas cooperativas cresceram, acumularam capital e formaram grandes bancos. As cooperativas agropecuárias francesas, principalmente as de produção de vinhos, também cresceram dentro do sistema capitalista e contribuíram para o desenvolvimento da economia francesa. RIOS, Gilvando de Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989. PINHO, Diva. **O cooperativismo no “Brasil desenvolvido” e no “Brasil subdesenvolvido”**. São Paulo: FFLCH/USP, 1965; MISI, Márcia Costa. **Cooperativas de trabalho: direito do trabalho e transformação social no Brasil**. São Paulo: LTr, 2000.

³⁵ MINAS GERAIS. Lei nº 454 de 06 de setembro de 1907. Declara isentos de impostos as passagens em estradas de ferro, vendidas para sedes de exposições industriais, comerciais e agrícolas, municipais ou regionais, concede prêmios, institui o ensino prático de agricultura nas fazendas-modelo, e dá outras providências. Palácio da Presidência do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, p. 10.

³⁶ Recentemente, “o Programa Setorial Integrado para a Exportação do Café Industrializado – PSI, um projeto do Sindicato da Indústria de Café do Estado de São Paulo – Sindicafé-SP, em convênio com a Agência de Promoção de Exportações – APEX tem como principal objetivo ampliar o perfil exportador brasileiro com o café torrado e moído, agregando valor ao produto e alavancando as vendas para o mercado externo.” Disponível em: <<http://www.abic.com.br>>. Acesso em: 07 fev. 2005, 16:00.

³⁷ MINAS GERAIS. Lei nº 454 de 06 de setembro de 1907.

³⁸ Carta do cel. Joaquim Gomes de Araújo Porto a João Pinheiro. Fundo João Pinheiro. APM

³⁹ MINAS GERAIS. Relatório de Presidente de Estado, 1908.

⁴⁰ LINO. “A crise n’esta região”. *Diário de Cataguazes*, Cataguazes, MG, p. 1, 18 mai. 1914.

Fontes e referências bibliográficas

BAPTISTA FILHO, Olavo. **A fazenda de café em São Paulo**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1952.

BRAGA, Cincinato. **Idéias econômicas de Cincinato Braga**. Cronolog, introd., notas bibliográficas e textos selecionados por Elias Thomé Saliba. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1983.

BRASIL. Decreto nº 1489 de 06/08/1906. Aprova o convênio realizado pelos presidentes do Estado de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais em 26 de fevereiro, com as modificações constantes do acordo firmado pelos mesmos presidentes em 4 de julho do corrente ano. Imprensa Nacional [da] República dos Estados Unidos do Brasil, Coleção de Leis do Brasil, Rio de Janeiro, DF, 31 dez. 1906. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 08 jun. 2005, 17:00.

BRASIL. Lei nº 1617 de 30 de dezembro de 1906. Fixa a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1907 e dá outras providências. Imprensa Nacional [da] República dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro, DF, Atos do poder executivo, p. 198.

BRASIL. Decreto nº 6663 de 26 de setembro de 1907. Abre ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas o crédito de 100:000\$ para auxiliar, por empréstimos, diversas sociedades cooperativas de crédito agrícola. Imprensa Nacional [da] República dos Estados Unidos do Brasil. Imprensa Nacional [da] República dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro, DF, Coleção de Leis do Brasil, 31 dez. 1906.

CARONE, Edgard. **A primeira República (1889-1930): texto e contexto**. 2a ed. amp., São Paulo: Difusão Européia do Livro, [s. d.].

COSTA, Afonso. **A caixa de conversão e a taxa cambial**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

ESTATUTOS das Cooperativas mineiras registrados na JUCEMG. Arquivo da JUCEMG – Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da idade do ouro: as elites políticas fluminenses na primeira república (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Ed da UFRJ, 1994.

HOLLOWAY, Thomas. **Vida e morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HUNNICUTT, Benjamim H. **Produção agrícola no Brasil**. Rio de Janeiro: SNA, 1925.

LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em MG (1870-1920)**. Petrópolis: Vozes, 1981.

LINO. A crise n'esta região. **Diário de Cataguazes**. Cataguazes, MG, p. 1, 18 mai. 1914.

MERGULHÃO, Beneticto. **Santa inquisição do café**. [Rio de Janeiro]: Irmãos Pongetti, 1940.

MINAS GERAIS. Lei nº 454 de 06 de setembro de 1907. Declara isentos de impostos as passagens em estradas de ferro, vendidas para sedes de exposições industriais, comerciais e agrícolas, municipais ou regionais, concede prêmios, institui o ensino prático de agricultura nas fazendas-modelo, e dá outras providências. Palácio da Presidência do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, p. 10.

MINAS GERAIS. Decreto nº 3252 de 01 de julho de 1911. Aprova o regulamento que reorganiza o serviço de constituição das cooperativas agrícolas e determina quais os favores que lhes podem ser concedido. Palácio da Presidência do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. 22 jul. 1911.

MINAS GERAIS. Relatório de Presidente de Estado. 1907-1908.

MINAS GERAIS. **Minas e o Bicentenário do cafeeiro no Brasil, 1727-1927**. Contribuição da Secretaria da Agricultura do Estado de MG. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

MISI, Márcia Costa. **Cooperativas de trabalho: direito do trabalho e transformação social no Brasil**. São Paulo: LTr, 2000.

MOTA SOBRINHO, Alves. **A civilização do café (1820-1920)**. 2.ed./rev São Paulo: Brasiliense, [19-].

NOZOE, Nelson Hideiki. **São Paulo: economia cafeeira e urbanização**. São Paulo: IPE/USP, 1984.

PERESSINOTTO, Renato. **Classes dominantes e hegemonia na república velha**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

PINHO, Diva. **O cooperativismo no “Brasil desenvolvido” e no “Brasil subdesenvolvido”**. São Paulo: FFLCH/USP, 1965.

RAMOS, Augusto. **O café no Brasil e no estrangeiro**. Rio de Janeiro: Pop. Santa Helena, 1923.

REIS, Elisa Pereira. Interesses agro-exportadores e a construção do Estado: Brasil de 1890 a 1930. In: SORJ, Bernardo (org.). **Economia e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RIBEIRO, Leonídio. O Jardim da Infância e Afrânio Peixoto. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, vol. 208, p. 93-110, 1950

RIOS, Gilvando de Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1978.

TAUNAY, Affonso de E. **História do café no Brasil, no Brasil colonial, 1727-1822**. Rio de Janeiro: Dep. Nacional do Café, 1939, tomo II, p. 379-396.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **História de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana do Livro, [s. d.], vol. 4.

VISCARDI, Cláudia Maria. Minas Gerais no Convênio de Taubaté: uma abordagem diferenciada. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA DA ABPHE, 3., Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ABPHE, 1999. Disponível em: <<http://econpapers.repec.org/paper/abphe1999/032.htm>> Acesso em: 20 nov. 2004, 15:00.

VISCARDI, Cláudia Maria. **O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”**. Belo Horizonte: C/ Arte, 2001, p. 132.

Resenha Crítica

WEBER, Max. Estudos políticos. Rússia 1905 e 1917. Rio de Janeiro: Azougue, 2005, 215 p.

Sérgio da Mata

Prof. Adjunto do Departamento de História da UFOP

Por volta de 1905 a atenção de Max Weber gravitava em torno dos colossos norte-americano e russo. A publicação da segunda parte da *Ética Protestante* estava concluída, e, no ano anterior, ele viajara, na companhia de sua esposa Marianne e de Ernst Troeltsch, para a Exposição Universal em Saint Louis. Foi forte a impressão que teve dos Estados Unidos, como se pode ver nas longas cartas reproduzidas na biografia escrita por Marianne. Em 1906, ele publica no jornal protestante-liberal *Christliche Welt* um ensaio sobre “Igrejas e seitas na América do Norte”, no qual atribui à ética do puritanismo e das seitas o *ethos* liberal daquele país. Esta apreciação remete de forma explícita aos trabalhos de Georg Jellinek. Em 1895, Jellinek havia postulado que o fundamento do liberalismo político norte-americano foi o ideal de liberdade religiosa trazido pelos colonos protestantes.

Os estudos de Weber sobre a Rússia, publicados na mesma época, trabalham com uma problemática similar. Para ele, a Alemanha poderia e deveria aprender com as experiências que se desenrolavam a oeste e a leste. Pois nelas se encerrava, se assim podemos nos expressar, um dos grandes dilemas da modernidade. Tratava-se, quanto aos Estados Unidos, da seguinte questão: como não perder a liberdade a duras penas conquistada? Ele expressa no mencionado artigo do *Christliche Welt* a convicção de que “o caráter democrático da América do Norte é dependente do caráter colonial de sua civilização, e, por conseguinte, demonstra a tendência de declinar juntamente com este último”. Quanto à Rússia, o dilema aparecia sob uma forma invertida: como podem os atores sociais *inventar* a liberdade?

O interesse de Weber pela Rússia vinha de longe. Ele estava bastante familiarizado com a literatura de Dostoiévski e Tolstói, bem como com os escritos do filósofo Vladimir Soloviev. Em 1912, chegaria a anunciar, em carta, o desejo de escrever um livro (o que nunca chegou a ocorrer) sobre a ética em Tolstói.

Foi provavelmente através de Theodor Kistiakovski, professor de filosofia do direito na Universidade de Heidelberg, que Weber estreitou seus laços com inúmeros estudantes russos. Ele simpatizava com a plataforma dos *Kadets* (constitucional-democratas) e abriu-lhes espaço no *Archiv für Sozialwissenschaft*. Quando o “domingo sangrento” precipita os acontecimentos na Rússia, Weber, que dominara rapidamente o russo, passa a acompanhar atentamente a imprensa daquele país, pois considerava demasiado hostil a cobertura da imprensa alemã.

Infelizmente, muito da substância do empreendimento de Weber se perdeu nesta edição brasileira. As diferenças em relação aos textos originais são enormes. Basta dizer que o primeiro dos estudos do volume (“A situação da democracia burguesa na Rússia”), que no original possui 119 páginas, na edição da Azougue tem apenas 62. Das mais de 90 notas inseridas por Weber chegaram apenas cinco, sendo apenas *três* delas da pena do próprio autor. Desnecessário dizer que, com isso, se perde muita coisa importante. Na primeira nota do original, Weber adverte que sequer reclama para si um conhecimento aprofundado da situação da Rússia. Ele pretende apenas oferecer um substituto temporário para um “relato político-social sério” da Revolução de 1905. Weber caracteriza seu artigo como “notas ao estilo de crônicas” (*chronikartige Notizen*). Uma verdadeira história dos acontecimentos só poderia ser escrita, diz, depois de se reunir uma grande quantidade de documentos escritos, aos quais o pesquisador ocidental ainda não tinha acesso.

Limitemo-nos, em todo caso, ao texto tal como foi posto à disposição do leitor brasileiro. Em “A situação da democracia burguesa na Rússia”, Weber discute o projeto de constituição elaborado por Piotr Struve, um ex-marxista convertido ao liberalismo e discípulo de Jellinek (Struve havia inclusive publicado no *Archiv*). Toda a discussão se dá em torno de uma tríade: a situação das forças políticas liberais, a crise do regime político czarista e as reivindicações do campesinato.

Eis uma consideração surpreendente para um autor que ainda se definia, em grande medida, como historiador: “com exceção da Igreja e das comunidades camponesas (...), não existe [na Rússia] mais nada de ‘histórico’” (p. 51). O regime czarista fazia lembrar a monarquia de Diocleciano. Essa propensão a julgar a-históricas as estruturas social e política russa não era exatamente incomum na Alemanha. Engels manifestara opinião semelhante. Aquilo que os fundadores do materialismo histórico chamaram “despotismo oriental” era também objeto de preocupação para Weber – que, curiosamente, manteria sua opinião a respeito do suposto imobilismo russo. Em uma participação oral no primeiro congresso alemão de sociologia, em 1911, Weber afirma que o cristianismo russo mantivera basicamente as mesmas feições do cristianismo antigo: “*Das russische Christentum war und ist noch heute in seinen spezifischen Typen in hohem Maße antikes Christentum*”. Portanto, era em “ambiente ainda arcaico” (p. 144) que se tentavam implantar reformas de cunho liberalizante.

Weber avalia as possibilidades dos reformistas a partir da confluência de distintas forças sociais e econômicas favoráveis: os *zemstvos* (conselhos comunais criados por Alexandre II), o desenvolvimento do capitalismo, a organização crescente dos partidos liberais. Ele se detém sobre a legislação eleitoral antes da convocação da Duma, em maio de 1906. Weber

antevê a radicalização do processo político, diante da perspectiva de forte presença da representação camponesa e dos diversos segmentos da esquerda russa. Ele vê com pessimismo esta possibilidade, pois considera que a massa popular “ainda não possui formação política” (p. 62). Da visão mística de Soloviev sobre a “missão” do povo russo à ética heróica de Tolstoi, do radicalismo da esquerda revolucionária à intransigência da burocracia czarista, tudo isso lhe parecia configurar um quadro em que o exercício de uma *Realpolitik* era virtualmente impossível.

Dada a fragilidade da incipiente burguesia russa, o campesinato tornara-se o fiel da balança. O “radicalismo furioso das massas” rurais (p. 77) alimentava-se do avanço do capitalismo no campo e mesmo da redistribuição de terras: “a execução do programa de reforma agrária dos democratas burgueses viria a dar (...) um enorme impulso ao ‘espírito’ do comunismo agrário e do socialismo agrário entre os camponeses” (p. 79). Ademais, o forte sentimento anti-burocrático do campesinato conduzia a Rússia a outro dilema. As massas rurais aparentemente disputavam-se a aceitar a parlamentarização, mas não o aumento do peso do aparato burocrático por ela acarretada. Mais ainda: nada poderia garantir que, de um momento para o outro, seu radicalismo político-social não se transformasse em reacionarismo.

Weber não acreditava que os marxistas pudessem encontrar uma solução para a questão agrária, e nada lhe sugeria que na Rússia de então houvessem “estadistas” à altura da crise (p. 99). A missão dos liberais consistiria em lutar contra o centralismo e difundir entre as massas o individualismo e a noção de direitos da pessoa. A tarefa não era das mais simples. Crítico mordaz do liberalismo russo, Dostoievski observa, em seu *Journal d'un écrivain*, que uma das maiores dificuldades, nesse sentido, consistia na adesão meramente epidérmica a tais valores: “*En public, un Russe sera un européen, un citoyen du monde, le chevalier défenseur des droits humains (...). Rentré chez lui il s'écriera au besoin: 'Eh! au diable les opinions et même la liberté. Qu'on me fouette si l'on veut, je m'en moque!'*”.

Por outro lado, tais valores tinham a ingrata tarefa de se impor a despeito do desenvolvimento econômico capitalista. Weber é cético com relação ao futuro da democracia. “Todos os barômetros da economia”, afirma ele, “prevêem o aumento das restrições à liberdade” (p. 103). A grande questão que se colocava era, pois, a seguinte: “como é ‘possível’ a persistência da democracia e da liberdade sob o domínio do alto capitalismo?” (p. 104).

O complexo de causas que explicariam a gênese histórica da nossa noção de liberdade teria se dado apenas uma vez na história. Tais condições, consideradas irrepetíveis por Weber, seriam as seguintes: a facilidade de difusão de (e a abertura para) novas idéias vindas de além-mar, as características próprias da estrutura econômico-social européia na época da auro-

ra do capitalismo, o domínio da ciência sobre a vida e, enfim, dadas concepções de valor originadas no mundo das representações religiosas. Ainda assim, Weber acreditava que valia a pena acompanhar de perto as experiências norte-americana e russa. Elas seriam as “‘últimas’ oportunidades para construir culturas ‘livres’, começando pelos ‘alicerces’” (p. 108).

Weber acertou em sua previsão de que a situação política russa tendia à radicalização. As pressões da Duma pela libertação dos presos políticos, direito à sindicalização e reforma agrária levam o Czar a dissolver o parlamento em julho de 1906. Em agosto, Weber publica “A transição da Rússia a um regime pseudoconstitucional”, em que dá continuidade à “crônica” iniciada no artigo anterior. Uma nova variável passa a ser considerada: a interferência do capital financeiro no processo revolucionário. Três décadas antes, em seu artigo *Soziales aus Rubland*, Engels havia mostrado que “as finanças [do Estado russo] estão arruinadas”. Weber faz um diagnóstico idêntico, e mostra como tal situação levou a uma dependência crescente do Czar face aos bancos estrangeiros, o que, por outro lado, lhe permitia manter-se insensível às demandas da burguesia russa e dos que a representavam na Duma. Assim, a abertura política prometida pelo manifesto de 17 de outubro foi simplesmente jogada no lixo por Nicolau II. A “racionalização burocrática definitiva de todo o campo da política interna” (p. 130) serviria ainda menos à causa da liberdade. Diante de um “absolutismo burocraticamente racionalizado”, mesmo a estratégia do terrorismo de setores da esquerda estava fadada ao fracasso (p. 136).

A questão-chave era, para Weber, o problema agrário. Para ele, a reforma agrária, tal como vinha sendo reclamada pelos camponeses, era simplesmente irrealizável. As “estatísticas” demonstravam que “não havia tantas terras assim” (p. 152). Somente um regime despótico, e que gozasse de finanças saudáveis, estaria em condições de eliminar as oposições à reforma agrária. Weber descarta a possibilidade de desapropriação forçada. O bom senso faltaria a todos, dos *Kadets* à esquerda revolucionária. Julgar que os camponeses poderiam realizar esta reforma por si sós não passava de “auto-ilusão” (p. 156-157). Em inúmeras passagens Weber revela sua crença de que somente uma liderança carismática, um “*parvenu* genial” (p. 157), estaria em condições de restaurar a ordem, pacificar o ambiente político e constituir as bases a partir das quais poderia surgir uma “nova Rússia”.

Em março de 1906, ficava claro que o governo estava encurralado. A “democracia ideológica” estava eliminada e Nicolau II, a quem Weber não poupa em momento algum, se rendera ao poder dos bancos. Somente assim se explica, acredita Weber, que as forças da reação tenham evitado a invenção da liberdade na Rússia.

A Duma teve, aos seus olhos, um desempenho surpreendentemente positivo: “não existe nenhum parlamento do mundo que tenha realizado

tanto em tão pouco tempo” (p. 175). Sua dissolução significava apenas o adiamento de uma verdadeira solução do dilema russo. Embora não dispusessem do “charme” das primeiras revoluções burguesas, ainda assim os acontecimentos de 1905 eram dignos de admiração. Afinal, diz ele, “jamais se viu tamanha prontidão para o martírio” (p. 184). A comparação com outras revoluções revelava uma outra diferença que Weber crê ser fundamental (e o fato de ele insistir repetidas vezes nesse ponto é bastante revelador em si mesmo): a ausência de uma liderança carismática à altura das exigências históricas do momento. Na Rússia faltariam “líderes realmente grandes”, “grandes personalidades” (p. 181-182). É evidente que ele não os reconhece entre os líderes da esquerda, e muito menos entre os bolcheviques, o que pode ser atribuído tanto às suas posições políticas pessoais quanto – é a tese de Wolfgang Mommsen – à sua convicção de que a Alemanha vivia uma situação análoga neste particular.

O último ensaio do volume (“A transição da Rússia à pseudodemocracia”) é, de longe, o menos inspirado. Aparentemente, a revolução de fevereiro de 1917 pegou nosso autor de surpresa. Como a maioria dos observadores, à exceção dos marxistas, uma solução de tipo não-burguês lhe parece improvável. Ele admite que há, entre os nomes que encabeçam o governo provisório, “chefes hábeis e pelo menos parcialmente desprendidos” (p. 190). O grande problema é que o governo provisório não dispõe de *crédito* no exterior – fragilidade que Weber considera fatal.

O leitor se surpreende por não encontrar uma apreciação, por ligeira que seja, da situação do proletariado russo. Nem mesmo os *soviets* são mencionados. É ainda o campesinato o ator social em que Weber concentra sua atenção. Para ele, não há paz à vista com a Rússia (àquela altura, não lhe escapava que a Alemanha caminhava a passos largos para a derrota na guerra). Pois o interesse principal dos novos governantes era manter os camponeses longe de casa. O campesinato também não deveria esperar muito dos operários. Na avaliação de Weber, a vitória dos primeiros poderia significar um atraso no desenvolvimento industrial russo. Ao fim e ao cabo, fevereiro de 1917 não seria uma revolução, mas o mero desligamento de um monarca incapaz (p. 207).

Em que pesem as fragilidades de sua crônica política, nos artigos de Weber não falta, como sempre, o lampejo da intuição genial. Para um homem que se inteirava do que ocorria na Rússia unicamente através da imprensa e dos seus contatos pessoais, o resultado inegavelmente impressionante. Somos tentados a imaginar como Weber pensaria hoje o dilema russo, de vez que, exatos cem anos depois, este não parece completamente solucionado. Talvez seja oportuno acrescentar que, em várias outras partes do mundo, a necessidade de invenção da liberdade e de superação do “despotismo oriental” continua a reclamar observadores do mesmo quilate.

*Relação dos números publicados de LPH – Revista de
História (ISSN 0103-7110 “LPH”)*

Vol. 01, N. 1, 1990, p. 110

Entrevista

A história e a micro-história. Uma entrevista com Carlo Ginzburg pp.
01-06

Artigos

Razão e alienação: a predição entre os romanos e a previsão contemporânea. pp. 07-12

Pedro Paulo Funari

As amazonas: um mito e algumas hipóteses. pp. 13-35

Luiz Mott

Migrações no Brasil Colonial: uma proposta de classificação. pp. 36-45

Maria Luiza Marcílio

Registros paroquiais: notas sobre os assentos de batismo, casamento e óbito. pp. 46-54

Iraci del Nero da Costa

Atividades produtivas em Vila Rica (1808-1825). pp. 55-62

Solange Sabino Pallazzi Fortes

Evaristo da Veiga: apropriação e adaptação dos princípios liberais. pp. 63-70

Lúcia Maria Paschoal Guimarães

Democracia e elitismo no Segundo Reinado pp. 71-79

Beatriz W. de Cerqueira Leite

A última fuga: o suicídio de escravos no Rio de Janeiro (1870-1888). pp. 80-89

Renato Pinto Venâncio

Aspectos da ação do DIP: a divulgação da censura e a censura da divulgação. pp. 90-104

Heloísa Helena de Jesus Paulo

Mesas-redondas

Notas sobre a implantação do sistema de arquivos de Montes Claros. pp. 105-107

Maria Cecília Mendes de Lima

Ângelo Alves Carrara

Resenha

FUNARI, Pedro Paulo. **Cultura popular na antiguidade clássica**. São Paulo: Contexto, 1989. pp. 108-110

José Antonio Dabdab Trabulsi

Vol. 02, N. 01, 1991, p. 229

Conferências

Fim do milênio ou fim da História? pp. 05-16

Jacob Gorender

O Mundo luso-brasileiro revisitado: em busca de uma memória comum. pp. 17-30

Carlos Guilherme Mota

Curso

A crise do movimento operário e as “novas” manifestações sociais. pp. 31-35

Carlos Fico

Seminários

O livro didático em História: o ensino da História do Brasil. pp. 36-37

Rubim Santos Leão de Aquino

A noção de tempo e o ensino de História. pp. 38-41

Rafael Glese

Experiências alternativas no ensino de História: relato e análise de uma experiência. pp. 42-45

Conceição Gabrini

Experiências alternativas no ensino de História. pp. 46-54

Helenice Ciampi

Mesas-redondas

Pesquisa histórica e as fontes não-convencionais: algumas notas sobre a historicidade do registro fotográfico. pp. 55-61

Mauricio Lisovsky

A crise das ideologias na América Latina: socialismo, Guerra Fria e a América Latina. pp. 62-77

Marco Antônio Villa

João Pinto Furtado

José Luis Bendicho Beired

- A pesquisa fora das instituições oficiais. pp. 78-85
 Maria do Carmo Andrade Gomes
 Eduardo França Paiva
 Edilane Almeida Carneiro
- Repensando a licenciatura em História. pp. 86-88
 Maria Inez Salgado de Souza
- Memória e patrimônio histórico. pp. 89-98
 José Arnaldo C. A Lima
 Ricardo Samuel de Lima
 Helena Alvim Ameno
 Lídia Avelar Estanislau
- A crise das ideologias contemporâneas. pp. 99-102
 Ângelo Alves Carrara
- Os monumentos públicos: memória e sociedade. pp. 179-181
 Carlos Aurélio Pimenta de Faria
- A comarca de Rio das Velhas: rastreamento de fontes. pp. 182-192
 Beatriz Ricardina de Magalhães
- Arte rupestre do centro mineiro: a região arqueológica de Lagoa Santa. pp. 196-207
 Alenice Motta Baeta
- FPTN – um artigo particular que se abre para a história. pp. 208-210
 Ângela Cristina Sampaio
- A Pré-História do estado de Minas Gerais. pp. 211-221
 André Prouss
- Escravos e abolicionismos na imprensa mineira (1850/1888). pp. 222-229

Comunicação

- Demografia da escravidão norte-mineira no século XIX. pp. 103-111
 Tarcísio Rodrigues Botelho
- O aluno trabalhador: das possibilidades de um cotidiano político a uma política para o cotidiano. pp. 112-117
 Elizabeth da Fonseca Guimarães
- Tropas e tropeiros no abastecimento da região mineradora no período de 1693-1750. pp. 129-133
 Vera Lúcia Dutra Vieira
- Liberais e conservadores na província de Minas Gerais. pp. 134-137
 Ricardo Arreguy Maia
- Da História ao mito: dimensão simbólica da política republicana no Brasil. pp. 138-146
 Luiz Vitor Tavares de Azevedo

Entrevista

Ser historiadora no Brasil: uma entrevista com Kátia de Queirós Mattoso. pp. 05-12

Artigos

Política, filosofia e o surgimento da liberdade grega. pp. 13-21

José Antônio Dabdab Trabulsi

Doxa e episteme: a construção discursiva na narrativa histórica (ou Salústio e a historiografia). pp. 22-35

Pedro Paulo Abreu Funari

Guerra e paz em três comédias de Aristófanes: Os Arcanenses, A Paz e Lisístrata. pp. 36-52

Ana Maria C. I. da Costa

A relação entre cidadania e ordem social de acordo com o tratamento desenvolvido em Rousseau, Kant e John Stuart Mill. pp. 53-66

Adriano S. Lopes da Gama Cerqueira

Reconstruindo o movimento no tempo de uma estrutura da posse de escravos (Bonfim, 1832-1839). pp. 67-79

Marcelo Magalhães Godoy

Elisée Reclus, geografia e anarquismo. Visões da revolução. pp. 80-94

Regina Horta Duarte

História e antropologia: intercomunicação conceitual e produção de conhecimento. pp. 95-108

João Pinto Furtado

Algumas interrogações sobre as tendências recentes da historiografia brasileira: a emergência do “novo” e a crítica ao racionalismo. pp. 1108-126

Silvia Regina Ferraz Petersen

Camponeses e revolução. pp. 127-158

Marco Antônio Villa

Dossiê escravidão

Apresentação. pp. 159-160

Historiografia da escravidão: novos rumos. pp. 161-175

Luis Carlos Soares

As alternativas eróticas dos africanos e seus descendentes no Brasil. pp. 176-214

Luiz Mott

Escravidão no Brasil: balanço historiográfico. pp. 215-244

Silvia H. Lara

A escravidão reabilitada. pp. 245-266

Jacob Gorender

Demografia e escravidão. pp. 267-302

Douglas C. Liby

Resenhas

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. pp. 303-308

Carlos Fico

CAMPOS, Flavio de. *História Ibérica apogeu e declínio*. São Paulo: Contexto, 1991. pp. 309-312

Joaci Pereira Furtado

EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVII e XIX* Campinas: Editora da UNICAMP, 1989. e GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990. pp. 313-316

Robert Conrad

Poesias

Viagens/Conservas. p. 317

Leila Micollis

N. 4, 1993-1994, p. 229

Entrevista

Um historiador e suas aventuras: Pierre Lévêque. pp. 5-13

Artigos

O papel da religião na gênese das cidades. pp. 14-25

Pierre Lévêque

Cultura popular e classismo. pp. 26-35

Fábio Faversani

Imaginário político e realeza sagrada: reflexões sobre alguns tópicos de história política. pp. 36-51

Marcos Antônio Lopes

Os conceitos de desenvolvimento e de subdesenvolvimento da América Latina (1804-1989). pp. 52-69

Ângelo Alves Carrara

O outro lado da Inconfidência Mineira: pacto colonial e elites locais. pp. 70-91

Júnia Ferreira Furtado

Discussão sobre fontes de pesquisa histórica: os testamentos coloniais. pp. 92-106

Eduardo França Paiva

Mineração, agricultura e degradação ambiental em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. pp. 107-119

Marcos Lobato Martins

Trabalhismo no Brasil: doutrina e praxis política. (1945-1954). pp. 120-130

Luiz Vitor T. Azevedo

O MDB e os “novos” movimentos sociais (1974-1979). pp. 131-142

Rodrigo P. Sá Motta

What's Ford got to do with it? Regulation theory and Japanese capitalism. pp. 143-173

J. A. Peck & Y. Miyamachi

Les Annales / 1988: “un tournant critique”. pp. 174-192

José Carlos Reis

O lugar da ciência segundo Marx. pp. 193-207

José Luiz Furtado

Comunicações

Brasil, utopia do diálogo. Questões de história da cultura à luz de uma cosmologia setecentista. pp. 208-217

Plínio Freire Gomes

El estudio De las sociedades indígenas em les escuelas Argentinas. pp. 218-224

Irina Podgorny & Cecília Perez de Micou

Resenha

GUREVICH, Aron. **Medieval popular culture: problems of belief and perception**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

Pedro Paulo A. Funari

Poesia

Anônimo. pp. 228-229

Armando Freitas Filho

Entrevista

Entrevista com Laura de Mello e Souza. pp. 05-12

Artigos

Contatos culturais na península Itálica: as estatuetas de bronze. pp. 13-32

Maria Isabel D'Agostino Fleming

A Busca do relato verdadeiro: a narrativa histórica de Herodiano. pp. 33-41

Ana Teresa Marques Gonçalves

A Questão indígena em Minas Gerais: um balanço das fontes e da bibliografia. pp. 42-55

Crisoston Terto Vilas Bôas

Protestos, revoltas e fiscalidade no Brasil Colonial. pp. 56-87

Luciano Raposo de Almeida Figueiredo

Minas Gerais de 1750 a 1850: bases da economia e tentativa de periodização. pp. 88-111

Carla Maria C. Almeida

Tirania e fluidez da etiqueta nas Minas setecentistas. pp. 112-121

Iris Kantor

História urbana de Mariana: primeiros estudos. pp. 132-137

Cláudia Damasceno Fonseca

Uma Utopia para o passado: a Inconfidência Mineira nas leituras das *Cartas Chilenas*. pp. 138-143

Joaci Pereira Furtado

Os anarquistas e a questão da moral (1890-1930). pp. 144-154

Jardel Dias de Cavalcanti

O soviete de 1905. pp. 155-164

Ivan Antônio de Almeida

Cultura política e imaginário popular no segundo governo Vargas (1951-1954). pp. 166-183

Luiz Vitor Tavares de Azevedo

Comunicação

Organizaciones obreras, clase obrera y vida cotidiana de los obreros: nuevos conceptos en la historiografía de los movimientos obreros en Europa. pp. 184-193

Resenha

BIZIÈRE, J-M & SOLÉ, J. *Dictionnaire des biographies*. La France moderne. Paris: Armand Colin, 1993. pp. 198-199

Marcos Antonio Lopes

N. 6, 1996, p. 242

Anais do X Encontro Regional de História da ANPUH – MG: *Minas, trezentos anos: um balanço historiográfico*.

Conferências

A historiografia mineira: tendências e debates. pp. 07-15

Eliane R. Freitas Dutra

Gênero e identidade na historiografia. pp. 16-26

Eni de Mesquita Samara

Os últimos cativos: domínios privados e direitos civis no Brasil oitocentista. pp. 27-39

Hebe Maria Matos de Castro

Mesas-redondas

As confrarias de Jorge Andrade: uma interpretação da sociedade mineira do século XVIII. pp. 49-57.

Rosângela Patriota

A organização social da morte: um estudo sobre a exclusão social no cemitério de Meia Ponte na província de Goiás em 1869. pp. 58-68

Cristina de Cássia Pereira Moraes

A exclusão social na historiografia local. pp. 69-75

Coraly Gará Caetano

A validade do conceito de cultura política. pp. 76-82

Adriano Sérgio Lopes da Gama Cerqueira

A história política e o conceito de cultura política. pp. 83-91

Rodrigo Patto Sá Motta

A idéia de cultura política na modernidade. pp. 92-101

Marcos Antônio Lopes

As minas endemoniadas. pp. 102-110

Júnia Ferreira Furtado

A visão nobiliárquica nas sociedades do setecentos mineiro. pp. 111-122

Adalgisa Arantes Campos

Trabalhos de escravos na paróquia de Catas Altas do Mato Dentro, nas Gerais, 1822. pp. 123-133

Francisco Eduardo de Andrade

O comércio de escravos em Minas Gerais. pp. 134-142

Claudia Maria das Graças Chaves

Coerção e propaganda: o controle da oposição no período Severiano. pp. 143-151

Ana Teresa Marques Gonçalves

Política e Magia no IV século. pp. 152-158

Gilvan Ventura da Silva

A heroificação do imperador Juliano no relato de Amiano Marcelino.
pp. 159-164

Margarida Maria de Carvalho

Aproximações sobre a cultura erudita, a cultura popular e a cultura de
massas. pp. 165-170

Maralíz de Castro Vieira Crhisto

Historiografia das revoltas setecentistas mineiras – o caso da “Incon-
fidência Mineira”. pp. 178-185

João Pinto Furtado

O novo programa de história da SEE-MG. pp. 187-190

Fabio Faversani

As alforrias em Minas Gerais no século XIX. pp. 191-199

Tarcisio Rodrigues Botelho

As margens da liberdade: alforrias em Minas Gerais na primeira me-
tade do século XIX. pp. 200-208

Andréa Lisly Gonçalves

Alforrias e discriminação social: séculos XVIII, XIX, XX. pp. 209-217

Eduardo França Paiva

Elites políticas mineiras na primeira república brasileira. pp. 218-229

Claudia Maria Ribeiro Viscardi

Belo Horizonte: 100 anos – História e Historiografia. pp. 230-234

Marcelina das Graças de Almeida

Da extinção do tráfico de escravos à invenção do trabalho livre – uma
política de exclusão, domesticação e resistência do trabalhador (1850-
1945). pp. 235-242

Maria Therezinha Nunes

Laura Nogueira Oliveira

N. 7, 1997, p. 269 – Sumário

Entrevista

Mulheres e escravos: uma entrevista com Leila Mezan Algranti. pp. 5-11

Artigos

O catálogo dos valores: o século XVII e a idéia do príncipe perfeito.
pp. 12-40

Marcos Antônio Lopes

Fontes para a história do contrabando no Brasil: um balanço. 41-55
Ernst Pijning

Catas Altas: fontes para a demografia histórica. pp. 56-66

Tarcísio R. Botelho

O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. pp. 67-107

Cláudia Damasceno Fonseca

Roceiros e fazendeiros: hierarquia na agricultura de Mariana da primeira metade do século XIX. pp. 108-118

Fancisco Eduardo de Andrade

O papa negro e os homens pretos. pp. 119-138

Lázaro Francisco da Silva

Padrões de criminalidade em São João del-Rei, século XIX: primeiras anotações sobre processos criminais. pp. 139-156

Maria Tereza Pereira Cardoso

Estado, classe dominante agrária e nacionalização das políticas agrícolas no Brasil (1930-1945). pp. 157-188

Sônia Regina de Mendonça

A agenda dos gabinetes: o congestionamento de demandas da esquerda. pp. 189-218

Alberto Almeida

Visões da dominação. pp. 219-230

Marco Aurélio Santana

Labourism and comunism in Britain: a historical perspective. 231-248

Kevin Morgan

Comunicações

O arquivo histórico da Câmara Municipal de Mariana. pp. 249-259

José Guilherme Ribeiro

De juiz a infrator: notas sobre o Juízo do bispado de Mariana (século XVIII). pp. 260-269

Maria do Carmo Pires

N. 8, 1998-1999, p. 201 – Sumário

Entrevista

O ofício do historiador: uma entrevista com Ronaldo Vainfas. pp. 05-10

Artigos

Considerações sobre a arte médica na Capitania das Minas (primeira metade do século XVIII). pp. 11-26

Ramon Fernandes Grossi

Capitães-do-mato em Mariana (1711-1822). pp. 27-38

Liliana Dias de Souza

A província de Minas no período regencial. pp. 39-74

Marcos Ferreira de Andrade

Assessores sindicais e participação na esfera de poder interno em sindicatos: um estudo sobre *intelligentsia*, saber e poder. pp. 75-104

Jorge Ventura de Moraes

Homens que migram e mulheres que ficam: noções de tempo e memória. pp. 105-114

Marilda Aparecida de Menezes

Tracing hybridity in theory. pp. 115-146

Nikos Papastergiadis

Reconstruindo o futuro: o movimento sindical metalúrgico e os antecedentes da transição democrática (1974-1978). pp. 147-172

Francisco Carlos Palomanes Martinho

“Hell, no! We won’t glow”. The bailly alliance: memories of an antinuclear coalition. pp. 173-188

James B. Lane

Resenhas

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**. Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. pp. 189-192

Antonio Carlos Jucá de Sampaio

FONTES, Paulo. **Trabalhadores e cidadãos**. Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50. São Paulo: Annablume e Sindicato dos Químicos de Plásticos de SP, 1997. pp. 193-196

Marco Aurélio Santana

PAEBOY, Sue. “*There are no slaves in France*”: the political culture of race and slavery in the Ancien Régime. New York: Oxford University Press, 1996. pp. 197-198

Renato Pinto Venâncio

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da família no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. pp. 199-201

Ângela Domingues

N.º 9, 1999, p. 191

Entrevista

Redescobrimdo o Brasil: entrevista com Maria Beatriz Nizza da Silva. pp. 5-14

Artigos

Gibbon, o paganismo e o cristianismo. pp. 15-42

José Antonio Dabdab Trabulsi

A teologia mística de Nicolau de Cusa: discussões sobre a idéia de Absoluto na tradição cristã. pp. 43-58

Cláudio Monteiro Duarte

As artes manuais e mecânicas na província de Minas Gerais: um perfil demográfico de artífices e oficiais. pp. 59-110

Marcelo Magalhães Godoy & Leonardo Viana da Silva

Escravidão, campesinato e capitalismo na zona da Mata central de Minas Gerais - 1767-1890. pp. 111-142

Ângelo Alves Carrara

Distribuição da riqueza e formas de acumulação numa economia escravista (Magé, 1850-1888). pp. 143-168

Antonio Carlos Jucá de Sampaio

Reflexões sobre a política e o sagrado. pp. 169-180

Ivan Antônio de Almeida

Resenhas

KARNAL, Leandro. **Teatro da Fé**. Representação religiosa no Brasil e no México do século XVI. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998. pp. 181-186

Pedro Paulo A Funari

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A cultura luso-brasileira**. Da reforma da Universidade à independência do Brasil. Lisboa: Editora Estampa, 1998. pp. 187-189

Ângela Domingues

N.º 10, 2000, p. 119

Entrevista

Reflexões sobre o papel do historiador. - Uma entrevista com João Fragoso. pp. 3-12

Artigos

Considerações sobre o domínio das letras nas Minas Setecentistas. pp. 13-30

Álvaro Araújo Antunes

O tribunal episcopal e os delitos femininos em Minas Gerais Colonial. pp. 31-46

Marilda Santana da Silva

Heróis e civilizadores na época do Iluminismo. pp. 47-74
(O príncipe ideal no pensamento histórico e político de Voltaire)
Marcos Antônio Lopes

Comunicação

A racionalidade na *Ética protestante e o espírito do Capitalismo*. pp. 75-88
José Fernando Souto Jr.

Especial

Um balanço dos “500 anos” - Uma entrevista com Caio César Boschi
pp. 89-100
Perspectivas educativas da UNESCO para o séc. XXI. pp. 101-114
Bárbara Freitag

Resenhas

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Império e família em Roma**. São Paulo: Atual, 2000. (A vida no tempo). pp. 115-117
Fábio Faversani

N.º 11, 2001, p. 90

Entrevista

Fernando Novais. pp. 3-16

Artigos

M. I. Rostovtzeff e uma arqueologia nacionalista do Sul da Rússia –
ou dos usos ideológicos da narrativa de Heródoto. pp. 17-32

Fábio Adriano Hering

Cultura material e fontes escritas: uma breve discussão sobre a utilização de diferentes categorias documentais em um estudo sobre as práticas cotidianas dos romanos de origem pobre. pp. 33-58

Renata Senna Garraffoni

Catequese, cõngruas e jurisdição religiosa no termo de Minas Novas do Araçuaí. pp. 59-70

Andréa Lisly Gonçalves

História, saúde, ciência. pp. 71-79

Anny Jackeline Torres Silveira

Conferências

A fabricação do vício. pp. 09-24

Henrique S. Carneiro

Chica da Silva: o mito pelo avesso. pp. 25-42

Júnia Ferreira Furtado

Au dela l'histoire produite et difussée: la conscience historique et l'enseignement de l'histoire. pp. 43-58

Christian Laville

A pesquisa e a extensão como dimensões formadoras do professor. pp. 59-70

Haruf Salmem Espínola

Formação do professor: institucionalização de práticas educativas e intencionalidade política. pp. 71-84

Cláudia Sapag Ricci

A formação do historiador e a pesquisa multidisciplinar: limites e possibilidades do conhecimento. pp. 85-98

Rosângela Patriota

O espaço do historiador e alguns campos do saber. pp. 99-104

Alberto Tibaji

A história dos historiadores/a história dos cineastas: encontros e desencontros no ensino de história. pp. 105-114

Alcides Freire Ramos

A construção da infância e os modos de ensinar a história. pp. 115-128.

Maria Auxiliadora Schimidt

Para uma educação histórica da criança – um olhar através de um programa de avaliação. pp. 129-138

Sônia Regina Miranda

Viagens filosóficas no sertão mineiro: os desafios práticos ao saber livro dos naturalistas luso-brasileiros e estrangeiros na virada do setecentos para o oitocentos. pp. 139-154

Ricardo Ferreira Ribeiro

A profissão como objeto da história: algumas considerações. pp. 155-166

André de Faria Pereira Neto

História do parto e seus cuidados. pp. 167-176

Anayansi Correa Brenes

A pós-graduação em Minas Gerais: o curso de mestrado em História da UFU. pp. 177-190

Maria Clara Tomaz Machado

Artigos

A estabilidade familiar entre os escravos de Mariana (1850-1888). pp. 06-29

Heloísa Maria Teixeira

Posse de livros, leitura e assimilação: leitura dos inconfidentes mineiros. pp. 30-41

Rafael de Freitas Souza

Práticas mágicas e sociedades nas Minas Setecentistas: um estudo a partir das devassas eclesiásticas (1721-1800). pp. 42-63

Ramon Fernandes Grossi

Visões da monarquia entre a gente comum da corte (1859-1889). pp. 64-90

Ronaldo Pereira de Jesus

Representando a cidade: *Agüenta Felipe!* e o Rio de Janeiro dos anos 1920. pp. 91-109

Tiago de Melo Gomes

Transcrição

Estatuto da Associação Marianense Redemptora dos Captivos. pp. 116-118

Cyntia Alessandra Miranda Pereira

Normas de publicação

1. As colaborações poderão ser feitas sob as seguintes formas:
 - 1.1. Artigos inéditos (com o tamanho mínimo de 5.000 e máximo de 14.000 palavras, incluindo as notas finais e sem bibliografia).
 - 1.2. Resenha crítica de livros recentemente publicados (até 2.000 palavras). As resenhas não devem conter título, nem notas ou bibliografia, devendo constar, no início, a referência bibliográfica completa da obra analisada.
 - 1.3. Transcrição comentada de documentos inéditos.
 - 1.4. Tradução de textos inéditos em língua portuguesa ou nova tradução que se justifique pelo trabalho crítico. A tradução deve ser acompanhada de autorização do autor.
2. A pertinência da publicação dos textos enviados será avaliada pelos membros do Conselho Editorial, segundo a adequação ao perfil editorial da revista, e a avaliação da qualidade e do conteúdo dos mesmos ficará a cargo dos membros do Conselho Consultivo.
3. Devem ser enviadas três cópias do manuscrito – duas devem ser apresentadas sem o nome do autor – para o endereço da LPH. Também deve ser enviado um arquivo digital para o e-mail: lp@ichs.ufop.br
4. Os artigos devem conter, no final, um resumo de 100 a 150 palavras, em português e em inglês ou francês, com indicação de palavras-chave e as referências do autor (instituição, cargo e endereço para correspondência).
5. Todo o texto deverá ser digitado em fonte Times New Roman 12, espaçamento simples. As citações com mais de três linhas devem ser destacadas do texto, compondo parágrafo com recuo, à esquerda, de 1,5 cm e com tamanho de fonte 11. As notas devem constar no final do texto, em fonte de tamanho 10.
6. As imagens, quando for o caso, devem ser enviadas separadamente com resolução de 300 dpi, formato JPG ou TIFF.

7. As referências bibliográficas, contidas nas notas, devem seguir a normatização NBR 6023:

- SOBRENOME, Nome. **Título do livro**: subtítulo. Tradução. Edição. Cidade: Editora, ano. p.

- SOBRENOME, Nome. Título do capítulo ou parte. In: **Título do livro**. Tradução. Edição. Cidade: Editora, ano. p.

- SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Título do periódico**, Cidade, vol., nº, p-p, ano.

8. Caso o artigo seja publicado, o autor terá direito a dois exemplares da revista.

9. O envio de manuscritos implica a cessão de direitos autorais e de publicação à **LPH Revista de História**, que não se compromete com a devolução das colaborações recebidas.

10. As colaborações poderão ser enviadas para o seguinte endereço:

LPH – Revista de História
Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto
Rua do Seminário, s/nº - Centro
Mariana – MG – Brasil
35420-000

11. Informações:

Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto
Telefone: (31) 3557-9406